

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL



Plano de Desenvolvimento Rural previsto no
Art. 31 do Plano Diretor de Chapecó

Chapecó – SC
2015



Prefeitura Municipal de Chapecó

Gestão 2013/2016

José Claudio Caramori

Prefeito

Luciano Buligon

Vice-Prefeito Municipal

Valdir Crestani

Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Nelson João Krombauer

Diretor de Infraestrutura Rural

Wilson Lobo de Carvalho

Presidente do ConCidade de Chapecó

Celso Zarpellon

Coordenador Geral do Plano

Empresas/Instituições participantes

AEAGRO – Associação dos Engenheiros Agrônomos do Oeste de Santa Catarina

AEAO – Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Oeste Catarinense

BRF S.A.

CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Consórcio Iberê (Consórcio Municipal de Gerenciamento Ambiental)

CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

Comitê de Bacia Hidrográfica Chapecó/Irani

CONDERC – Conselho de Desenvolvimento Rural de Chapecó

COOPERALFA – Cooperativa Agroindustrial Alfa

Cooperativa Central Aurora Alimentos

COOPERFAMILIAR – Cooperativa da Agricultura Familiar



CREA/SC – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FCTER – Fundação Científica e Tecnológica em Energias Renováveis
Instituto Saga
MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
Organização Verde Vida – Oficina Educativa
Procuradoria Geral do Município
SAC – Sociedade Amigos de Chapecó
SDR – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional
SEBRAE – Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDEMA – Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
SEASC – Secretaria de Assistência Social
SEGOV – Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão
SECUL – Secretaria de Cultura
SDC – Secretaria de Defesa do Cidadão
SEDET – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEDUC – Secretaria de Educação
SEFAZ – Secretaria de Fazenda
SEHAB – Secretaria de Habitação
SEAIN – Secretaria de Articulação Institucional
SEJEL – Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer
SESAU – Secretaria de Saúde
SESUI – Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura
Sicoob Maxicrédito
Sindicato Rural
SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
UCEFF Faculdades
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
UFTPR – Universidade Federal Tecnológica do Paraná
UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó



Colaboradores

Edmilson Bernardi, Dulce Benetti, Janete Facco, Caroline Möller Scholz, Gilson Pagliosa, Alvaro Marcos Michelotto, Emerson Nunes Horostecki, Mônica Patricia Prestes, Berenice Ribeiro Tormem, Silvia Fátima Bianchi, Leovino L. Marangoni, Samuel Vasques, Santana Ferreira, Günther Halmann, Valdemar Stoll, Ivan Tormem, Valdir Crestani, Nelson João Krombauer, Claudio Jorge Kracker, Américo do Nascimento, Vlademir J. Demerech, Valdemar Sbeghen Junior, Gilberto Emílio Barella, Kellen Cassaro, Gisson Saugo, Silvestre Brasil, Franklin Brum Junior, Luiz Paulo Klock Filho, Sílvia Valdez, Terezinha Zandavalli Lima, Josefina A. N. de Carvalho, Luiz Alberto Nottar, Priscila Fernanda Rech Confortin, Antoninho J. Munarini, Claudete M. Fries Bressan, Janete Machado, Belenite Frozza, Magdalena Lajús Travi, Marcello Bertoncello, Cianarita Caron Figueiró, Ivana Alberghini, Evania Muller da Rosa, Karen Bissani, Nemésio Carlos da Silva, Carlos Eduardo Arns, Sandro Luiz Tremea, Valdir Maldaner, Nadir José Cervelin, Aline S. Pedroso, José Araújo, Jorge Luís Mattias, Ênio Alberto Parmeggiani, Mauro Zandavalli, Sabhrina Piazza Frigeri, Milton Martins, Osmarina V. Ramos, Larissa Grando Paludo, Jacir Dal Magro, Claudionor dos Santos, Jucemar Breciani, Fabio Machado, Valter J. Fedatto, Bruno Battistel, Wagner Travessini, Maria Neusa Castaman, Geciane Jordani, Thiago N. Santos, Simão Inocente, Antonio Zanini, Marlene de Andrade, Danian Garda, Dileta da Silva, Fabiana Marcante, Niceia Sueli Simas, Marilda Adolfo Guarda, Leandro do Prado Wildner.

Equipe de apoio

Ernesto José Cavallet, Leonardo Batistel, Odete Terezinha Fante, Rosemari Fatima Orłowski, Saulo Cerutti, Carlos Pace Dori.

Instituição Executora

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Oficina 1: elaboração da Matriz SWOT	21
Figura 2 – Oficina 2: definição dos objetivos estratégicos e projetos	23
Figura 3 – Reunião de trabalho: elaboração do projeto “Sistema de segurança no meio rural”	24
Figura 4 – Reunião de trabalho: elaboração do projeto “Melhoria da infraestrutura viária rural”	24
Figura 5 – Reunião de trabalho: elaboração do projeto “Água boa”	25
Figura 6 – Oficina 3: validação dos Projetos e Gestão do Plano	26
Figura 7 – Oficina 3: validação dos projetos e Gestão do Plano	26
Figura 8 – Monumento ao Desbravador	39
Figura 9 – Vista da Catedral Santo Antônio	40
Figura 10 – Parque da EFAPI	41
Figura 11 – Arena Condá	42
Figura 12 – Localização de Chapecó na Região Sul do Brasil	43
Figura 13 – Localização de Chapecó na Região Sul do Brasil	44
Figura 14 – Localização do Município de Chapecó e Municípios Limitrofes	46
Figura 15 – Malha viária do município de Chapecó	47
Figura 16 – Foto aérea do Município de Chapecó com as divisões distritais	49
Figura 17 – Comunidades do Município de Chapecó	51
Figura 18 – Comunidades do Distrito Sede.....	52
Figura 19 – Comunidades do Distrito Figueira	53
Figura 20 – Comunidades do Distrito Goio-En	54
Figura 21 – Comunidades do Distrito Alto da Serra	55
Figura 22 – Comunidades do Distrito Marechal Bormann	56
Figura 23 – Litologia do Município de Chapecó	59
Figura 24 – Altimetria do Município de Chapecó	61
Figura 25 – Declividade do Município de Chapecó	64
Figura 26 – Curvas de nível do Município de Chapecó	66
Figura 27 – Mapa de Solos do Município de Chapecó	73
Figura 28 – Uso do Solo no município de Chapecó	75
Figura 29 – Direcionamento das vertentes do Município de Chapecó	77
Figura 30 – Hidrografia.....	79
Figura 31 – Regiões Hidrográficas.....	80
Figura 32 – Malha hidrográfica do Município de Chapecó	81
Figura 33 – Microbacias do Município de Chapecó.....	82
Figura 34 – Nascentes do Município de Chapecó.....	83
Figura 35 – Biomas do Município de Chapecó.....	86
Figura 36 – Regiões Fitoecológicas de Chapecó	87
Figura 37 – Áreas Especiais de Interesse Ambiental do Município de Chapecó	89
Figura 38 – Limites das Áreas Federais no município de Chapecó	92
Figura 39 – Lavoura de milho.....	107
Figura 40 – Produção pecuária	114
Figura 41 – Produção aquicultura	116
Figura 42 – Agroindústrias familiares	118
Figura 43 – Localização das Agroindústrias Familiares de Chapecó	119
Figura 44 – Mapa de extrema pobreza nos municípios catarinenses	131



Figura 45 – Análise Swot	162
Gráfico 1 – Evolução demográfica da população de Chapecó.....	134
Gráfico 2 – Situação no mercado de Trabalho das beneficiárias do Programa Bolsa Família	154
Gráfico 3 – Participação das beneficiárias do Programa Bolsa Família nos Programas de Assistência Social	156



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Áreas indígenas.....	90
Tabela 2 – Número de cadastro e produtores que realizaram CAR nos anos 2014 e 2015.....	98
Tabela 3 – Evolução do movimento financeiro com venda direta ao consumidor (feiras-livres)	100
Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB), PIB <i>per capita</i> e renda <i>per capita</i>	104
Tabela 5 – Participação por Setor na Economia Municipal (%).....	105
Tabela 6 – Valores de Importação e Exportação no Município de Chapecó (DIEF/DIME).....	105
Tabela 7 – Participação dos diferentes setores na economia de Chapecó	106
Tabela 8 – Produção agrícola em lavouras temporárias	108
Tabela 9 – Produção agrícola em lavouras permanentes	109
Tabela 10 – Movimento econômico produção agrícola período 2011 a 2015	110
Tabela 11 – Evolução do movimento financeiro da produção e comercialização de produtos hortigranjeiros de Chapecó.....	112
Tabela 12 – Principais frutas comercializadas em 2013 e 2014.....	112
Tabela 13 – Principais produtos comercializados em 2014	113
Tabela 14 – Rebanho efetivo	115
Tabela 15 – Produção de origem animal.....	115
Tabela 16 – Produção da aquicultura em 2013.....	116
Tabela 17 – Número de Integrados por Agroindústria.....	117
Tabela 18 – Estrutura Fundiária de Chapecó em 2010	120
Tabela 19 – Indicadores de abastecimento de água no município de Chapecó em 2010	125
Tabela 20 – Indicadores de saneamento básico no município de Chapecó em 2010	125
Tabela 21 – Coliformes fecais em Chapecó – 2008 a 2011	126
Tabela 22 – Solicitação de Documentos Ambientais	128
Tabela 23 – IDHM do Município de Chapecó e do Brasil.....	129
Tabela 24 – IDHM Variáveis Renda, Longevidade e Educação do Município de Chapecó e Brasil	129
Tabela 25 – Percentual de População em Níveis de Pobreza em Chapecó e Brasil	131
Tabela 26 – Número de consumidores por segmento no município de Chapecó em 2010.....	132
Tabela 27 – Evolução do consumo de energia elétrica no município de Chapecó .	133
Tabela 28 – Crescimento populacional de Chapecó	133
Tabela 29 – População por Distritos de Chapecó	135
Tabela 30 – Densidade demográfica de Chapecó	135
Tabela 31 – Densidade demográfica de Chapecó em 2013	136
Tabela 32 – IDEB e projeções para a Rede Pública de Ensino Fundamental no Município de Chapecó	136
Tabela 33 – Escolas Municipais no espaço rural	137
Tabela 34 – Escolas Estaduais no espaço rural	137
Tabela 35 – Escolaridade dos Beneficiários do Programa Bolsa Família	138
Tabela 36 – Relação dos Centros de Saúde, Agentes comunitários e número de famílias atendidas no meio rural de Chapecó.....	138



Tabela 37 – Investigação de animais peçonhentos de Chapecó. Frequência por Zona Residência segundo Ano da Notificação	139
Tabela 38 – Investigação de acidentes de trabalho grave de Chapecó. Frequência por Zona Residência segundo Ano da Notificação	139
Tabela 39 – Investigação de atendimento antirrábico humano de Chapecó. Frequência por Ano da Notificação segundo Zona Residência	140
Tabela 40 – Investigação de Hantavirose de Chapecó. Frequência por Zona Residência segundo Ano da Notificação	140
Tabela 41 – Investigação de intoxicação exógena de Chapecó. Frequência por Zona Residência segundo Ano da Notificação	140
Tabela 42 – Investigação de Leptospirose de Chapecó. Frequência por Zona Residência segundo Ano da Notificação	141
Tabela 43 – Faixa da população Beneficiária do Programa Bolsa Família em Chapecó	153
Tabela 44 – Renda Mensal das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	154
Tabela 45 – Valor do Benefício Recebido do Programa Bolsa Família	155
Tabela 46 – Tempo de Recebimento do Benefício do Programa Bolsa Família	155
Tabela 47 – Destino dos Gastos com o Benefício do Programa Bolsa Família	156
Tabela 48 – Dificuldades Encontradas pelos Beneficiários do Programa Bolsa Família ao Acessar os Serviços de Saúde	157
Tabela 49 – Ocorrências por crime no interior do município nos anos de 2014 e 2015	159



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVOS	17
2.1 OBJETIVO GERAL.....	17
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
3 METODOLOGIA DE TRABALHO	19
4 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	28
4.1 DA FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE.....	28
4.2 DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	29
4.3 DA SUSTENTABILIDADE	30
5 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ	32
5.1 A GEOPOLÍTICA REGIONAL	32
5.2 A OCUPAÇÃO ÉTNICA E A MIGRAÇÃO	33
5.3 DÉCADAS DE 1920 A 1950: A COLONIZAÇÃO, O COMÉRCIO DE TERRAS E O CICLO MADEIREIRO	34
5.4 DÉCADAS DE 60 E 70: A TECNIFICAÇÃO E O MODELO AGROINDUSTRIAL	35
5.5 ANOS 1980: MOVIMENTOS SOCIAIS E O ÊXODO RURAL	36
5.6 ANOS 1990: ABERTURA DOS MERCADOS E COMPETITIVIDADE	37
5.7 CHAPECÓ NO SÉCULO XXI: POLO ECONÔMICO E TURÍSTICO	38
6 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO RURAL DE CHAPECÓ	43
6.1 LOCALIZAÇÃO DE CHAPECÓ.....	43
6.2 DIVISÃO GEOPOLÍTICA DO MUNICÍPIO.....	48
6.3 COMUNIDADES RURAIS	50
6.4 CLIMA	57
6.5 SOLO	58
6.5.1 Geologia	58
6.5.2 Geomorfologia	60
6.5.3 Altimetria	60
6.5.4 Declividade	62
6.5.5 Curvas de Nível	65
6.5.6 Classificação dos Solos	67
6.5.7 Uso do Solo	74
6.6 ÁGUA	76
6.6.1 Direcionamento de Vertentes	76
6.6.2 Hidrografia	78
6.6.3 Recursos Hídricos	84
6.7 VEGETAÇÃO NATURAL.....	84
6.8 ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE AMBIENTAL (AEIA).....	88
6.9 ÁREAS FEDERAIS	90



6.9.1	Floresta Nacional (FLONA)	90
6.9.2	Reservas Indígenas	90
7	DIAGNÓSTICO	93
7.1	DIAGNÓSTICO ECONÔMICO	94
7.1.1	Considerações Gerais	94
7.1.2	Características do Setor Rural de Santa Catarina	95
7.1.3	Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SEDEMA) ...	96
7.1.3.1	<i>Diretorias</i>	96
7.1.3.2	<i>Departamentos/Gerências</i>	97
7.1.3.3	<i>Recursos humanos</i>	97
7.1.3.4	<i>Programas</i>	98
7.1.4	Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura (SESUI)	103
7.1.4.1	<i>Recursos humanos</i>	103
7.1.4.2	<i>Parque de máquinas</i>	103
7.1.4.3	<i>Serviços realizados</i>	103
7.1.5	Indicadores Macroeconômicos	104
7.1.6	Atividades Agrícolas	106
7.1.7	Atividades Pecuárias	114
7.1.8	Capacidade de Armazenamento	116
7.1.9	Número de Produtores do Sistema de Integração	117
7.1.10	Agroindústrias Familiares	118
7.1.11	Estrutura Fundiária	120
7.1.12	Turismo no Espaço Rural	120
7.2	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	123
7.2.1	Programas da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	123
7.2.2	Abastecimento de Água	124
7.2.3	Saneamento Básico	125
7.2.4	Coliformes Fecais	126
7.2.5	Análise Química	127
7.2.6	Concessão de Licenças Ambientais	128
7.3	DIAGNÓSTICO SOCIAL	129
7.3.1	Indicadores Macrossociais	129
7.3.1.1	<i>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)</i>	129
7.3.1.2	<i>Pobreza no Município de Chapecó</i>	130
7.3.2	Energia Elétrica	132
7.3.3	Demografia	133
7.3.3.1	<i>População rural e urbana do município</i>	133
7.3.3.2	<i>População dos distritos</i>	134
7.3.3.3	<i>Densidade demográfica</i>	135
7.3.4	Educação	136
7.3.5	Saúde	138
7.3.5.1	<i>Infraestrutura de saúde no interior</i>	138
7.3.5.2	<i>Problemas epidemiológicos</i>	139
7.3.6	Assistência Social	141
7.3.6.1	<i>Atuação da Secretaria de Assistência Social de Chapecó (SEASC)</i>	142
7.3.6.2	<i>Programas desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social</i>	145
7.3.6.3	<i>Beneficiários do Programa Bolsa Família em Chapecó</i>	153
7.3.7	Esportes	157
7.3.7.1	<i>Estruturas esportivas do interior</i>	157



7.3.7.2	<i>Programas esportivos para o interior.....</i>	158
7.3.8	Segurança	159
7.3.8.1	<i>Crimes e contravenções no interior.....</i>	159
8	ANÁLISE DO CENÁRIO E FUTURO DESEJADO	161
8.1	MATRIZ SWOT	161
8.1.1	Eixos: Econômico e Ambiental	163
8.1.2	Eixo: Social	164
8.2	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	165
8.2.1	Eixo: Econômico	165
8.2.2	Eixo: Ambiental	165
8.2.3	Eixo: Social	165
9	PROJETOS	166
9.1	EIXO: ECONÔMICO	166
9.2	EIXO: AMBIENTAL	180
9.3	EIXO: SOCIAL	187
10	GESTÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CHAPECÓ.....	197
10.1	COMITÊ DE GESTÃO DO PDRC	198
10.1.1	Objetivo	198
10.1.2	Coordenação.....	199
10.1.3	Composição	199
10.1.4	Sistematização dos Encontros.....	200
10.1.5	Replanejamento.....	200
	BIBLIOGRAFIA	201
	ANEXOS	204



APRESENTAÇÃO

A integralidade do território do município é imprescindível para o progresso e o desenvolvimento socioeconômico da área urbana e da área rural, uma vez que a concepção dicotômica e a conseqüente divisão fática geram perdas para ambos e, em decorrência, para o município.

Do ponto de vista espacial, cabe ao plano diretor ordenar a utilização do solo municipal, considerando o território do município como um todo (art. 40, § 2º, do Estatuto da Cidade). Isto significa que deve o planejamento municipal ser feito sobre o território global do município, tanto da área urbana quanto da rural, já que o crescimento da cidade sempre se dá em direção à zona rural.

O Plano de Desenvolvimento Rural do município de Chapecó (PDRC) passa a ser parte integrante do Plano Diretor de Chapecó, conforme previsto no seu Art. 31 com prazo definido para sua elaboração de acordo com o §2º deste artigo: “O Plano de Desenvolvimento Rural deverá ser elaborado no prazo improrrogável de 1 (um) ano, a partir da publicação desta Lei Complementar.” (26/11/14).

O presente documento constitui o PDRC, dividido em 10 (dez) capítulos onde consta introdução; objetivos; metodologia de trabalho; princípios e diretrizes; histórico do município de Chapecó; caracterização do meio rural de Chapecó; diagnóstico; definição de cenário e futuro desejado; projetos e; gestão do PDRC.

A **Seção introdutória** apresenta de maneira descritiva a importância do Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó como estratégia básica de política de desenvolvimento territorial do município, constituindo-se parte integrante do planejamento municipal, com foco no desenvolvimento sustentável.

Os **Objetivos** estabelecem aspectos gerais e específicos que orientam e direcionam as atividades de desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Rural.

A **Metodologia de trabalho** aborda a forma, bem como as estratégias utilizadas na elaboração das diferentes etapas do Plano, sendo que em algumas etapas necessitou-se realizar pesquisas e outras tiveram a participação popular em atividades denominadas de Oficinas.



Os **Princípios e diretrizes** são aqueles estabelecidos pela Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, que são a “Função social da cidade e da propriedade”, a “Gestão democrática” e a “Sustentabilidade”, fundamentos estes que devem nortear todo o Plano.

O **Histórico do município de Chapecó** descreve desde os primórdios mesmo antes da Guerra do Contestado, a ocupação do povo Kaingang e mais tarde pelos Guarany, que com o povo luso-brasileiro e negros escravos criou a etnia cabocla. Posteriormente, o capítulo trata da colonização, do comércio de terras e do ciclo madeireiro. Finalizando o histórico, trata também da tecnificação, do êxodo rural e dos dias atuais.

A seção **Caracterização do meio rural de Chapecó** aborda aspectos gerais do município de Chapecó como a sua localização, etnias, divisão geopolítica com a descrição das comunidades, até aspectos pontuais característicos do meio rural de Chapecó como geologia, declividade, curvas de nível, direcionamento das vertentes, classificação dos solos, hidrografia, entre outros. A grande maioria dessas caracterizações está representada através de mapas para melhor ilustrar e entender.

No **Diagnóstico** levantam-se informações gerais da área rural subdivididas de acordo com os eixos da sustentabilidade, ou seja, o econômico, o ambiental e o social.

Na **definição de cenário e futuro desejado** são analisados aspectos do ambiente externo definidos, como oportunidades e ameaças, e os do ambiente interno, definidos como forças e fraquezas. A partir da análise desta realidade interna e externa, também conhecida como matriz SWOT, e do futuro desejado numa visão de sustentabilidade, foram definidos os objetivos estratégicos.

Na seção **Projetos** foram definidos como forma de alcançar cada objetivo estratégico, podendo ter mais de um projeto para cada objetivo estratégico. Foram definidos e elaborados 10 (dez) projetos, conforme cada dimensão da sustentabilidade. Os projetos foram elaborados em oficinas específicas com participação do poder público e da comunidade.

Na **Gestão do PDRC** é explicitada que essa será feita democraticamente através de instituições representativas que se reunirão sistematicamente para aferição do andamento das atividades programadas e/ou para fazer eventuais



replanejamentos, conforme as necessidades, demandas e oportunidades do momento.



1 INTRODUÇÃO

Há uma preocupação no mundo atual voltada não apenas ao crescimento econômico das nações, mas que este gere distribuição de riqueza e inclusão social e para que os processos sejam participativos. É dessa forma que se posiciona a Constituição Brasileira de 1988. Posteriormente, em 2001, com a promulgação do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.252/2001), tornou-se imperativa a elaboração de planos diretores municipais definindo a função social das diferentes áreas do município, sejam elas urbanas ou rurais, sejam elas privadas ou públicas. É obrigatória a implementação dessa lei para municípios com população maior que 20.000 habitantes ou regiões metropolitanas ou aglomerados urbanos (SANTOS JUNIOR, 2011).

O Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó (PDRC) é um instrumento de planejamento do território rural do município e deve partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa do município e de sua região, apresentando um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura rural.

O PDRC é parte constituinte do Plano Diretor de Chapecó aplicado à área rural do seu território, constituindo-se no instrumento básico e estratégico da Política de Desenvolvimento Territorial do Município e como parte integrante do sistema de planejamento municipal.

É necessário que o PDRC vise melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas que vivem no meio rural, incorporando as preocupações relativas ao cultural, ao social, ao econômico e ao ambiental.

Para estes fins, o conceito de Espaço Rural abriga o setor primário (agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, caça, pesca e mineração), a agroindústria, a agricultura familiar, o turismo rural, a habitação e as atividades institucionais de apoio necessárias para o desenvolvimento desses (o espaço rural poderá contemplar outras atividades levando em consideração as vocações da realidade local). Diferentemente do Espaço Urbano, que abriga, predominantemente, os setores secundários e terciários, e as atividades institucionais de apoio ao município em sua integralidade.



Os Planos Diretores são regidos pelos seguintes princípios:

- a) função social da cidade e da propriedade;
- b) gestão democrática da política de desenvolvimento municipal
- c) desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, cabe ao município:

- a) planejar e controlar o uso e a ocupação do território municipal, utilizando os potenciais e as limitações do seu meio físico, econômico e social;
- b) orientar a política de desenvolvimento e ordenamento urbana e rural do município;
- c) promover o desenvolvimento com base na preservação, buscando o equilíbrio ambiental, cultural, social e econômico;
- d) promover a proteção do patrimônio arquitetônico, histórico-cultural e ambiental local;
- e) possibilitar a participação da população nos processos de decisão, planejamento e gestão.

A estruturação territorial poderá estar explicitada no Macrozoneamento, o qual abrange a área urbana e rural do município. As Macrozonas são setores homogêneos que traduzem espacialmente diretrizes e estratégias de desenvolvimento, cuja ocupação é proposta nestas diretrizes. As Macrozonas podem, havendo necessidade, dividir-se em Subzonas.

O município fomentará ações de planejamento e gerenciamento integrados com políticas de desenvolvimento urbano e rural, que orientem as ações para o progresso e fortalecimento equânime da área urbana e da área rural, a conservação dos potenciais naturais e a minimização dos conflitos sociais decorrentes do desenvolvimento.

Considerando, dessa maneira, os aspectos pertinentes à conceituação e definições, aos seus objetivos gerais e específicos de ordenamento territorial, com seu diagnóstico, objetivos estratégicos, projetos e gestão dos mesmos, foi elaborado o presente Plano de Desenvolvimento Rural do Município de Chapecó, com o objetivo de que as ações municipais, para a área rural, tenham um rumo definido, baseado na realidade e futuro desejado, numa visão de sustentabilidade.



2 OBJETIVOS

O objetivo geral é amplo e enuncia a visão de futuro para o município, ainda que seu alcance dependa de outros fatores, para além da implementação do Plano. Tem relação direta com a leitura global e intersetorial do território realizada no diagnóstico.

2.1 OBJETIVO GERAL

O Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó tem por objetivo o planejamento territorial para a zona rural, estabelecendo-se como um instrumento político-administrativo e legal que determina o regramento da ocupação e o desenvolvimento territorial da estrutura espacial rural, levando em conta e potencializando positivamente suas características ambientais, produtivas, turísticas e sociais.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos estão orientados para o fim delimitado no objetivo geral, pois se constituem no detalhamento deste.

São diversos os objetivos específicos previstos no plano e estão descritos abaixo:

- a) identificar as vulnerabilidades do município, especialmente aquelas ligadas à produção rural, à produção agroindustrial, ao turismo e ao desenvolvimento qualificado do ambiente natural;
- b) envolver a comunidade garantindo a participação dos diversos segmentos da sociedade na elaboração e gestão do PDRC;
- c) identificar oportunidades, ameaças, forças e fraquezas da zona rural do município de maneira prospectiva e propositiva;



- d) definir diretrizes gerais para o desenvolvimento territorial;
- e) avaliar a atual estrutura administrativa vigente para subsidiar o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural;
- f) realizar o mapeamento temático da área rural do município com informações de hidrografia, bacias hidrográficas, topologia, tipos e aptidão agrícola do solo, cobertura do solo, áreas de preservação permanente, reserva legal, de uso restrito, tipo de exploração econômica, malha viária, população e seus indicadores sociais, tudo conforme as informações disponíveis nos órgãos afins e as que deverão ser pesquisadas pela equipe técnica;
- g) definir o futuro desejado para a área rural, a partir de objetivos estratégicos e seus projetos nas áreas econômica, social e ambiental.
- h) elaborar um plano de gestão, de maneira que o presente plano seja implementado e com possibilidade de efetuar melhorias.



3 METODOLOGIA DE TRABALHO

Para a elaboração do PDRC, partiu-se do princípio de que um planejamento municipal deve, necessariamente, envolver o setor público, a iniciativa privada e a sociedade civil. Para tanto, foi firmado convênio com a UNOCHAPECÓ, através da sua mantenedora a FUNDESTE, que designou profissional habilitado e de experiência comprovada para este fim, com o intuito de que o plano fosse feito com a excelência necessária e entregue dentro do prazo previsto.

Neste sentido, escolhido o coordenador, a primeira etapa foi comunicar a missão da elaboração do plano aos demais segmentos da sociedade, informando-os da metodologia e da importância da participação. Ao mesmo tempo foi solicitado que fornecessem informações para o diagnóstico. Para este propósito, foram contatadas as secretarias municipais, a iniciativa privada e setores da sociedade civil organizada como a Sociedade Amigos de Chapecó (SAC), EPAGRI, CIDASC, UNOCHAPECÓ, entre outros.

Os “princípios e diretrizes (etapa 4)” e o “histórico do município de Chapecó” (etapa 5) foram frutos de pesquisas bibliográficas, em especial no Estatuto da Cidade e, principalmente, do Projeto Chapecó 2030, elaborado com uma intensa e qualificada participação de diferentes setores da sociedade de iniciativa e coordenação da Sociedade Amigos de Chapecó (SAC).

A “caracterização do meio rural de Chapecó” (etapa 6) teve como referência o Plano Diretor Municipal Rural do município de Concórdia. Nesta etapa inúmeros mapas foram confeccionados que retratam a realidade rural de Chapecó. Para esta tarefa, contou-se com o apoio irrestrito e de qualidade da SEDEMA, cujo secretário Engenheiro Agrônomo Valdir Crestani delegou ao também Engenheiro Agrônomo Ernesto José Cavallet coordenar esta tarefa, juntamente com sua equipe formada pela Analista Ambiental Tereza Zandavalli Lima e o estagiário, acadêmico de Engenheiro Ambiental, Leonardo Batistel.

A partir do recebimento dos dados que comporia o diagnóstico (etapa 7), estes foram selecionados e agrupados de acordo com cada uma das dimensões da sustentabilidade, ou seja, a econômica, a ambiental e a social.

Para a continuidade do diagnóstico, 3 (três) oficinas foram organizadas com a participação da sociedade, contemplando, assim, uma das diretrizes do Plano que é



a da “gestão democrática”. O processo de discussão foi muito rico, onde aproximadamente 80 pessoas de mais de 40 organizações públicas e privadas participaram dos debates, sendo:

a) Oficina 1

A Oficina 1 foi realizada no dia 24 de setembro de 2015, tendo como local o Mercado Público de Chapecó. O objetivo desta oficina foi, com base na análise do diagnóstico, realizar a análise do cenário municipal rural. Para isso, utilizou-se como ferramenta do planejamento estratégico, a Matriz SWOT, ocasião em que foi definido:

- Em relação ao **Ambiente Interno**: os pontos em que o meio rural (famílias) e administração municipal se destacam como positivos e o que têm como mais deficitários, ou seja, as **Forças** e as **Fraquezas**;
- Em relação ao **Ambiente Externo**: quanto às forças externas não há possibilidade de mudá-las, apenas identificar as **Oportunidades** (de que forma podemos nos beneficiar no atingimento dos objetivos) e as **Ameaças** (até que ponto elas podem atrapalhar os objetivos).

Com o cruzamento de cada variável interna (Forças e Fraquezas) com as variáveis externas (Oportunidades e Ameaças) foi possível identificar a seguinte situação:

- Forças X Oportunidades e Ameaças: FORÇAS que auxiliam a captar as Oportunidades e impedir as Ameaças.
- Fraquezas X Oportunidades e Ameaças: FRAQUEZAS que impedem as Oportunidades e potencializam as Ameaças.
- Oportunidades X Forças e Fraquezas: OPORTUNIDADES com apoio das Forças e prejudicadas pelas Fraquezas.
- Ameaças X Forças e Fraquezas: AMEAÇAS protegidas (anuladas) pelas Forças e potencializadas pelas Fraquezas.

Foram realizados 2 (dois) encontros de elaboração da Matriz SWOT, sendo um encontro para o eixo econômico e ambiental e um outro para o eixo social.

O resultado do cruzamento de cada variável interna com cada uma das variáveis externas gerou uma pontuação, fator que permitiu hierarquizar por ordem de importância cada característica interna e externa.

Na imagem 1 pode-se visualizar a Oficina 1 em termos de boa receptividade e participação das entidades, instituições e dos setores internos da prefeitura municipal.

Figura 1 – Oficina 1:elaboração da Matriz SWOT



Fonte: SEDEMA (2015).

b) Oficina 2

A Oficina 2 foi realizada no dia 7 de outubro de 2015, tendo como local o Mercado Público de Chapecó. O objetivo desta foi, a partir da análise da Matriz SWOT, definir os “Objetivos Estratégicos” relativos ao futuro desejado para cada dimensão da sustentabilidade.

Para o eixo econômico foram definidos 3 (três) Objetivos Estratégicos, e, destes, 5 (cinco) projetos, sendo, dentre estes, incluídos os projetos estruturantes. No eixo ambiental foi definido 1 (um) Objetivo Estratégico que resultou em 2 (dois) projetos. O eixo Social contou com 2 (dois) Objetivos Estratégicos, culminando com



3 (três) projetos. Portanto, no total foram elaborados 10 (dez) projetos que se caracterizam como meios para viabilizar o alcance de cada Objetivo Estratégico.

Na oficina 2 foi delegado um líder para coordenar cada Projeto, com o fim de constituir sua equipe de profissionais com *expertise* na área do projeto, acordando horário e local para a elaboração do mesmo.

Para a elaboração dos projetos, a coordenação do PDRC repassou um projeto pronto e um roteiro explicativo das suas partes para que todos fossem feitos dentro de um padrão, onde esse deveria conter:

- Título;
- Responsável pela execução do projeto;
- Contextualização;
- Objetivo;
- Metas;
- Indicadores de desempenho;
- Recursos financeiros;
- Origem dos recursos;
- Instituições envolvidas (parcerias);
- Público-alvo;
- Plano de ação.

Na imagem 2 podemos visualizar a Oficina 2. Novamente, a exemplo da Oficina 1, houve grande colaboração e participação das entidades, instituições e dos setores internos da prefeitura municipal.

Figura 2 – Oficina 2: definição dos objetivos estratégicos e projetos



Fonte: SEDEMA (2015).

Cada grupo, de cada um dos 10 (dez) projetos, demonstrou alto nível de colaboração nas diversas reuniões para construção dos trabalhos, mostrando sentimento de pertencimento e compromisso social, sendo que, mesmo com algumas dificuldades de encontrar informações e da quebra da cultura da baixa interação entre as secretarias, elaboraram o projeto, a eles delegado, com muita determinação, em que, no geral, superaram as expectativas.

Nas imagens 3, 4 e 5 podem-se visualizar reuniões de elaboração de alguns projetos feitos por representantes do poder público municipal e de voluntários da sociedade civil.

Figura 3 – Reunião de trabalho: elaboração do projeto “Sistema de segurança no meio rural”



Fonte: SEDEMA (2015).

Figura 4 – Reunião de trabalho: elaboração do projeto “Melhoria da infraestrutura viária rural”



Fonte: SEDEMA (2015).

Figura 5 – Reunião de trabalho:elaboração do projeto “Água boa”



Fonte: SEDEMA (2015).

c) Oficina 3

A Oficina 3 foi realizada no dia 27 de outubro de 2015, tendo como local o Mercado Público de Chapecó. Os objetivos da Oficina 3 foram de validação dos projetos e a definição da metodologia/regras para gestão do PDRC.

Para isso, um representante de cada Projeto apresentou-o aos presentes na Oficina. Por meio desta socialização tiveram a oportunidade de conhecer todos os projetos de cada uma das dimensões da sustentabilidade, tirando dúvidas e fazendo as considerações pertinentes neste exercício democrático.

Após a validação dos projetos, nesta Oficina 3, de uma forma democrática, iniciou-se a discussão e definição da última etapa do Plano, denominada de “Gestão do PDRC” (etapa 10).

Nas imagens 6 e 7, pode-se visualizar a Oficina 3. Novamente, a exemplo da Oficina 1 e da Oficina 2, foi muito participativa das entidades, instituições e dos setores internos da prefeitura municipal.

Figura 6 – Oficina 3: validação dos Projetos e Gestão do Plano



Fonte: SEDEMA (2015).

Figura 7 – Oficina 3: validação dos projetos e Gestão do Plano



Fonte: SEDEMA (2015).



Após a definição dos projetos e do sistema de gestão desses, procedeu-se a elaboração (formatação e redação) final do PDRC.

Em reunião ordinária do Conselho da Cidade de Chapecó (CONCIDADE) do dia 26 de novembro de 2015, foi apresentado o PDRC aos Conselheiros e à Sociedade Civil presente. O secretário da SEDEMA explanou a importância do Plano para o desenvolvimento rural do município de Chapecó que nortearão as ações tanto para o curto como para o longo prazo. Em seguida, o Coordenador do Plano explanou a metodologia adotada bem como cada etapa da sua composição e finalizou agradecendo a todos os setores, tanto das instituições públicas como da sociedade em geral, pela expressiva e qualificada participação na elaboração do Plano. Por último, os Conselheiros fizeram as considerações que foram acatadas e o documento final foi elaborado, chamado de “Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó”, que norteará o desenvolvimento estratégico para o meio rural do município de Chapecó.



4 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Através do estabelecimento de princípios e diretrizes, o plano deve fornecer orientações para as ações que influenciam o desenvolvimento municipal.

Os Princípios são definidos por Sundfeld (1995) como as “idéias centrais de um sistema, ao qual dão sentido lógico, harmonioso, racional, permitindo a compreensão de seu modo de organizar-se”.

Diretrizes são orientações, instruções ou indicações para se estabelecer um plano, uma ação, um projeto etc.

4.1 DA FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

Os princípios fundamentais que norteiam a elaboração do Plano Diretor Municipal Rural devem ser os estabelecidos na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, entre eles, destaca-se o cumprimento da função social da cidade e da propriedade.

A função social da cidade é usualmente um conceito constitucional consignado como norma programática a ser instituída pelos municípios brasileiros, que visa atendimento das necessidades individuais e coletivas e oferecimento de melhores condições de vida aos habitantes da cidade.

Por “funções sociais da cidade”, tem-se uma norma constitucional aberta, que pode e deve ser desvendada e transformada em princípios orientadores ao Poder Público, para planejar e implementar os direitos fundamentais. A cidade é uma obra em construção, bem como a maneira como é vista e estudada, que deve ser preservada, como de resto toda a natureza, para as gerações futuras.

A função social da propriedade pode ser entendida como a subordinação de interesses privados do titular da propriedade aos interesses públicos e sociais.

A propriedade é tutelada na **Constituição Federal** (CF) no seu **art. 5º**, inciso XXII: “é garantido o direito de propriedade”. Logo em seguida, aduz no inciso **XXIII**: “a propriedade atenderá a sua função social”. A Carta Magna ainda dispõe



que a **ordem econômica** deverá observar a **função social da propriedade** (art. 170, III).

O **Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64)**, tido por alguns como o Código Agrário Brasileiro, no que se refere à questão da função social da propriedade, foi seguido pela Constituição Federal em seu artigo 186.

Assim, dispõe o **artigo 2º, §1º**, do Estatuto da Terra sobre a função social da propriedade:

É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social...§ 1º – A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- assegura a conservação dos recursos naturais;
- observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

O Art. 186 da Constituição Federal preceitua que:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I - aproveitamento racional e adequado;*
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;*
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;*
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.*

4.2 DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão da cidade democrática incorpora a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução e acompanhamento, garantindo: acesso público e irrestrito às informações referentes à política urbana/rural; participação popular na formulação, implementação, avaliação, monitoramento e revisão da política urbana/rural; capacitação da população e



segmentos da sociedade para participação no planejamento e gestão da cidade/campo.

A Gestão Democrática das Cidades é tratada no cap. IV do Estatuto da Cidade, que elenca alguns instrumentos “para participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania”.

O Estatuto da Cidade, no art. 40 §4º, estabelece que os poderes Legislativo e Executivo garantirão, no processo de elaboração do Plano Diretor, a participação dos vários segmentos da sociedade, a publicidade e o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

A função social da cidade e da propriedade e a participação popular no planejamento e gestão das cidades são dois elementos que devem estar detalhados no Plano Diretor Municipal Rural de cada município. A efetivação desses elementos é o grande desafio a superar, para construir o processo de gestão democrática, com participação ampla dos habitantes na condução do destino do município.

4.3 DA SUSTENTABILIDADE

O princípio do desenvolvimento sustentável fundamenta-se no equilíbrio e harmonização entre o desenvolvimento econômico, a justiça social e o uso eficiente e conservacionista dos recursos da natureza, garantindo a qualidade de vida às presentes e futuras gerações.

A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Para tanto, é fundamental a participação popular. É a comunidade que direciona a sustentabilidade local, por isso a comunidade precisa estar plenamente sensibilizada de que essa atividade é uma forma de desenvolvimento e possibilidade



de prosperidade de todo um município ou região e como um importante elemento de inclusão social com a geração de emprego e renda nas próprias localidades.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem como vertentes principais o crescimento econômico, a equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente.



5 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

5.1 A GEOPOLÍTICA REGIONAL

A região do Oeste Catarinense já pertenceu à província de São Paulo até 1853, quando foi criada a província do Paraná¹. Foi questionada pela Argentina através da “questão de Palmas/Misiones” resolvida em 1895 com a arbitragem de Grover Cleveland, presidente dos Estados Unidos (AURAS, 1984, p. 24-26). Logo depois surgiu a Guerra do Contestado, cuja questão territorial foi resolvida em 1916 quando passou para Santa Catarina o correspondente a 29,8% do seu território atual. Definidas estas questões o governo estadual, visando à ocupação e a sua consolidação, dividiu esta região em quatro municípios, Chapecó, Cruzeiro (atual Joaçaba), Porto União e Mafra, criados em 25 de agosto de 1917. A primeira sede do município de Chapecó foi no atual distrito de Marechal Bormann. Com as mudanças na política estadual e, por consequência, a nomeação de novos intendentes, a sede municipal alternou seu endereço até 1931, com a então Vila e atual município de Xanxerê, até sua instalação definitiva na então Vila Passo dos Índios, sede da Colonizadora Bertaso:

[...] o interventor do Estado, Ptolomeu de Assis Brasil, passa a sede do município definitivamente para Passo dos Índios, acabando assim a pendenga entre Passo Bormann e Xanxerê.

Em 02 de maio é instalada a sede da prefeitura municipal sendo prefeito provisório o Capitão João Candido Alves, que junto com o juiz de direito, Dr. Albino Sá Filho, dirige as cerimônias. O nome da vila muda de Passo dos Índios para Chapecó (Xapecó), por decreto do governador. (HIRSCH, 2005, p.140).

A definição da sede municipal, na mesma sede da colonizadora, impulsiona o processo de organização urbana da vila para o *status* de cidade com o primeiro projeto de urbanização. Este projeto é a referência mais importante que se tem até

¹ Em consequência da criação da Província do Paraná em 1853, o governo Imperial aprovou duas colônias militares em 1859, a de Xapecó, no atual município de Xanxerê, e a de Chopim, no atual município de Chopinzinho, no Paraná.



hoje para se pensar em planejamento de Chapecó. Se nos anos da década de 1930 o Coronel Bertaso, fundador e construtor dos fundamentos da área urbana, teve a visão de uma cidade para o futuro, porque na atualidade, com mais informações, acesso à tecnologia e recursos, não podemos fazer algo de forma tão ou até mais inovadora?

5.2 A OCUPAÇÃO ÉTNICA E A MIGRAÇÃO

A primeira ocupação populacional da atual região oeste de Santa Catarina foi feita pelo povo Kaingang – o povo do Índio Condá – e mais tarde pelo povo Guarany, prolongando até meados do século XIX, quando começa a predominância do povo luso-brasileiro que miscigenado com índios e negros escravos dão origem à etnia cabocla. Constitui-se, daí, uma forte caracterização étnico-cultural na religiosidade, no trato com a terra e com os animais, produzindo uma agricultura e uma criação para a subsistência e uma importante atividade extrativista da erva-mate, que, de certa forma, permanece até hoje como importante fornecedora de mão de obra.

É desse período de ocupação que a atividade do tropeirismo paulista começa a cruzar Santa Catarina, a partir do século XVIII, como uma das opções de ligação entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, fornecendo mulas para a atividade extrativista mineral de Minas Gerais e gado para os criadores e consumidores de São Paulo, através da ‘feira de Sorocaba’. As chamadas ‘paradas’, ou ‘pousos’, dos tropeiros, com o tempo, passaram a ser importantes pontos de comércio e origem das primeiras vilas².

² O museu do tropeiro da Linha Simoneto, em Chapecó, é um importante espaço de cultura e de história de uma longa e importante atividade econômica e migratória da região Oeste desde o século XVIII até meados do século XX.

Uma videorreportagem do Programa Globo Rural da TV Globo colocou para o Brasil este importante período da nossa história, referendando a tese da primeira ligação de transporte de mercadorias, riquezas e informações entre a Região Sul e o centro econômico do Brasil, muito antes das ferrovias e das rodovias.



5.3 DÉCADAS DE 1920 A 1950: A COLONIZAÇÃO, O COMÉRCIO DE TERRAS E O CICLO MADEIREIRO

A partir de 1917 começa a abertura das primeiras trilhas para a colonização feita por famílias gaúchas descendentes de europeus. Aqui encontraram, praticamente, toda a superfície coberta de mato, com solo muito fértil, mas, em geral, com topografia acidentada, o que dificultava o cultivo e mais ainda a sua conservação e o transporte.

Para Renk (1997, p.45-46 apud ALBA, 2002, p. 18), o processo de colonização do município de Chapecó, até os anos de 1940,

[...] esteve mais por conta das empresas colonizadoras (abertura de estradas, organização dos povoados e vilas, etc.) que, a partir dos anos 20, começaram a ocupação (colonização) do Oeste, trazendo famílias migrantes do Rio Grande do Sul, a maioria descendentes de italianos e alemães. A colonização estruturou-se através de pequenas propriedades, conjugando-se os diversos interesses: Das companhias colonizadoras – venda de terras; Do Estado – ocupar área vista como vazio demográfico; e Dos colonos – ter acesso à terra. Assim, levas de agricultores do Rio Grande do Sul deslocaram-se para a região, adquiriram suas pequenas propriedades, constituíram família, juntamente com o sonho de enriquecer.³

A partir da década de 1930⁴, há uma intensificação no processo de colonização migratória, instalação das primeiras madeireiras, formação das primeiras vilas e a exploração dos recursos naturais (ciclo da madeira, queimadas, erosão do solo e poluição dos recursos hídricos). De 1939 a 1945, o mundo viveu o período da Segunda Guerra Mundial, de 1937 a 1945, o Brasil conviveu com a ditadura do Estado Novo, do governo de Getúlio Vargas, e de 1943 a 1946, o 'velho Xaçecó' ficou vinculado temporariamente ao então Território do Iguassu, com suas enormes dificuldades de transporte, comunicação e energia (OLIVEIRA, 1999).

³ A colonização de terra na região do Oeste Catarinense fora feita pelas empresas Companhia Chapecó-Peperi Ltda., na região de Mondaí a Itapiranga; Companhia Territorial Sul Brasil Ltda., na região de São Carlos a Palmitos; Barth, Benetti e Cia., na região de São Miguel do Oeste; Luci Rosa Ltda., nas regiões de Seara a Concórdia; e Empresa Ernesto F. Bertaso, na região de Chapecó.

⁴ Até então o Município de Chapecó tinha uma população restrita a 11.315 habitantes em 1920 e a 44.327 em 1940. Em 1950, já possuía 96.624.



O ciclo madeireiro iniciou o processo de desmatamento, hoje considerado predatório, mas que na época era símbolo de progresso e exuberância desbravadora, pela abundância de araucárias, angicos, cedros, imbuías e outras madeiras de grande aceitação nos mercados. O rio Uruguai foi o meio de escoamento onde os madeireiros construíam suas balsas que levavam a madeira de Chapecó e região para os centros consumidores na Argentina. Na década de 1950, o processo de colonização se intensificou ainda mais com a formação de novas vilas e o início das emancipações dos primeiros municípios, a partir de Chapecó. É desse período também a fundação dos Frigoríficos Chapecó e Marafon e das primeiras cooperativas tritícolas impulsionadas pelo desenvolvimentismo do Governo de JK.

Passado o ciclo da madeira, a pecuária e a agricultura passaram a predominar graças aos nutrientes do solo gerando uma receita com pouco desembolso, fazendo com que as famílias, há pouco aqui chegadas, acreditassem que a fortuna viria rapidamente. A população cresceu de forma rápida, tanto pelo acelerado fluxo migratório como pelo grande número de filhos por família.

5.4 DÉCADAS DE 60 E 70: A TECNIFICAÇÃO E O MODELO AGROINDUSTRIAL

A assistência técnica chegou em 1963, através da ACARESC (atualmente EPAGRI), difundindo novas práticas e novas tecnologias para a produção agropecuária, a partir do modelo da revolução verde. Em 1967 foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó e a Cooperalfa. Em 1969, a Cooperativa Central Aurora foi fundada, impulsionados pela presença da política governamental de assistência técnica e de crédito. Logo em seguida, com a mobilização da sociedade local, iniciou a construção do Frigorífico da Sadia, que teve importante participação da SAC e da Prefeitura Municipal.

Da década de 1970 em diante houve um novo ciclo de desenvolvimento da região com a consolidação das principais agroindústrias, o sistema de integração de suínos e aves e o fortalecimento do cooperativismo. O modelo integrado incorporou uma parcela restrita de agricultores através de financiamentos a juros baixos, prazos adequados para o pagamento e uma forte assistência técnica. A renda advinda do



sistema permitiu a melhoria significativa das condições de vida e da qualidade das propriedades integradas comparadas às não integradas.

A década de 1970, em especial, foi emblemática e decisiva. No meio rural, a Acaresc ampliou a sua atuação com implantação de inúmeros Clubes 4 “S” numa perspectiva de trabalhar a juventude rural para o novo modelo produtivo. Em Chapecó, a Prefeitura implantou o núcleo hortigranjeiro no distrito de Marechal Bormann, como incentivo a jovens famílias de agricultores visando abastecer a área urbana, gerar renda e substituir os produtos comprados de Curitiba e São Paulo.

Em meio ao ufanismo do regime militar, a região recebeu os maiores investimentos em infraestrutura com a construção da BR-282, das grandes redes elétricas da CELESC e da ELETROSUL e do sistema de telefonia DDD da TELESC/TELEBRÁS.

Mas foi também um período de grandes manifestações e organização dos agricultores. Em 1978, a peste suína africana, contestada até hoje como irreal, gerou um protesto de mais de 20 mil produtores no Estádio Regional Índio Condá (hoje, Arena Condá), tornando-se um divisor de águas na produção de suínos, entre o modelo tradicional e o modelo geneticamente melhorado. Surgiram também fortes mobilizações pela indenização das pequenas propriedades rurais atingidas pela construção da BR-282.

5.5 ANOS 1980: MOVIMENTOS SOCIAIS E O ÊXODO RURAL

Na década de 1980, o governo federal retirou os subsídios para a agricultura, cresceram os movimentos populares que em 1982 formaram as oposições sindicais e o movimento das mulheres agricultoras (POLI, 1999), conquistando direitos na constituição de 1988. Em 1983, ocorreu ainda uma grande manifestação de jovens rurais em Chapecó, surgiu o MST (STRAPAZZON, 1997) e o conflito de Sede Trentin Toldo Ximbandue.

Na questão climática ocorreu uma grande enchente em maio de 1983 e uma grande estiagem em 1986. A primeira causando grandes prejuízos na infraestrutura regional e a segunda um grande prejuízo em toda a produção rural, que, somadas ao grande endividamento provocado pelo Plano Cruzado, geraram várias



manifestações e ocupações de bancos. Em 1988, além da nova Constituição, iniciaram as feiras livres de peixe vivo em Chapecó.

Passados os anos de bonança do sistema de integração, o surgimento das crises de oferta de carnes e a competitividade cada vez mais acirrada, as empresas integradoras passaram a pressionar pela escala de produção e redução da renda paga aos produtores, colocando o sistema em descrédito por muitos e excluindo outros tantos do sistema. Com o modelo menos atrativo e juntando-se ao grande número de propriedades sem um meio de subsistência adequado, ficou evidenciado o êxodo rural e a migração para fora da região, em que inúmeras propriedades deixaram de existir ou foram vendidas aos vizinhos. Muitos das milhares de pessoas que migraram para as cidades da região buscaram emprego no comércio ou nas empresas e agroindústrias, para onde antes a família vendia a produção.

5.6 ANOS 1990: ABERTURA DOS MERCADOS E COMPETITIVIDADE

A década de 1990 foi marcada por importantes mudanças. Ocorreu o início da abertura de mercados, mais conhecida como “globalização”, gerando expectativas e inseguranças, como a abertura do Mercosul em 1995. No governo federal, principalmente no período Collor e FHC, adotaram-se várias medidas através das “reformas econômicas”, como a retirada dos preços mínimos e dos subsídios agrícolas, e a securitização das dívidas agrícolas. Em 1993, foi criado o Plano Real, com a troca da moeda e a queda da inflação.

Na região Oeste Catarinense aumentou a crise do modelo agroindustrial obrigando as empresas a adotarem profundos ajustes, como a intensificação da verticalização na produção, principalmente animal, chegando ao estágio de hoje, com forte produção de *comodities* e um perfil novo de agricultor. Em 1996, ocorreu a insolvência do Frigorífico Chapecó, afetando a economia regional como um todo e a receita de inúmeros municípios, mas diretamente os produtores integrados de suínos e aves e os milhares de empregados demitidos.

Ao mesmo tempo, surgiram novas tecnologias para o campo. A partir de 1995 vieram as sementes transgênicas, o Programa Microbacias da Epagri e o Programa Sebrae da Qualidade Total Rural (QT Rural). Em sinal de resistência da agricultura



familiar, surgiu o sindicato regionalizado (FETRAF). Quanto ao clima, reapareceu o fenômeno “El Nino”. A partir de 1995, o plantio direto é uma realidade irreversível.

Com estas transformações, muitos segmentos de produtores ficaram à margem deste processo, principalmente aqueles que mais necessitavam de apoio. Por outro lado, a dinâmica da integração vertical propiciou significativos resultados aos agricultores participantes, num primeiro momento. No entanto, a seletividade também ocorreu com este segmento, afetando os que tiveram menores índices de eficiência técnica esperado pelas empresas integradoras.

No entanto, os anos 1980 e 1990 são marcados por dificuldades crescentes à manutenção da produção agrícola sob os moldes em que foi desenvolvida na região Oeste de Santa Catarina. Por um lado, fatores estruturais deram início a um processo de desarticulação entre o complexo agroindustrial e os agricultores minifundistas integrados. Por outro lado, e de maneira mais ampla, alguns fatores podem ser apontados para uma crescente descapitalização dos pequenos produtores, cujo principal resultado tem sido a diminuição progressiva da renda familiar provinda das atividades agrícolas. (ALVES; MATTEI, 2006, p. 2).

5.7 CHAPECÓ NO SÉCULO XXI: POLO ECONÔMICO E TURÍSTICO

Polo agroindustrial do Sul do Brasil e centro econômico, político e cultural do Oeste do Estado, Chapecó tem prestígio internacional pela exportação de produtos alimentícios industrializados de natureza animal.

- **Data de fundação:** 25 de agosto de 1917.
- **Principais atividades econômicas:** o município tem fama internacional por ser grande exportador de produtos alimentícios industrializados de natureza animal, ocupando lugar de destaque na economia catarinense. É também considerado a Capital Latino-Americana de Produção de Aves e Centro Brasileiro de Pesquisas Agropecuárias.
- **População:** 189.052 habitantes (2012) e estimada em 202.760 habitantes (2014).
- **Principais etnias:** italiana, alemã e polonesa.

O município é polo econômico do Oeste e firma-se também como polo turístico, principalmente, turismo de eventos e de negócios. Sua excelente infraestrutura urbana, a proximidade das estâncias minerais e a promoção de eventos, além da riqueza de sua economia, trazem cada vez mais visitantes à cidade. Em Chapecó são preservados os costumes gaúchos em vários Centros de Tradições Gaúchas (CTGs). Bem no centro do município, o Monumento ao Desbravador mostra a figura de um gaúcho empunhando um machado, símbolo do trabalho e da luta para subjugar o meio hostil. A obra é um cartão-postal e ponto de referência na cidade. Em sua base fica o Museu Paulo de Siqueira (Figura 8).

Figura 8 – Monumento ao Desbravador



Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó (2015).

Próxima ao monumento está localizada a Catedral Santo Antônio, inaugurada em 1956 (Figura 9).

Figura 9 – Vista da Catedral Santo Antônio



Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó (2015).

O Museu Tropeiro Velho tem mais de mil artigos, entre peles, ossadas, ferramentas e armas abandonadas por bandidos e soldados da Guerra do Contestado e da Revolução Farroupilha. O Museu Municipal Antônio Selistre de Campos faz parte do Museu de História e Arte de Chapecó, localizado no Prédio Histórico da Prefeitura, com seu importante acervo de arqueologia, arte e costumes dos indígenas e colonizadores, além de fotografias históricas de Chapecó.

Próxima das estâncias hidrominerais, Chapecó oferece ao visitante a melhor infraestrutura turística da região. Existem belas paisagens naturais no vale do rio Uruguai, além de grutas e sítios arqueológicos que revelam os mistérios das antigas civilizações indígenas. Há a Cachoeira Alto Capinzal, a cascata e gruta da Sede Trentin e a Floresta Nacional de Chapecó/Gleba, com 3.120.000m² de mata nativa, duas cachoeiras, um riacho com águas limpas e fauna diversificada. Na descida da serra, na BR-480, descortina-se uma bela vista do vale do rio Uruguai.

- **Cultura e Eventos:** diversos eventos levam milhares de visitantes à cidade, como a Feira do Gado em abril; o Campeonato Catarinense de Automobilismo, promoção do Automóvel Clube de Chapecó em maio; a MERCOAGRO em setembro; a Logistique e a EFAPI, Exposição-Feira Agropecuária, Comercial e Industrial em outubro, entre outras (Figura 10).

Figura 10 – Parque da EFAPI



Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó (2015).

Chapecó possui o Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nês, uma estrutura ampla, funcional, com total acessibilidade e infraestrutura. O Centro de Eventos de Chapecó é uma obra de grande valor para a cidade, que busca promover a cultura e o turismo de eventos no município. O Centro tem capacidade para realizar até 12 eventos simultâneos. Os 12.920 m² de área construída incluem salão de convenções, com espaço para 2.400 pessoas e um dos maiores (capacidade para mil pessoas) e mais bem equipados teatros do Sul do país. Além disso, dispõe de salas de apoio técnico e artístico, ambiente climatizado, cafeteria, bilheterias, elevador, estacionamento interno para 120 veículos e estacionamento externo para 400 veículos.

- **Infraestrutura turística:** a rede hoteleira do município totaliza 2.600 leitos, onde dispõe de uma boa infraestrutura de serviços e equipamentos para grandes eventos.

Pode-se afirmar que Chapecó hoje exerce influência em toda a região do Oeste Catarinense, vale do Rio do Peixe, norte do Rio Grande do Sul e sudoeste do Paraná, num raio de aproximadamente 150 km.

Atualmente, com o acesso a Série A da Associação Atlética Chapecoense, orgulho não somente de Chapecó, mas de toda a região, ampliou a visibilidade da cidade em nível nacional e até internacional. Os jogos da “Chape”, como é conhecida, são realizados na Arena Condá (Figura 11).

Figura 11 – Arena Condá



Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó (2015).

Mais informações sobre Chapecó nos dias atuais e, sobretudo, da área rural, podem ser vistos no Capítulo 7: Diagnóstico.

6 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO RURAL DE CHAPECÓ

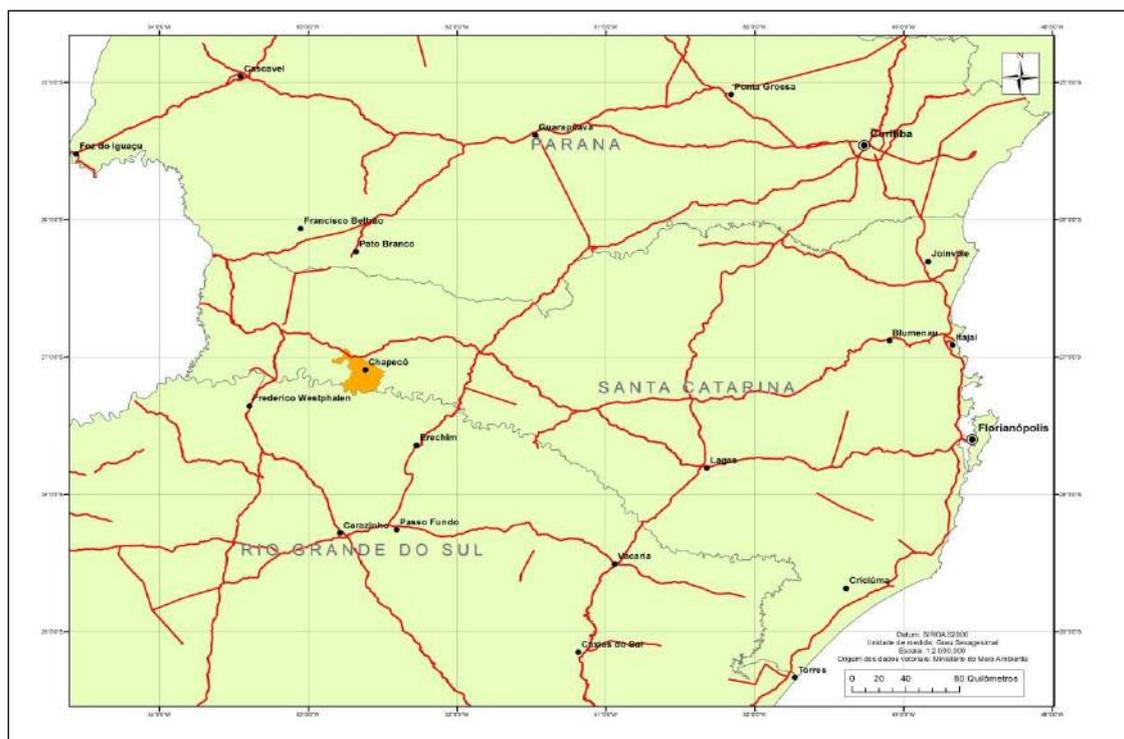
Todos os mapas temáticos apresentados neste presente capítulo foram elaborados a partir da Base de Dados Cartográficos da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

6.1 LOCALIZAÇÃO DE CHAPECÓ

Chapecó é um dos principais municípios da Região Oeste do Estado de Santa Catarina, bem como de todo o Estado. Está localizada sob as coordenadas geográficas: latitude $-27^{\circ}05'40''$ e longitude $52^{\circ}37'06''$, com distância da capital Florianópolis de aproximadamente 553 km (Figura 12).

Com área territorial total de 624,3 km², sendo 113,24 km² somente de perímetro urbano e 512,36 km² de perímetro rural.

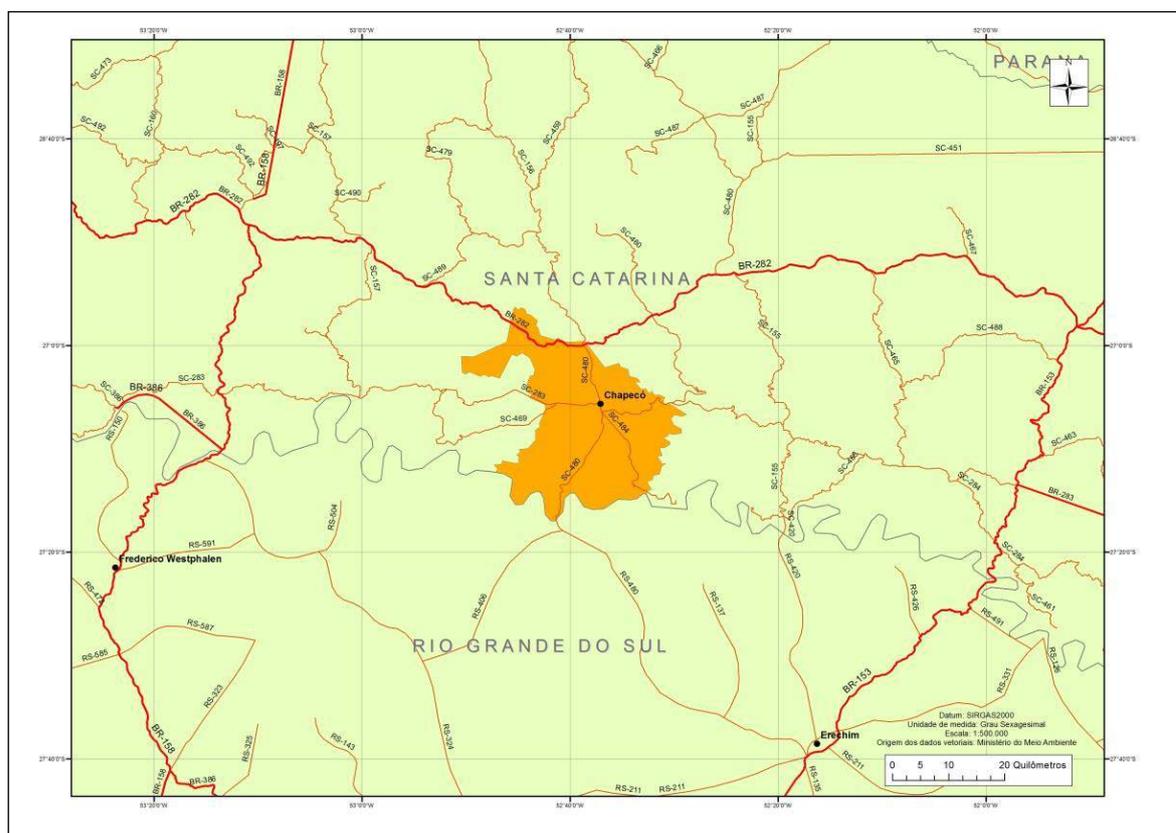
Figura 12 – Localização de Chapecó na Região Sul do Brasil



Fonte: SEDEMA (2015).

Para o IBGE (2010), conforme ilustram as figuras 12 e 13, Chapecó está inserida na Mesorregião Oeste Catarinense, junto com 187 municípios, representando 40 % dos municípios catarinenses, ocupando um território de 25.300km², o que representa 26% da área total catarinense, com uma população de 1,6 milhões de habitantes, com aproximadamente 37% da população residindo em área rural e 63% da população residente no meio urbano.

Figura 13 – Localização de Chapecó na Região Sul do Brasil



Fonte: SEDEMA (2015).

Geograficamente, o Município de Chapecó se situa a uma altitude de 674 metros acima do nível do mar, sendo seus limites, ao Norte com os municípios de Coronel Freitas e Cordilheira Alta, ao Sul com o Estado do Rio Grande do Sul, ao Leste com os municípios de Seara, Xaxim, Arvoredo e Paial, e a Oeste com os municípios de Guatambu, Planalto Alegre e Nova Itaberaba (Figura 14).

Chapecó possui seus principais acessos pela BR-283, que vem do Rio Grande do Sul, 283 lado Leste sentido Seara, lado Oeste sentido a Cidade de



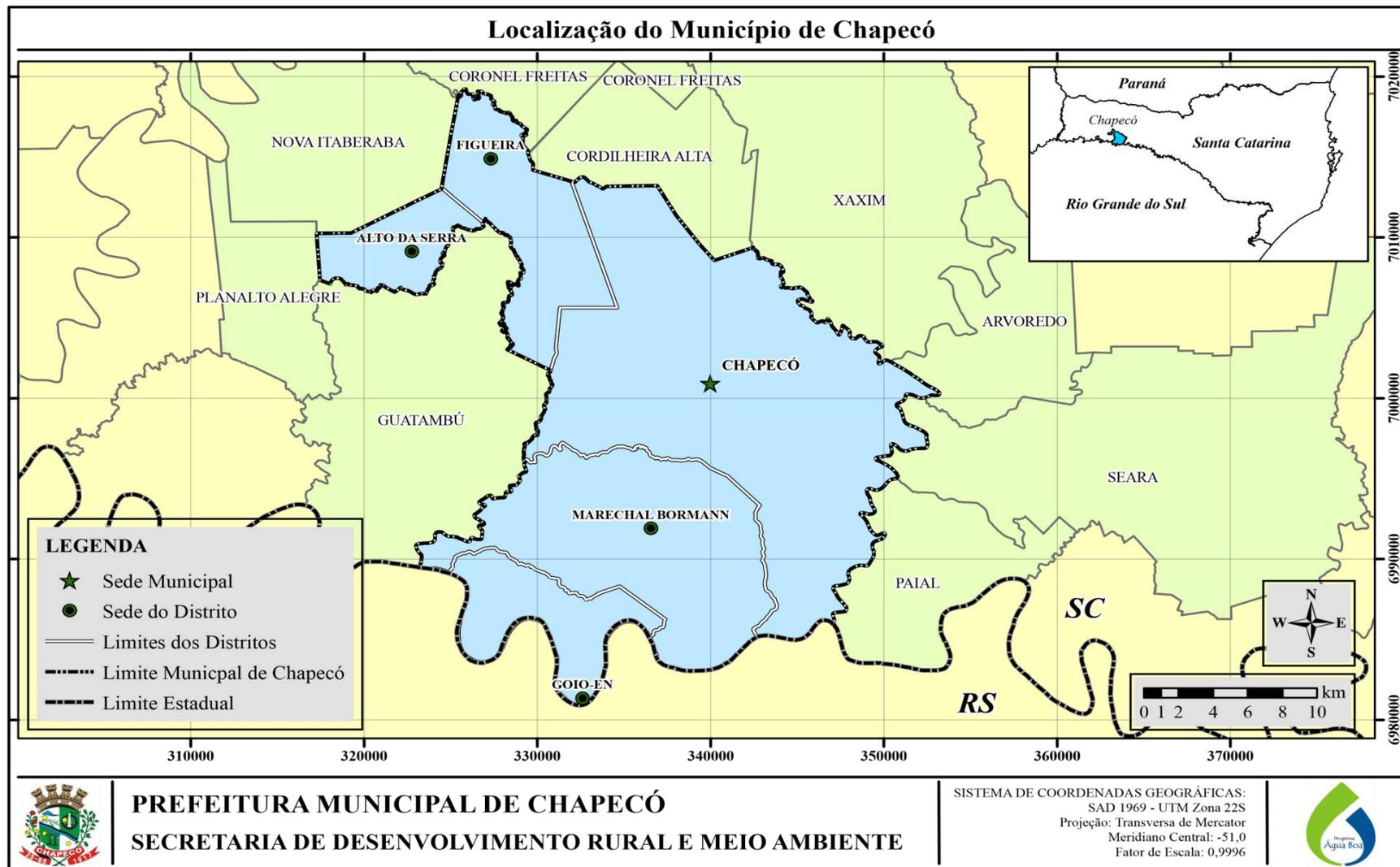
Guatambu; pela BR 282 sentido Oeste na direção de Nova Itaberaba, no sentido Leste BR 282 em direção ao litoral catarinense e SC-480 para Município de Cordilheira Alta.

A Figura 15 nos mostra a malha viária do meio rural do município de Chapecó.

O município também conta com aeroporto e rodoviária com linhas para todas as cidades catarinenses e principais cidades brasileiras.



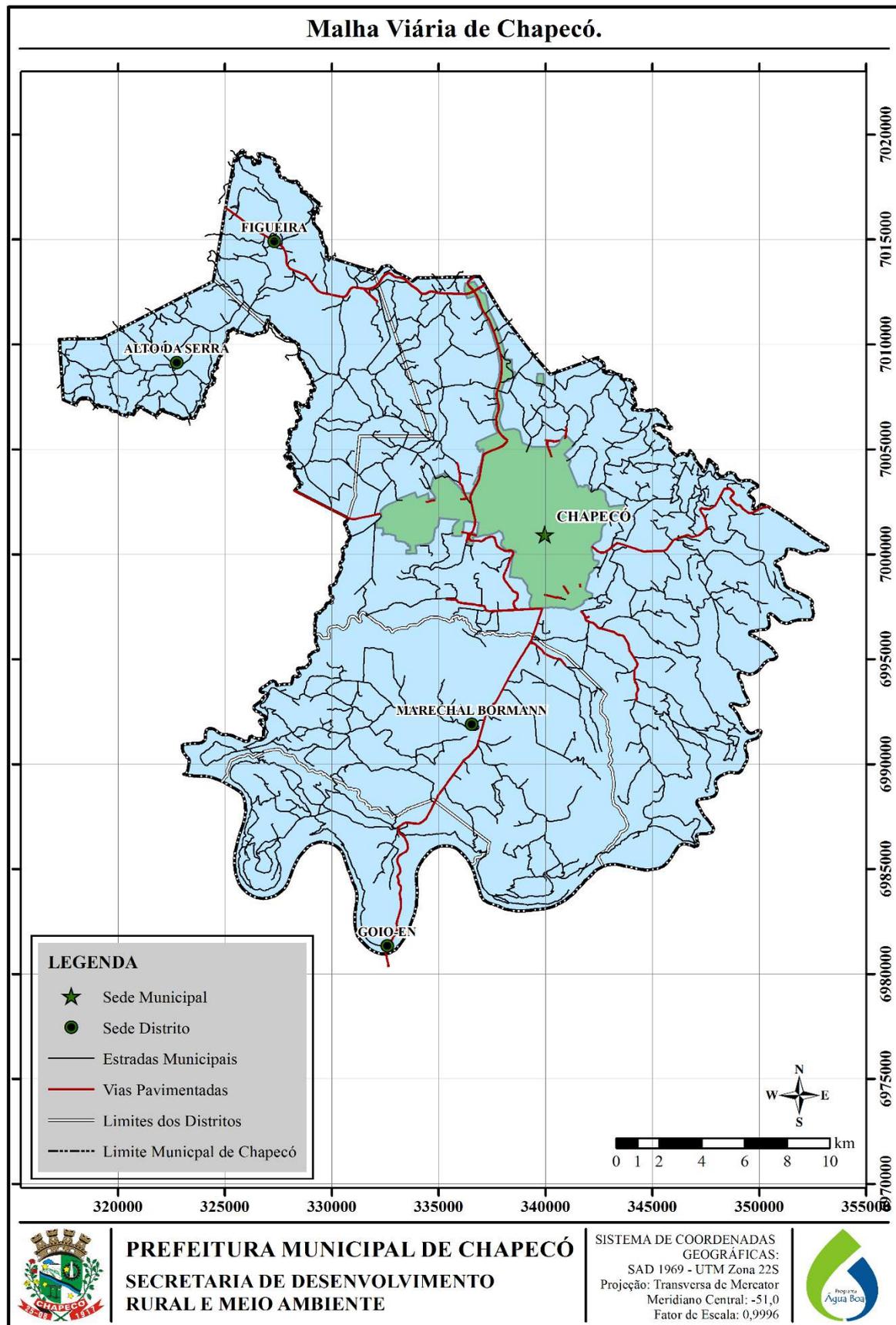
Figura 14 – Localização do Município de Chapecó e Municípios Limítrofes



Fonte: SEDEMA (2015).



Figura 15 – Malha viária do município de Chapecó



Fonte: SEDEMA (2015).



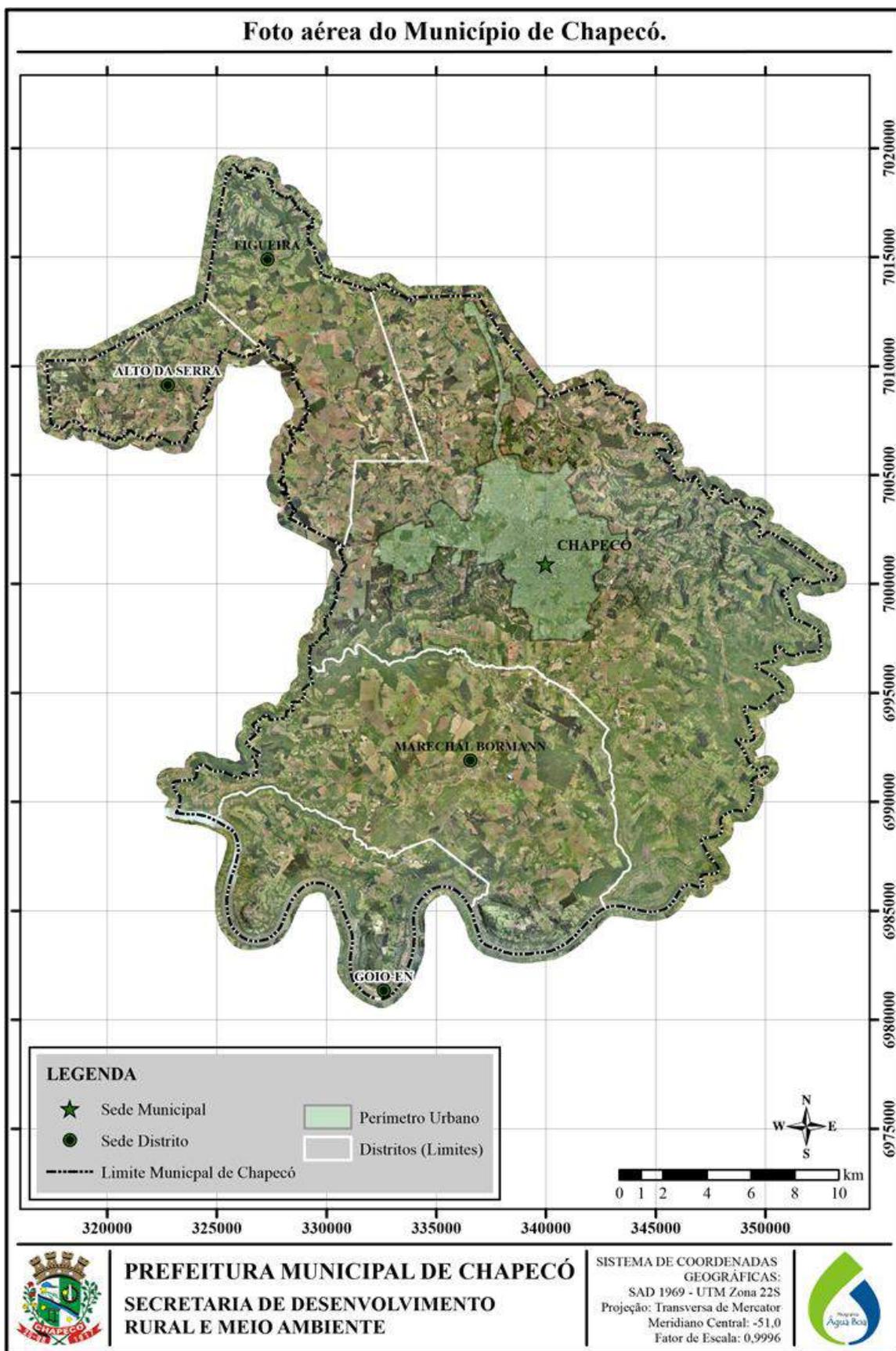
6.2 DIVISÃO GEOPOLÍTICA DO MUNICÍPIO

A unidade territorial do município compreende 624,3 km², sendo 113,24 km² somente no perímetro urbano e, 512,36 km² de perímetro rural. O município divide-se geopoliticamente em:

- I. **Distrito Sede** (316,26 km²): Linhas Água Amarela, Baronesa de Limeira, Barra do Cedro, Boa Vista, Cascalheiro, Butiá, Caravaggio, Colônia Cella, Duque de Caxias, Palmeiras, Faxinal dos Rosas, Gramadinho, Girardi, Independência, Irani, Lajeado Liso, São José, Lajeado Veríssimo, Monte Alegre, Palmital dos Fundos, Pinhalzinho, Praia Bonita, Pequena, Rodeio Bonito, Sarapião, São Pedro, Rodeio Vermelho, São Rafael, Tormen, Tomazelli, São Roque e Sede Trentin.
- II. **Distrito do Goio-En** (47,23 km²): Linhas Almeida, Alto Capinzal, Barra do Carneiro, Cachoeira, Corredeira do Cerne, Serrinha, Tope da Serra, Quadros, ErculanoVailon e Nossa Senhora de Lourdes.
- III. **Distrito de Figueira** (77,13 km²): Linhas Arvoredo, Batistello, Colônia Bacia, Sede Querência, Cascavel, Tarumã, União da Serra, Zanfonatto e Simoneto.
- IV. **Distrito de Alto da Serra** (41,01km²): Linhas Alto da Serra, Bela Vista da Taquara, Bettú, Bolsoni, Alto Taquara, Cabeceira da Antinha, Pedro e Paulo, Sperotto e Alto Cambuin.
- V. **Distrito de Marechal Bormann** (143,77km²): Linhas Anta Gorda, Barra da Chalana, Bom Retiro, Capinzal, Marechal Bormann, São José do Capinzal, Passo dos Ferreiras, Rodeio do Herval, Rodeio Chato, Sachetti, Gamelão, São Francisco e Serraria Reato.

A Figura16apresentaa aerofoto do Município, sendo que os Anexos 1A, 1B, 1C, 1D e 1E representam o aerofoto dos distritos Sede, Figueira, Goio-En, Marechal Bormann e Alto da Serra, respectivamente.

Figura 16 – Foto aérea do Município de Chapecó com as divisões distritais



Fonte: SEDEMA (2015).

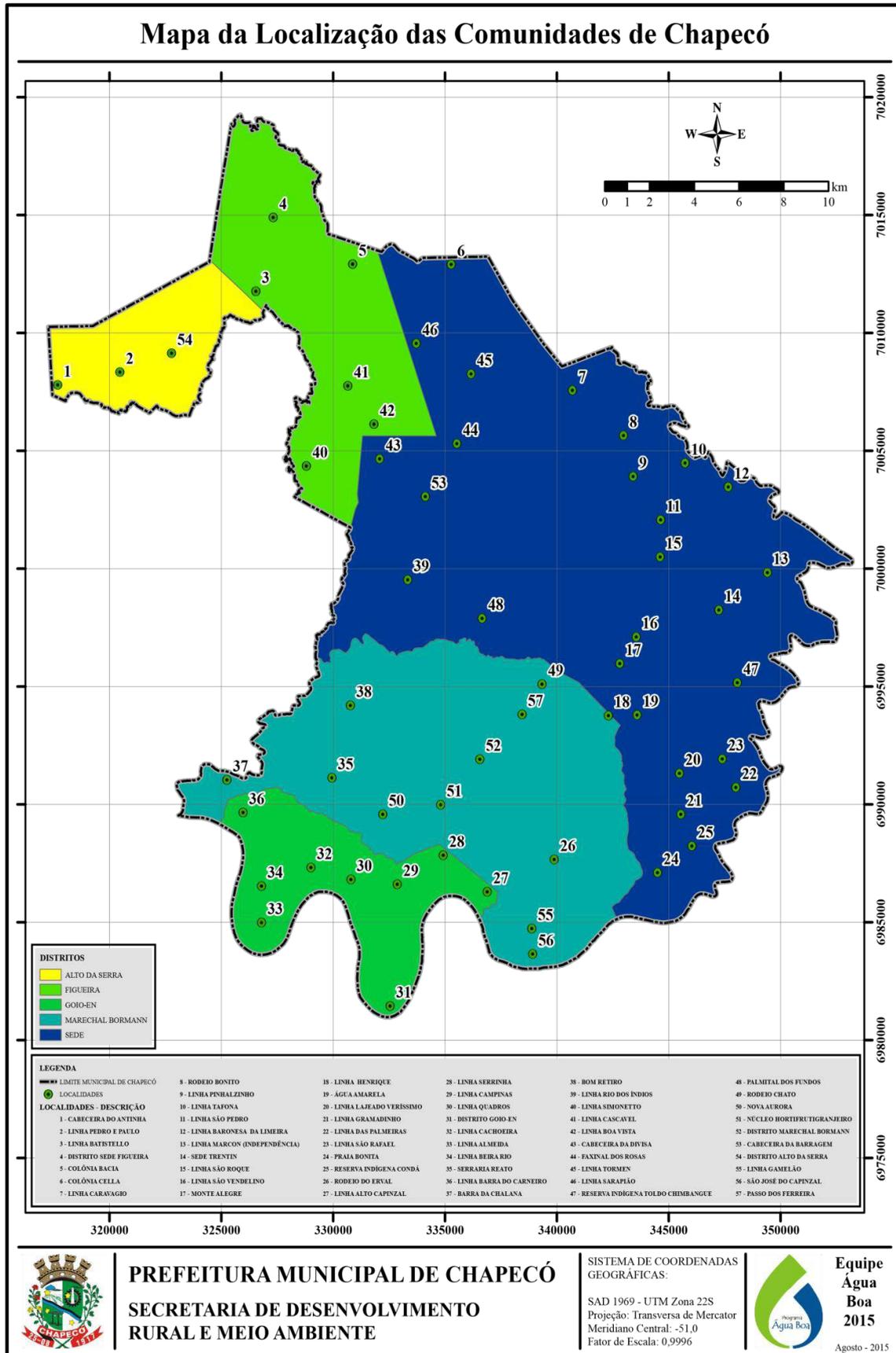


6.3 COMUNIDADES RURAIS

As Figuras 17 a 22 apresentam a localização das comunidades no Município de Chapecó como um todo e de cada distrito de forma isolada.



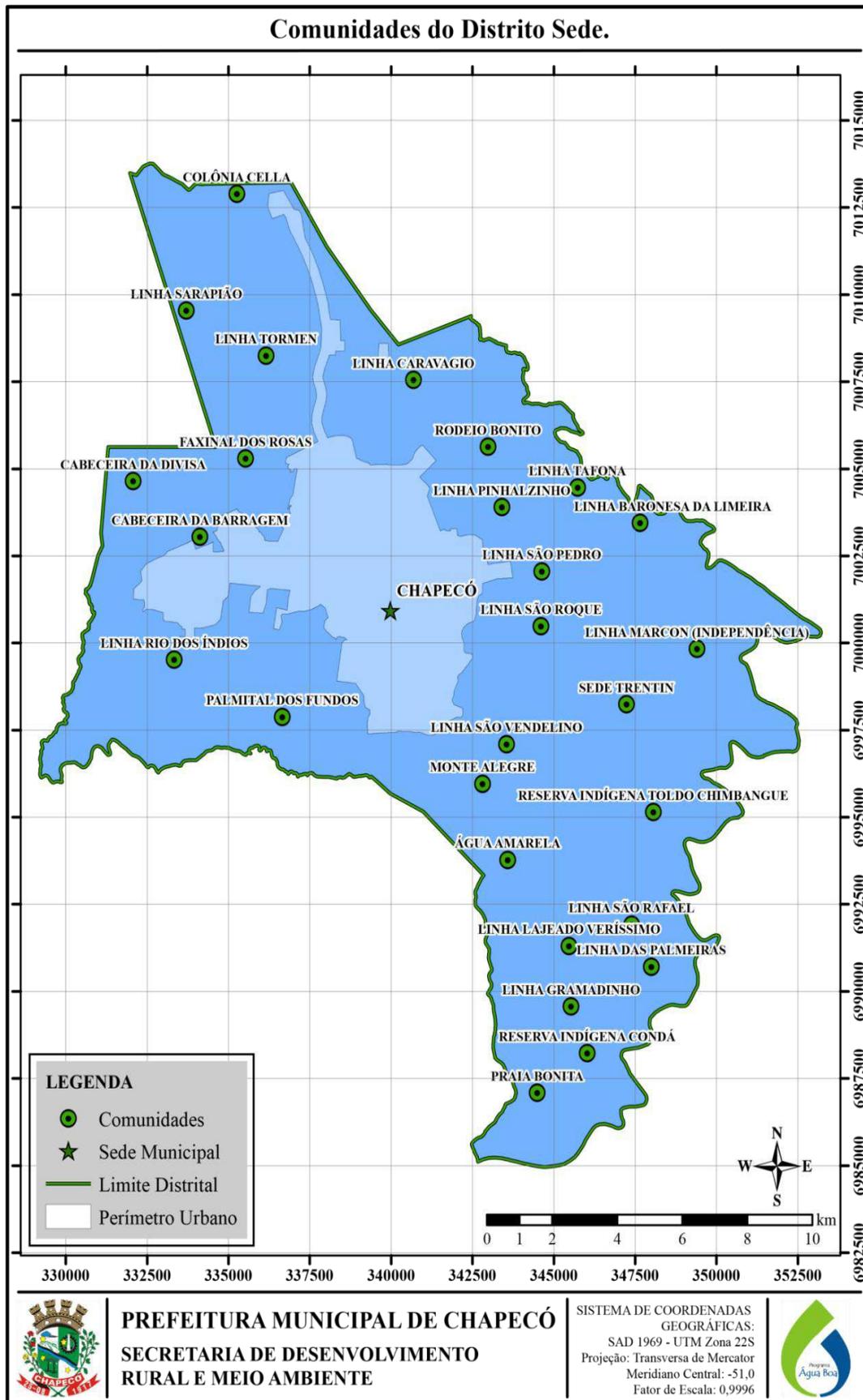
Figura 17 – Comunidades do Município de Chapecó



Fonte: SEDEMA (2015).



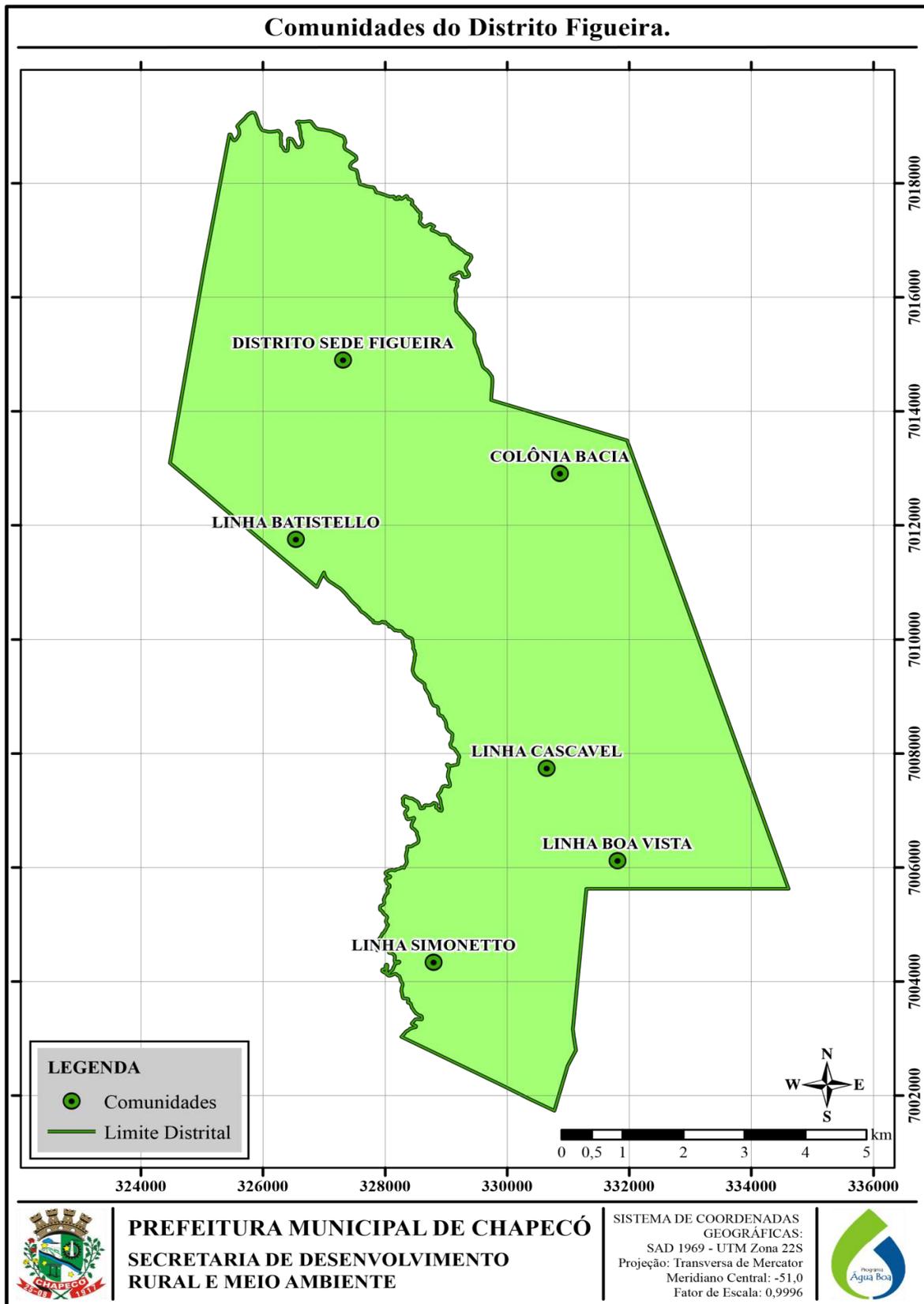
Figura 18 – Comunidades do Distrito Sede



Fonte: SEDEMA (2015).



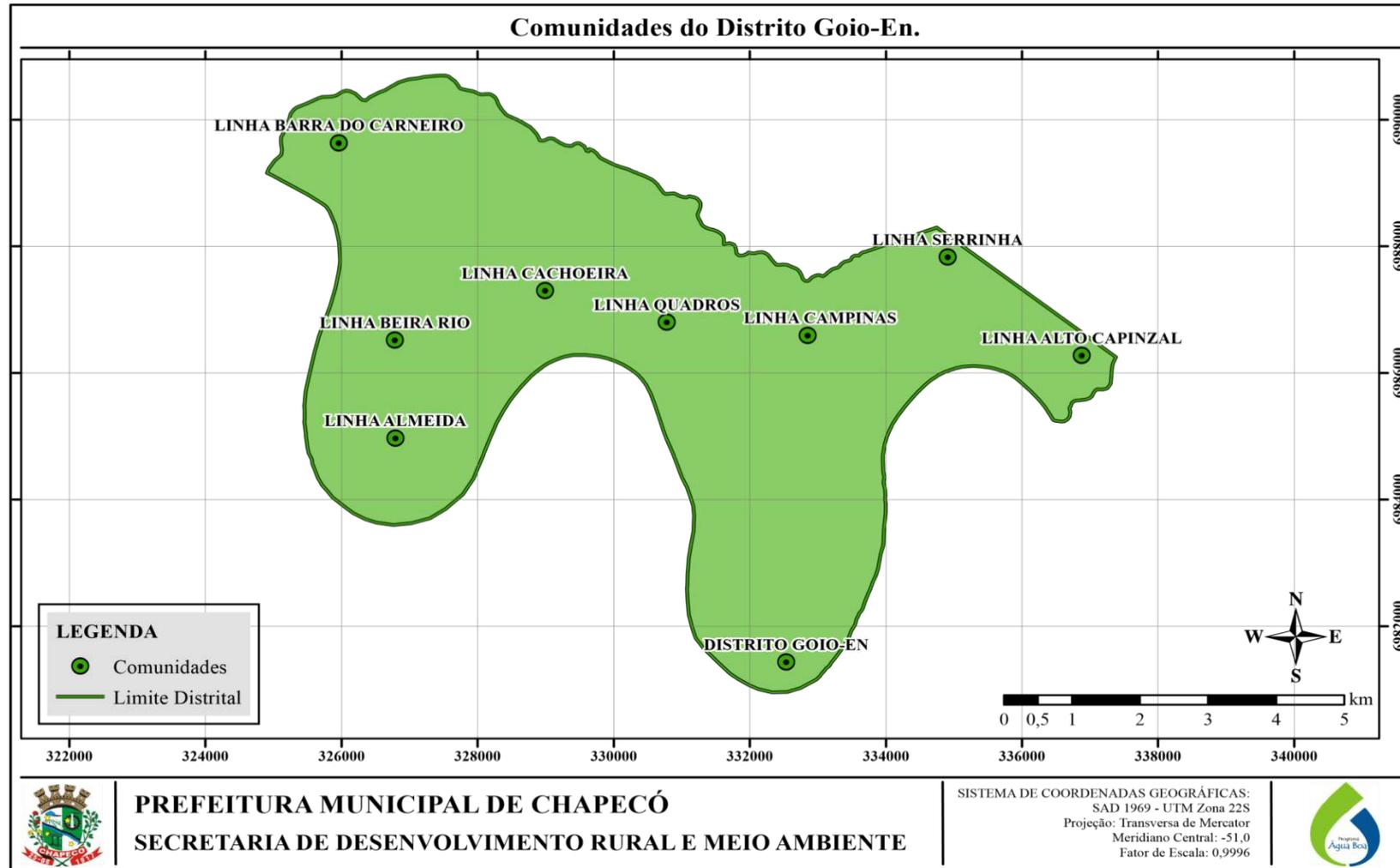
Figura 19 – Comunidades do Distrito Figueira



Fonte: SEDEMA (2015).



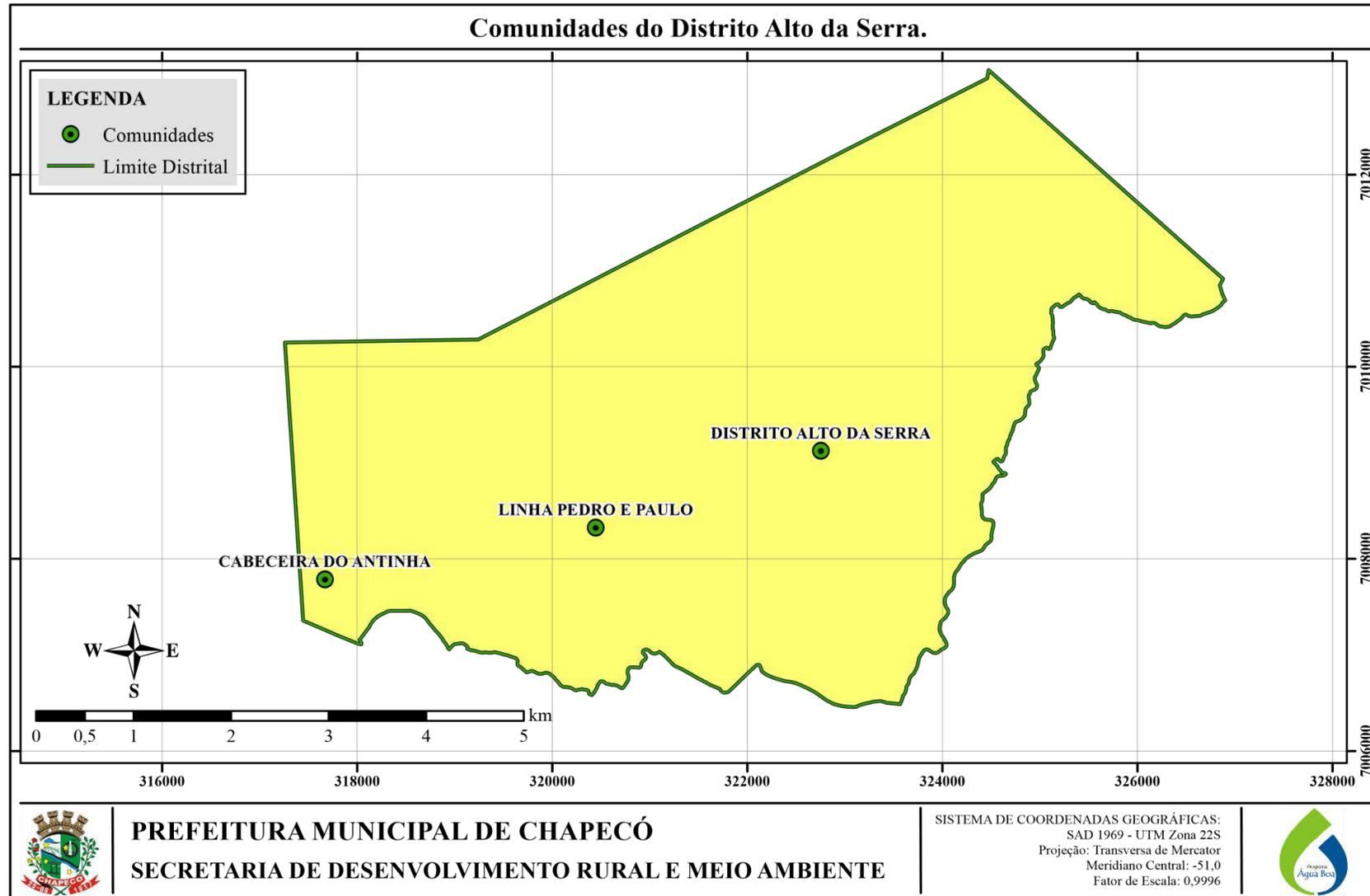
Figura 20 – Comunidades do Distrito Goio-En



Fonte: SEDEMA (2015).



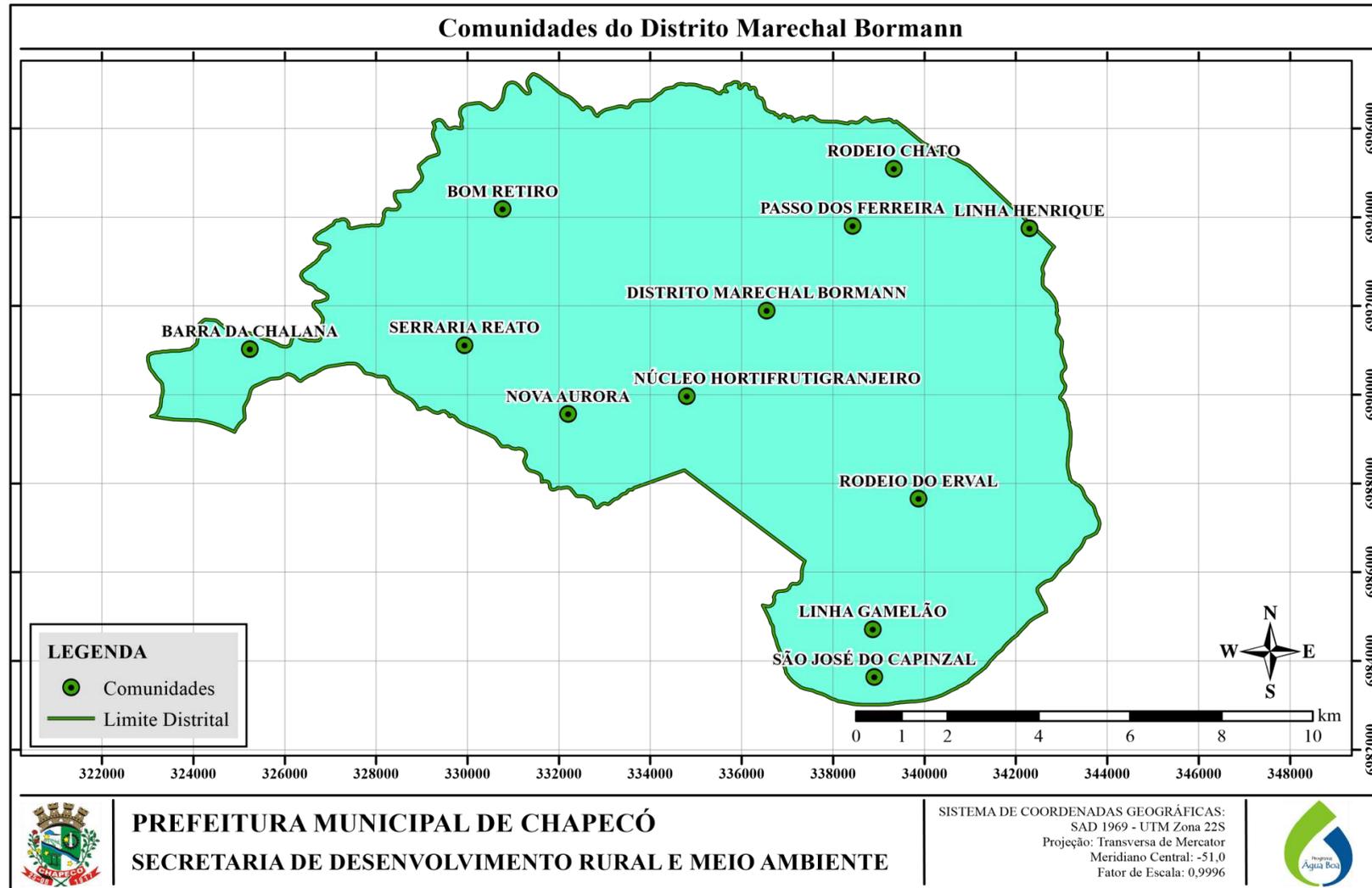
Figura 21 – Comunidades do Distrito Alto da Serra



Fonte: SEDEMA (2015).



Figura 22 – Comunidades do Distrito Marechal Bormann



Fonte: SEDEMA (2015).



6.4 CLIMA

Santa Catarina possui uma dinâmica influenciada pelo seu relevo, que podemos caracterizar por três elementos: o Litoral (Planície Costeira e o Planalto Atlântico), o Planalto Catarinense e as Serras (Mar ao Norte e a Geral ao Sul) que funcionam como divisores naturais, que por sua vez, contribuem para elementos diferenciados (hidrografia, vegetação, clima) da região litorânea e do interior do Estado.

O clima de Santa Catarina é subtropical úmido, apresentando duas variações, Cfa e Cfb, de acordo com a Classificação climática de Köppen-Geiger. A variação Cfa é encontrada em praticamente todo o estado nas áreas abaixo de 800 metros de altitude. Já o Cfb encontra-se nas áreas mais altas, desta forma, as temperaturas médias variam bastante de acordo com o local: são mais baixas nas regiões serranas e mais elevadas no litoral, no sudeste e no oeste catarinense.

Na região Sul do Brasil, destaca-se a distribuição uniforme de chuvas ao longo do ano e a precipitação média anual que varia de 1250 a 2000 milímetros. Isto ocorre devido a atuação das massas de ar, entre elas, a Massa Tropical Atlântica (mTa), a Massa Polar Atlântica (mPa) e a Massa Tropical Continental (mTc), havendo também a possibilidade de incremento da umidade através da Massa Equatorial Atlântica (mEc). As duas massas de ar que têm maior atuação sobre o território catarinense é a mPa (com maior intensidade durante o outono e o inverno) e a mTa (atua durante o ano inteiro, mas com maior atuação durante a primavera e o verão). A frente fria resultante do contato dessas massas forma a Frente Polar Atlântica que provoca chuvas frontais praticamente o ano todo, porém, a sua intensidade é maior nos meses de outono e de inverno (WELTER, 2006).

As temperaturas médias anuais do território catarinense estão entre 16°C e 20°C, cuja variação sofre influência de fatores geográficos como: relevo, maritimidade, latitude, continentalidade e vegetação. A temperatura média anual do Oeste é inferior a 20°C. No verão, as temperaturas máximas raramente ultrapassam os 38°C e no inverno, as temperaturas mínimas são inferiores a zero grau (WELTER, 2006).



6.5 SOLO

6.5.1 Geologia

A formação geológica na qual se situa todo o território de Chapecó é a Formação Serra Geral originária de derrames magmáticos básicos sucessivos, estes formados essencialmente a partir de brechas vulcânicas e diques.

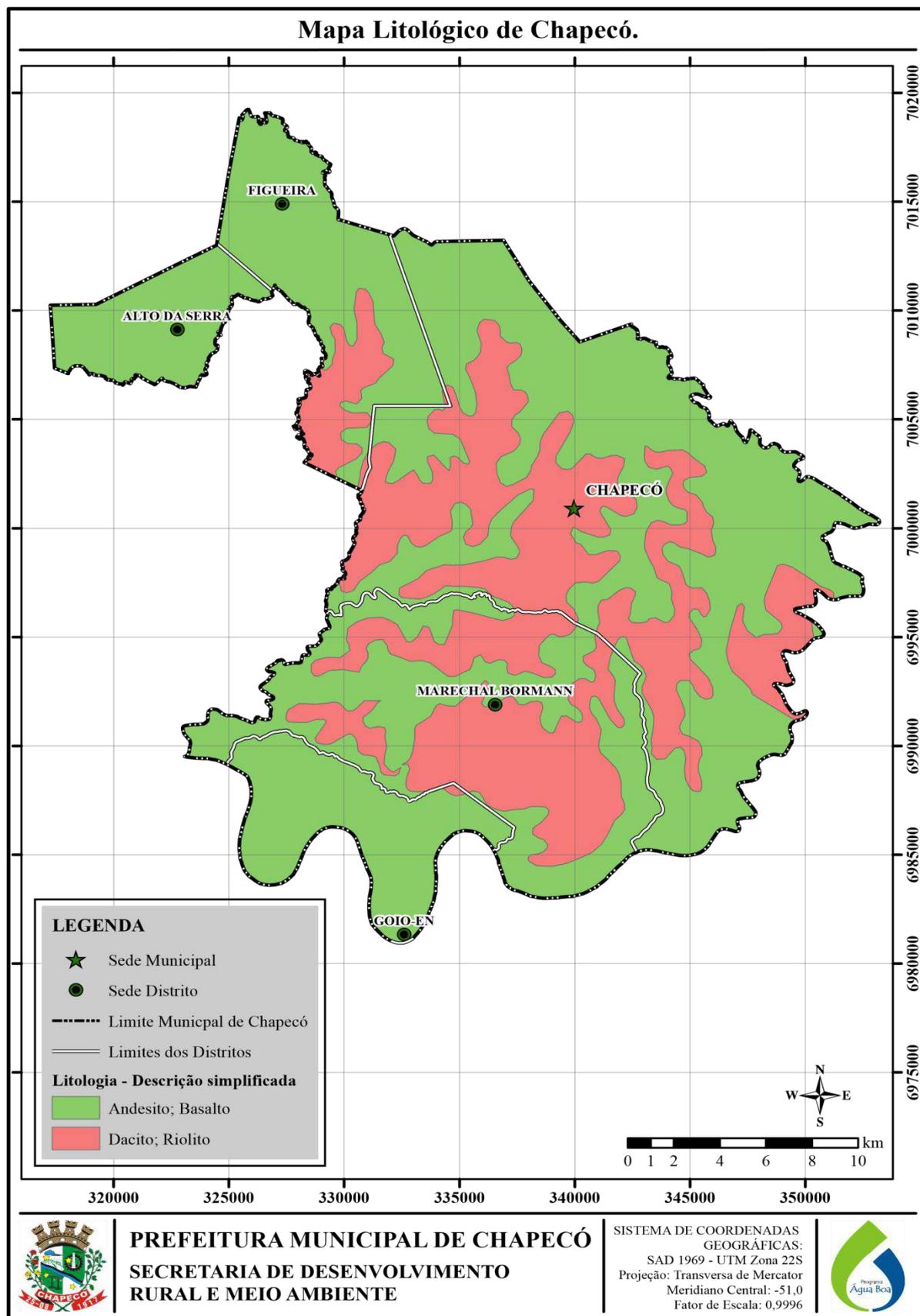
Essa formação tem origem a partir do manto superior e da parte inferior da crosta terrestre, com idade juro-cretácea.

O que predomina é a rocha-mãe basalto, com algumas variações, especialmente em relação à proporção de alguns minerais, especialmente a sílica, o que ocorre com o Basalto Andesito juntamente com Riolito Dacito, conforme a Figura 23.

Nos Anexos 2A, 2B, 2C, 2D e 2E representam a litologia dos distritos Sede, Figueira, Goio-En, Alto da Serra e Marechal Bormann, respectivamente.



Figura 23 – Litologia do Município de Chapecó



Fonte: SEDEMA (2015).



6.5.2 Geomorfologia

O município de Chapecó está localizado no domínio Morfoestrutural da Bacia Sedimentar do Paraná, na unidade Geomorfológica conhecida como Planalto Meridional (Ross, 1992) e na unidade morfológica Serra Geral, com modelados de relevo que variam do suave ondulado ao forte ondulado e encaixado.

- Serra Geral: é a borda do Planalto Meridional (Planalto Basáltico) originada pela erosão diferencial, e em parte pela ação tectônica, formada sob o ponto de vista litológico das rochas que compõe o derrame triássico.

6.5.3 Altimetria

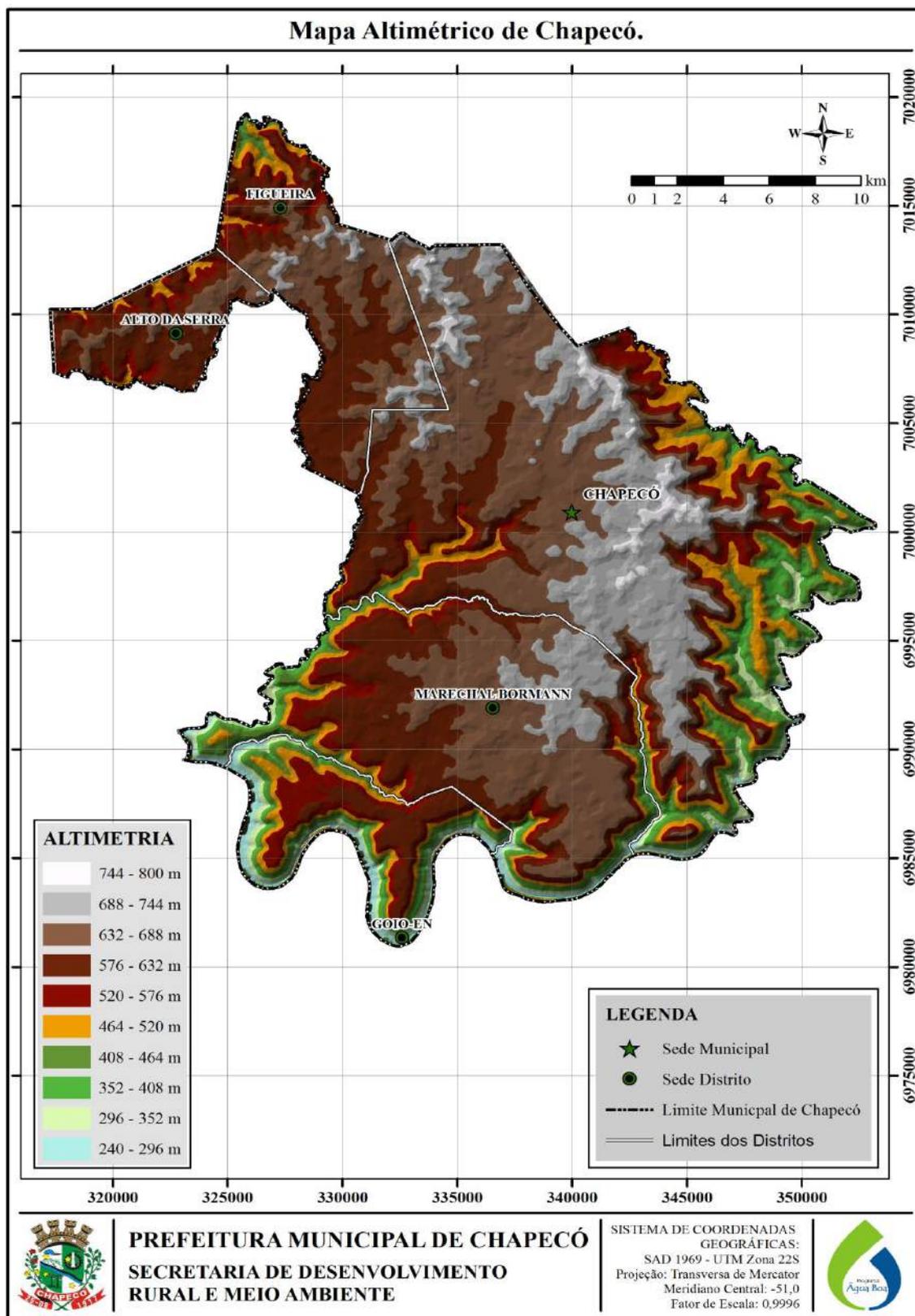
A altimetria refere-se à representação das altitudes em mapas ou plantas topográficas. As cotas altimétricas do território de Chapecó variam de 227 a 809 metros em relação ao nível do mar.

A Figura 24 retrata a altimetria do território de Chapecó como um todo e nos Anexos 3A, 3B, 3C, 3D e 3E representam a altimetria dos distritos Sede, Figueira, Goio-En, Alto da Serra e Marechal Bormann, respectivamente.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Figura 24 – Altimetria do Município de Chapecó



Fonte: SEDEMA (2015).



6.5.4 Declividade

A topografia refere-se à configuração de uma extensão de terra, com a posição de todos os seus acidentes naturais ou artificiais. Dessa forma, a variável Declividade pode ser definida sendo a inclinação da superfície do terreno em relação à horizontal, ou seja, a relação entre a diferença de altura entre dois pontos e a distância horizontal entre esses pontos. Trata-se de condicionante de vital importância para a atividade agropecuária, bem como fator determinante nas questões ambientais. Tanto a aptidão das áreas para determinados cultivos, em razão do tipo de manejo necessário (preparo de solo, tratamentos culturais, tratamento fitossanitário, colheita etc.), quanto a maior ou menor suscetibilidade à perda de solo, são diretamente relacionadas com a declividade dos terrenos. Os terrenos foram classificados conforme as definições da Embrapa (1979), as quais proferem as seguintes classes de declividade:

- 0 a 3% - Plano;
- 3 a 8% - Suave-ondulado;
- 8 a 20% - Ondulado;
- 20 a 45% - Forte-ondulado;
- 45 a 75% - Montanhoso;
- > 75% - Forte-montanhoso

Tal característica é limitante para a agricultura mecanizada eis que a partir de 20% de declividade a maioria dos maquinários tem grande dificuldade de serem utilizados. Este fator, aliado à tradição cultural e aos fatores climáticos predominantes, dão contornos aos sistemas produtivos da região.

A ondulação acentuada igualmente tem implicações na exploração pecuária. A bovinocultura de corte tem, por exemplo, limitações ante a



dificuldade de manejo de pastos e gado, estes sendo mais adaptáveis a terrenos com inclinações menos intensas.

As áreas mais planas, de declividade de 0 a 8%, se concentram a oeste e ao sul do perímetro urbano da cidade (Distrito de Chapecó) e notadamente no Distrito de Marechal Bormann.

De forma geral, a superfície do Município de Chapecó se apresenta da seguinte forma:

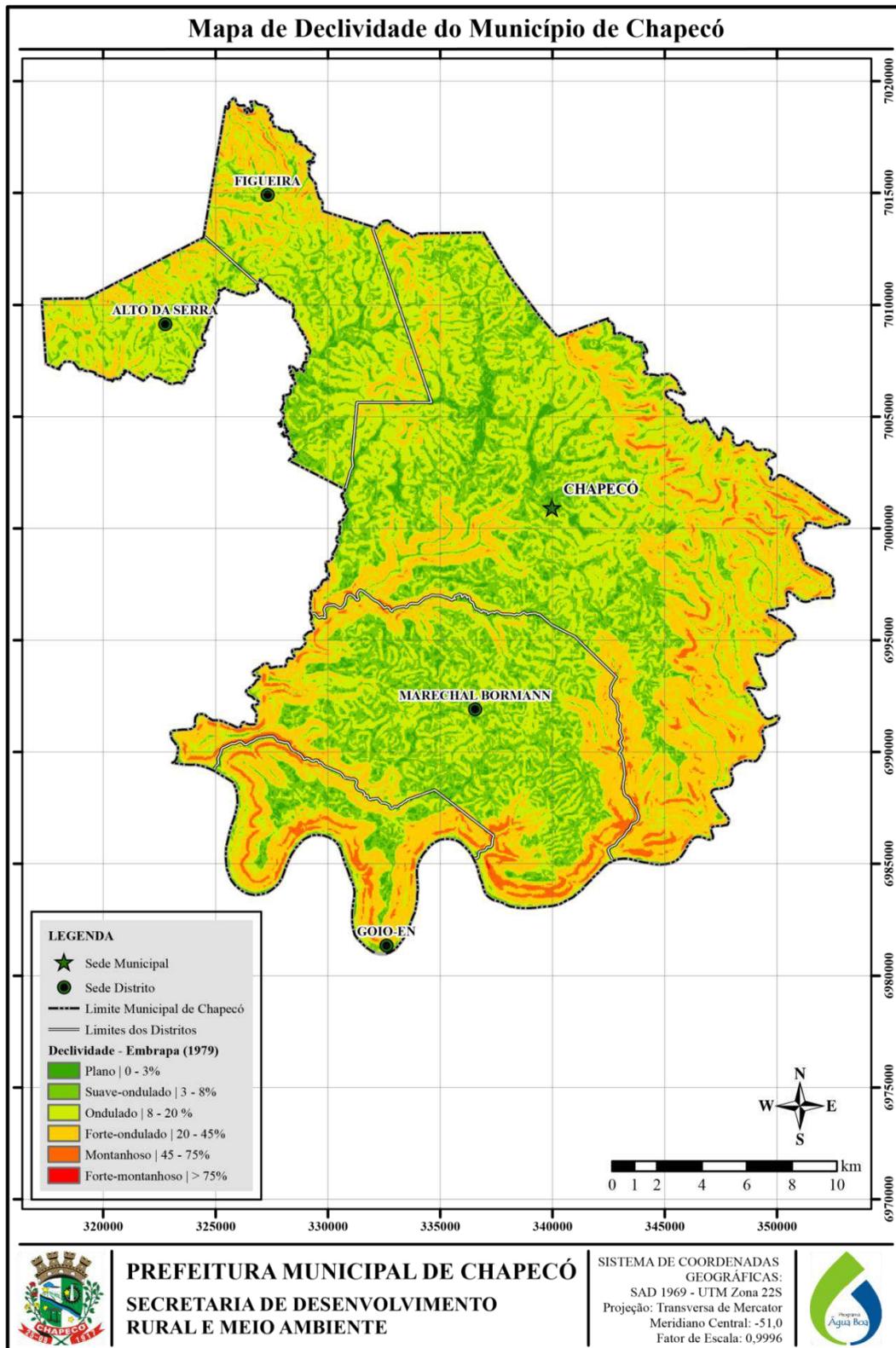
- 20% Plano e Suave-ondulado;
- 30% Ondulado;
- 40% Forte Ondulado;
- 10% Montanhoso e Escarpado.

Através da Figura 25 pode-se observar a declividade, expressa em % conforme definição da Embrapa (1979), da superfície de Chapecó e de seus Distritos, de forma isolada, nos Anexos 4A, 4B, 4C, 4D e 4E para os distritos Sede, Figueira, Alto da Serra, Goio-En e Marechal Bormann, respectivamente.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Figura 25 – Declividade do Município de Chapecó



Fonte: SEDEMA (2015).



6.5.5 Curvas de Nível

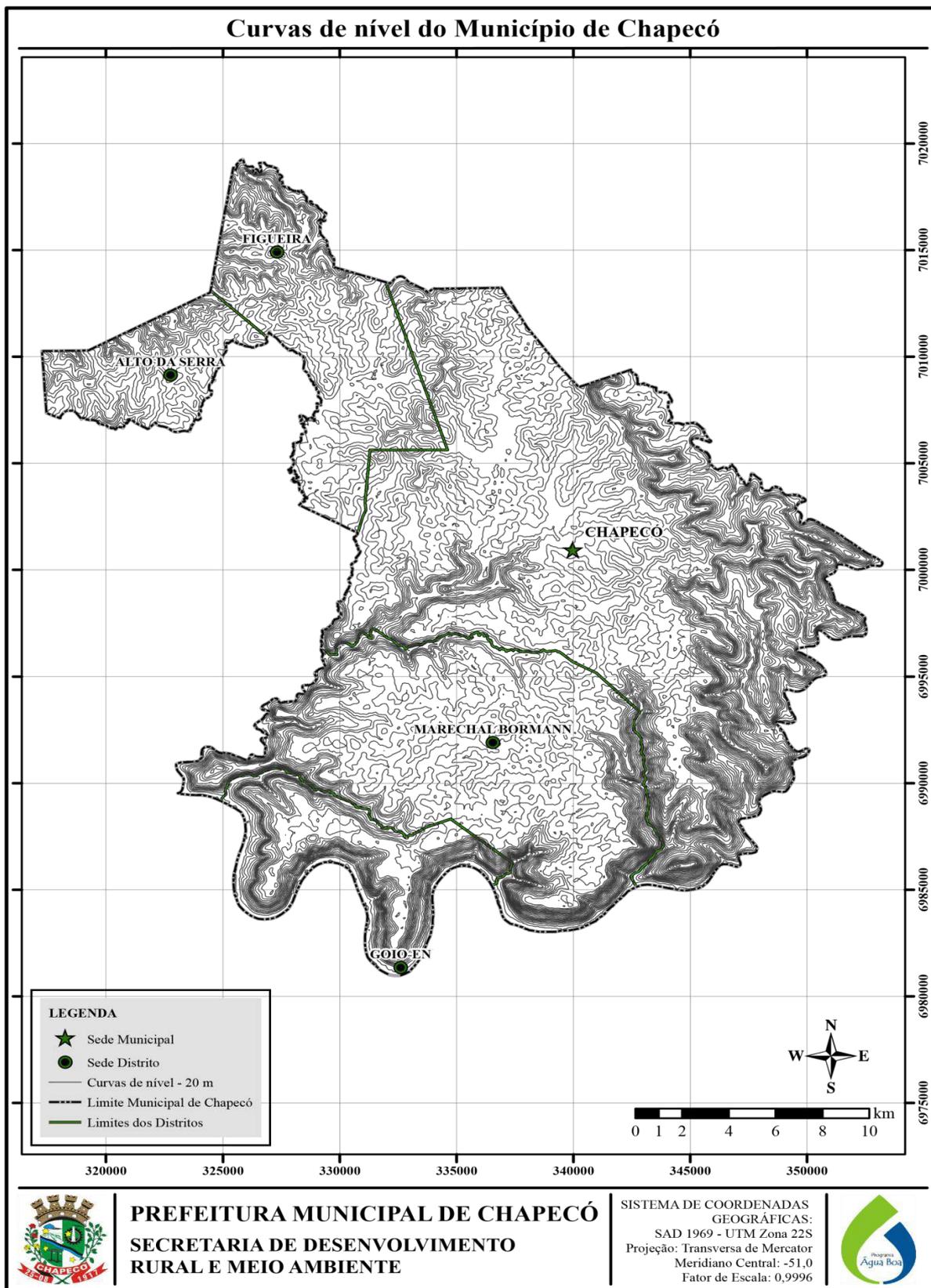
Outra informação importante agrônômica e ambientalmente é a identificação das curvas de nível existentes no território. Uma curva de nível pode ser caracterizada como uma linha imaginária que une todos os pontos de igual altitude de uma região. São associadas a valores de altitude em metros (m). Portanto, a curva de nível serve para identificar e unir todos os pontos de igual altitude de um certo lugar.

Tal alocação foi realizada e representada na Figura 26 e, detalhadamente, pelos Anexos 5A, 5B, 5C, 5D e 5E para os distritos Sede, Figueira, Goio-En, Alto da Serra e Marechal Bormann, respectivamente.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Figura 26 – Curvas de nível do Município de Chapecó



Fonte: SEDEMA (2015).



6.5.6 Classificação dos Solos

O solo é o recurso básico e substrato essencial tanto para o abrigo das estruturas físicas, quanto, principalmente, para o cultivo de espécies vegetais e criação de rebanhos. É, portanto, uma das maiores fontes de energia do globo terrestre.

A boa conservação do solo, portanto, é tarefa inalienável. E não somente daquele que explora a terra, mas da sociedade como um todo, eis que é patrimônio natural imprescindível na geração de alimentos e desenvolvimento dos povos.

Suas características físicas, químicas e estruturais devem ser conhecidas com o fim de subsidiar tanto os produtores rurais em seus investimentos de exploração econômica das terras como também o poder público na elaboração das políticas de planejamento e desenvolvimento.

Bertoni (2012) salienta a importância do conhecimento dos tipos de solo para a dinâmica da atividade agropecuária, nos seguintes termos:

Quando todos os solos de um país como o nosso, de dimensões continentais, forem estudados e classificados, o seu número deverá contar entre milhares. Entretanto os solos podem ser classificados em um sistema de classes ou grupos, de tal maneira que os tipos individuais são incluídos em grupos bem relacionados e característicos.

Grupos de solos muito diferentes em suas características são também contrastantes no seu uso, pois os problemas de seu manejo não poderão ser os mesmos. O conhecimento das peculiaridades de cada tipo de solo é que condiciona seu melhor aproveitamento.

O manejo correto do solo segue a premissa de que esse deve ser usado de acordo com sua capacidade e protegido conforme sua necessidade. Os solos são degradados, perdendo produtividade por muitas razões. Entretanto, podem-se destacar as principais, segundo Bertoni e Lombardi Neto, na obra “Conservação do Solo”:



- perda da estrutura física;
- perda da matéria orgânica;
- perda de elementos nutritivos;
- perda de solo propriamente dita.

Importante é, então, considerar, além dos tipos de solo, outras variáveis, como relevo e clima para então traçar as práticas de bom uso e conservação. Efetivamente, cada gleba há de ser considerada individualmente, ante as peculiaridades de cada uma.

Assim, uma vez que o escopo do Plano de Desenvolvimento Rural é elaborar um planejamento global de desenvolvimento sustentável, há de se considerar dois aspectos: primeiro, é que a questão da conservação dos solos deve ser uma preocupação do poder público municipal e dos produtores rurais, de forma individual e de forma coletiva. Metas devem ser estabelecidas e buscadas com vistas à manutenção e/ou recuperação das boas condições das terras, estradas e unidades de conservação. Em segundo lugar, em se tratando de um trabalho de diagnóstico e planejamento em nível territorial, o presente Plano não abarca questões individualizadas, pontuais ou mesmo específicas das regiões de exploração agrícola do município no tocante aos solos. Ou seja, quaisquer análises ou recomendações mais específicas demandariam maior detalhamento das variáveis existentes nas glebas e microrregiões e investimentos consideráveis, especialmente, no levantamento detalhado dos tipos de solos existentes.

Portanto, o material aqui apresentado em relação aos solos de Chapecó é apenas um instrumento de auxílio para outros estudos e projetos, podendo servir de base para trabalhos mais profundos e específicos.

Em Chapecó, há pouca variabilidade de tipos de solo, conforme mostra a Figura 27, onde são encontrados, predominantemente, os Nitossolos e os Cambissolos com presença mais acanhada de Latossolos.



a) Cambissolos

Os Cambissolos são solos pouco desenvolvidos, mais novos e com Horizonte B incipiente. No território em estudo se destaca o CambissoloHáplico, característico de áreas com declive acentuado, pedregosas, com alta CTC no Horizonte A, com caráter mais limitante do que de potencialidade para a exploração agrícola.

Compreendem solos constituídos por material mineral, com horizonte B incipiente subjacente a qualquer tipo de horizonte superficial, desde que em qualquer dos casos não satisfaçam os requisitos estabelecidos para serem enquadrados nas classes Vertissolos, Chernossolos, Plintossolos ou Gleissolos.

Devido à heterogeneidade do material de origem, das formas de relevo e das condições climáticas, as características destes solos variam muito de um local para o outro. Assim, a classe comporta desde solos fortemente até imperfeitamente drenados, de rasos a profundos, de cor bruna ou brunamarela até vermelho escuro, e de alta a baixa saturação por bases e atividade química da fração coloidal.

O horizonte B incipiente (Bi) tem textura franco-arenosa ou mais argilosa, geralmente apresenta teores uniformes de argila, podendo ocorrer ligeiro decréscimo ou um pequeno incremento de argila do A para o Bi. Admite-se diferença marcante do A para o Bi, em casos de solos desenvolvidos de sedimentos aluviais ou outros casos em que há descontinuidade litológica.

A estrutura do horizonte Bi pode ser em blocos, granular ou prismática, havendo casos em que há descontinuidade litológica.

Horizonte com plintita ou com gleização pode estar presente em solos desta classe, desde que não satisfaça os requisitos exigidos para ser incluído nas classes dos Plintossolos ou Gleissolos, ou que apresente em posição não diagnóstica com referência a sequência de horizonte do perfil.

Alguns solos desta classe possuem características morfológicas similares as dos solos da classe dos Latossolos, mas distinguem-se destes por apresentar uma ou mais das características abaixo especificadas, não compatíveis com solos muito evoluídos: 4% ou mais de minerais primários



alteráveis ou 6% ou mais de muscovita na fração areia total; capacidade de troca de cátions, sem correção para carbono, $\geq 17 \text{ cmolc/kg}$ de argila; relação molecular $\text{SiO}_2/\text{Al}_2\text{O}_3$ (Ki) $> 2,2$; teores elevados em silte, de modo que a relação silte/ argila seja $> 0,7$ nos solos de textura média ou $> 0,60$ nos de textura argilosa, principalmente, nos solos do cristalino; e 5% ou mais do volume do solo contando de fragmentos de rocha semi-intemperizada, saprólito ou resto estrutura orientada da rocha que deu origem ao solo.

b) Nitossolos

Os Nitossolos são comparativamente mais desenvolvidos, intemperizados, com elevada evolução pedogenética, baixa atividade de argila e alta ferratização.

Compreende solos constituídos por material mineral com horizonte B nítico (reluzente) de argila de atividade baixa, textura argilosa ou muito argilosa, estrutura em blocos sub-angulares, angulares ou prismáticas moderadas ou fortes, com superfície dos agregados reluzente, relacionada à serosidade e/ ou superfícies de compressão.

Estes solos apresentam horizonte B bem expresso em termos de desenvolvimento de estrutura e serosidade, mas com inexpressivo gradiente textual.

Esta classe não engloba solos com incremento no teor de argila requerido para horizonte B textual, sendo a diferenciação de horizontes menos acentuada que aqueles, com transição do A para o B clara ou gradual e entre sub-horizontes do B difusa. São profundos, bem drenados, de coloração variando de vermelho a brunada.

São, em geral, moderadamente ácidos e ácidos, com saturação por bases baixa a alta, às vezes álicos, com composição caulínico – oxídica e, por conseguinte, com argila de atividade baixa.

c) Latossolos

Os Latossolos são os mais antigos e mais avançados em sua evolução pedogênica, mais profundos e com alto grau de latelização.



Compreendem solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte-diagnóstico superficial, exceto H hístico.

São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, como resultado de enérgicas transformações no material constitutivo (salvo minerais pouco alteráveis). São virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários, menos resistentes aos intemperismos e têm capacidade de troca de cátions baixa, inferior a 17cmolc/kg de argila sem correção para carbono, comportando variações desde solos predominantemente caulíníticos, com valores de K_i mais altos, em torno de 2,0 admitindo o máximo de 2,2, até valores oxídicos de k_i extremamente baixo.

Variam de fortemente a bem drenados, embora ocorram variedades de drenagem moderada ou até mesmo imperfeitamente drenados, transicionais para condições de maior grau de gleização.

São normalmente muito profundos, sendo a espessura do *solum* raramente inferior a um metro. Têm sequência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de horizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. Em distinção as cores mais escuras do A, o horizonte B têm aparência mais viva, as cores variando desde amarelas ou mesmo acinzentadas até vermelho-escuro-acinzentadas, nos matizes 2,5YR a 10YR, dependendo da natureza, forma e quantidade dos constituintes – mormente dos óxidos e hidróxidos de ferro –, segundo condicionamento de regime hídrico e drenagem do solo, dos teores de ferro na rocha de origem e se a hematita é herdada dele ou não. No horizonte C, comparativamente menos colorido, a expressão cromática é bem variável, mesmo heterogênea, dada a natureza mais saprolítica. O incremento de argila do A para o B é pouco expressivo, e a relação textural B/A não satisfaz os requisitos para B-textural. De um modo geral, os teores da fração argila no *solum* aumentam gradativamente com a profundidade ou permanecem constantes ao longo do perfil. Tipicamente, é baixa a mobilidade das argilas no horizonte B, ressalvados comportamentos atípicos de solos desenvolvidos a partir de material arenoso quartzoso, de constituintes orgânicos com ΔpH positivo ou nulo.

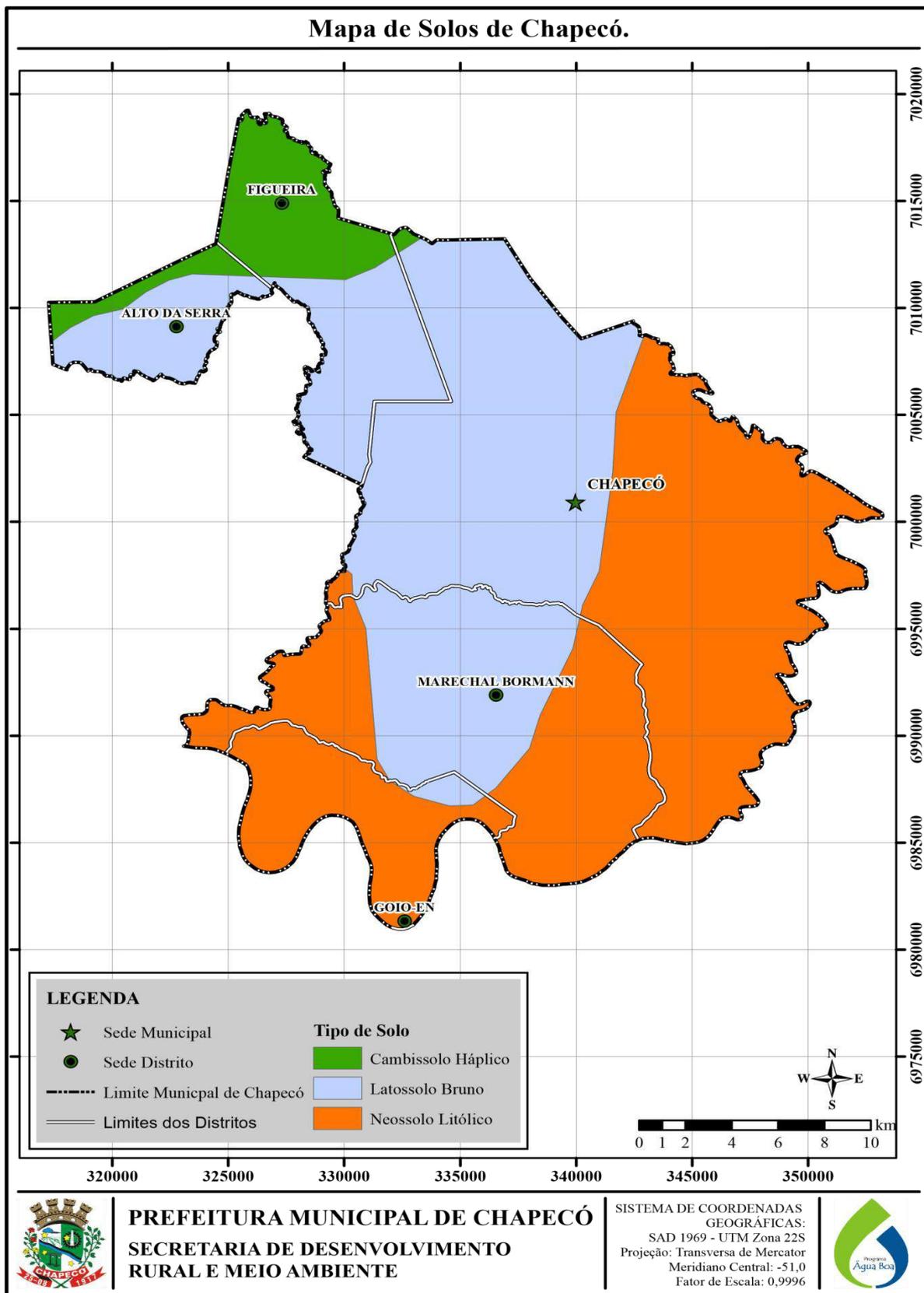


São em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, Distróficos ou Álicos. Ocorrem, todavia, solos com média e até mesmo alta saturação por bases, encontrados geralmente em zonas que apresentam estação seca pronunciada, semiáridas ou não, como também em solos formados a partir de rochas básicas.

São típicos das regiões equatoriais e tropicais, ocorrendo também em zonas subtropicais, distribuídos sobretudo por amplas e antigas superfícies de erosão, sedimentos ou terraços fluviais antigos, normalmente em relevo plano e suave ondulado, embora possam ocorrer em áreas mais acidentadas, inclusive em relevo montanhoso. São originados a partir das mais diversas espécies de rochas, sob condições de clima e tipos de vegetação os mais variados.



Figura 27 – Mapa de Solos do Município de Chapecó



Fonte: SEDEMA (2015).



6.5.7 Uso do Solo

O uso do solo é uma combinação de um tipo de uso (atividade) e, quando existe a ocorrência, de um tipo de assentamento (edificação).

O uso do solo assim admite uma variedade tão grande quanto às atividades da própria sociedade. As classes de uso do solo são criadas principalmente com a finalidade de classificação das atividades e tipos de assentamento para efeito de sua regulação e controle.

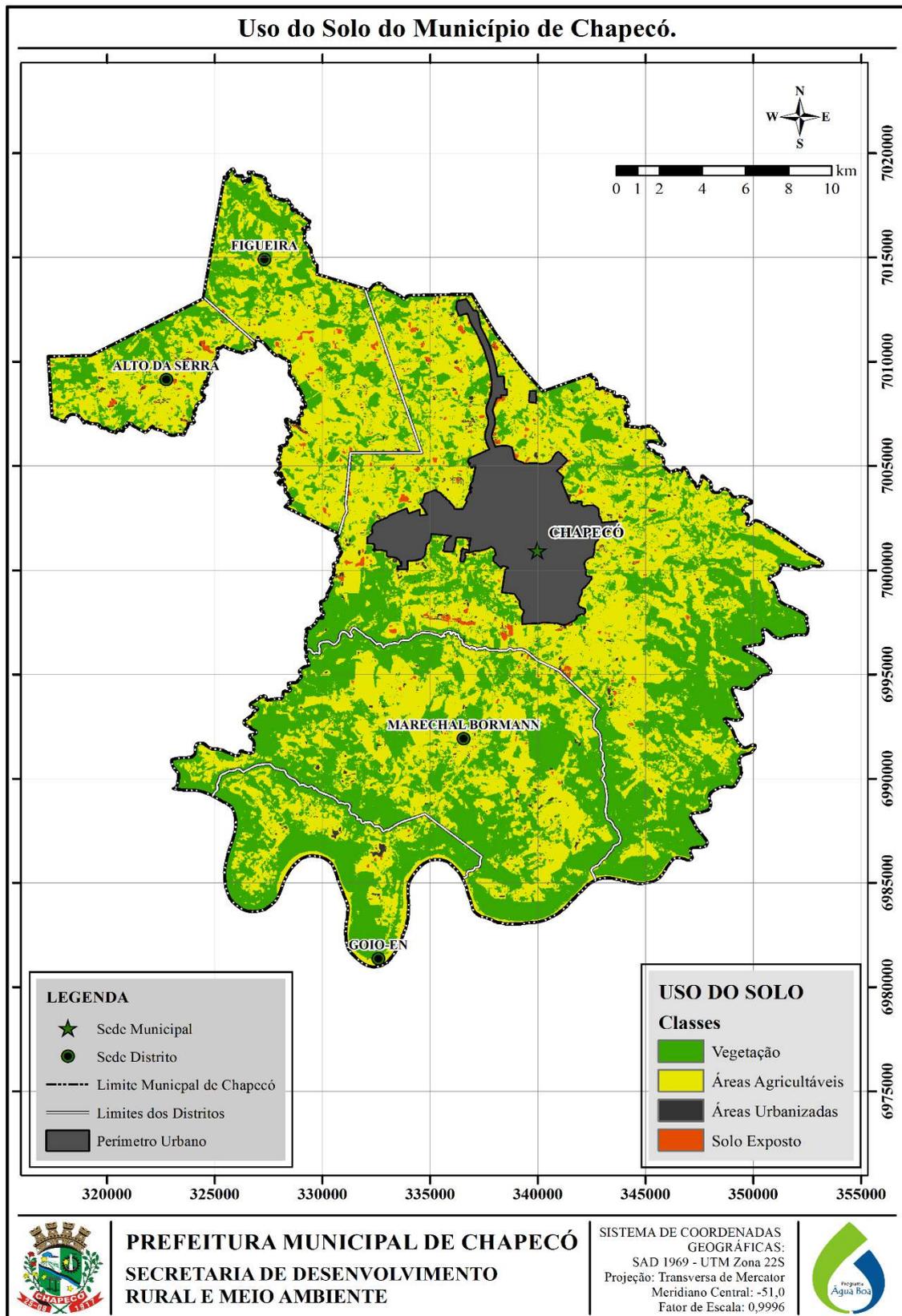
De maneira geral, o uso do solo do município de Chapecó foi classifica seguindo quatro Classes, descritas abaixo:

- I. **Vegetação Arbórea:** Refere-se a todo tipo de vegetação arbórea existente, seja ela nativa ou implantada (florestamento e reflorestamento);
- II. **Áreas Agricultáveis:** As áreas agricultáveis abrangem tanto as áreas com pastagens quanto as áreas implantadas com culturas anuais. A junção das áreas de pastagens e de culturas anuais decorre da existência da permuta destas atividades entre estas áreas;
- III. **Áreas Urbanizadas:** Refere-se às áreas construídas (edificações) existentes na área rural;
- IV. **Solo Exposto:** As áreas de solo exposto podem ser expressas como sendo áreas de transição, onde existia uma atividade e, será destinada para outros fins.

A Figura 28 abaixo e os anexos 6A, 6B, 6C, 6D e 6E expressam o uso do solo para os distritos Sede, Figueira, Goio-En, Alto da Serra e Marechal Bormann, respectivamente.



Figura 28 – Uso do Solo no município de Chapecó



Fonte: SEDEMA (2015).



6.6 ÁGUA

6.6.1 Direcionamento de Vertentes

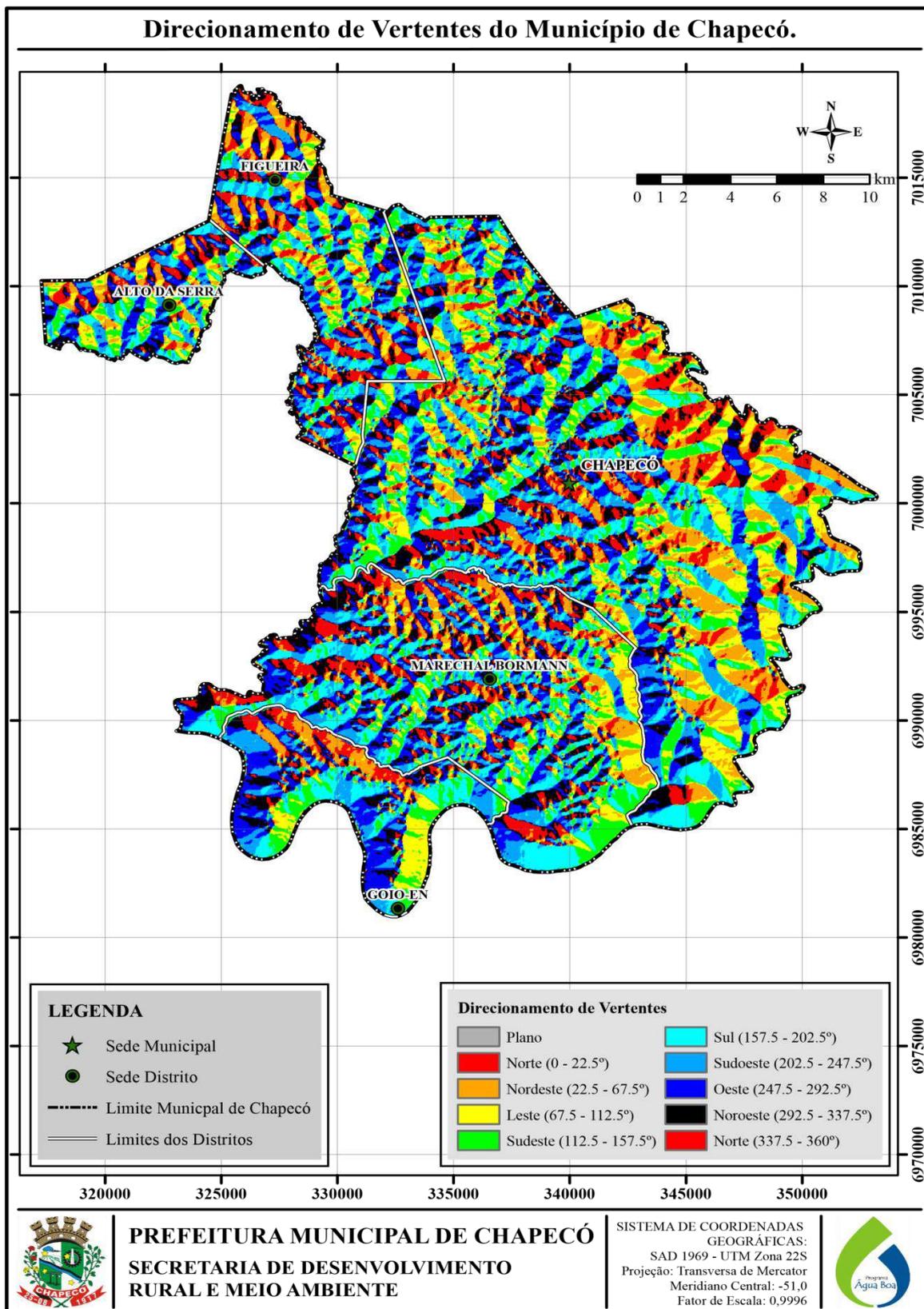
No município de Chapecó predominam as vertentes com sentido Norte/Sul que compõe a MOR (Macro Zona da Orla dos Rios) no vale do Rio Uruguai e no sentido Oeste/Leste com os Vale do Rio Rodeio Bonito e Irani. Na porção Oeste com sentido Leste/Oeste as vertentes dos rios Taquaruçu e Neckel. Na porção Noroeste encontramos as vertentes de pequenos tributários que fluem em direção ao Rio Chapecó.

A Figura 29 demonstra o direcionamento das vertentes.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Figura 29 – Direcionamento das vertentes do Município de Chapecó



Fonte: SEDEMA (2015).



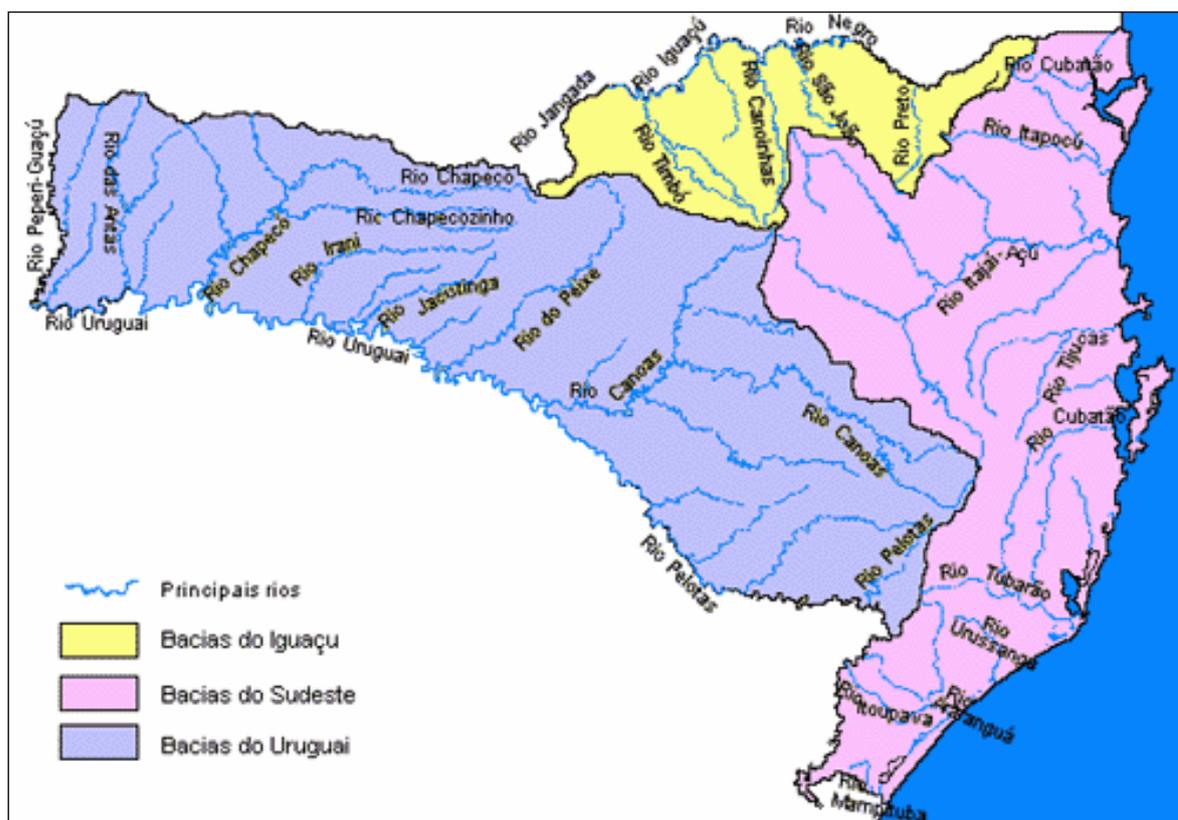
6.6.2 Hidrografia

O município de Chapecó está inserido no Sistema Integrado da Vertente do Interior, que é delimitada pelas águas que fluem a partir da Serra Geral em direção ao oeste de Santa Catarina, mais especificamente dentro da Bacia do Rio Uruguai.

A rede hidrográfica do estado de Santa Catarina pode ser subdividida em dois sistemas distintos, tendo como divisores de águas a Serra do Mar e a Serra Geral: Sistema Integrado da Vertente do Interior (bacias dos rios Paraná e Uruguai) e Sistema da Vertente Atlântica (várias bacias isoladas) (Secretaria de Estado do Planejamento, 2009).

Segundo a Resolução do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos CNRH nº 32, de 15 de outubro de 2003, publicada no DOU em 17/12/2003, no estado de Santa Catarina encontram-se bacias hidrográficas de três grandes Regiões Hidrográficas: Região Hidrográfica Sudeste, Região Hidrográfica do Uruguai e Região Hidrográfica do Iguaçu (Figura 30).

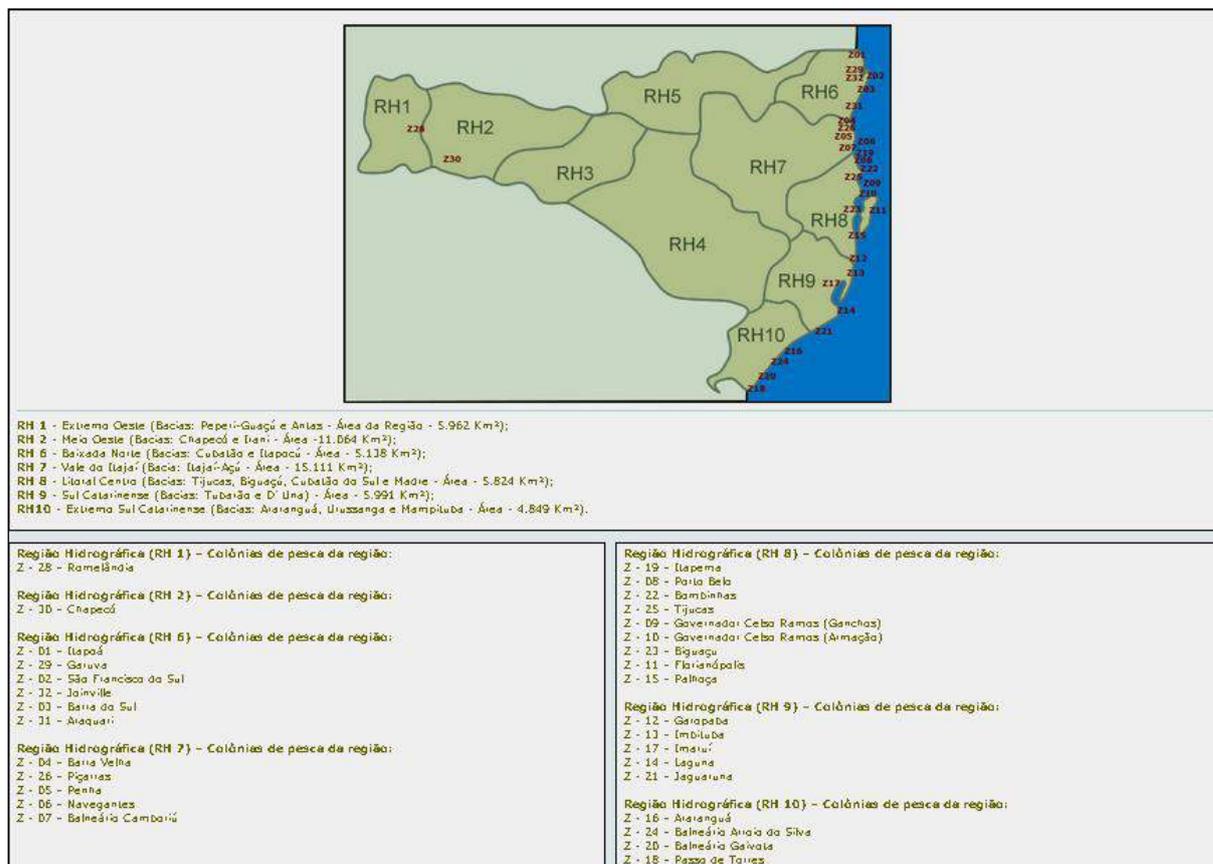
Figura 30 – Hidrografia



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Ainda no nível estadual, de acordo com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM, 1997), o município de Chapecó está inserido na Região Hidrográfica do Meio Oeste (RH2), a qual é composta pelas áreas drenadas pelos rios Chapecó e Irani, possuindo uma área de 11.064 km² (Figura 31).

Figura 31 – Regiões Hidrográficas



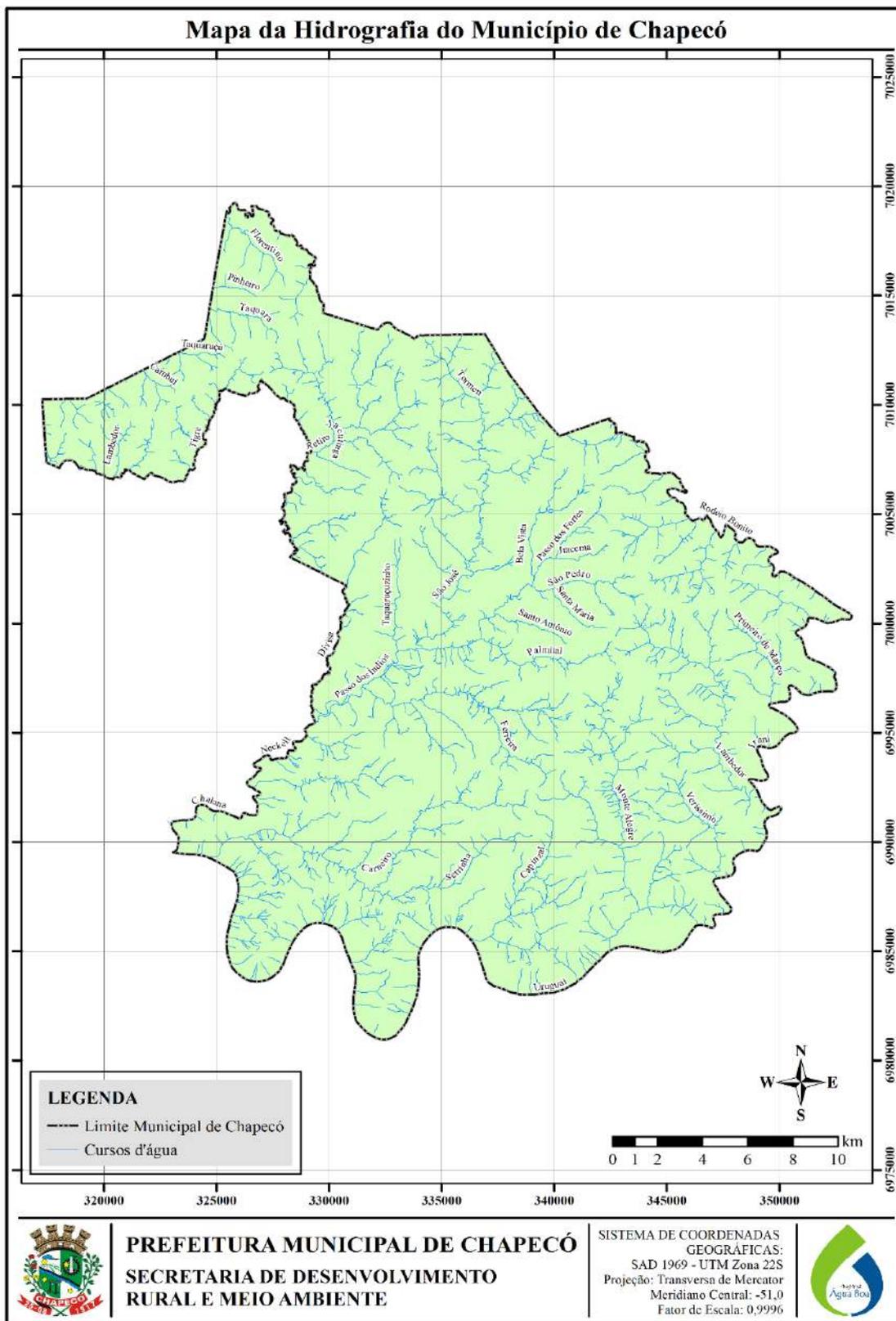
Fonte: SDM (1997).

As figuras a seguir expressam a malha hidrográfica de Chapecó (Figura 32), as Microbacias hidrográficas (Figura 33) e as respectivas nascentes existentes dentro do perímetro urbano de Chapecó (Figura 34).



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Figura 32 – Malha hidrográfica do Município de Chapecó

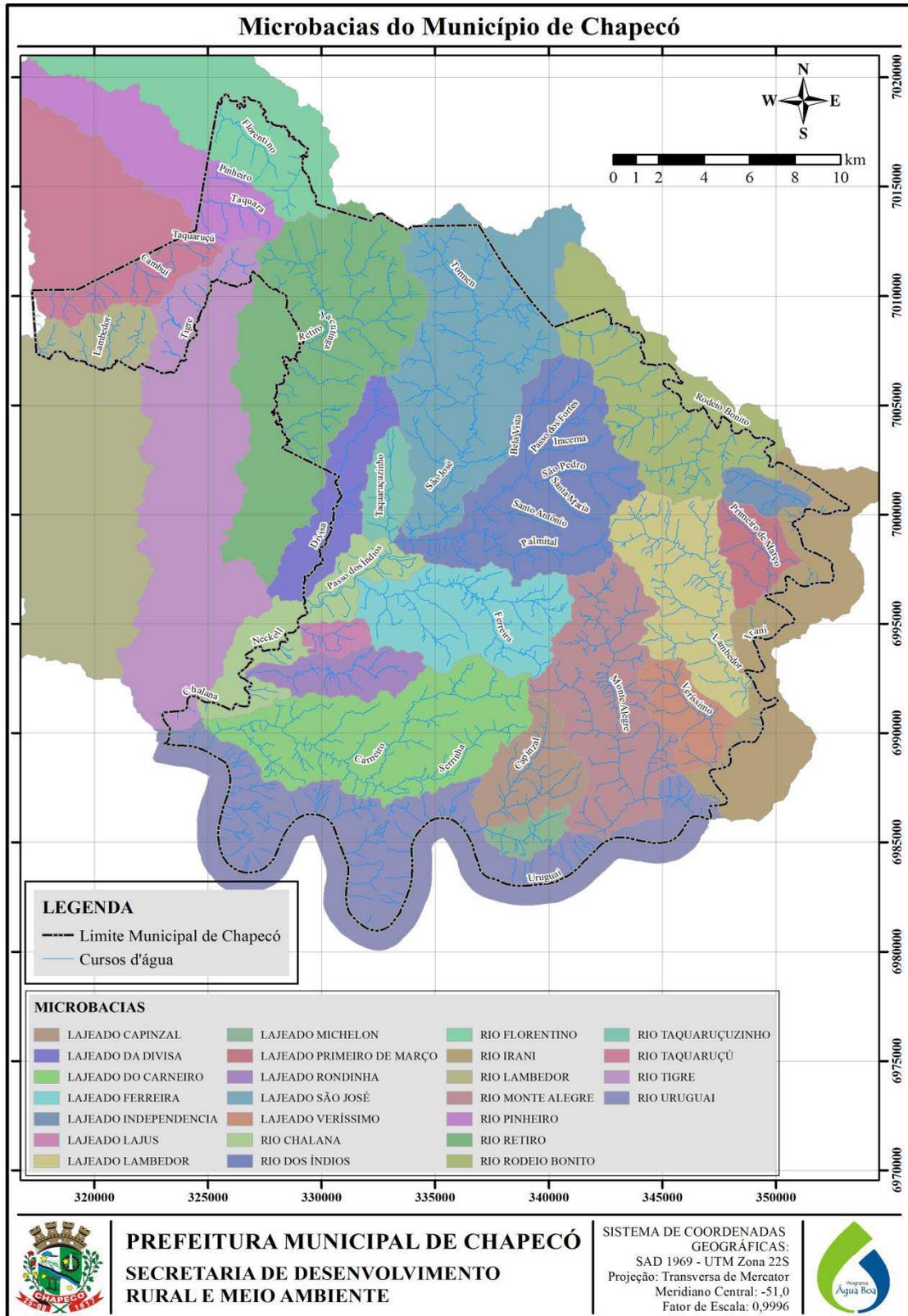


Fonte: SEDEMA (2015).



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Figura 33 – Microbacias do Município de Chapecó

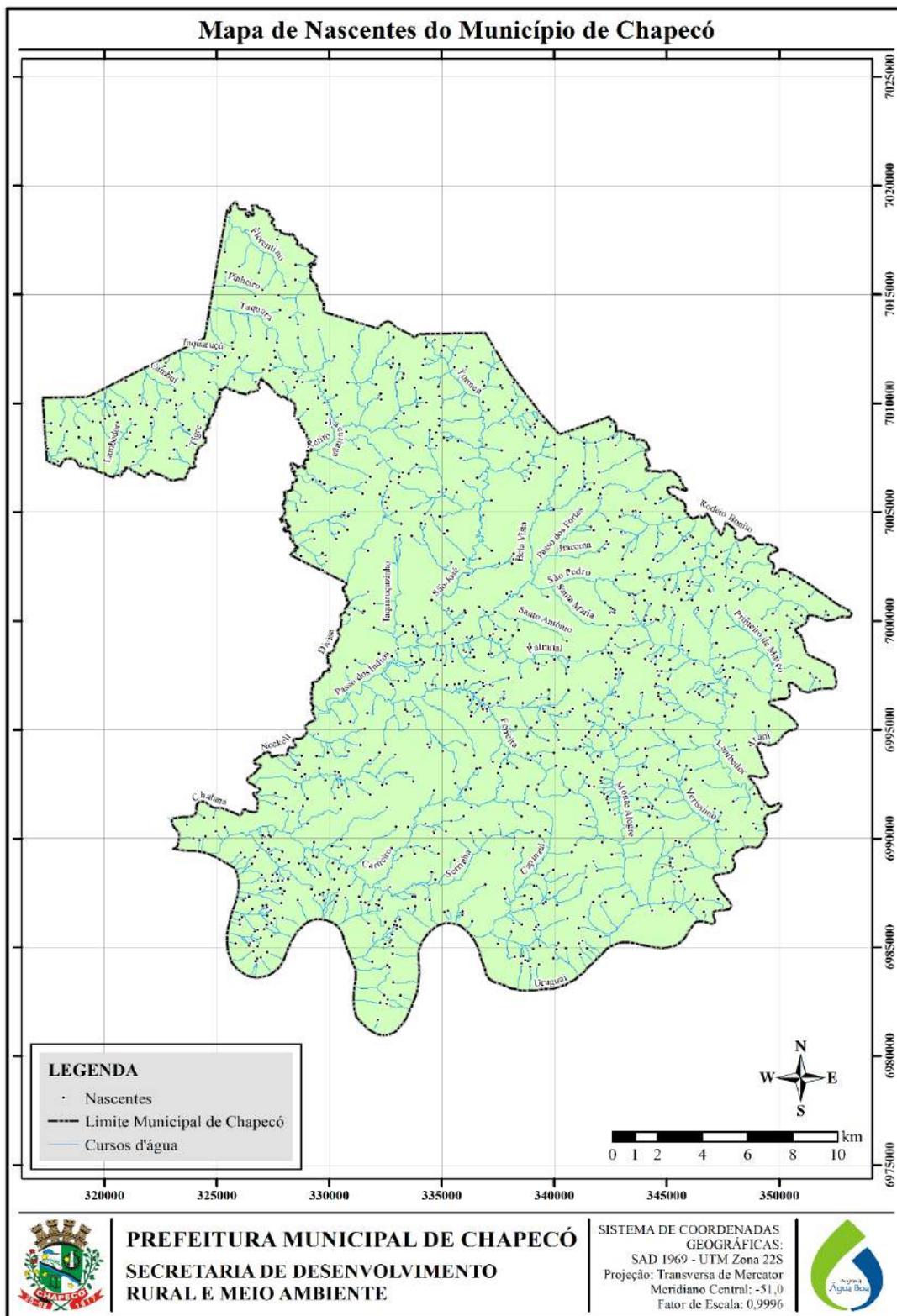


Fonte: SEDEMA (2015).



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Figura 34 – Nascentes do Município de Chapecó



Fonte: SEDEMA (2015).



6.6.3 Recursos Hídricos

A disponibilidade de água é fator imperioso não apenas para o abastecimento das comunidades urbanas e zonas industriais, mas também e essencialmente para a atividade agropecuária. O uso das águas superficiais e profundas é motivo de atenção crescente por parte dos órgãos ambientais, de saneamento e de desenvolvimento econômico.

Na agricultura e pecuária a preocupação é garantir a constante disponibilidade de água e livre de contaminações e agentes poluentes.

Fatores geológicos e climáticos favoráveis fazem de Santa Catarina um território de grande Potencial Hídrico Subterrâneo, com águas de ótima qualidade distribuídas nas mais diversas regiões.

6.7 VEGETAÇÃO NATURAL

Basicamente, as matas nativas predominantes pertencem às Florestas Ombrófila Mista e Estacional Decidual.

a) Floresta Ombrófila Mista

Esta região é exclusivamente do planalto Meridional Brasileiro, com disjunções em áreas elevadas das serras do Mar e da Mantiqueira. Ocorre sob um clima ombrófilo, com temperatura média de 18°C, mas com alguns destes meses bastante frios, ou seja, de 3 a 6 meses com médias inferiores aos 15°C. As formações arbóreas do Planalto meridional refletem situações específicas de duas floras que aí se encontram: a Tropical Afro-brasileira e a Temperada Austro-brasileira, tendo a *Araucaria angustifolia* como espécie caracterizadora. A estrutura é bastante variada, constituída por adensamentos, onde se destacam *Ocotea nectandra* e agrupamentos pouco desenvolvidos com



predomínio de *Podocarpus lambertii* (pinheirinho), *Drimis* (casca-d'anta), *Capsicodendron dinisii* (pimenteira) e *Ilex spp.* (erva-mate, caúnas e congonhas).

b) Floresta Estacional Decidual

Também chamada Floresta Estacional Caducidófila é um ecossistema do bioma Mata Atlântica. Ocorre em grandes altitudes e baixa temperatura. Esse ecossistema é caracterizado por duas estações, uma seca e outra chuvosa, a primeira mais prolongada, ao contrário da floresta tropical que não mantém estação seca.

Em florestas deciduais a dispersão de sementes ocorre principalmente na estação seca e a germinação no início da estação chuvosa. O atraso das primeiras chuvas e a ocorrência de veranicos são importantes causas de mortalidade de sementes e plântulas. Armazenar sementes e plantá-las na estação chuvosa poderia aumentar a germinação e a sobrevivência de plântulas.

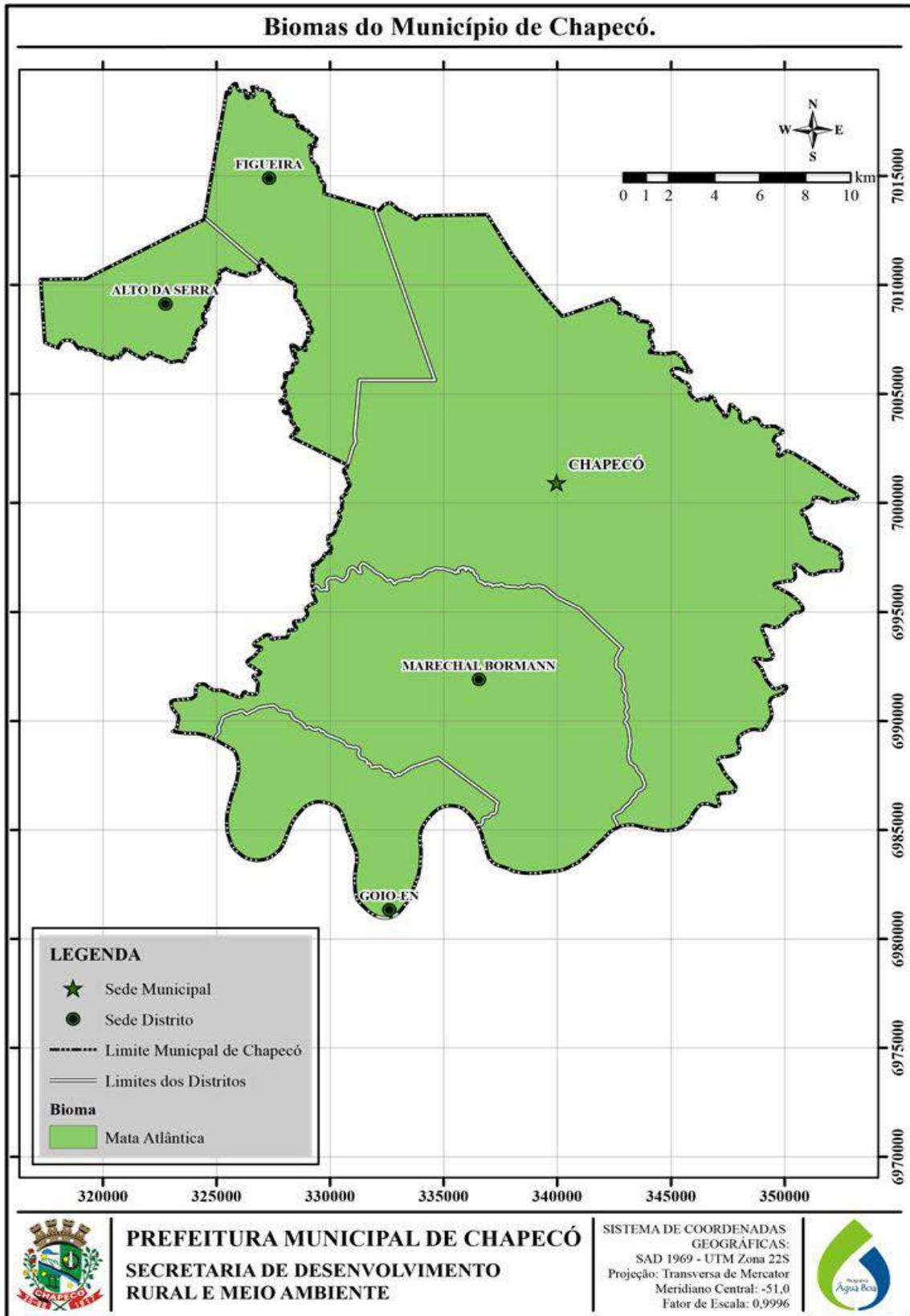
Para isso é necessário verificar se as sementes mantêm sua germinabilidade após armazenamento. No presente estudo, foi investigado se sementes de espécies arbóreas de floresta decidual alteram sua germinabilidade após serem armazenadas em condições naturais por três e 15 meses.

O conhecimento da flora original da região tem direta implicação nos projetos de reflorestamento, estabelecimento de áreas de Reserva Legal e recomposição de Áreas de Preservação Permanente. Tais projetos, sejam individuais ou coletivos, devem priorizar a utilização de espécies vegetais nativas que obviamente são as mais adaptadas às condições geossistêmicas da região.

Nas Figuras 35 e 36 é possível observar o bioma, bem como as regiões fitoecológicas de Chapecó.



Figura 35 – Biomas do Município de Chapecó

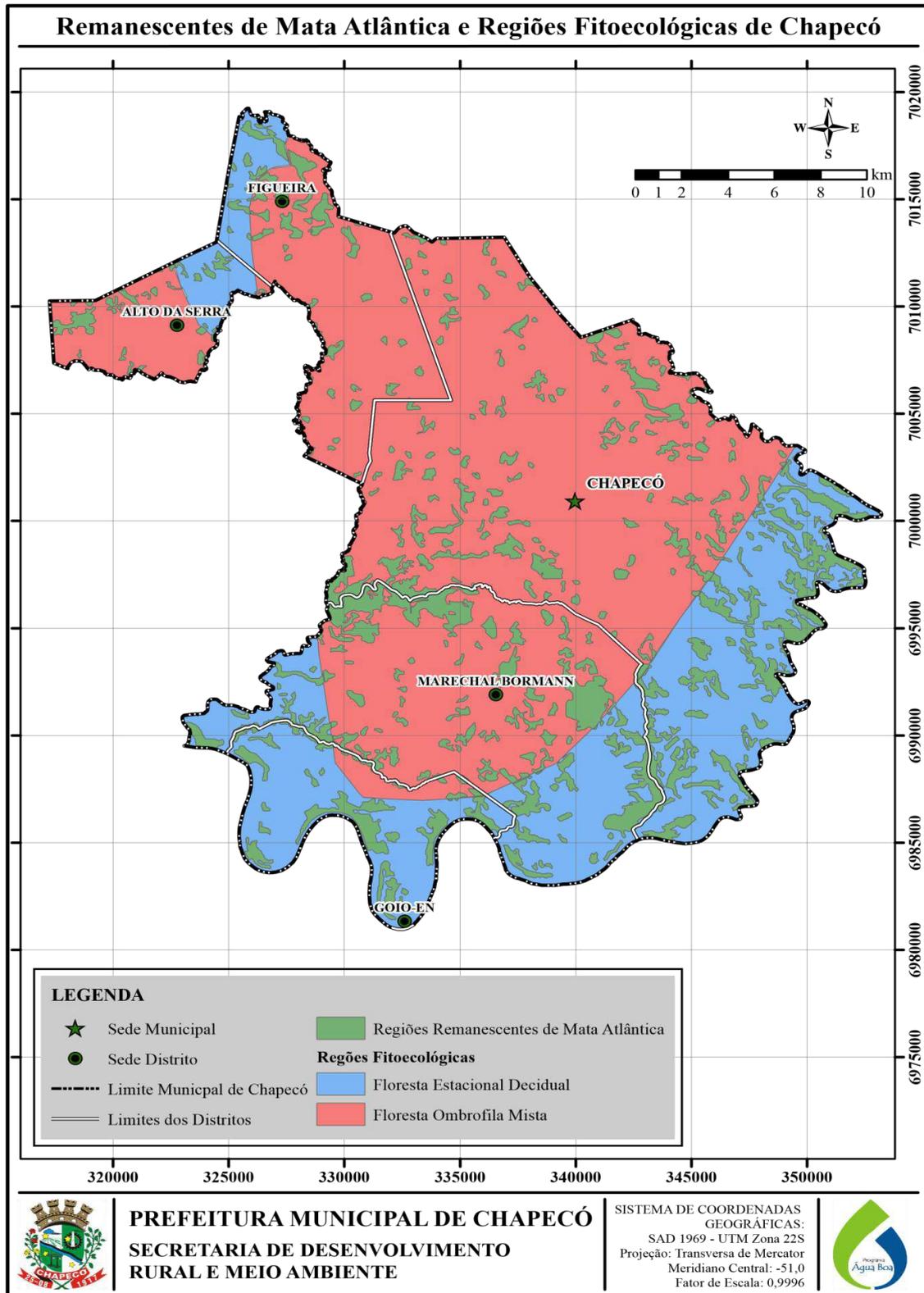


Fonte: SEDEMA (2015).



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Figura 36 – Regiões Fitoecológicas de Chapecó



Fonte: SEDEMA (2015).



6.8 ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE AMBIENTAL (AEIA)

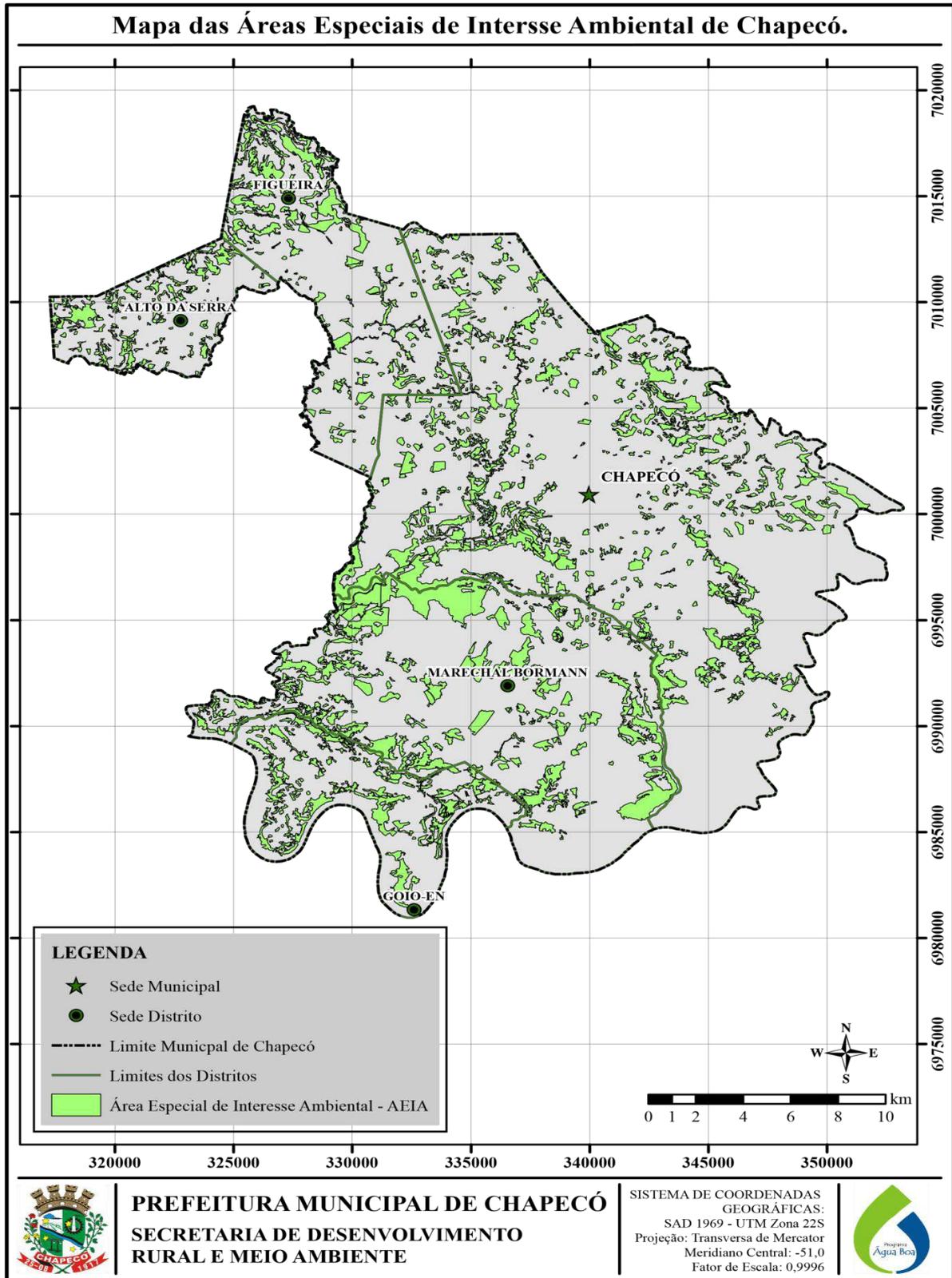
As AEIA têm por objetivo localizar e identificar áreas de importância ambiental, de forma a regular sua ocupação e promover sua preservação no sentido de conservar o patrimônio ambiental do Município de Chapecó, uma vez que são de suma importância para a manutenção dos ecossistemas existentes.

A Figura 37 expressa a AEIA para o Município de Chapecó e, distintamente, nos Anexos 7A, 7B, 7C, 7D e 7E para os distritos sede, Figueira, Goio-En, Alto da Serra e Marechal Bormann, respectivamente.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Figura 37 – Áreas Especiais de Interesse Ambiental do Município de Chapecó



Fonte: SEDEMA (2015).



6.9 ÁREAS FEDERAIS

No perímetro municipal de Chapecó constam três áreas de domínio Federal, uma refere-se à Floresta Nacional (FLONA) e as outras duas referem-se às reservas indígenas.

6.9.1 Floresta Nacional (FLONA)

A Floresta Nacional integra uma das sete categorias do grupo de Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável, cujo objetivo básico é o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a realização de pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

A FLONA em Chapecó apresenta uma área de aproximadamente 1.300 hectares, onde se buscou realizar o plantio de araucária e pínus.

6.9.2 Reservas Indígenas

As reservas indígenas existentes no município de Chapecó somam uma área total de 4.263,66 hectares, assim distribuídos:

Tabela 1 – Áreas indígenas

Terra Indígena	Grupo Indígena	Superfície (ha)	População
Toldo Chimbanguê	Kaingang	988,66	377
Toldo Chimbanguê II	Kaingang	975,00	77
Aldeia Condá	Kaingang	2.300,00	420
TOTAL		4.263,66	874

Fonte: Dados FUNAI.



Nas áreas das reservas indígenas, o uso da terra é coletivo, podendo cada família indígena se apropriar da área que possuir capacidade de realizar a ocupação.

Normalmente, as atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias indígenas são apenas para autoabastecimento. Grande parte dos habitantes das reservas indígenas trabalha em empresas de diversos segmentos produtivos no município de Chapecó.

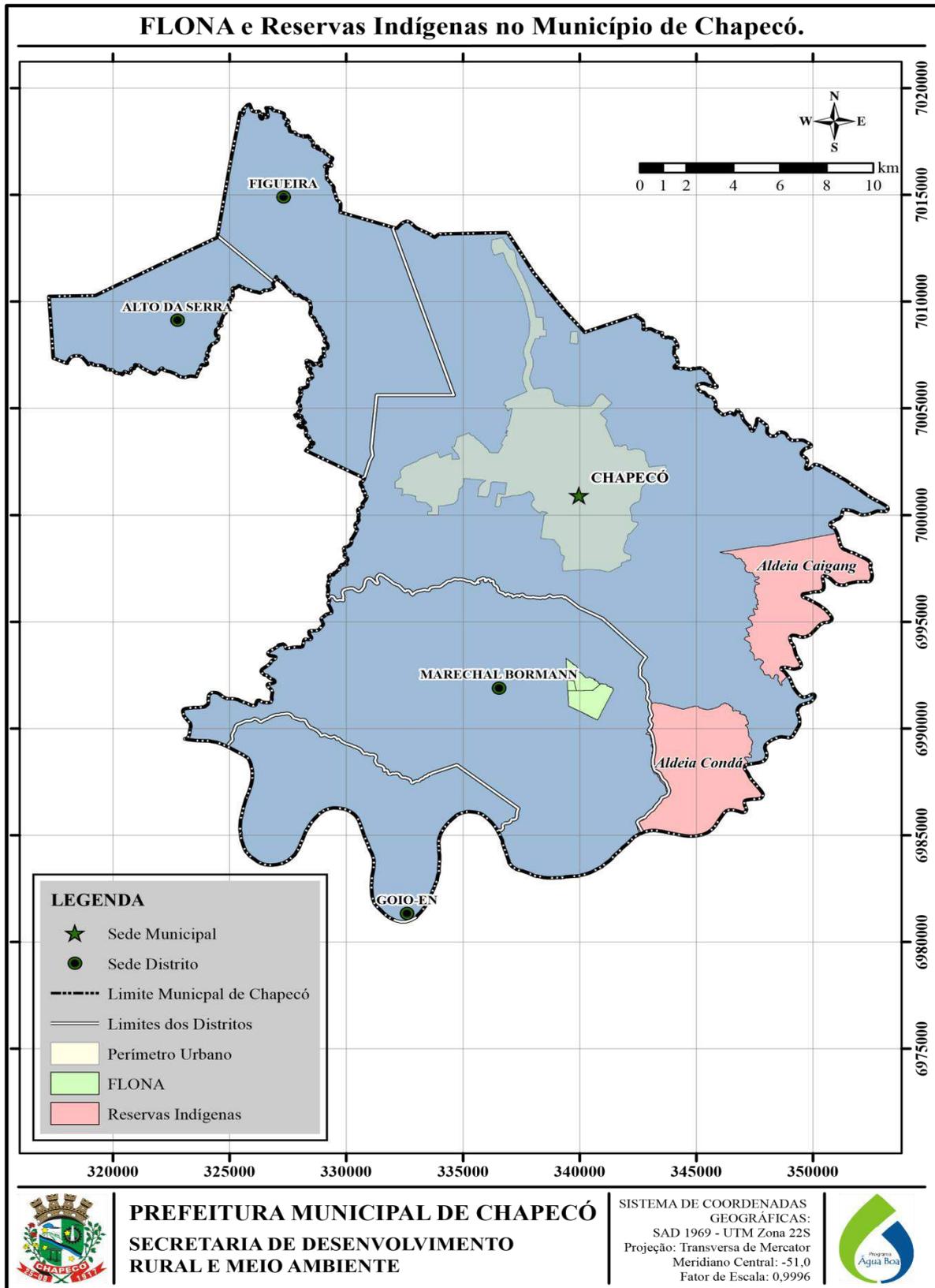
Pode-se ainda destacar a existência de escolas municipais e estaduais dentro do perímetro das reservas, onde os docentes destas são indígenas.

A Figura 38 expressa os limites da FLONA e das Reservas Indígenas existentes no município de Chapecó.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Figura 38 – Limites das Áreas Federais no município de Chapecó



Fonte: SEDEMA (2015).



7 DIAGNÓSTICO

O presente diagnóstico contempla uma análise conjuntural, abordando os aspectos socioeconômicos, políticos, técnicos e ambientais, todos relacionados à atividade agrícola, pecuária e agroindustrial de Chapecó. Para isso igualmente se levou em consideração o Plano Diretor Rural em vigor e a política de Desenvolvimento Rural Sustentável atual do Município de Chapecó.

O Diagnóstico Rural é um levantamento realizado pela Administração Pública Municipal, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SEDEMA), reunindo dados e informações provenientes de fontes primárias e secundárias, com a finalidade de subsidiar a confecção do Plano de Desenvolvimento Rural, conforme previsto no Plano Diretor de Chapecó, sob a Lei Complementar n. 541, de 26 de novembro de 2014, em seu Art. 31:

O Município elaborará o Plano de Desenvolvimento Rural, incluindo;

I - o zoneamento de uso e ocupação do solo rural;

II - projetos de recuperação de matas ciliares e proteção ambiental, por meio de campanhas educativas com a participação dos cidadãos;

III - levantamento e identificação das sedes de comunidades rurais e áreas especiais, como a Baronesa da Limeira, promovendo a regularização fundiária e reconhecimentos das atividades urbanas existentes;

IV - formas de inibir e fiscalizar os parcelamentos irregulares e clandestinos na Macrozona Rural.

Parágrafo único. O Plano de Desenvolvimento Rural deverá ser elaborado no prazo improrrogável de 1 (um) ano, a partir da publicação desta Lei Complementar.

O Plano de Desenvolvimento Rural é um instrumento orientador da administração pública e da sociedade local, contendo uma série de políticas públicas voltadas à área rural e às atividades vinculadas a ela, e pensadas para um horizonte de tempo e para o município de Chapecó.

Registra-se que este documento é uma compilação de dados já existentes, levantados junto a órgãos governamentais, sobretudo, do IBGE e das secretarias do município e, em menor escala, das instituições/empresas privadas. Nesse sentido, os dados apresentados não esgotam ou explicam



completamente o cenário rural do município de Chapecó, do contrário sintetizam, servem para compreender um pouco o panorama atual, sempre a transformar-se.

Como o Plano está alicerçado na sustentabilidade, o diagnóstico está dividido em Econômico, Ambiental e Social.

7.1 DIAGNÓSTICO ECONÔMICO

7.1.1 Considerações Gerais

Chapecó, com população em torno de 200.000 habitantes, é o principal polo agroindustrial regional e da mesorregião Oeste Catarinense, que compreende mais de 200 municípios. A Capital do Oeste, como também é conhecida, é a 7ª economia do Estado de Santa Catarina (IBGE, 2010). Sua economia tem uma raiz e uma matriz histórica consistente, baseada numa agropecuária de resultados e num processo de agroindustrialização de agregação de valor e alta comercialização.

O parque industrial do município, baseado historicamente na agroindústria, no modelo integração de pequenas e médias propriedades rurais, encontra-se em processo de diversificação. Após se instalarem para suprir a demanda dos frigoríficos locais e regionais, as indústrias do ramo metal mecânico crescem e se modernizam, produzindo equipamentos para os mercados nacional e internacional. Estão também presentes os ramos de plásticos e embalagens, transportes, móveis, bebidas, biotecnologia na industrialização de carnes, *software*, prestação de serviços, especialmente nas áreas de saúde e educação, confecções e outros. Destaque também significativo para a área da construção civil e de negócios. Abre-se uma nova perspectiva, com a criação do polo tecnológico e uma nova matriz econômica, baseada em tecnologias inovadoras.



O município é predominantemente urbano, a economia cresceu e se diversificou com a instalação de grandes empresas e uma rede de comércio e serviços. Na condição de cidade média e polo regional, Chapecó responde com todos os serviços disponíveis nos grandes centros urbanos, atraindo novas empresas e profissionais dos mais diversos segmentos.

7.1.2 Características do Setor Rural de Santa Catarina

O Estado de Santa Catarina localiza-se no eixo Sul-Sudeste, o mais rico e desenvolvido do país, além de fazer divisa territorial com a Argentina. Tem 293 municípios distribuídos em 9 (nove) regiões homogêneas.

Sua produção agropecuária é uma das maiores do país e seus índices de produtividade igualmente são altos. Santa Catarina é o maior produtor de suínos, cebola e maçã. Igualmente importantes são as produções de aves, mel, alho, fumo, erva mate, arroz e banana. A indústria madeireira é significativa nacionalmente, com destaque para a produção de papel e celulose.

A principal característica da atividade agropecuária do Estado é a predominância do modelo de agricultura familiar. Assim, estima-se que 90% da população rural do Estado esteja inserida neste modelo produtivo o que corresponderia a cerca de 180.000 famílias e ocuparia 41% das áreas exploradas.

Aproximadamente 194.000 propriedades rurais ocupam mais de 6.000.000 de hectares, sendo a grande maioria deles, ou seja, 80%, de áreas de menos de 50 ha. A produção agropecuária tem a agricultura familiar como seu maior expoente que abrange quase 70%.

A EPAGRI, citando os dados do IBGE de 2006, indica que o uso da terra do estado reflete a seguinte proporção: 23,9% de lavouras temporárias, 3,6% de lavouras permanentes, 8,3% de pastagens plantadas, 20,8% de pastagens naturais, 10,3% de florestas plantadas, 24,5% de matas e florestas naturais, 2,1% com sistemas agroflorestais e 6,5% de áreas não agricultáveis.



A respeito da grande produção agropecuária do Estado e da tradição da agricultura familiar, este modelo tem apresentado sensíveis limitações no que se refere à redução da mão de obra no campo, por força do envelhecimento da população produtiva e do êxodo dos jovens (estimado em 2% ao ano), aliada a baixos índices de renda e problemas ambientais.

Por outro lado, segundo a EPAGRI, as limitações ambientais se concentram basicamente na escassez e comprometimento da qualidade da água e a descaracterização dos ecossistemas com a consequente diminuição da biodiversidade.

O Programa Santa Catarina Rural do Governo do Estado, em curso, prevê investimentos da ordem de US\$ 189 milhões, com ênfase no desenvolvimento da agricultura familiar. Chapecó está classificada na região de “prioridade 3” para o recebimento dos benefícios do SC Rural, o que, efetivamente, não inviabiliza a planificação de ações da administração municipal que preveem a utilização de recursos do programa.

7.1.3 Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SEDEMA)

7.1.3.1 Diretorias

A Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente apresenta a seguinte divisão de diretorias:

- Diretoria de Agricultura;
- Diretoria de Meio Ambiente.



7.1.3.2 Departamentos/Gerências

A Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente apresenta a seguinte relação de departamentos/gerências:

I – Diretoria de Agricultura:

- Extensão e Difusão Tecnológica;
- Inspeção Sanitária;
- Controladoria de Notas Fiscais Rurais.

II – Diretoria de Meio Ambiente:

- Licenciamento Ambiental;
- Fiscalização Ambiental.

7.1.3.3 Recursos humanos

A Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente consta com a seguinte relação de recursos humanos:

- Assistente de Diretoria e Gerência (1);
- Auxiliar de Administração (6);
- Auxiliar de Inspeção (4);
- Auxiliar de Serviços Internos (2);
- Chefe de Setor (3);
- Coordenador de Equipe (3);
- Diretor de Infraestrutura Rural (1);
- Economista Doméstico (2);
- Engenheiro Agrônomo (4);
- Engenheiro Sanitarista (1);
- Estagiário (7);
- Fiscal do Meio Ambiente (2);
- Gerente de Estímulo às Atividades Rurais (1);



-
- Gerente de Licenciamento Ambiental (1);
 - Médico Veterinário (5);
 - Monitor Social (1);
 - Motorista (1);
 - Técnico em Agropecuária (3);
 - Técnico em Alimentos (1);
 - Vigia (4).

7.1.3.4 Programas

Visando a melhoria das condições produtivas e ampliação das atividades nas propriedades, a Prefeitura Municipal através da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, vem desenvolvendo diversos programas entre os quais destacam-se:

a) Cadastro Ambiental Rural (CAR)

No ano de 2014 foi implantado o serviço de atendimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), exigido pelo governo federal, onde o proprietário declara o seu imóvel perante marcação em imagem de satélite e também fornece dados referente à propriedade.

A SEDEMA, além de realizar os atendimentos ao agricultor, também realizou diversos treinamentos, sendo repassados os conhecimentos e experiência adquiridos.

Tabela 2 – Número de cadastro e produtores que realizaram CAR nos anos 2014 e 2015

Ano	Nº de cadastro	Nº produtores
2014	290	252
2015*	606	570

*Dados acumulados até o mês de novembro de 2015.

Fonte: SEDEMA (2015).



Há 3.673 cadastros de imóveis no município de Chapecó. Muitos dos CAR são feitos por diferentes instituições ou mesmo por profissionais autônomos. No entanto, a grande maioria são feitos pela SEDEMA (dados acima), por isso, é estimado que até o momento (novembro/2015) apenas entono de 35% dos CAR foram realizados no município de Chapecó.

b) Programa de Feiras de Comercialização de Produtos Coloniais

Atualmente são 10 pontos de feira, com 63 feirantes diretamente envolvidos e mais de 130 famílias indiretamente envolvidas na produção primária e no processamento dos produtos coloniais (PREFEITURA DE CHAPECÓ, 2015). Os atuais pontos de feira são:

- Centro;
- Calçadão;
- EFAPI;
- Parque das Palmeiras;
- Presidente Médici;
- São Cristóvão;
- Bela Vista;
- Cristo Rei;
- Expoente;
- Santo Antônio.

Com o apoio da SEDEMA, nestes espaços são comercializados produtos hortigranjeiros, derivados de leite, de mel e de carne suína, ovos, frango colonial, mudas e panificados.

Um aspecto importante, além da produção primária para os agricultores, diz respeito à industrialização e inserção de mercado, que são dificultados no contexto de concorrência com a globalização. Neste sentido, os canais curtos de comercialização surgem como uma proposta alternativa para organizar o atual sistema alimentar.

As feiras livres, um dos tipos de mercado de proximidade, têm grande importância social no que se refere à diversidade de alimentos e produtos ofertados localmente para atender as principais necessidades da população.



Tabela 3 – Evolução do movimento financeiro com venda direta ao consumidor (feiras-livres)

	Anos				
	2011	2012	2013	2014	2015*
Valor Total	156.780	301.387	640.091	532.670	338.555

Fonte: SEDEMA (2015).

***Dados parciais**

As feiras livres desempenham um papel importante na consolidação econômica, assim como tem relevância social, especialmente da agricultura familiar sob o ponto de vista de fortalecer a autonomia do agricultor, pois elimina o intermediário entre a produção e o comércio. Ao mesmo tempo, é um espaço público, que propicia o acesso a alimentação de gêneros básicos para a população, que tem nas trocas de saberes entre produtores e consumidores a afirmação da cultura local.

Dificuldades enfrentadas:

- acesso a mais famílias, por empecilho dos produtores que não querem concorrentes;
- falta de estrutura física básica em alguns pontos de feira (piso, banheiro, luz elétrica);
- legislação básica que ateste a feira como uma política pública de acesso a todos os agricultores familiares de Chapecó;
- espaços públicos para substituir os pontos alugados.

c) Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Rural de Chapecó

A Lei n. 6.677, de 18 de dezembro de 2014, criou o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Rural de Chapecó, composto dos seguintes produtos:

Bônus Rural Fiscal

Constitui-se na devolução, através de insumos ou horas máquinas, de um percentual do movimento econômico declarado no setor de bloco de notas fiscais da SEDEMA.



Os primeiros onze meses de 2015, de um total de R\$ 1.518.576,39 que os produtores têm direito, foram pagos, até o momento, um total de R\$398.281,00 em forma de bônus fiscal rural que podem ser através de insumos ou horas máquina. Portanto, ainda há um valor significativo de bônus a ser saldado junto aos produtores. O valor tem como base o movimento econômico através do bloco de produtor rural (PREFEITURA DE CHAPECÓ, 2015).

Auxílio ao produtor rural

O programa funciona mediante pagamento, diretamente ao produtor rural, pelos serviços efetuados dentro das propriedades rurais.

- I. R\$ 5,00 (cinco reais) por m² de área construída para as seguintes atividades: avicultura, suinocultura, bovinocultura, agroindústria familiar e outras benfeitorias úteis à atividade explorada na propriedade rural.
- II. R\$ 7,00 (sete reais) por m² para construção de silo trincheira e cisternas para captação de água da chuva.
- III. R\$ 2,00 (dois reais) por m² quando realizada reforma de silo trincheira, observado o intervalo mínimo de 5 anos entre reformas.
- IV. R\$ 2,00 (dois reais) por m² de lâmina de água para reservatório de múltiplos usos tendo como limite para auxílio até 4.000 m² (quatro mil metros quadrados) de lâmina de água.
- V. R\$ 1,00 (um real) por m² de lâmina de água para limpeza ou reforma do açude, observado o intervalo mínimo de 5 anos, com auxílio máximo de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).
- VI. R\$ 2,00 (dois mil reais), o metro linear, para abertura de valas, limitado ao valor máximo de R\$ 5,00 (cinco mil reais), para irrigação.
- VII. Para habitação de caráter popular no meio rural, o serviço de terraplanagem continua sendo de responsabilidade da Prefeitura de Chapecó.



O pagamento é efetuado após a conclusão das obras e comprovado o funcionamento das mesmas, apresentando comprovação de pagamento à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

Melhorias na malha viária interna das propriedades

O Município poderá realizar melhoria na malha viária interna da propriedade, no trecho compreendido entre a entrada da propriedade até as benfeitorias, onde ocorre a produção ou o armazenamento dos produtos destinados à comercialização.

d) Serviço Municipal de Inspeção Sanitária (SMIS)

O Serviço Municipal de Inspeção Sanitária realiza várias atividades relacionadas à área de segurança dos alimentos. O SMIS presta serviços para mais de 50 empresas na área de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal. Entre as rotinas destacam-se:

- Realização da rotina de inspeção *ante-mortem* e *post-mortem* de carcaças de bovinos, suínos e aves;
- Realização da rotina de fiscalização higiênico-sanitária da produção e industrialização da carne, leite, ovos, mel, pescado e seus derivados;
- Análises microbiológicas e físico-químicas da água e de produtos de origem animal.

Obs.: Todos os serviços da SMIS são de atividade contínua e regulamentados por lei.

Além dos 4 (quatro) programas descritos acima, há outros programas também em desenvolvimento pela SEDEMA, como: Produção de Hortigranjeiros e Agroecológicos; Melhoramento de Solo; Melhoramento Animal; Fruticultura; Reflorestamento; Agroturismo e; Agroindústria Familiar de Pequeno Porte.



7.1.4 Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura (SESUI)

O serviço de máquinas do meio rural está subordinado à Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura (SESUI). Segue abaixo alguns itens da infraestrutura dessa secretaria.

7.1.4.1 Recursos humanos

A Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura possui em sua Diretoria de Infraestrutura Rural, trinta e três (33) funcionários.

7.1.4.2 Parque de máquinas

- Patrôlas (3);
- Retroescavadeiras (4);
- Rolos compactadores (2);
- Carregadeiras (2);
- Escavadeira hidráulica (1);
- Tratores esteira (2);
- Caminhões (11).

7.1.4.3 Serviços realizados

A Secretaria disponibiliza a seguinte relação de serviços:



- Abertura de fontes;
- Construção de passadouros;
- Manutenção de estradas vicinais.

7.1.5 Indicadores Macroeconômicos

A economia chapecoense se destaca no cenário nacional principalmente pela produção agroindustrial. Este segmento da economia, além de sua própria importância, também se configura como impulsionador de vários outros setores como o metal mecânico e o de transporte.

Quanto aos indicadores socioeconômicos, em especial, na geração de empregos formais, segundo o CAGED – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2014), Chapecó apresentou um aumento de 19,06% entre 2009 e 2012, passando de 60.171 empregos para 71.642 mil empregos. O reflexo imediato do crescimento econômico acelerado e aumento de postos de trabalho e oportunidades de renda estão na melhoria da renda *per capita* e do Produto Interno Bruto (PIB), que entre os anos 2009 e 2012, tiveram incremento de 36,63% e de 47,74%, respectivamente. Segundo a FIRJAN (2014), no Ranking do Índice de Desenvolvimento Municipal, comparativo com os municípios de Santa Catarina, com mais de 100.000 habitantes, Chapecó ocupa o 1º lugar.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita* e renda *per capita*

Ano Base	PIB *	PIB <i>per capita</i> *	Renda <i>per capita</i>
2003	1.634.576.505,48	10.225,88	8.521,57
2004	1.867.713.324,60	11.304,40	9.420,33
2005	2.204.182.107,71	13.022,77	10.852,30
2006	2.319.296.740,75	13.386,07	11.155,06
2007	2.867.148.304,34	16.011,06	13.342,55
2008	3.330.255.640,72	19.385,73	16.154,77
2009	3.660.560.858,92	19.941,93	16.618,28
2010	4.465.552.904,61	24.331,46	20.067,60
2011	4.925.158.442,06	26.431,45	22.026,21
2012	5.580.204.514,18	29.516,24	
2013	6.322.371.715,24	31.895,83	

* 2012 e 2013 projeção elaborada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município.

Fonte: Prefeitura de Chapecó (2014).



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

É possível observar o significativo aumento do PIB entre 2003 e 2013 cujo aumento em moeda corrente chegou a mais de 280% no período.

Tabela 5 – Participação por Setor na Economia Municipal (%)

Ano Base	Primário	Secundário	Terciário
2002	11,82	27,20	60,98
2003	13,06	27,89	59,05
2004	12,08	23,05	64,87
2005	8,65	20,44	70,91
2006	7,37	21,20	71,43
2007	6,62	22,98	70,39
2008	7,35	18,83	73,83
2009	6,51	22,24	71,25
2010	5,47	22,06	72,46
2011	5,32	24,36	70,32
2012	5,34	21,13	73,53
2013	4,79	22,71	72,50

Obs. Primário (Agropecuária), Secundário (Indústria), Terciário (Comércio, Serviços ICMS, Serviços ISS, Economia Informal).

Fonte: SEDET (2015).

A participação dos setores na economia chapecoense, acompanha a regra da economia onde mostra que, quanto mais as economias dos países se desenvolvem, ocorre o aumento da participação do setor terciário em relação à agropecuária e indústria.

Tabela 6 – Valores de Importação e Exportação no Município de Chapecó (DIEF/DIME)

Ano Base	Importação	Exportação
2005	121.448.655,00	709.368.557,00
2006	113.527.731,27	563.391.961,02
2007	78.648.810,02	699.959.427,33
2008	120.134.006,51	866.303.873,12
2009	95.010.476,08	736.666.882,68
2010	127.230.273,31	637.212.538,07
2011	141.332.066,32	703.546.780,65
2012	250.745.117,23	961.542.289,52
2013	287.814.016,88	981.555.979,83

Fonte: SEDET (2015).

A tabela acima demonstra que Chapecó tem um *superavit* significativo na Balança Comercial e ascendente ao longo dos anos.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

A importância da produção agropecuária para o município também pode ser verificada através da balança comercial do município, pois os produtos mais representativos são originários deste segmento econômico:

- Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas de aves;
- Outras preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue;
- Produtos de origem animal, não especificados nem compreendidos em outras posições; animais mortos; impróprios para alimentação humana;
- Farinhas, pó e pellets, de carnes, miudezas, peixes ou crustáceos, moluscos ou outros invertebrados aquáticos, impróprios para a alimentação humana, torresmos;
- Reboques e semirreboques para quaisquer veículos; outros veículos não autopropulsores; e suas partes.

Tabela 7 – Participação dos diferentes setores na economia de Chapecó

Setor Econômico	Ano Base 2005	Ano Base 2006	Ano Base 2007
Empresa Normal (Ind., Com. e Serv.)	1.251.641.090,75	1.265.616.361,14	1.402.598.663,06
Microempresa (Ind., Com. e Serv.)	40.666.660,83	52.430.678,07	154.875.456,40
Agropecuário (Produção Rural)	190.656.935,51	171.010.629,08	189.898.217,16
ISS - Imposto Sobre Serviços	353.883.736,00	443.689.615,67	544.271.762,33
Economia Informal (20%)	367.363.684,62	386.549.456,79	458.328.819,79
Total Geral em R\$	2.204.212.107,71	2.319.296.740,75	2.749.972.918,74

Setor Econômico	Ano Base 2008	Ano Base 2009	Ano Base 2010
Empresa Normal (Ind. Com. e Serv.)	1.655.067.665,20	1.925.510.614,38	2.360.336.782,27
Simple Nacional (Ind. Com. e Serv.)	186.893.745,34	198.122.954,75	246.835.343,66
Agropecuário (Produção Rural)	244.710.937,39	238.293.127,21	244.416.396,97
ISS - Imposto Sobre Serviços	641.917.917,00	688.540.686,00	831.418.326,33
Economia Informal (20%)	545.718.052,99	610.093.476,47	736.601.369,85
Total Geral em R\$	3.274.308.317,92	3.660.560.858,81	4.419.608.219,08

Setor Econômico	Ano Base 2011	Ano Base 2012	Ano Base 2013
Empresa Normal (Ind. Com. e Serv.)	2.471.914.057,30	2.680.488.414,31	3.036.005.923,84
Simple Nacional (Ind. Com. e Serv.)	309.862.439,28	382.109.456,89	448.343.735,42
Agropecuário (Produção Rural)	262.157.228,81	297.262.426,35	299.331.682,75
ISS - Imposto Sobre Serviços	1.060.364.976,33	1.281.096.337,00	1.423.696.271,33
Economia Informal (20%)	820.859.740,34	928.191.326,91	1.041.475.522,67
Total Geral em R\$	4.925.158.442,06	5.569.147.961,46	6.248.853.136,01

Fonte: SEDET (2015).

A Tabela 7 demonstra que a produção primária do município teve uma evolução ao longo dos anos, mesmo que em menor proporção em relação aos demais setores.

7.1.6 Atividades Agrícolas

Figura 39 – Lavoura de milho



Fonte: SEDEMA (2015).

As atividades agrícolas do Município de Chapecó são bastante diversificadas, apresentando tanto a produção e culturas perenes quanto de culturas anuais ou temporárias.

As tabelas a seguir expressam os dados da produção agrícola do Município de Chapecó para diversos períodos de tempo.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Tabela 8 – Produção agrícola em lavouras temporárias

Cultura	Área Plantada (ha)				Quantidade Produzida (t)				Produtividade (t/ha)			
	2000	2005	2010	2013	2000	2005	2010	2013	2000	2005	2010	2013
Arroz (em casca)	150	100	-	-	225	25	-	-	1,50	0,25	-	-
Batata-doce	3	50	-	-	30	1.500	-	-	10,00	30,00	-	-
Cana-de-açúcar	80	90	-	-	1.500	2.160	-	-	18,75	24,00	-	-
Feijão (em grão)	3.700	1.600	1.500	800	2.668	1.476	2.140	2.040	0,72	0,92	1,43	2,55
Fumo (em folha)	311	337	242	170	573	370	390	340	1,84	1,09	1,61	2,00
Mandioca	140	150	250	250	2.520	1.620	4.500	4.500	18,00	10,80	18,00	18,00
Milho (em grão)	10.000	13.200	8.800	8.000	42.000	48.960	51.040	64.800	4,20	3,71	5,80	8,10
Soja (em grão)	3.700	6.200	10.000	12.500	8.800	5.022	31.200	41.250	2,38	0,81	3,12	3,30
Trigo (em grão)	1.300	1.610	3.500	1.800	1.560	3.381	9.450	5.940	1,20	2,10	2,70	3,30
Triticale (em grão)	-	450	-	150	-	1080	-	450	-	2,40	-	3,00

Fonte: IBGE (2015).

A Tabela 8 mostra que a cultura mais plantada no ano de 2000 foi a de milho e que, 10 anos após (2010), foi superada pela lavoura de soja que continua a ocupar espaço da lavoura de milho. Isso se deve, principalmente, pelo preço da soja ser mais competitivo em relação ao milho e por ser uma atividade de menor risco.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Tabela 9 – Produção agrícola em lavouras permanentes

Cultura	Área Plantada (ha)				Quantidade Produzida (t)				Produtividade (t/ha)			
	2000	2005	2010	2013	2000	2005	2010	2013	2000	2005	2010	2013
Erva-mate (folha verde)	1.050	1.100	600	1.000	7.535	3.000	3.500	7.000	7,18	2,73	5,83	7,00
Laranja	335	265	265	100	12.060	3.180	3.180	1.000	36,00	12,00	12,00	10,00
Limão	20	20	-	20	600	100	-	200	30,00	5,00	-	10,00
Pêssego	32	20	13	20	1.120	100	130	140	35,00	5,00	10,00	7,00
Tangerina	75	75	-	75	1.500	450	-	750	20,00	6,00	-	10,00
Uva	16	45	55	55	160	675	550	495	10,00	15,00	10,00	9,00

Fonte: IBGE (2015).

O que chama a atenção na Tabela 9 é a diminuição significativa da área plantada de laranja e pêssego e, ainda, a exceção da erva mate, as demais atividades sofreram uma diminuição da produtividade.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Tabela 10 – Movimento econômico produção agrícola período 2011 a 2015

	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Frutíferas	390.577,50	119,28	440.685,69	12,83	473.789,26	7,51	710.969,77	50,06	518.035,09	-27,14
Olerícolas	4.396.620,00	69,81	5.501.902,44	25,14	575.1102,78	4,53	7.401.804,41	28,7	4.994.497,46	-32,52
Caprinos	3817,80	287,06	5.209,00	36,44	52.516,3	908,18	659,00	-98,75	526,00	-20,18
Fumo	279.778,07	7,38	95.415,99	-65,9	102.578,23	7,51	178.050,67	73,58	123.838,93	-30,45
Trigo	3.552.718,97	-14,75	2.703.843,65	-23,89	6.720.402,83	148,55	7.447.976,32	10,83	793.793,00	-89,34
Milho	10.646.338,36	6,26	10.159.971,88	-4,57	15.236.945,73	49,97	17.314.972,23	13,64	15.769.618,86	-8,92
Feijão	557.930,60	41,42	604.694,00	8,38	408.209,00	-32,49	1.102.287,11	170,0	849.050,00	-22,97
Soja	17.395.137,35	11,21	10.083.276,56	-42,03	31.279.619,82	210,21	25.750.823,29	-17,68	24.987.421,74	-2,96
Frango	31.346.251,42	-19,07	50.366.338,50	60,68	82.536.596,57	63,87	24.603.807,91	-70,19	17.071.660,85	-30,61
Leite	15.538.880,52	57,38	16.993.064,39	9,36	18.938.450,79	11,45	19.406.140,24	2,47	11.805.983,26	-39,16
Ovos	60.098.527,81	4,37	57.410.677,35	-4,47	51.329.866,87	-10,59	51.886.332,53	1,08	34.300.679,50	-33,89
Suínos	34.421.222,84	-10,43	31.481.799,62	-8,54	32.141.681,19	2,1	37.291.026,23	16,02	27.604.613,25	-25,98
Peru	18.880.799,77	-38,49	3.247.505,28	-82,8	2.548.909,58	-21,51	2.011.214,81	-21,10	1.611.723,69	-19,86
Bovinos	9159,50	48,46	60596,17	561,57	34525,92	-43,02	100492,22	191,1	1655399,5	1547,29

Obs.: Para o ano de 2015 dados até 19/10/2015.

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó (2015).



Conforme a Tabela 10, o movimento econômico das frutíferas é bastante ínfimo se comparado às olerícolas. A atividade de maior movimentação econômica é a produção de ovos (comercial e férteis), seguida dos suínos, soja, frango, leite e milho, respectivamente.

O detalhamento de quais frutícolas e quais olerícolas, estão registradas nos Anexos 8 e 9.

- Produção de Hortigranjeiros: a produção de hortigranjeiros ocupa uma área de 300 ha e envolve cerca de 300 produtores. A comercialização destes produtos ocorre em feiras e supermercados da região (PREFEITURA DE CHAPECÓ, 2014).

Segundo dados da SEDEMA de 2015, Chapecó tem na horticultura uma importante atividade a ser explorada economicamente. Conforme Tabela 11, em 2014, o valor bruto da fruticultura foi de aproximadamente R\$ 710 mil e para a olericultura de R\$ 7,4 milhões.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Tabela 11 – Evolução do movimento financeiro da produção e comercialização de produtos hortigranjeiros de Chapecó

	2011		2012		2013		2014		2015	
	Kg	Valor (R\$)								
Fruticultura (ton.)	866	390.577	1231	440.685	1693	473.789	2035	710.969	1.427	529.266
Olericultura (ton.)	3.921	4.396.620	4.711	5.501.902	4.531	5.751.102	6.077	7.4018.04	4.086	5.039.610

Obs.: Para o ano de 2015 dados até 19/10/2015.

Fonte: SEDEMA (2015).

Conforme Tabela 12, o morango é a fruta mais produzida e comercializada no município.

Tabela 12 – Principais frutas comercializadas em 2013 e 2014

Anos	2013	2014
Descrição	(kg)	(kg)
Morango	239.322	226.786
Caqui/quivi	23.686	47.851
Melancia	27.828	57.295
Banana	25.877	53.462
Pêssego	32.117	75.371
Uva	41.898	80.936

Fonte: SEDEMA (2015).

As frutas de clima tropical, como a banana, o abacaxi e a goiaba, começam a ter representatividade na região proporcionada pelo microclima após a formação dos lagos das barragens no rio Uruguai.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

O número total de produtores ativos de fruticultura, no ano de 2015, junto ao setor de notas de produtor rural é de aproximadamente 20 produtores e da olericultura 75. Os principais produtos olerícolas comercializados são as verduras (alfaces, rúcula, almeirão, agrião e temperos), mandioca, batata-doce, pimentão, tomate, entre outros (Tabela 13).

Tabela 13 – Principais produtos comercializados em 2014

Legumes (Uni/Kg) Verduras (kg)		
Descrição	2013	2014
Cabotiá	4.429	12.644
Tomate	7.131	12.078
Pimentão	12.843	16.434
Abóbora/Moranga	21.914	24.275
Cebola	37.172	28.750
Batata-doce	40.755	55.914
Mandioca	364.264	370.873
Verduras quilo	87.360	204.808
Verduras unidade	3.398.804	4.424.330

Fonte: SEDEMA (2015).

7.1.7 Atividades Pecuárias

Figura 40 – Produção pecuária



Fonte: SEDEMA (2015).

A pecuária representa, sem dúvida, uma das atividades rurais mais importantes para o município de Chapecó. Os rebanhos mais significativos são os de suínos, de aves e de gado leiteiro.

As tabelas abaixo apresentam os dados da atividade pecuária do município de Chapecó. Na Tabela 14 destaca-se a evolução das codornas, bem como dos equinos, caprinos e ovinos. Na Tabela 15, todas as atividades de subproduto animal como leite, ovos de galinha, ovos de codorna, mel e lã aumentaram significativamente a produção ao longo dos anos. Já na Tabela 16 mostra que, dos pescados, a maior produção é a de carpa, seguida da tilápia e, em menor escala, as outras espécies.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Tabela 14 – Rebanho efetivo

Tipo de rebanho	Ano			
	2000	2005	2010	2013
Bovino	30.630	35.000	43.000	37.998
Equino	1.100	1.345	1.200	1.897
Bubalino	200	600	550	120
Suíno - Total	84.690	117.800	135.950	60.773
Suíno - Matrizes	-	-	-	17.818
Caprino	560	800	940	841
Ovino	3.750	5.300	7.950	8.786
Galináceos - Total	3.486.455	4.662.445	5.781.472	2.487.719
Galináceos - Galinhas	276.455	250.000	258.322	641.241
Codornas	1.400	1.800	1.050	15.501

Fonte: IBGE (2015).

Tabela 15 – Produção de origem animal

Produto	Ano			
	2000	2005	2010	2013
Leite (mil litros)	9.141	17.439	20.480	22.156
Ovos de galinha (mil dúzias)	5.655	3.100	475	11.784
Ovos de codorna (mil dúzias)	2	12	10	143
Mel de abelha (quilogramas)	10.500	20.000	35.200	41.000
Lã (quilogramas)	1.300	2.980	1.780	2.110

Fonte: IBGE (2015).

Figura 41 – Produção aquicultura



Fonte: SEDEMA (2015).

Tabela 16 – Produção da aquicultura em 2013

Produto	Quantidade (kg)
Carpa	210.660
Pacu e patinga	2.500
Tilápia	100.000
Outros	12.500

Fonte: IBGE, 2015.

7.1.8 Capacidade de Armazenamento

No município estão instaladas estruturas físicas para armazenagem convencionais (sacarias) e graneleiros (silos), pertencentes ao Governo Federal, Cooperativas Agroindustriais, Cerealistas e Armazéns Comunitários. A capacidade de estocagem é de 219.278 toneladas.



7.1.9 Número de Produtores do Sistema de Integração

Chapecó faz parte de uma região que ao longo do tempo tem se firmado como modelo de integração com as agroindústrias. Neste sentido, Mior (2005, p. 78) comenta que a região tem se notabilizado pela importância crescente do sistema de integração agroindustrial como modelo privilegiado de articulação entre a produção familiar e as grandes empresas agroindustriais. Esse modelo seria o responsável tanto pelo sucesso econômico regional, como pelos crescentes problemas socioeconômicos e ambientais ressaltados pela crise vivenciada nos anos 1990.

Informações repassadas pelas duas maiores agroindústrias estabelecidas no município de Chapecó, a Brasil Foods SA e a Coopercentral Oeste Catarinense (Aurora), indicam o número de agricultores integrados para cada setor.

Tabela 17 – Número de Integrados por Agroindústria

Integração	BRF SA	Coopercentral
Frango	76	67
Perus	102	-
Suínos	-	35

Fonte: BRF SA (2015); Coopercentral (2015).

7.1.10 Agroindústrias Familiares

Figura 42 – Agroindústrias familiares



Fonte: SEDEMA (2015).

A agroindústria familiar se caracteriza pelo processamento da produção agrícola sob o controle dos agricultores, destacando-se como uma alternativa à concentração de poder do agronegócio.

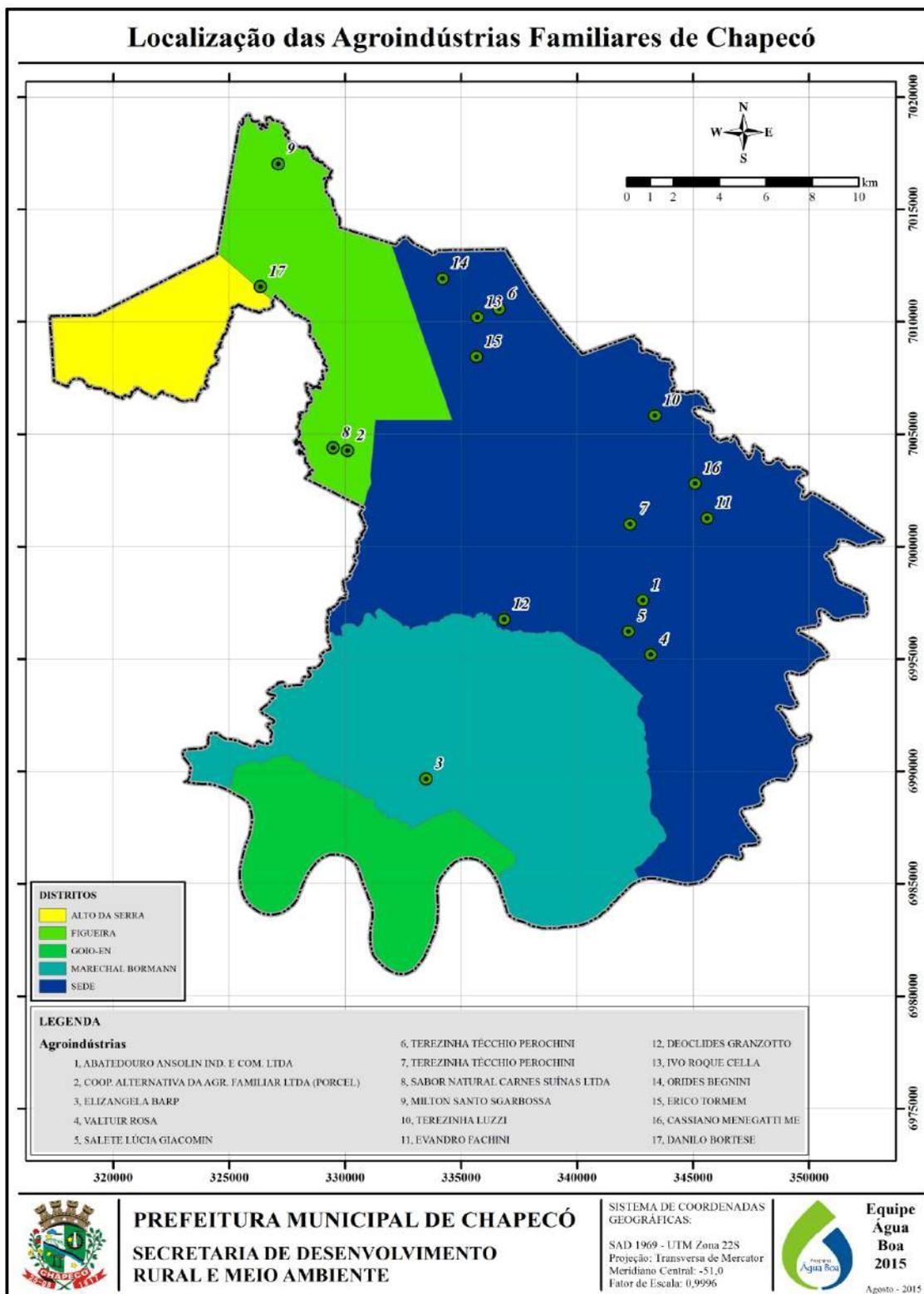
As atividades de agroindústria familiar, dentro do município de Chapecó, mostram-se bastante diversificadas em termos de produtos agrícolas processados, dentre os quais se destacam os laticínios, carnes (bovina, suína e de aves), conservas e pescado.

A Figura 43 apresenta a localização das principais agroindústrias familiares existentes no município de Chapecó.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Figura 43 – Localização das Agroindústrias Familiares de Chapecó



Fonte: SEDEMA (2015).



7.1.11 Estrutura Fundiária

A estrutura fundiária do município é constituída essencialmente por agricultores familiares que desenvolvem suas atividades em pequenas propriedades.

O Município de Chapecó se caracteriza por possuir, em sua grande maioria, pequenas propriedades rurais. Conforme Tabela 18, mais de 74% de sua área está dividida em propriedade de até 19 hectares.

Tabela 18 – Estrutura Fundiária de Chapecó em 2010

Tamanho (ha)	Número de Propriedades	% da Área (ha)
Menos de 5	416	22,65
05 a 09	406	22,10
10 a 19	539	29,34
20 a 49	363	19,76
50 a 99	77	4,19
100 a 199	25	1,36
200 a 499	07	0,38
500 a 999	03	0,16
1000 a mais	01	0,04
TOTAL	1.837	100,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó (2014).

7.1.12 Turismo no Espaço Rural

Os atrativos turísticos no espaço rural possuem beleza ímpar e são excelentes opções para desfrutar de ambientes calmos, cheios de simplicidade e, até mesmo, ambientes aventureiros.

- **Vale do Rio Uruguai:** na descida da serra da SC-480, com ótima vista para o Rio Uruguai e ponte de divisa com o Estado do Rio Grande do Sul, o Vale do Rio Uruguai, no Distrito de Goio-En, proporciona bela paisagem que pode ser



vista ao longo da serra ou pelo mirante, que fica aproximadamente 15 km do centro da cidade.

A região possui grande potencial turístico pela exuberância da paisagem com relevo bastante encaixado, onde o Rio Uruguai contorna as montanhas. O ponto mais ao sul é o local conhecido como Porto Goio-En e, historicamente, ficou conhecido como local de passagem dos imigrantes vindos do Rio Grande do Sul, ponto de “reúna” de tropas e, durante o ciclo da madeira, foi local de montagem das balsas que desceram até a Argentina durante a enchente de São Miguel em setembro.

Atingida pelas águas de 1965 e 1983, a comunidade foi praticamente extinta, restando somente a barca que fazia a travessia Nonoai-Chapecó e Erechim-Chapecó.

Com a construção da ponte, na década de 1970 (1975) e, mais recentemente, com a formação do lago da UHE Foz de Chapecó, a comunidade tradicional abre espaço para novos moradores e empreendimentos associados à náutica vão tomando forma e a comodidade se consolida aos poucos como retorno em turismo de lazer.

- **Mirante da Ferradura:** a estrada de acesso às comunidades de Alto Capinzal e São José do Capinzal caracteriza-se pela paisagem rústica, exuberante, que leva por caminhos que serpenteiam as curvas do rio Uruguai, onde se tem a impressão de estar em um local que vivenciou parte da história dos primeiros moradores de Chapecó, dos balseiros, do ciclo da madeira. Descendo pela estrada de chão encontra-se um refúgio, onde se pode observar e apreciar a beleza do Vale. Dependendo do clima e horário, podem-se ver os primeiros raios de sol nascendo em meio à névoa que paira sobre as águas e que mais parece um algodão envolvendo todo o Vale.

- **Trilha do Pitoco:** localizada na Linha Alto Capinzal/Distrito de Goio-En, 28 km distante do centro da cidade de Chapecó, a Trilha do Pitoco faz parte do atrativo natural composto por bela paisagem e 5 cachoeiras, que variam entre 8 e 45 metros de queda d'água. Já na primeira cachoeira há uma piscina natural com águas límpidas, próprias para banho. São percorridos cerca de 3 km de



trilha (ida e volta) com destino a um verdadeiro recanto ecológico. Além disso, há local para camping.

- **Museu Tropeiro Velho:** localizado na Linha Boa Vista, na propriedade da Família Fonseca, possui inúmeras peças que retratam a vida dos antigos moradores de Chapecó e do jeito tropeiro de viver. A propriedade oferece também, área de lazer, camping, lanchonete, além de almoço ou lanche com produtos agroecológicos.

- **Capela São Carlos – Colônia Bacia:** a comunidade de Colônia Bacia teve seu início em 1947 com a chegada dos primeiros colonos, procedentes do Estado do Rio Grande do Sul, sendo a maioria de origem italiana e praticante da religião católica. Surgiu a ideia de dar um nome a esta comunidade e, por sugestão do então Frei Liberato, passou a chamar-se Colônia Bacia, devido ao seu relevo. Com o passar dos tempos sentiram a necessidade de construir uma capela para celebrar suas orações. O grande incentivador para construção da capela foi Frei João Vianey Erdrich, que na década de 1950 propôs a construção de outras 16 capelas com o mesmo modelo arquitetônico, em estilo franciscano, edificada em madeira e telhas de zinco. No ano 2000 a Igreja foi recuperada, como forma de manter e valorizar a história e a cultura.

- **Gruta de Sede Figueira:** localizada no Distrito Figueira, a 1.000 metros da BR-282, o local é composto por 3 grutas que se formaram na rocha e 1 cachoeira com aproximadamente 8 metros de queda d'água. A capela de Nossa Senhora de Lourdes fica em frente a uma das grutas, onde anualmente, no mês de dezembro, realiza-se Romaria Penitencial para a Santa, contando com a participação de cerca de 5.000 pessoas. Em meio à mata nativa há a Trilha dos Mistérios do Rosário, com 15 esculturas em pedra de arenito, de 1,00 metro de altura por 0,80 metro de largura, simbolizando cada um dos mistérios. As obras foram confeccionadas pelo artista chapecoense Cyro Sosnoski.



- **Museu da Cultura Italiana:** localizado na Colônia Cella, idealizado por Eugênio Milan, grande incentivador do agroturismo e da Rota da Cultura Italiana. Possui em seu acervo peças da produção artesanal de vinho e diversos equipamentos de trabalho que remontam a década de 1920, quando da fundação da comunidade.

- **Mercado Público Regional:** espaço com *box* para cada um dos 20 municípios da Amosc, praça de alimentação, palco para apresentações culturais; venda de produtos da agricultura familiar, peixes e artesanatos; auditório para 60 pessoas, salas de reuniões entre outros serviços. No espaço externo tem *Playground*, centro de artesanato, paradas de ônibus urbanos e estacionamento. Localizado na esquina das ruas Presidente Kennedy e Nereu Ramos, 1750-E, Bairro Passo dos Fortes.

7.2 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

7.2.1 Programas da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Com o propósito de melhorar as condições ambientais, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, vem desenvolvendo atividades ambientais, entre as principais destacam-se:

a) Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Rural de Chapecó, já descrito no item 7.1.4.3, onde há uma ação referente à questão ambiental, que é sobre Fontes de água, com o seguinte procedimento legal:

“Dentro da Ação ‘Fontes de Água nas Propriedades’, o município poderá construir uma fonte por propriedade, com fornecimento de até 4 (quatro) tubos de 80 cm (oitenta centímetros) de diâmetro, além de pedras, transporte até a propriedade, horas máquina necessárias para construção e acompanhamento técnico”.



b) Programa Água Boa é um programa de gestão ambiental bastante abrangente que incentiva as parcerias entre o município e os agricultores para que seja feita a recuperação e proteção das áreas de preservação permanente (nascentes, córregos, açudes, afloramentos de água e banhados) prioritariamente nas três bacias de captação, bem como nas outras bacias do município. A proteção das áreas é concretizada pelo isolamento dessas, associado com o plantio de mudas de espécies nativas, implantadas com a orientação da técnica de nucleação.

O programa teve início em 2008, com apoio do Consórcio IBERÊ. Em 2009 recebeu recursos da SADIA e em 2010 firmou parceria através do Convênio 177 com a UHE Foz do Chapecó. Atualmente, participam aproximadamente 300 famílias distribuídas em mais de 52 comunidades e 21 microbacias.

As principais atividades da equipe é manter o contato com os produtores rurais, através de atendimentos de escritório, diagnóstico das propriedades, quantificação e entrega de materiais, atividades coletivas de avaliação e visitas regulares às propriedades, à fim de monitorar a execução dos trabalhos e os plantios e orientar os proprietários sobre legislação ambiental e outras demandas como a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Relatórios semestrais são realizados e enviados para o IBAMA com as coordenadas das propriedades incluídas, os materiais entregues e as fotos comparativas da evolução das áreas recuperadas.

7.2.2 Abastecimento de Água

A Tabela 19 detalha o número de domicílios, por tipo de abastecimento, para o ano de 2010, no município de Chapecó.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Tabela 19 – Indicadores de abastecimento de água no município de Chapecó em 2010

Abastecimento de água	Domicílios	Relativo (%)
Rede geral	47.397	80,64
Poço ou nascentes na propriedade	6.988	11,89
Poço ou nascentes fora da propriedade	4.302	7,32
Carro-pipa ou água da chuva	7	0,01
Rio, açude, lago ou igarapé	12	0,02
Poço ou nascentes na aldeia	-	-
Poço ou nascentes fora da aldeia	-	-
Outra	68	0,12
TOTAL	58.774	100

Fonte: IBGE (2010).

Deve-se ressaltar que o abastecimento de água no espaço rural do município de Chapecó é, predominantemente, derivado de poços ou nascentes, sejam estes localizados dentro ou fora das propriedades.

7.2.3 Saneamento Básico

A Tabela 20 expressa indicadores de saneamento básico.

Tabela 20 – Indicadores de saneamento básico no município de Chapecó em 2010

Saneamento básico	Domicílios	% Relativo
Ligados à rede de esgoto ou pluvial	13.592	23,1%
Fossa séptica	23.847	40,6%
Fossa rudimentar	19.917	33,9%
Vala	315	0,5%
Rio, lago ou mar	657	1,1%
Outro escoadouro	253	0,4%
Sem banheiro ou sanitário	193	0,3%
Total dedomicílios	58.774	100,0%

Fonte: IBGE (2010).



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

A rede de esgoto se dá exclusivamente para os imóveis localizados no perímetro urbano de Chapecó, dessa forma, o Saneamento Básico no espaço rural é efetivado através dos demais sistemas descritos na tabela acima.

7.2.4 Coliformes Fecais

Tabela 21 – Coliformes fecais em Chapecó – 2008 a 2011

Nº de amostras analisadas para coliformes fecais					
Ano	Nº Poços Artesianos	Nº Poços Superficiais	Nº Fontes	Nº Rede	Nº Rio
2008	91	11	7	11	7
2009	101	19	5	5	5
2010	59	6	3	2	0
2011 (até abril)	49	4	1	14	0
Total	300	40	16	32	12

Nº de amostras contaminadas por coliformes fecais					
Ano	Nº Poços Artesianos	Nº Poços Superficiais	Nº Fontes	Nº Rede	Nº Rio
2008	1	7	4	0	7
2009	8	7	4	0	5
2010	3	2	3	0	0
2011 (até abril)	4	3	1	0	0
Total 2008-2011 (até abril)	16	19	12	0	12

% de amostras contaminadas por coliformes fecais					
Ano	Nº Poços Artesianos	Nº Poços Superficiais	Nº Fontes	Nº Rede	Nº Rio
2008	1,1	63,6	57,1	0,0	100,0
2009	7,9	36,8	80,0	0,0	100,0
2010	5,1	33,3	100,0	0,0	***
2011 (até abril)	8,1	75,0	100,0	0,0	***
Total 2008-2011 (até abril)	5,3	47,5	75,0	0,0	100,0

Fonte: Vigilância Sanitária de Chapecó (2011).



Conforme Tabela 21, proporcionalmente, a maior contaminação por coliformes fecais ocorre nas fontes, seguido dos poços superficiais. No entanto, visualiza-se que os poços artesianos não estão livres de contaminação.

7.2.5 Análise Química

Estudos como o de Nicolai (2001 apud CARASEK, 2015, p. 34) avaliaram as concentrações de NO_3^{5-} e NO_2^6 - de 100 amostras de água dos poços tubulares profundos do município de Chapecó (SC), e constatou que somente em um dos poços não foi detectado NO_3^- , e a maior concentração foi de 6,6 mg. As concentrações variaram muito de poço para poço, o que provavelmente ocorreu devido ao tipo de aquífero da área de estudo ser do tipo fraturado.

Na mesma linha de pesquisa, Carasek (2011) observou um aumento nas concentrações de NO_3^- no município de Chapecó (SC) em comparação com a pesquisa realizada por Nicolai (2001). O aumento de NO_3^- possivelmente está relacionado com o crescimento populacional, bem como com a produção exagerada de dejetos de aves e suínos em confinamento e o uso desses insumos na preparação do solo para o plantio. Fatores como a lixiviação do excesso desses insumos, a partir da precipitação, poços com revestimentos e selos sanitários comprometidos, colaboram para que tais contaminantes sejam carregados para zonas mais baixas, atingindo águas superficiais e, por consequência, saturando o solo e infiltrando-se no subsolo, atingindo as águas subterrâneas. Devido ao aumento na concentração de NO_3^- nas águas subterrâneas, tal recurso hídrico deve ser monitorado. O autor orientou para o desenvolvimento de um estudo aprofundado, avaliando outros possíveis contaminantes, pois, com o aumento da concentração de compostos

⁵ NO_2 – Nitrito: sua presença é um indicativo de contaminação recente, procedente de material orgânico vegetal ou animal.

⁶ NO_3 – Nitrato: a presença em águas subterrâneas origina-se principalmente de quatro fontes: aplicação de fertilizantes com nitrogênio, bem como inorgânicos e de esterco animal, em plantações; cultivo do solo; esgoto humano depositado em sistemas sépticos e deposição atmosférica.



nitrogenados, existe a possibilidade do carreamento de outros poluentes até a zona de saturação do aquífero (CARASEK, 2011).

7.2.6 Concessão de Licenças Ambientais

No município de Chapecó, o órgão responsável pelas Licenças e demais documentos relacionados ao meio ambiente é a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente. No período de 15 de agosto de 2013 a 30 de setembro de 2015 foram emitidos os seguintes documentos:

Tabela 22 – Solicitação de Documentos Ambientais

Solicitações	Quantidade de Processos	%
Requerimento	95	8,54
Licença Ambiental	35	3,15
Supressão de Vegetação Corte Eventual	6	0,54
Supressão de Vegetação Árvores mortas/caídas/risco	85	7,64
Supressão de Vegetação Corte em Zona Urbana	60	5,40
Supressão de Vegetação Corte em Zona Rural	29	2,61
Supressão de Vegetação Corte em Zona APP	1	0,09
Supressão de Vegetação Reposição Florestal Eventual	1	0,09
Supressão de Vegetação Reposição Zona Urbana	5	0,45
Supressão de Vegetação Reposição Zona Rural	1	0,09
Licenças para serviços Reserva Legal (até 50 ha)	17	1,53
Licenças para serviços Reserva Legal (acima de 50 ha)	4	0,36
Licenças para serviços Certidões e Declarações Diversas	507	45,59
Licenças para serviços Autorização Ambiental – AuA	14	1,26
Licenciamento Atividades LAP (animais confinados pequeno porte)	46	4,14
Licenciamento Atividades LAI (animais confinados pequeno porte)	5	0,45
Licenciamento Atividades LAO (animais confinados pequeno porte)	57	5,13
Licença Ambiental (T02) LAP	68	6,12
Licença Ambiental (T02) LAI	38	3,42
Licença Ambiental (T02) LAO	31	2,79
Licença Ambiental (T03) LAP	1	0,09
Licença Ambiental (T03) LAO	6	0,54

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó (2015).



7.3 DIAGNÓSTICO SOCIAL

7.3.1 Indicadores Macrossociais

7.3.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Chapecó pode ser observado no Atlas de Desenvolvimento Humano, nos anos de 1991, 2000 e 2010, esse índice se mostrou acima da média nacional (Tabela 23).

Tabela 23 – IDHM do Município de Chapecó e do Brasil

Ano	Brasil	Chapecó
1991	0,493	0,529
2000	0,612	0,682
2010	0,727	0,790

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Ao analisarmos o IDHM em seus sub-índices de forma desagregada, observa-se que as variáveis educação e longevidade, estiveram acima da média nacional no ano de 2000 e 2010. Com relação a variável renda, nos anos de 2000 e 2010, Chapecó manteve-se acima da média nacional, exceto no ano de 1991, conforme demonstra a Tabela 24.

Tabela 24 – IDHM Variáveis Renda, Longevidade e Educação do Município de Chapecó e Brasil

Ano	Renda		Longevidade		Educação	
	Brasil	Chapecó	Brasil	Chapecó	Brasil	Chapecó
1991	0,647	0,643	0,662	0,758	0,279	0,303
2000	0,692	0,713	0,727	0,807	0,456	0,551
2010	0,739	0,779	0,816	0,871	0,637	0,727

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).



Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), a mortalidade infantil no município de Chapecó diminuiu 48%. No ano de 2000 eram 20,4 por mil nascidos vivos passando para 10,6 mil nascidos vivos em 2010. A esperança de vida ao nascer, que também é um indicador utilizado para medir o IDHM em Chapecó aumentou em 6,8 anos, passando de 70,5 anos em 1991, para 77,3 anos em 2010, sendo que a média do estado é de 76,6 e, para o país, de 73,9 anos (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Com relação à educação, em Chapecó, entre os anos de 2000 e 2010, a proporção de crianças na faixa etária de 5 a 6 anos na escola cresceu 19,16% e no de período 1991 e 2000, em 171,58%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 19,50% entre 2000 e 2010 e 78,08% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens com ensino fundamental completo cresceu 39,15% no período de 2000 a 2010 e no período de 1991 a 2000 cresceu 87,48%. Os jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 57,75% entre 2000 e 2010 e 129,43% entre 1991 e 2000. Com relação à população adulta, em 2010, 62,97% da população com 18 anos ou mais de idade completou o ensino fundamental e 43,12% o ensino médio.

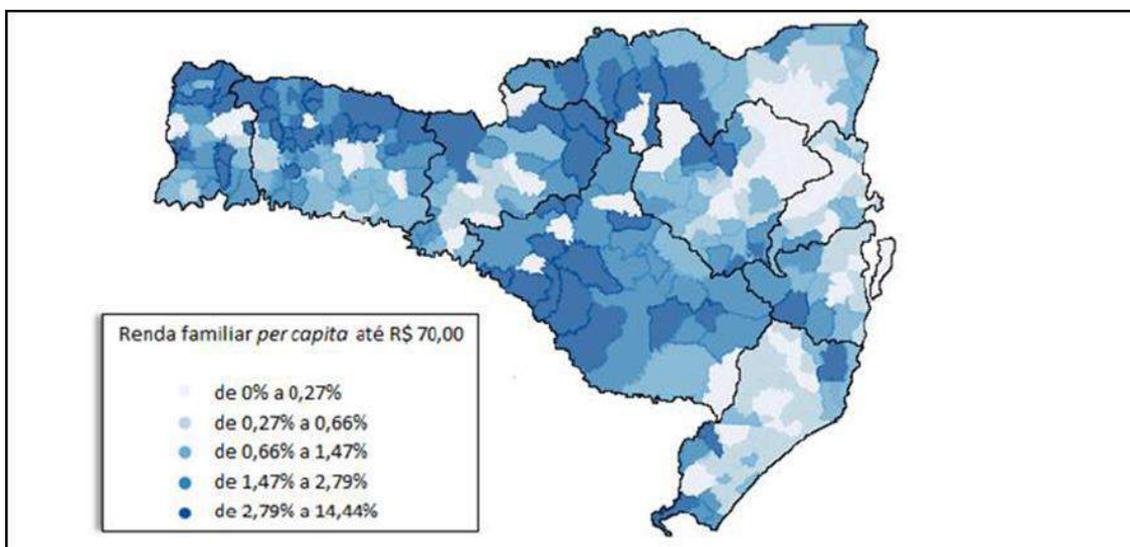
7.3.1.2 Pobreza no Município de Chapecó

Chapecó foi, historicamente, desenvolvida tendo como base o crescimento da agroindustrial, ficando marcada por grandes desigualdades sociais, pois desde o início voltou-se para a satisfação das elites, deixando pobres, indígenas e caboclos de lado e sua construção (ALBA, 2002).

Segundo os dados do Censo (2010), 0,7% da população tinha renda familiar *per capita* de até R\$ 70,00 mensais, 3,4% tinham renda familiar por pessoa de até 1/2 salário mínimo e 13,4% da população tinha renda *capita* de até 1/4 salário mínimo.

A Figura 44 nos mostra o mapa da extrema pobreza dos municípios catarinenses, ou seja, famílias com renda inferior a R\$ 70,00 mensais.

Figura 44 – Mapa de extrema pobreza nos municípios catarinenses



Fonte: SEBRAE/SC com base nos dados do Censo Demográfico IBGE, 2010.

Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o nível de extrema pobreza no município vem decaindo. A população chapecoense considerada como extremamente pobre caiu de 10,51% em 1991 para 0,65% em 2010. Em comparativo com o Brasil, Chapecó reduziu sua população considerada como extremamente pobre mais do que a média nacional, conforme mostra a Tabela 25.

Tabela 25 – Percentual de População em Níveis de Pobreza em Chapecó e Brasil

Ano	Extremamente Pobres (%)		Pobres (%)		Vulneráveis à Pobreza (%)	
	Brasil	Chapecó	Brasil	Chapecó	Brasil	Chapecó
1991	18,64	10,55	38,16	28,01	58,53	52,67
2000	12,48	5,33	27,90	14,71	48,39	34,52
2010	6,62	0,65	15,20	2,70	32,56	10,35

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).



A porcentagem de indivíduos considerados como pobre no município também reduziu, a porcentagem caiu em 47,48% entre os anos de 1991 e 2000, e entre os anos de 2000 a 2010 a porcentagem desta mesma população decaiu em 81,65%. Os dados do município mantiveram-se abaixo da média nacional.

Em relação à população chapecoense vulnerável a permanecer na linha de pobreza, entre os anos de 1991 a 2010 a porcentagem caiu 34,46%, e nos anos de 2000 a 2010 esse percentual caiu em 70,02. Os dados mantiveram-se abaixo da média nacional, que foi de 17,32% para os anos de 1991 a 2000 e 32,71% para os anos de 2000 a 2010.

7.3.2 Energia Elétrica

A Tabela 26 mostra a segmentação da energia elétrica no município de Chapecó

Tabela 26 – Número de consumidores por segmento no município de Chapecó em 2010

Tipo de consumidor	Nº de unidades consumidoras	Consumo total (kW/h)	Representatividade no consumo
Residencial	55.302	124.505.434	22,87%
Industrial	2.978	257.767.135	47,35%
Comercial	6.175	99.721.523	18,32%
Rural	3.652	25.780.945	4,74%
Poderes Públicos	505	11.666.106	2,14%
Iluminação Pública	1	13.459.650	2,47%
Serviço Público	32	11.157.827	2,05%
Consumo Próprio	6	362.273	0,07%
Revenda	-	-	-
Total	68.651	544.420.893	100%

Fonte: CELESC (2010).

A Tabela 27 expressa a evolução do número de unidades consumidoras de energia elétrica, no município de Chapecó, no período de 2006 a 2010.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Tabela 27 – Evolução do consumo de energia elétrica no município de Chapecó

Ano	Nº de unidades consumidoras	Consumo Total (kW/h)	Média de Consumo Anual Per Capita (kW/h)
2006	59.076	372.564.114	6.307
2007	61.738	490.788.177	7.950
2008	62.827	521.837.312	8.306
2009	62.374	520.342.329	8.342
2010	68.651	544.420.893	7.930
Evolução2006/2010	16,2%	46,1%	25,7%

Fonte: CELESC (2010).

7.3.3 Demografia

7.3.3.1 População rural e urbana do município

O município de Chapecó possui uma população estimada em 2014 de 202.760, apresentando nos últimos anos um forte crescimento populacional, sendo que no Censo 2010 a população registrada era de 183.530 habitantes e a população residente em área rural era de 15.417, conforme Tabela 28. Desde o ano de criação do Município, em 1917, houve acréscimo populacional, mas com inversão paulatina da população, de prevalência rural para urbana.

Tabela 28 – Crescimento populacional de Chapecó

Ano	Habitantes	Urbana	%	Rural	%
1960	52.089	16.668	32,00%	35.421	68,00%
1970	49.865	20.275	41,00%	29.590	59,00%
1980	83.768	55.269	66,00%	28.499	34,00%
1991	123.050	96.751	79,00%	26.299	21,00%
2000	146.967	134.592	91,57%	12.375	8,43%
2010	183.530	168.113	91,61%	15.417	8,39%
2013*	198.188	182.016	91,12%	16.172	8,88%
2014*	202.760				

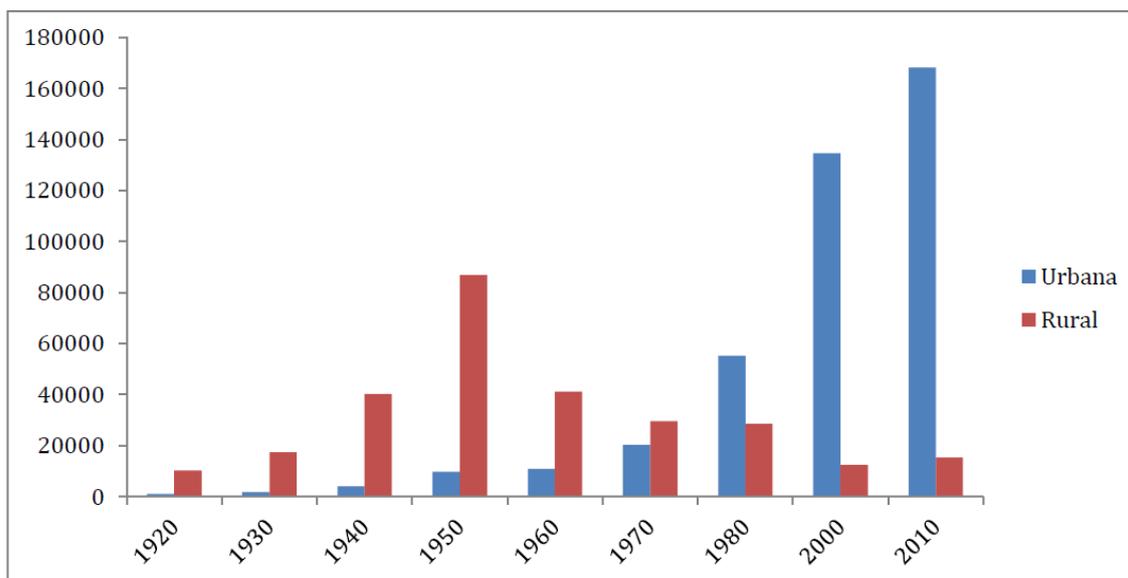
*Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2011. População residente com data de referência 1º de julho de 2012. População residente com data de referência 1º de julho de 2013. Projeção 2014 - feito pela SEDET de Chapecó.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas (DPE). Coordenação de População e Indicadores Sociais (COPIS).



O decréscimo proporcional da população rural em Chapecó, em relação à urbana (Gráfico 1), acompanha o perfil de outras cidades brasileiras de mesmo porte, resultado principalmente de novas oportunidades de emprego na área urbana, junto ao setor secundário e terciário. Outro fator foi que também houve a modernização agrícola, onde diminuiu a necessidade de mão de obra para a atividade agrícola.

Gráfico 1 – Evolução demográfica da população de Chapecó



Fonte: IBGE (2014 apud PGIRS, 2014).

7.3.3.2 População dos distritos

A população rural de Chapecó se distribui nos cinco distritos, demonstrado na tabela a seguir:



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Tabela 29 – População por Distritos de Chapecó

Denominação	População 2000	População 2007	População 2010	Área (ha)	%Área
Distrito Sede	139.078	155.957	183.530	31.626	50,57%
Marechal Bormann	3.978	4.461	4.289	14.377	22,99%
Goio-En	1.551	1.739	1.354	4.723	7,55%
Alto da Serra	915	1.026	816	4.101	6,56%
Figueira	1.445	1.620	1.533	7.713	12,33%

Fonte: IBGE (2000)/recontagem populacional do IBGE (2010).

7.3.3.3 Densidade demográfica

Definida como sendo a medida expressada pela relação entre a população e a superfície do território, geralmente aplicada a seres humanos, mas também em outros seres vivos (comumente animais), é geralmente expressada em habitantes por quilômetro quadrado (hab./km²).

Nas tabelas a seguir pode-se observar a variação da densidade demográfica em função do tempo.

Tabela 30 – Densidade demográfica de Chapecó

Ano base	Hab./km ²
1960	22,00
1970	50,00
1980	85,00
1991	197,00
2000	234,92
2006*	276,56
2010	293,5
2012	305,87
2013	317,45

Fonte: IBGE (2014).



Tabela 31 – Densidade demográfica de Chapecó em 2013

Densidade Demográfica do Município	317,87 hab./km ²
Densidade Demográfica Urbana	1.607,35 hab./km ²
Densidade Demográfica Rural	31,56 hab./km ²

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó.

Em 1991-1992, com a emancipação dos Distritos de Cordilheira Alta, Guatambu e Itaberaba houve diminuição da área do município em 426,7 km².

7.3.4 Educação

A prestação de serviços de educação no espaço rural do município de Chapecó é efetivada através de Municipais e Estaduais.

Tabela 32 – IDEB e projeções para a Rede Pública de Ensino Fundamental no Município de Chapecó

Ano	Séries Iniciais (até 4ª série)		Séries Finais (5ª a 8ª série)	
	IDEB	Projeção	IDEB	Projeção
2005	4,5		3,9	
2007	4,6	4,6	4,0	3,9
2009	5,2	4,9	4,4	4,1
2011		5,3		4,4
2013		5,6		4,8

Fonte: MEC/INEP.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), das redes públicas de ensino fundamental do município de Chapecó, vem apresentando melhorias, pois esse índice reúne dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações; que ele varia de 0 a 10; e que a meta do Brasil é alcançar o patamar educacional que têm hoje a média dos países da OCDE, equivalente a um índice 6 (Tabela 32).



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

As tabelas abaixo expressam a relação de escolas existentes na área rural do município de Chapecó.

Tabela 33 – Escolas Municipais no espaço rural

Nomenclatura	Endereço	Telefone
EBM Em Agropecuária Demétrio Baldissarelli	Linha Rondinha – Mal. Bormann	3391 0180 2049 9445
EBM Água Amarela	Linha Água Amarela - Sede	3322-5446 R-25
EBM Ascendina Brasinha Dias	Linha Cachoeira – Goio-En	3323 3985
EBM Alípio José Da Rosa	Faxinal dos Rosas – Sede	
EBM Goio-En	Goio-En	3322 3889
EBM Lageado Liso	Baronesa da Limeira	
EBM Lageado Veríssimo	Lajeado Veríssimo	
EBM Linha Almeida	Linha Almeida	33233985
EBM Linha Batistello	Linha Batistello	3323-8540 R-34
EBM Nova Aurora	Granja Aurora – Marechal Bormann	
EBM Rodeio Bonito	Rodeio Bonito	3391-0011 R-24
EBM São José Do Capinzal	Linha Capinzal	
EBM São Pedro B	Linha São Pedro	
EBM São Pedro E São Paulo	Linha Pedro e Paulo – Alto da Serra	
EBM Serraria Reatto	Serraria Reatto – Mal. Bormann	
EBM Thereza Gaboardi Baldissera	Linha Monte Alegre	

Fonte: Chapecó em Dados (2014).

Tabela 34 – Escolas Estaduais no espaço rural

Nomenclatura	Telefone
EEB – Linha Campinas	9995-1240
EEB – Sede Figueira	3324-9817
EEB – Sede Trentin	
EEB – Alto da Serra	

Fonte: Chapecó em Dados, 2014.



Tabela 35 – Escolaridade dos Beneficiários do Programa Bolsa Família

Escolaridade	Frequência	%
Analfabeto(a)	17	11,72
Alfabetizado(a)	4	2,76
Ensino fundamental completo	30	20,69
Ensino fundamental incompleto	71	48,97
Ensino médio completo	10	6,90
Ensino médio incompleto	10	6,90
Ensino superior completo	0	0,00
Ensino superior incompleto	3	2,07

Fonte: Medeiros (2014).

7.3.5 Saúde

7.3.5.1 Infraestrutura de saúde no interior

A Tabela 36 mostra itens da infraestrutura como os centros de saúde e os agentes comunitários relativos ao número de famílias do interior do município.

Tabela 36 – Relação dos Centros de Saúde, Agentes comunitários e número de famílias atendidas no meio rural de Chapecó

Centros de Saúde	Quantidade de Agente Comunitário de Saúde	Nº de famílias
Mal. Bormann	09	1430
Cachoeira e Goio-En	04	502
Belvedere e Colônia Cella	09	1352
Sede figueira e Alto da Serra	06	581
Jardim América	02	203
Santo Antônio	01	210
Quedas do Palmital	02	220
Sul	03	700
Vila Real	01	150
Leste	03	572
Santa Maria	01	235
Alta Floresta	02	380
EFAPI	03	550
Jardim do Lago	01	150

Fonte: Secretaria da Saúde.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Obs.: Todos os ACS realizam uma média de uma visita/família/mês, conforme preconiza o Ministério da Saúde.

Os ACS estão realizando o cadastramento de todos os moradores do município, devido à implantação do e-SUS.

7.3.5.2 Problemas epidemiológicos

As tabelas abaixo mostram diferentes problemas epidemiológicos do meio rural relativos aos animais peçonhentos, acidentes de trabalho grave, atendimento antirrábico humano, investigação de hantavirose, de intoxicação exógena e de leptospirose.

Tabela 37 – Investigação de animais peçonhentos de Chapecó. Frequência por Zona Residência segundo Ano da Notificação

Ano da Notificação	Ign./Branco	Urbana	Rural	Periurbana	Total
2010	0	243	36	4	283
2011	0	253	33	3	289
2012	2	430	58	4	494
2013	3	548	75	1	627
2014	2	379	71	2	454
2015	6	237	57	2	302
Total	13	2090	330	16	2449

Fonte: Vigilância epidemiológica de Chapecó.

Tabela 38 – Investigação de acidentes de trabalho grave de Chapecó. Frequência por Zona Residência segundo Ano da Notificação

Ano da Notificação	Ign./Branco	Urbana	Rural	Periurbana	Total
2011	2	18	1	0	21
2012	1	123	15	0	139
2013	0	229	36	0	265
2014	4	194	24	0	222
2015	2	187	20	1	210
Total	9	751	96	1	857

Fonte: Vigilância epidemiológica de Chapecó



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Tabela 39 – Investigação de atendimento antirrábico humano de Chapecó. Frequência por Ano da Notificação segundo Zona Residência

Zona Residência	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Ign./Branco	5	2	5	4	6	2	24
Urbana	374	427	479	516	404	301	2501
Rural	29	33	37	33	27	20	179
Periurbana	3	4	1	6	3	4	21
Total	411	466	522	559	440	327	2725

Fonte: Vigilância Epidemiológica de Chapecó.

Tabela 40 – Investigação de Hantavirose de Chapecó. Frequência por Zona Residência segundo Ano da Notificação

Ano da Notificação	Urbana	Rural	Total
2010	18	0	18
2011	25	5	30
2012	23	1	24
2013	19	2	21
2014	20	3	23
2015	16	1	17
Total	121	12	133

Fonte: Vigilância Epidemiológica de Chapecó.

Tabela 41 – Investigação de intoxicação exógena de Chapecó. Frequência por Zona Residência segundo Ano da Notificação

Ano da Notificação	Ign./Branco	Urbana	Rural	Periurbana	Total
2010	0	83	4	1	88
2011	1	54	2	2	59
2012	0	191	13	0	204
2013	3	342	26	0	371
2014	2	349	29	1	381
2015	4	325	15	1	345
Total	10	1344	89	5	1448

Fonte: Vigilância Epidemiológica de Chapecó.



Tabela 42 – Investigação de Leptospirose de Chapecó. Frequência por Zona Residência segundo Ano da Notificação

Ano da Notificação	Urbana	Rural	Total
2010	20	0	20
2011	29	3	32
2012	24	1	25
2013	19	3	22
2014	20	3	23
2015	19	1	20
Total	131	11	142

Fonte: Vigilância Epidemiológica de Chapecó.

7.3.6 Assistência Social

A Proteção Social Básica é o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Tem como principais objetivos:

- Garantir o direito à convivência familiar e comunitária.
- Contribuir para o processo da autonomia e da emancipação social da família.

A principal porta de entrada para a Proteção Básica é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Ressalta-se, que a atuação da Secretaria de Assistência Social na zona rural do município de Chapecó, realiza-se através de serviços, programas, projetos e benefícios, tipificados no Sistema Único de Assistência Social, **em níveis de complexidade**, assim configurados:

CRAS é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do SUAS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas



socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção.

O CRAS também deve organizar a vigilância da exclusão social de sua área de abrangência em conexão com outros territórios.

7.3.6.1 Atuação da Secretaria de Assistência Social de Chapecó (SEASC)

A Fundação de Ação Social de Chapecó (FASC), foi criada através da Lei Complementar n. 229, de 18 de maio de 2005, por meio de iniciativa do Poder executivo Municipal sucedendo a extinta Secretaria de Assistência Social e habitação (SASH).

Passaram-se, então para o controle da FASC, os Fundos Municipais de Assistência Social, Infância e Adolescência e Habitação, bem como foram transferidos todos os servidores públicos municipais lotados na extinta SASH para a FASC.

Foram implantados novos projetos, melhorados e mantidos outros programas e projetos em funcionamento, visando assim garantir o bom atendimento aos usuários da política municipal de assistência social.

O marco preponderante na consolidação da FASC como órgão gestor das políticas públicas ligadas à área de Assistência Social, ocorreu com a habilitação do Município de Chapecó na Gestão Plena do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No mesmo sentido ocorreu a aprovação pelo Governo Federal de projetos na área social e de segurança alimentar como o Restaurante Popular, Espaço de Formação Alimentar (cozinha Comunitária), Unidade de Inclusão Produtiva e Agente Jovem.

Também, a FASC implantou programas de atendimento aos jovens e também para os Idosos, como o Super Idade; esporte adaptado a pessoa idosa e a Cidade do Idoso; atendimento integral ao idoso, com múltiplas atividades ofertadas visando a melhoria da qualidade de vida dos mesmos.



A FASC tinha como Missão: “Promover e gerar condições para o desenvolvimento e consolidação das políticas sociais que garantam o bem-estar comum.”

Em 2009 com base na nova organização Administrativa do Executivo Municipal e em consonância com o SUAS, a FASC faz sua adaptação de estrutura em Gerência de Proteção Básica, Gerência de Proteção Especial, Segurança Alimentar e Relações Comunitárias, todas com objetivo de desenvolver programas, projetos e serviços tipificados pelo SUAS.

Os avanços na reordenação da política de Assistência Social foram seguidos pelo Município de Chapecó, através da instituição da Secretaria de Assistência Social de Chapecó (SEASC), através da Lei Complementar nº 498 de 17 de dezembro de 2012.

A SEASC atua como Política Pública, integrada as demais Políticas do município, atende cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, e tem entre os principais pilares a Constituição Federal de 1988, que dá as diretrizes para a gestão das políticas públicas, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1933, que estabelece os objetivos, princípios e diretrizes das ações.

A institucionalização e a estruturação organizacional da política de assistência social no Brasil se materializam, na maior densidade legal e institucional que sustenta a intervenção pública e, por outro, na ampliação de programas, benefícios e serviços dirigidos à população em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos. Neste sentido, a assistência social adquire novo *status*, substituindo a prática de responsabilização filantrópica pelo atendimento da população pobre e vulnerável.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, instituída por meio da Resolução 109, de 11 de novembro de 2009, sem dúvida, denota um grande avanço na padronização dos serviços socioassistenciais, organizados por nível de complexidade do SUAS, definindo aspectos fundamentais para orientar sua oferta em todo o território nacional, preenchendo uma lacuna de regulamentação dos serviços e criando uma identidade para estes, que passam a ter uma unidade nacional. Trata-se, sem dúvida, num marco importante para a gestão da política, à medida que institui padrões mínimos



para a oferta de serviços e orienta as instâncias de controle social quanto ao que eles podem exigir do poder público no campo da assistência em qualquer parte do território nacional.

Os avanços na reordenação da política de assistência social caracterizam-se especialmente pela ampliação e o aprimoramento da proteção social aos mais pobres e vulneráveis, contribuindo significativamente para a consolidação da Assistência Social como direito.

Os desafios que se apresentam no processo de consolidação do SUAS, também dizem respeito ao pacto federativo. Os mais expressivos se apresentam em dois níveis inter-relacionados: no campo das atribuições dos entes federados e no plano do cofinanciamento. Embora o sistema esteja formalmente baseado na divisão de responsabilidades entre os entes federativos, na prática, há uma disparidade significativa de esforços entre eles para a garantia dos serviços socioassistenciais.

Tal ausência se materializa no apoio técnico insuficiente aos municípios e ainda na irregularidade do cofinanciamento dos serviços socioassistenciais.

A Política de Assistência Social é composta por programas, projetos, serviços e benefícios, que devem ser prestados pelo município ou pelas Entidades Privadas que compõem a rede socioassistencial.

As ações de proteção da assistência social devem ser prestadas de forma integrada e articulada entre si e com outras políticas sociais e estruturadas para atingir a universalidade da cobertura das necessidades e do atendimento de todos que dela necessitarem.

As ações da política de assistência social são organizadas para promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a capacidade de proteção da família, a autonomia e o protagonismo dos indivíduos, famílias e comunidades.



7.3.6.2 Programas desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social

a) Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)

PAIF, desenvolvido no CRAS, expressa um conjunto de ações relativas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços da assistência social, tais como socioeducativos e de convivência, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e, especialmente, acompanhamento sociofamiliar. Os objetivos do PAIF são:

- Contribuir para a prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social;
- Fortalecer os vínculos familiares e comunitários;
- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, com o objetivo de fortalecer o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades.

O público do PAIF/CRAS é a população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ou ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, com vínculos familiares, comunitários e de pertencimento fragilizados e vivenciam situações de discriminação etária, étnica, de gênero ou por deficiência, entre outros.

No município de Chapecó existem os seguintes CRAS:

I - CRAS CRISTO REI

ENDEREÇO: Rua Cruz e Souza, 739E; Bairro Cristo Rei; CEP 89.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA RURAL: Santa, Colônia Cella, Linha Batistello, Sede Figueira, Linha Cascavel, Linha Sarapião e Linha Tormen

II - CRAS EFAPI

ENDEREÇO: Rua Uru, 449-E; Loteamento Tiago, Bairro EFAPI; CEP 89.809-790

ÁREA DE ABRANGÊNCIA RURAL: Linha Cabeceira da Antinha, Linha Cabeceira da Divisa, Linha Cascalheira, Linha Simoneto, Linha Faxinal dos



Rosas, Distrito de Alto da Serra, Linha Tomazelli, Linha Pedro e Paulo, Linha Boa Vista, Linha Cabeceira da Barragem, Linha Campinas II e Linha Boa Vista.

III - CRAS LÍDER

ENDEREÇO: Rua John Kennedy, 1388E; Bairro Líder; CEP 89.805-501

ÁREA DE ABRANGÊNCIA RURAL: Rodeio Bonito e Linha Caravággio.

IV - CRAS MARECHAL BORMANN

ENDEREÇO: Rua João Antunes de Almeida, nº 386-D; Distrito de Marechal Bormann; CEP 89.816-130

ÁREA DE ABRANGÊNCIA RURAL: Distrito de Goio-En, Barra da Chalana, Barra do Carneiro, Beira Rio, Bom Retiro, Linha Almeida, Linha Alto Capinzal, Linha Cachoeira, Linha Campinas, Linha Cerne, Linha São Francisco, Linha São José do Capinzal, Linha Saquetti, Linha Vailon, Passo Ferreira, Rodeio do Herval, Serraria Reato, Serrinha, Tope da Serra, Linha Gamelão, Rondinha e Linha Goianal.

V - CRAS SEMINÁRIO

ENDEREÇO: Rua Lions Club, nº 507 E; Bairro Seminário CEP: 89813030

ÁREA DE ABRANGÊNCIA RURAL: Linha Henrique, Água Amarela, Gramadinho, Lageado Veríssimo, Linha das Palmeiras, Linha Pequena, Linha São Rafael, Monte Alegre, Praia Bonita, Santa Maria, São Vendelino e Rodeio Chato.

VI - CRAS SÃO PEDRO

ENDEREÇO: Rua João Anselmo Santa Catarina nº 697 – E; Bairro Presidente Médici; CEP 89.806-210

ÁREA DE ABRANGÊNCIA RURAL: Linha Alto Alegre, Linha Baronesa da Limeira, Linha Independência, Linha Irani, Linha São Pedro, Linha São Roque, Linha Sede Trentin, Linha Tafona, Bairro Paraíso, Bairro Pinheirinho e Linha Pinhalzinho.



VII - CRAS EFAPI CEU

ENDEREÇO: Rua Eloi Pereira de Souza (Praça Ceu), Loteamento Elias Gallon; Bairro EFAPI; CEP 89.809-542

ÁREA DE ABRANGÊNCIA RURAL: Linha Rio dos Índios e Linha Vitório Rosa.

b) Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 77 a R\$ 154) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 77). O PBF tem o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. Beneficia 657 famílias da zona rural (base agosto/2015).

O Programa pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

- Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio dos cumprimentos das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações;
- Coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do programa Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

c) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), também conhecido como “Compra Direta”, prevê a compra de alimentos da agricultura familiar e a sua doação às entidades socioassistenciais ou programas da rede pública que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.



Sob gestão direta da Secretaria de Assistência Social, destaca-se a importância deste programa para a melhoria de renda dos **393 agricultores familiares cadastrados**, de Chapecó e região.

O PAA é formalizado por meio de Termo de Adesão entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e as prefeituras ou governos dos Estados. Cabe ressaltar que o PAA permite a compra, com dispensa de licitação, de alimentos de agricultores familiares, no limite de até R\$ 5.500,00 por ano (individual); R\$ 6.500,00 (associação) e R\$ 8.000,00 para associação que oferta produtos agroecológicos.

Objetivos:

- Estimular a produção agropecuária proveniente dos agricultores familiares pelo apoio à comercialização por meio de aquisições de alimentos para doação às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas por entidades socioassistenciais;
- Promover a recomposição dos estoques estratégicos de segurança alimentar, visando ao desenvolvimento da economia local, a geração de emprego e renda e o combate à pobreza e à fome.
- Contribuir para a implantação de sistemas públicos de produção, abastecimento e alimentação saudável articulado a rede de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana, Feiras de Comercialização Direta, Mercados, Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos) e a rede de proteção e promoção social vinculada ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- Promover o desenvolvimento local sustentável e solidário em territórios pobres, na perspectiva da promoção da equidade regional.

- **Resultados em 10 anos de PAA em Chapecó:** em 10 anos de Programa de Aquisição de Alimentos em Chapecó-SC, 2003 a 2013, foram investidos o montante de R\$ 4.569.416,21 entre recursos da União e recursos de Contrapartida. Também participaram do Programa aproximadamente 500 famílias de agricultores familiares que comercializaram 2.574,38 toneladas de alimentos. Com estas aquisições foram atendidas 12 Unidades de Atendimento



Sócio Educativos de amparo à criança e ao adolescente, 06 Centros de Referência em Assistência Social, 67 Grupos de Idosos, 11 Entidades de Assistência Social, 07 Entidades de amparo ao portador de necessidades especiais, 03 Casas de recuperação para dependentes químicos, além do Restaurante Popular e Cozinha.

d) Grupos de convivência de idosos (zona rural)

Estes grupos de convivência têm como principal objetivo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários dos idosos, oportunizando convívio e inclusão social, acesso informacional e exercício da cidadania.

Os grupos recebem acompanhamento técnico e auxílio com alimentação.

I - CRAS EFAPI: Alto da Serra, Faxinal dos Rosas e Cabeceira da Barragem.

II - CRAS LÍDER: Rodeio Bonito.

III - CRAS SÃO PEDRO: Linha Tafona e Linha São Pedro.

IV - CRAS SEMINÁRIO

Água Amarela.

V - CRAS CRISTO REI

Belvedere, Colônia Cella, Sede Figueira, Linha Batistello e Colônia Bacia.

VI - CRAS BORMANN

Bom Retiro, Serraria Reato, Campinas, Núcleo, Almeida, Cachoeira, Serrinha, Rodeio do Herval e Barra da Chalana.

e) Grupo de mulheres rurais

Estes grupos são organizados com o objetivo de oportunizar as mulheres, o acesso a convivência grupal e comunitária, aprendizado de



artesanato e participação em eventos organizados para o fortalecimento da participação e protagonismo da mulher.

I - CRAS BORMANN

- Serraria Reato
- Núcleo
- Comunidade Nossa Senhora de Lurdes
- Linha Cachoeira
- Linha Almeida
- Linha Campinas
- São José do Capinzal
- Comunidade Bom Retiro

II - CRAS CRISTO REI

- Sede Figueira
- Água Santa
- Vila Rica
- Linha Sarapião
- Colônia Cella

III - CRAS EFAPI

- Cabeceira da divisa
- Linha Pedro e Paulo
- Alto da Serra
- Faxinal dos Rosas

IV - CRAS LÍDER

- Rodeio Bonito
- Linha Caravaggio

V - CRAS SÃO PEDRO

- Baronesa da Limeira



-
- Linha São Roque
 - Monte Bello
 - Toldo Ximbanguê

VI - CRAS SEMINÁRIO

- Água Amarela
- Rodeio Chato
- Monte Alegre

f) Serviços de convivência para crianças e adolescentes: rurais

Em parceria com o Ministério Público do Trabalho, em 2013, foram construídos dois imóveis, um em cada aldeia indígena, local de funcionamento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, na faixa etária de 06 a 14 anos.

I - Serviços de convivência para crianças e adolescentes na **ALDEIA TOLDO XIMBANGUE**: 43 crianças e adolescentes

II - Serviços de convivência para crianças e adolescentes na **ALDEIA CONDÁ**: 40 crianças e adolescentes

III - Serviços de convivência para crianças e adolescentes do **DISTRITO DE MARECHAL BORMANN**: 06 crianças e adolescentes

g) Projeto Superidade

Este projeto se configura na oferta de modalidades esportivas adaptadas ao idoso, oportunizando a prática regular de atividades físicas e a participação em jogos de integração e competição municipais, regionais e estaduais.

Comunidades participantes:

- Colônia Bacia
- Faxinal dos Rosas
- Cabeceira da Barragem
- Alto da Serra
- Rodeio Bonito
- Água Amarela



h) Proteção especial (nível média e alta complexidade)

Serviços de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

Em Chapecó, funcionam dois CREAS, com equipes técnicas especializadas, compostas por Assistentes Sociais, Psicólogos, Advogados, Pedagogos, para atender as pessoas da zona rural que demandam os serviços de média e alta complexidade.

Na alta complexidade, se enquadram todas as situações que envolvem acolhimento destinados a indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, exemplo crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, que se encontram em acolhidos nas famílias acolhedoras, Centro de Convivência do Idoso.

I - CREAS I- abrangência:

Linha Cabeceira da Antinha, Linha Cabeceira da Divisa, Linha Cascalheiro, Linha Simoneto, Linha Faxinal dos Rosas, Distrito do Alto da Serra, Linha Tomazelli, Linha Pedro e Paulo, Linha Boa Vista, Linha Cabeceira da Barragem, Linha Campinas II, Distrito de Goio-En, Barra da Chalana, Barra do Carneiro, Beira Rio, Bom Retiro, Linha Almeida, Linha Alto Capinzal, Linha Cachoeira, Linha Campinas, Linha Cerne, Linha São Francisco, Linha São José do Capinzal, Linha Saquetti, Linha Vailon, Passo Ferreira, Rodeio do Herval, Serraria Reato, Serrinha, Tope da Serra, Linha Gamelão, Rondinha e Linha Goianal, Linha Henrique, Palmital dos Fundos, Água Amarela, Gramadinho, Lajeado Veríssimo, Linha das Palmeiras, Linha Pequena, Linha São Rafael, Monte Alegre, Praia Bonita, Santa Maria, São Vendelino, Rodeio Chato, Linha Rio dos Índios e Linha Vitória Rosa.



II - CREAS II- abrangência:

Linha Caravággio, Linha Alto Alegre, Linha Baronesa da Limeira, Linha Independência, Linha Irani, Linha São Pedro, Linha São Roque, Linha Sede Trentin, Linha Tafona, Bairro Paraíso, Bairro Pinheirinho, Linha Pinhalzinho (possuem casos vinculados ao CREAS efetivamente: Distrito de Sede Trentin e Linha Baronesa da Limeira), Água Santa, Colônia Cella, Linha Batistello, Sede Figueira, Lajeado São José, Linha Cascavel, Linha Sarapião e Linha Tormen.

7.3.6.3 *Beneficiários do Programa Bolsa Família em Chapecó*

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) existiam, em setembro de 2013, 4.014 famílias beneficiárias do PBF em Chapecó. O que representa 98,4 % das famílias pobres do município. Deste total, 88,89% beneficiárias residem na zona urbana, e o restante, 11,11% da população reside na zona rural. Os dados referentes aos beneficiários do Programa Bolsa Família foram obtidos através de pesquisa de campo elaborada por Medeiros (2014).

Tabela 43 – Faixa da população Beneficiaria do Programa Bolsa Família em Chapecó

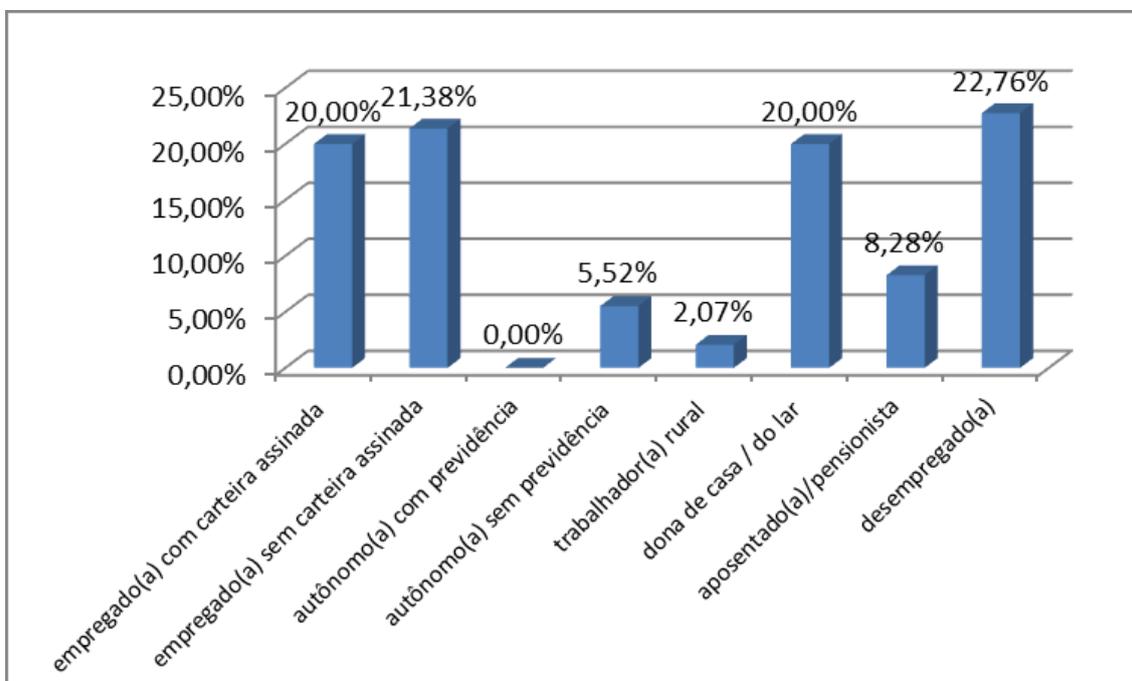
Faixa Etária	Frequência	%
Menor de 18 anos	2	1,38
18 a 20 anos	5	3,45
31 a 30 anos	41	28,28
31 a 40 anos	49	33,79
41 a 50 anos	31	21,38
51 a 60 anos	11	7,59
Acima de 60 anos	6	4,14

Fonte: Medeiros (2014).

Conforme Tabela 43, a grande maioria (83,45%) dos beneficiários do Programa Bolsa Família se situa na faixa de 31 a 50 anos



Gráfico 2 – Situação no mercado de Trabalho das beneficiárias do Programa Bolsa Família



Fonte: Medeiros (2014).

O perfil dos usuários do Programa Bolsa Família (Gráfico 2) são empregados com carteira assinada e empregados sem assinatura de carteira, donas de casa e desempregados.

Tabela 44 – Renda Mensal das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família

Renda mensal sem o benefício	Frequência	%
Até R\$ 362,00	43	29,66
Entre R\$ 362,00 e R\$ 724,00	65	44,83
Entre R\$ 724,01 e R\$ 1.086,00	30	20,69
Acima de R\$ 1.086,00	2	1,38
Não possui	5	3,45

Obs.: O valor do Salário Mínimo para 2014 era de R\$ 724,00.

Fonte: Medeiros (2014).

A maior parte das famílias (Tabela 44) sobrevive com até uma faixa de salário entre R\$ 362,01 e R\$ 724,00, que representou 44,83% da amostra, seguida pela faixa de até meio salário mínimo (29,66%), seguida pela faixa entre um a dois salários mínimos (20,69%) e com renda de acima de R\$



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

1086,00, apenas 1,38% da amostra estudada. 3,45% das entrevistadas, que corresponde a 05 famílias, assumiram que não tem renda mensal sem ser do PBF.

Tabela 45 – Valor do Benefício Recebido do Programa Bolsa Família

Valor do benefício recebido	Frequência	%
Entre R\$ 32,00 e R\$ 160,00	88	60,69
Entre R\$ 160,01 e R\$ 192,00	36	24,83
Entre R\$ 192,01 e R\$ 224,00	13	8,97
Entre R\$ 224,01 e R\$ 256,00	3	2,07
Acima de R\$ 256,01	5	3,45

Fonte: Medeiros (2014).

Das residências entrevistadas grande parte (60,69%) afirmou que recebe um valor na faixa entre R\$ 32,00 a R\$ 160,00, seguida pela faixa entre R\$ 160,01 a R\$ 192,00 (24,83%). A faixa entre R\$ 192,01 a R\$ 224,00 teve uma representação de (8,97%) e, por fim, a faixa acima de R\$ 224,01 a R\$ 256,00 somada à faixa de acima de R\$ 256,01 representou apenas 5,52% da amostra estudada (Tabela 45). Percebe-se, novamente, que o PBF atua como um complemento de renda para as famílias pobres promovendo o alívio imediato de pobreza por meio da transferência direta de renda. Aqui reforça-se que o Programa atende os objetivos propostos no curto prazo.

Tabela 46 – Tempo de Recebimento do Benefício do Programa Bolsa Família

Tempo de recebimento do benefício	Frequência	%
Entre 1 e 6 meses	9	6,21
Entre 6 meses e 1 ano	12	8,28
Entre 1 e 2 anos	20	13,79
Entre 2 e 3 anos	25	17,24
Entre 3 e 4 anos	16	11,03
Acima de 4 anos	63	43,45

Fonte: Medeiros (2014).

Conforme Tabela 46, quase a metade das entrevistadas (43,45%) recebe o benefício a mais de 4 anos. Com isso constata-se que o PBF atua somente como forma de aliviar a pobreza e não de superá-la, pois além do caráter de insuficiência de renda, a pobreza possui outros aspectos históricos, econômicos e sociais. Silva (2007, p.18 apud MEDEIROS, 2014, p. 59) afirma



que para superar a pobreza os programas de transferência de renda não devem somente distribuir renda, mas sim, redistribuir renda, a fim de diminuir os níveis de concentração de renda existentes no Brasil. A autora complementa, ainda, que são necessários mais investimentos nos setores educacional, de saúde e de trabalho, para com isso melhorar o acesso à educação, a saúde e a permanência no trabalho.

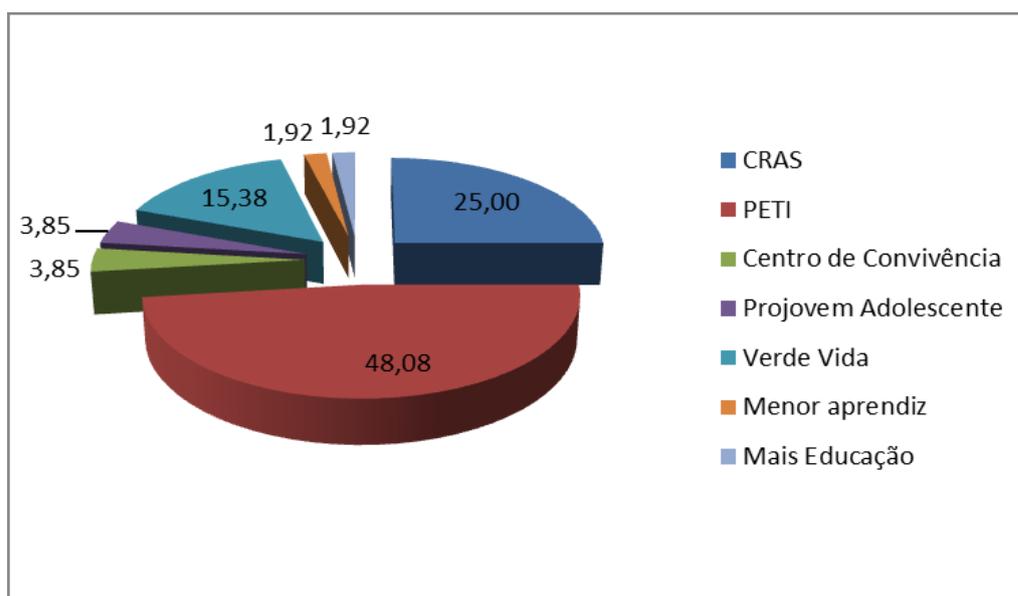
Tabela 47 – Destino dos Gastos com o Benefício do Programa Bolsa Família

Destino do gasto do benefício	Frequência	%
Alimentação	118	81,38
Medicamentos	24	16,55
Vestuário (roupas, calçados, etc.)	95	65,52
Educação	62	42,76
Bens de Consumo (eletrodomésticos, móveis, utensílios)	2	1,38
Lazer	2	1,38
Construção/reparos na habitação	1	0,69
Sementes/Insumos	0	0,00
Outros	4	2,76

Fonte: Medeiros (2014).

Conforme Tabela 47, a grande maioria dos gastos com o PBF se concentra na alimentação, vestuário e educação, respectivamente.

Gráfico 3 – Participação das beneficiárias do Programa Bolsa Família nos Programas de Assistência Social



Fonte: Medeiros (2014).



O Programa Bolsa Família possui o benefício condicionado à participação em programas da área da assistência social. A pesquisa questionou as famílias se algum membro participa ou já participou de algum programa de assistência social. Das famílias entrevistadas 52, que corresponde a 35,17% da amostra estudada responderam positivamente e 93 que representou 64,83% responderam que não.

Tabela 48 – Dificuldades Encontradas pelos Beneficiários do Programa Bolsa Família ao Acessar os Serviços de Saúde

Dificuldade em acessar serviços de saúde	Frequência	%
Distância/falta de transporte	7	4,83
Fila/demora para atendimento	91	62,76
Mau atendimento	33	22,76
Horário de funcionamento	2	1,38
Falta de profissionais	19	13,10
Outras	0	0,00

Fonte: Medeiros (2014).

Grande parte dos beneficiários do PBF (62,76%) teve a fila e a demora de atendimento como principal dificuldade para acessar os serviços de saúde (Tabela 48), sendo que 22,76% reclamaram do mau atendimento, seguido de falta de profissionais (13,10%), distância/falta de transporte (4,83%) e respondeu horário de funcionamento (1,38%). Esses dados demonstram o descaso da saúde para a população carente, visto que ter uma boa saúde é necessário para se ter condições de aumento do bem-estar e diminuição de chances de contrair doenças.

7.3.7 Esportes

7.3.7.1 Estruturas esportivas do interior

Sede Trentin: um campo de futebol.



-
- São Vendelino:** Campo de futebol, ginásio e cancha de bochas e 48.
- Seminário – Unoesc:** Dois Campos de futebol e cancha de bochas.
- Sede da Suprema:** Campo de futebol (seminário).
- Água Amarela:** Campo de futebol e cancha de bochas.
- Aldeia Condá:** Campo de futebol.
- Escola Agrícola:** Distrito de Marechal Bormann – campo de futebol e ginásio.
- Distrito de Marechal Bormann:** Campo de futebol, ginásio, cancha de bochas e 48, academia ao ar livre.
- Hortifrúti:** Distrito de Marechal Bormann – Campo de futebol.
- Chalana:** Campo de futebol.
- Linha Bom Retiro:** Campo de Futebol.
- Linha Simoneto:** Campo de Futebol.
- Sede Figueira:** Campo de futebol, ginásio e cancha de bochas e 48.
- Colônia Bacia:** Campo de futebol, cancha de bochas e 48 e academia ao ar livre.
- Trevo:** Campo de futebol.
- Rodeio Bonito:** Campo de futebol, ginásio e cancha de bochas e 48.
- Alto da Serra:** Campo de futebol, campo suíço, ginásio e cancha de bochas e 48.
- Belvedere:** Campo de futebol, campo suíço, ginásio e cancha de bochas e 48.
- Faxinal dos Rosas:** Campo de futebol, ginásio, cancha de bochas e 48, academia ao ar livre.
- Linha Batistello:** Campo de futebol e ginásio.
- São Roque:** Campo suíço, ginásio, cancha de bochas e 48.
- Linha Sarapião:** Campo suíço, ginásio e cancha de bochas e 48.

7.3.7.2 Programas esportivos para o interior

Os “Jogos do Interior de Chapecó” são organizados pela Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, que tem a participação de 08 (oito) comunidades



do interior: São Roque, São Vendelino, Mal. Bormann/Goio-En, Rodeio Bonito, Linha Sarapião, Linha Batistello, Alto da Serra e Faxinal dos Rosas.

Os jogos são assim organizados: são divididas em 02 (dois) grupos de 04 (quatro) equipes, cada uma disputando 11 (onze) troféus, nas seguintes modalidades: futebol suíço master masculino, futebol suíço livre masculino, cinquillo masculino, bocha trio masculino, futsal livre feminino, futsal infante masculino, truco misto, bisca misto, três sete misto, e canastra masculino e feminino. No evento participam, em média, entorno de 1,5 mil atletas em sete meses de duração da competição, que se inicia, normalmente, no mês de maio e encerra no mês de novembro.

A Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer também desenvolve o "Projeto Atleta do Futuro" na modalidade futebol de campo, na comunidade do Distrito de Mal. Bormann e na Aldeia Toldo Chimbanguê.

7.3.7 Segurança

7.3.7.1 Crimes e contravenções no interior

Tabela 49 – Ocorrências por crime no interior do município nos anos de 2014 e 2015

Ano de 2014			Ano de 2015*		
Crimes e contravenções	185	51.10%	Crimes e contravenções	110	48.25%
Ocorrências diversas	118	32.60%	Ocorrências diversas	83	36.40%
Acidente de Tráfego	41	11.33%	Acidente de Tráfego	28	12.28%
Outros (auxílio, emergências e outros)	18	4.97%	Outros (auxílio, emergências e outros)	7	3,07%
Total	362	100%	Total	228	100%

* Os dados de 2015 são cumulativos até o mês de setembro.

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó (2015).

Como o ano de 2015 não havia sido concluído, o dado para o ano de 2015 foi extrapolado, dividindo o número de ocorrências acumuladas até



setembro pelo número de meses decorridos no ano e multiplicados por doze (12).

Então temos:

228 (ocorrências até setembro) x 12 meses no ano: 304 (ocorrências)
9 (meses decorridos em 2015)

Dessa maneira, podemos concluir, pela Tabela 49, que as 304 ocorrências previstas para 2015, são 16% menores do que aquelas ocorridas no ano anterior de 2014 (362).



8 ANÁLISE DO CENÁRIO E FUTURO DESEJADO

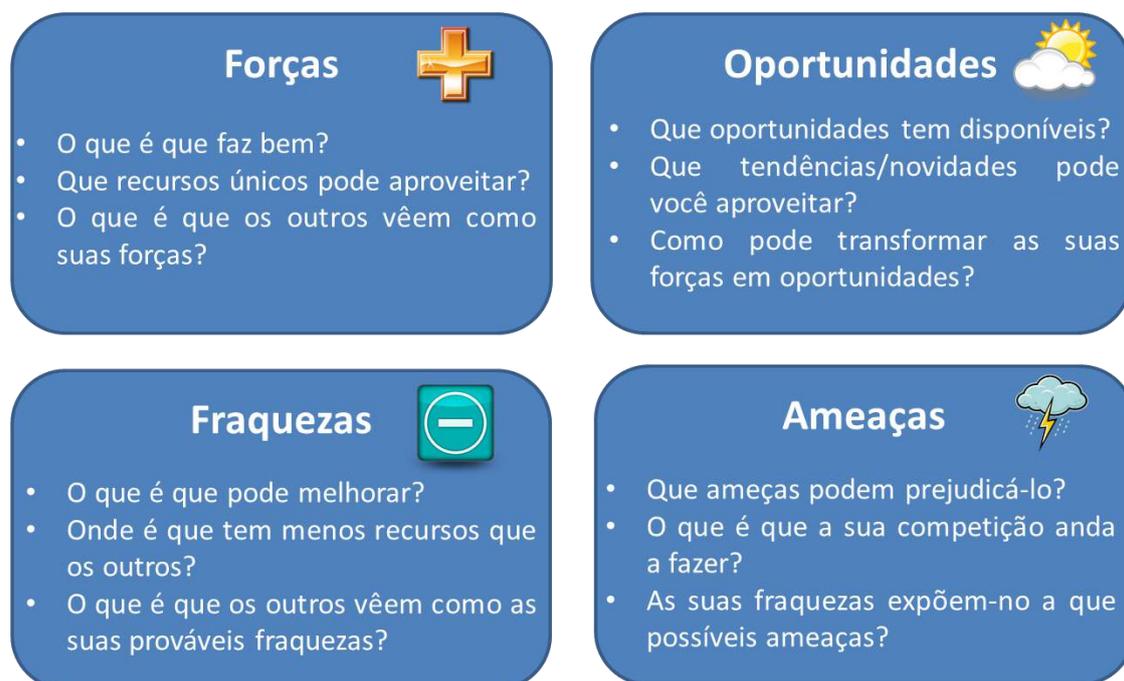
8.1 MATRIZ SWOT

A Matriz SWOT foi a ferramenta utilizada para identificar e analisar o cenário da área rural do município de Chapecó, relativa aos três eixos da sustentabilidade, ou seja, o econômico, o social e o ambiental. A Matriz SWOT, ferramenta de reconhecida eficiência e desenvolvida por professores da Universidade de Harvard que consiste num modelo de avaliação da posição competitiva de uma empresa ou instituição no mercado. O termo SWOT é uma sigla inglesa para Forças ou Pontos Fortes (*Strengths*), Fraquezas ou Pontos Fracos (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*).

A análise SWOT fornece, segundo Machado (2005), uma orientação estratégica bastante significativa, pois permite:

- Eliminar pontos fracos nas áreas pelas quais a empresa enfrenta ameaças graves da concorrência e tendências desfavoráveis perante o negócio;
- Compreender oportunidades descobertas a partir de seus pontos fortes;
- Corrigir pontos fracos nas áreas em que a organização vislumbra oportunidades potenciais;
- Monitorar áreas onde a organização possui pontos fortes, afim de não ser surpreendida futuramente por possíveis riscos e incertezas.

Figura 45 – Análise Swot



Fonte: <<http://nossacausa.com/matriz-swtot-em-organizacoes-de-terceiro-setor/#prettyPhoto/0/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

Para a construção da matriz são necessários dois tipos de análises: uma interna e outra externa. No caso da análise interna, esta permite identificar aspectos em que a organização apresenta pontos fortes e aspectos em que apresenta pontos fracos, relativamente aos seus concorrentes ou objetivos a serem atingidos. Quanto à análise externa, esta consiste numa avaliação dos fatores envolventes da organização, de forma a identificar oportunidades e ameaças com que esta se depara ou possa vir a se deparar (TULESKI, 2009).

A partir da construção da matriz foi possível apontar as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças para cada eixo contemplado no PDRC, hierarquizando-as, conforme explicado no item 3 (Metodologia de trabalho). Sendo que a Matriz SWOT dos eixos Econômico e Ambiental foram elaborados conjuntamente.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

8.1.1 Eixos: Econômico e Ambiental

POSIÇÃO	FORÇAS	POSIÇÃO	FRAQUEZAS
1 2 3 3 3 4 5 5 6 7 8 8 9 10 11	<ul style="list-style-type: none"> - Agricultores empreendedores e qualificados - Associativismo dos produtores - Equipe técnica capacitada - Parceria com universidade e EPAGRI - Reconhecimento das atividades desenvolvidas pelos agricultores - Pequenos negócios no meio rural - Incentivo à produção orgânica - Conselho de Desenvolvimento Rural de Chapecó (CODERC) atuante - Diversificação das atividades agrícolas - Potencial do agroturismo - Programas ambientais: saneamento, licenciamento ambiental, coleta seletiva de lixo reciclável na área rural, CAR, INCRA, Água boa e Iberê - Produção de alimentos de qualidade - Incentivo à comercialização: programa de feiras livres - Serviços de inspeção municipal Sisbi/Suasa - Proximidades ao centro de consumo 	1 2 2 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de indicadores/ monitoramento - Falta de definição do papel da SEDEMA - Falta de gestão integrada entre as secretarias - Falta de gestão da produção, com uso indiscriminado de agroquímicos, predominantemente na plantação de hortaliças - Programas descontinuados por falta de recursos - Desvalorização dos técnicos - Produção hortigranjeira baixa - Município não tem escola para treinamento de mão de obra rural - Estrutura técnica a campo deficiente - Deficiência em relação à garantia de produtos orgânicos sustentáveis. Ex.: Selo de qualidade ou certificação - Falta monitoramento da qualidade da água - Dificuldade na construção/manutenção de estradas - Infraestrutura deficiente da SEDEMA - Contaminação das águas superficiais pelos agricultores - Falta de eixos estruturantes entre comunidades - Estradas dentro de APPs
POSIÇÃO	OPORTUNIDADES	POSIÇÃO	AMEAÇAS
1 2 2 3 3 4 5 6 7 7 8 8 9 10	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade climática que propicia uma produção variada de frutas - Universidades - Cursos profissionalizantes - Utilização do mercado público - Centro consumidor forte com aumento da população local - Exigência da segurança alimentar - Planificação na área rural (mobilização estratégica) - "GPS rural" - Crédito rural com juro reduzido - Mecanismos/ metodologias para monitoramento de indicadores socioeconômicos - Sistema "S", como Sebrae/ Senai, Senar - Urbanização do meio rural - Pluriatividades - Sindicatos - Cooperativas (grandes) - Agroindústrias (grandes) 	1 2 3 4 5 6 6 7	<ul style="list-style-type: none"> - PIB rural concentrado em 4 cadeias: leite, aves, suínos e grãos - Fenômenos climáticos devido às mudanças climáticas tornam-se cada vez mais frequentes e mais intensos - Baixa performance dos instrumentos de comercialização - Energia elétrica com problemas nas comunidades rurais - Cidade contaminando as águas para o meio rural - Falta de estrutura de apoio dos governos estadual e federal. Ex.: Inspeção - Forte contaminação hídrica - Telecomunicação precária nas comunidades rurais: internet, telefonia



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

8.1.2 Eixo: Social

POSIÇÃO	FORÇAS	POSIÇÃO	FRAQUEZAS
1	- Investimentos financeiros municipais para custeio da Política de Assistência Social	1	- Falta de intersetorialidade das políticas públicas
2	- Programas sociais que chegam as famílias do campo	2	- Problemas de comunicação
2	- Equipamentos públicos (patrulha agrícola) com profissionais habilitados para o atendimento	3	- Dificuldade de acesso a alguns territórios rurais
2	- Existência escola agropecuária	4	- Falta de programas sociais para atender os adolescentes (cursos de qualificação profissional)
3	- Material didático e coordenadores voltados/capacitados à realidade rural	5	- Falta de fiscalização no meio rural de loteamentos irregulares e clandestinos
4	- Territorialização (contemplando toda a zona rural)		
POSIÇÃO	OPORTUNIDADES	POSIÇÃO	AMEAÇAS
1	- Sistema de Integração (associativismo)	1	- Famílias pobres, com idosos, sem perspectivas de melhoria
2	- Linhas de crédito rural	2	- Ocupação irregular do solo rural
3	- Programas de fomento à agricultura familiar	3	- Analfabetismo
3	- Organização social das comunidades	4	- Falta de segurança, com alta criminalidade nas comunidades rurais, aumentando a violência na zona rural
4	- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - 70% da merenda escolar é feita com produtos da agricultura familiar	4	- Loteamentos habitacionais no meio rural
		4	- Êxodo rural principalmente de jovens, com envelhecimento da população



8.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos são os resultados que a organização/instituição estrategicamente pretende atingir. Os objetivos estratégicos indicam as áreas em que a instituição concentrará os seus esforços para atingir um desempenho de excelência. Definem, ainda, o compromisso e determinam o rumo a ser seguido tanto no curto como no longo prazo.

8.2.1 Eixo: Econômico

- OE1: Redefinir estruturalmente a SEDEMA com gestão integrada entre as secretarias e implantação de um sistema de indicadores para monitoramento.
- OE2: Implementar melhorias na infraestrutura rural, prioritariamente aquelas relativas à comunicação (telefonia e internet), energia elétrica e estradas.
- OE3: Priorizar atividades hortigranjeiras de qualidade.

8.2.2 Eixo: Ambiental

Desenvolver uma gestão ambiental e intersetorial, formativa, preventiva e corretiva que garanta, entre outras, a água em quantidade e qualidade.

8.2.3 Eixo: Social

- OE1: Promover ações voltadas à formação cidadã e profissional de grupos sociais.
- OE2: Priorizar ações voltadas à regularização fundiária e à segurança no meio rural.



9 PROJETOS

9.1 EIXO: ECONÔMICO

PROJETO 1

REENGENHARIA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE - SEDEMA

1 - Responsabilidade pela Execução do Projeto

SEDEMA – Secretário Valdir Crestani.

2 - Contextualização

Qualquer organização, seja ela pública ou privada precisa racionalizar e potencializar seus recursos (financeiros, humanos, entre outros), para maximizar os resultados, já que os mesmos são escassos.

3 - Objetivo

Implementar um sistema eficiente de gestão da SEDEMA com um melhor aproveitamento dos recursos (financeiro, materiais, capital humano etc.) maximizando os resultados.

4 - Metas

M1: Definir as funções de cada funcionário da SEDEMA.

M2: Implantar um sistema de gestão baseado no PDCA.

5 - Indicadores de Desempenho

Funções, metas, planejamento definidos e relatórios realizados.

6 - Recursos Necessários

Nihil.



7 - Origem dos recursos

Nihil.

8 - Instituições Envolvidas (parcerias)

Universidades.

9 - Beneficiários

População rural.

10 – Plano de ação

Ano	2016	2017	2018	2019	+2020
Atividades	1º q*	2º q*	3º q*		
Definir as atribuições funcionais para cada funcionário	X				
Definir metas para cada funcionário	X				
Realização de um planejamento operacional	X	X			
Monitoramento das atividades	X	X	X	X	X
Realização de um relatório mensal por cada funcionário com análises e replanejamentos	X	X	X	X	X

* Quadrimestre.



PROJETO 2

INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS

1 - Responsabilidade pela Execução do Projeto

SEDEMA – Secretário Valdir Crestani.

2 - Contextualização

Costuma-se dizer que quem não planeja, não tem futuro e o que tem é apenas destino; e quem não controla, não administra. Isso indica que, para se administrar melhor, precisa-se planejar, dirigir, controlar e avaliar os projetos elaborados. Urge, portanto, termos um sistema de registros e controles que permita gerar indicadores e avaliações que norteiem as decisões que devem ser tomadas.

Todo o esforço de uma instituição deve ser traduzido em resultados para que seja possível utilizar com inteligência todos os processos e pessoas, fazendo o sistema organizacional funcionar com eficácia. Medir é a chave dessa tradução, mas medir o quê? E, mais importante, para quê medir?

Caso fosse medir tudo na instituição, provavelmente iremos ficar levantando dados o tempo todo, e isso não terá fundamento nem resultará em aprendizado. O que devemos montar é uma lógica de medição interligada entre as secretarias, que traga segurança para gerir e atingir os objetivos institucionais.

3 - Objetivo

Montar um sistema de indicadores que permita o acompanhamento dos projetos elaborados e do resultado dos serviços prestados ao meio rural.

4 - Metas

Implantar um sistema de acompanhamento e controle no primeiro semestre de 2016.



5 - Indicadores de Desempenho

Sistema de indicadores implantado.

6 - Recursos Necessários

Recursos estimados em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

7 - Origem dos Recursos

Poder Público Municipal.

8 - Instituições Envolvidas (parcerias)

Poder Público, Universidades e demais interessados.

9 - Beneficiários

Gestores dos projetos.

10 – Plano de ação

Ano	2016			2017	2018	2019	+2020
Atividades	1º q*	2º q*	3º q*				
Reunião com os gestores para levantar os indicadores	X						
Elaboração definitiva da proposta	X						
Contratação de empresa para elaboração do sistema	X	X					
Implantação do sistema				X	X	X	X
Reavaliação				X	X	X	X

* Quadrimestre.



PROJETO 3

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS HORTIGRANJEIROS DE QUALIDADE

1 - Responsabilidade pela Execução do Projeto

SEDEMA – Samuel Vasques

2 - Contextualização

O município de Chapecó tem características potenciais naturais e humanas, tanto na produção como no consumo, para se tornar um grande produtor de produtos hortigranjeiros. O grande centro consumidor de mais de 200 mil pessoas, já é um fator que contribuirá para “puxar” esta produção.

As fortes características empreendedoras do nosso homem do campo nos apontam para que este potencial desabroche. Além desse fator, Chapecó tem diferentes microclimas favoráveis para cultivo desde produtos de clima temperados como tropicais. O solo é fértil, fazendo com que seja possível reduzir os custos de produção, tendo um produto competitivo no mercado.

Um insumo fundamental na produção hortigranjeira é a água. A precipitação média do município gira em torno de 1250 a 1500 mm anuais, o que torna o município mais que suficiente para abastecer toda a nossa produção hortigranjeira. O que falta são dispositivos para o armazenamento dessa água, já que tecnologia para isso existe e é relativamente barata. Além do mais, Chapecó é cercada por rios volumosos e perenes, entre os principais destacam-se o rio Uruguai e o rio Irani.

A SEDEMA tem programas de apoio à produção primária de alimentos na área animal, vegetal e de panificados, estimulando a capacitação e aperfeiçoamento com o serviço de extensão rural.

As tradicionais feiras de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó, iniciaram em 1991 com oito famílias de agricultores, hoje, conta com 63 famílias envolvidas. Nas terças, quartas feira, quintas feira e sábados, as feiras livres acontecem nos bairros Centro, Cristo Rei, Expoente, EFAPI, Parque das Palmeiras, Presidente Médici, Santo Antônio e São Cristóvão.



Opções de compras e de lazer, as feiras matutinas ficam abertas, geralmente, das 7h às 12h e as vespertinas, geralmente, das 15h às 18h. São uma boa opção de passeio em família para conhecer hábitos, costumes, um pouco da cultura do oeste catarinense.

3 - Objetivo

Fomentar a produção, a pesquisa e a comercialização de produtos hortigranjeiros.

4 - Metas

M1: Criação de um centro de referência em pesquisa e extensão na área de hortigranjeiros (visando incluir mais 100 famílias no processo produtivo)

M2: Normatização da comercialização municipal com foco na inclusão de agricultores familiares (criação de uma legislação).

M3: Estímulo de formas associativas de organização da comercialização e distribuição de produtos hortigranjeiros. Estimular a criação de no mínimo um grupo social por ano.

5 - Indicadores de Desempenho

ID1: Centro de referência em pesquisa e extensão na área de hortigranjeiros.

ID2: Legislação para normatização da comercialização de produtos hortigranjeiros.

ID3: Grupos de produtores de forma associativa do setor criados.

6 - Recursos Necessários

Para a efetivação das metas propostas seguem as tabelas com as ações propostas para cada uma das 3 (três) metas, o recurso necessário gira entorno de R\$150.000,00 por ano.

7 - Origem dos Recursos

A origem dos recursos para viabilidade de execução do plano de ações tem como proposta: 10% município; 30% do estado e 60% federal.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Obs.: Será proposto a criação de um fundo municipal voltado a SEDEMA e suas atividades, para que possamos ter fontes de verba oriundas, por exemplo, de multas do ministério público e do ministério do trabalho.

8 - Instituições envolvidas (parcerias)

Até o momento, as entidades que contribuíram para a construção deste projeto são SEDEMA, EPAGRI, CIDASC, Cooperfamiliar, Saga e UTFPR.

Obs.: Serão contatadas as Universidades locais para que se envolvam no processo de desenvolvimento.

9 - Beneficiários

O público beneficiário são os agricultores do município de Chapecó.

10 - Plano de Ação

Plano de ação das atividades com meta de n. 1

Ano	2016			2017	2018	2019	+2020
	1º q*	2º q*	3º q*				
Atividades							
Articulação entre organizações/entidades para definir equipe de trabalho	X						
Cadastramento e diagnóstico de produtores e produtos hortigranjeiros		X					
Extensão Rural pública em quantidade e qualidade adequadas			X	X	X	X	X
Trabalhos de pesquisa específica em olericultura no CEPAF			X	X	X	X	X
Elaboração de projetos para chamadas públicas de ATER			X	X	X	X	X
Articulação para criação do centro de referência		X		X	X	X	X
Capacitação de produtores			X	X	X	X	X
Estimular a produção de hortigranjeiros.			X	X	X	X	X
Fomentar a produção orgânica (com a criação de unidades de referência)		X		X	X	X	X
Projetos de incubadoras agrícolas			X	X	X	X	X
Inclusão de variedades no zoneamento agrícola (financiamentos)			X	X	X	X	X
Inclusão ao "Programa Alimento Sem Risco" (rastreamento, embalagem, rotulagem e controle do uso de agrotóxico)			X	X	X	X	X
Criação de uma equipe para captação de recursos			X	X	X	X	X
Definição de áreas de expansão urbana/produção agrícola			X	X	X	X	X



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Plano de ação das atividades com meta de nº 2

Ano	2016			2017	2018	2019	+2020
	1º q*	2º q*	3º q*				
Atividades							
Articulação entre organizações/entidades para definir equipe de trabalho		X		X	X	X	X
Cadastramento e diagnóstico de produtores e produtos hortigranjeiros	X			X	X	X	X
Elaboração de projetos para chamadas públicas de ATER		X		X	X	X	X
Criação de uma equipe para captação de recursos			X	X	X	X	X
Elaboração de uma legislação para normatização da comercialização de produtos hortigranjeiros			X	X	X	X	

Plano de ação das atividades com meta de nº 3

Ano	2016			2017	2018	2019	+2020
	1º q*	2º q*	3º q*				
Atividades							
Articulação entre organizações/entidades para definir equipe de trabalho	X						
Cadastramento e diagnóstico de produtores e produtos hortigranjeiros	X						
Elaboração de projetos para chamadas públicas de ATER			X	X	X	X	X
Capacitação de novas organizações			X	X	X	X	X
Fomentar e fortalecer as organizações já existentes dos produtores e entidades envolvidas no setor;			X	X	X	X	X
Projetos de incubadoras agrícolas		X		X	X	X	X
Criação de uma equipe para captação de recursos		X		X	X	X	X
Desenvolvimento de projeto educacional para difusão de conceitos como comércio local, certificação participativa e orgânicos		X		X	X	X	X
Publicidade de conceitos como comércio local, certificação participativa e orgânicos.		X		X	X	X	X

* Quadrimestre.



PROJETO 4

MELHORIA NA INFRAESTRUTURA VIÁRIA RURAL

1 - Responsabilidade pela Execução do Projeto

SEDEMA – Nelson João Krombauer

2 - Contextualização

O intenso desenvolvimento de Chapecó movido pela base da sua economia, o agronegócio, exige cada vez mais de suporte de infraestrutura, como de estradas estruturadas. Hoje a malha viária de Chapecó compreende aproximadamente 1500 km de estrada de chão, para atender em torno de 2000 agricultores, sendo que 1000 são de produção de pequena escala, e dependem exclusivamente da atividade para sobrevivência da sua família.

Estes 2 mil produtores geram um movimento econômico para o município de R\$306.000.000,00/ano, sendo que possuem somente 10km de asfalto, considerando o asfalto para o distrito de Alto da Serra e para a comunidade da Água Amarela.

É importante salientar que todo o fornecimento de ração e demais insumos para as aves de corte e para a produção de ovos, como para os suínos e os bovinos tanto de leite como de corte é feito via terrestre. Da mesma forma, o transporte de insumos para plantio das lavouras, como para o escoamento da produção, é feito através de transportes terrestre, normalmente através de caminhões de grande porte, como bi-trem e necessita de uma excelente malha viária.

Houve um avanço tecnológico nos modais de transportes, com objetivo de aumentar o volume de insumo transportável reduzindo, desse modo, o custo de produção. Ex.: caminhão toco para caminhão quatro eixos.

Exemplo (somente da empresa BRF):

17.800 km rodado para transporte de 8.200 ton./mensal de ração para frango e peru.



18.108 km rodado por 55 caminhões para transportar 4.600 ton. de aves vivas (frango e peru) para um total de 178 produtores (76 com peru e 102 com frango) e uma área construída de 344.000 m².

3 - Objetivo

Proporcionar melhorias na malha viária rural do município de Chapecó-SC, conforme prioridade nos trajetos descritos abaixo:

- 01- Estrada começando na 283, passando pela linha Simoneto até a BR 282.
- 02- Estrada do Alto da Serra, sentido BR 282, pela linha Batistello.
- 03- Estrada de Chapecó até divisa do município de Xaxim, passando por linha Rodeio Bonito.
- 04- Estrada até linha Rodeio do Eral.
- 05- Estrada até linha Bom Retiro.
- 06- Estrada até linha Cachoeira.
- 07- Estrada linha Faxinal dos Rosas, passando pela linha Cascavel até linha Batistello.

4 - Metas

M1: Melhorar as condições de trafegabilidade, e que seja ambientalmente correto, de 7 trajetos, totalizando 70 km, começando pelo trajeto número 07.

M2: Asfaltar 7 trajetos, totalizando 70 km.

5 - Indicadores de Desempenho

Número de trajetos e km com trafegabilidade melhorada.

Quantidade de asfalto realizado.

6 - Recursos Necessários

Estimado em R\$ 70.000,00 (setenta milhões de reais).

7 - Origem dos Recursos

Governo municipal, estadual e federal.



8 - Instituições Envolvidas (parcerias)

Prefeitura municipal, BRF, Cooperativa Aurora, Cooperalfa, SAC, FCTER e CONDERC.

9 - Beneficiários

Comunidades rurais, agroindústrias, comércio e população em geral

10 - Plano de Ação

Ano	2016			2017	2018	2019	+2020
	1º q*	2º q*	3º q*				
Readequar o parque de máquina para atender os 1500 km de estradas vicinais (malha viária) para que fique sempre em boas condições: Responsabilidade da Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura.				X			
Implementar as placas de sinalização nas vias de acessos do interior: Responsabilidade da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		X					
Viabilizar recursos para a implantação do projeto do FOCEM ligando a BR 282 a BR 283, passando pela comunidade de linha Cascavel e Linha Simoneto: Responsabilidade do Gabinete.				X			
Reestruturar via, que será como atividade piloto, alargando as ruas com sinalização, e ambientalmente correta, com bons desaguadores, no trajeto da linha Faxinal dos Rosas, passando pela Linha Cascavel, até Linha Batistello: Responsabilidade da Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura				X			
Elaborar projeto para asfalto, conforme prioridades descritas no item "objetivos", no total de 70 km. Responsabilidade da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão			X	X			
Viabilizar a execução do projeto do asfalto, conforme prioridades descritas no item "objetivos"				X	X	X	X

* Quadrimestre



PROJETO 5

ESTRUTURAÇÃO NA ENERGIA ELÉTRICA E REDE DE COMUNICAÇÃO PARA O HOMEM DO CAMPO

1 - Responsabilidade pela Execução do Projeto

SEDEMA – Nelson João Krombauer

2 - Contextualização

A cidade de Chapecó despontou no cenário de Santa Catarina e no Brasil, graças à força do agronegócio, que é responsável na geração entorno de 62% no nosso PIB. A base do desenvolvimento do nosso município é o setor primário que “puxou” outras empresas de produção e de prestação de serviços, gerando oportunidades de negócios e atendendo a demanda de emprego, fortalecendo as famílias tanto urbanas como rural.

Atualmente a rede elétrica de Chapecó, na sua maioria, é mono ou bifásica, para atender entorno de 2000 agricultores, sendo que 1000 são de produção de pequena escala, e dependem exclusivamente da atividade para sobrevivência da sua família. Estes 2 mil produtores geram um movimento econômico para o município de R\$306.000.000,00/ano.

Houve um avanço tecnológico nos modais de produção, com o objetivo de aumentar o volume produzido para uma redução dos custos de produção. Investiu-se muito na ampliação das instalações e equipamentos, necessitando de uma carga maior de energia elétrica para poder colocar os mesmos em funcionamento.

Há muitos equipamentos, como resfriador de leite, máquinas de aquecer aviários, comedouros para aves e suínos automáticos, ordenhadeiras, esteiras para transporte de ovos em ninhos automáticos, pequenas agroindústrias familiares no meio rural ente outras, que necessitam urgente de redes elétricas trifásicas e bem estruturadas, para não haver queda frequente e para reduzir o custo de produção.

Também, necessita-se melhorar a comunicação no interior, tanto no que se refere à telefonia como na WEB (internet).



A comunicação é importante para a busca de informações necessárias para o processo produtivo, como para a comercialização e, mesmo, para uma maior segurança do homem do campo.

3 - Objetivo

Melhorar a infraestrutura referente aos meios de comunicação e à energia elétrica, visando dar melhor qualidade de vida à população rural e auxiliar no desempenho da empresa rural.

4 - Metas

Atender mais de 1000 (mil) produtores de pequena, média e alta escala de produção de, aproximadamente, 20 comunidades. Haverá uma priorização das comunidades atendidas, conforme abaixo:

Comunidades:

- 1- Alto da Serra – linha Bastistello.
- 2- Sede Figueira.
- 3- Marechal Bormann: Rodeio do Herval, Serraria Reato, Bom Retiro, Cachoeira, Serrinha e Goio-En.
- 4- Colônia Cela e Colônia Bacia.
- 5- Rodeio Bonito e Tafona.
- 6- Baronesa da Limeira, São Roque e Monte Bello.
- 7- São Vendelino, Água Amarela e Barra Bonita.

5 - Indicadores de Desempenho

Número de produtores beneficiados.

6 - Recursos Necessários

Superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

7 - Origem dos Recursos

Poder público municipal e a União.



8 - Instituições envolvidas

Empresas de telecomunicações e Celesc, prefeitura municipal e governo do estado

9 - Beneficiários

População em geral.

10 - Plano de ação

Ano	2016	2017	2018	2019	+2020
Atividades	1º q*	2º q*	3º q*		
Buscar, junto às empresas de rede de comunicação, projetos para melhorar as redes existentes e aumentar a qualidades dos sinais da telefonia Rural.	X	X	X	X	
Buscar junto aos órgãos municipais, estaduais e empresas responsáveis pelo fornecimento de energia elétricas (CELESC), para que sejam elaborados projetos para melhorias nas redes. Com isso, busca-se uma melhor qualidade da energia fornecida aos produtores. Ex.: mudar de rede monofásica e bifásica, para redes trifásicas.	X	X	X	X	

* Quadrimestre.



9.2 EIXO: AMBIENTAL

PROJETO 6

PROJETO ÁGUA BOA

1 - Responsabilidade pela Execução do Projeto

SEDEMA – Terezinha Zandavalli Lima

2 – Contextualização

Os conflitos relacionados à água estão, historicamente, associados ao uso e ocupação dos solos, em razão das mudanças provocadas pela redução da cobertura florestal para implantação de cultivos anuais. Estas mudanças invariavelmente provocam a degradação das propriedades químicas, físicas e biológicas do solo com conseqüente redução da infiltração de água e ocorrência de erosão e assoreamento dos cursos d'água. Mais recentemente começam a surgir conflitos associados à valorização das áreas rurais para expansão urbana.

Ademais, a densa rede hidrográfica do município recebeu durante décadas os resíduos gerados pelas principais atividades produtivas tais como resíduos das serrarias, no ciclo da madeira, o chorume da suinocultura, o nitrato oriundo da avicultura, os agroquímicos da produção de grãos, mais recentemente o esterco e o pisoteio do gado leiteiro, e, finalmente, os resíduos das atividades antrópicas da área urbana.

Muitos estudos e pesquisas têm indicado altas cargas poluentes e contaminação em aquíferos, cursos d'água e mananciais no Oeste Catarinense. Há que ser mencionado também que a má qualidade da água é fator de insalubridade, trazendo muitos problemas à saúde pública.

Diante desta contaminação das águas superficiais, a população e o poder público têm buscado alternativas de água potável, como, por exemplo, a perfuração de poços profundos para construção de redes comunitárias para abastecimento de água. No entanto, esta alternativa tem se mostrado limitada uma vez que muitas perfurações não atingem as fendas e por outro lado,



outros poços mostram-se com vazão decrescente ao longo dos anos, pois a taxa de retirada de água acaba sendo superior à taxa de recarga dos aquíferos.

Levando em consideração este cenário, muitas medidas foram tomadas para minimizar os efeitos danosos ao meio ambiente e, especialmente, à água. No licenciamento das atividades produtivas previstas em lei, procurou-se garantir a proteção dos recursos naturais; contudo, diante da pouca capacidade do estado em fiscalizar e monitorar o cumprimento da legislação vigente, muitos estabelecimentos rurais se encontram em desconformidade ambiental.

Por outro lado, a própria legislação não abrange certas atividades potencialmente poluidoras, tais como a produção leiteira, mostrando a necessidade de sua atualização e normatização.

Diante do exposto e com a perspectiva crescente da demanda pelo recurso hídrico além do aumento da pressão antrópica sobre ele em escala local e globalmente, urge a necessidade de se pensar em políticas de estado para gestão hídrica, que venha calcada na educação ambiental, na recuperação dos cursos e mananciais d'água e na distribuição e acesso equitativo e de qualidade do bem entre a população, de maneira a preservar a água para as presentes e futuras gerações.

Por fim, este projeto intitulado “Água Boa”, que compreende um conjunto de ações e práticas planejadas e coordenadas vai ao encontro com o que prevê a Política Nacional de Recursos Hídricos, delineada em 1977, pela lei federal n. 9.433, que estabelece uma gestão hídrica baseada nas múltiplas frentes de ação, visando à recuperação e conservação dos recursos naturais (solo, água, floresta) dentro do conceito de bacias hidrográficas, com equilíbrio de forças entre produção agropecuária e cumprimento da legislação ambiental.

3 - Objetivo

Promover o desenvolvimento sustentável, com uma melhor qualidade ambiental e de vida da população, através de um conjunto de atividades planejadas de recuperação, melhoria e conservação da qualidade dos recursos hídricos, florestais e de solo.



4 - Metas

M1: Recuperar e proteger 50 ha/ano de Área de Preservação Permanente na zona Rural do município e aumentar anualmente na proporção de 20%.

M2: Atender 180 famílias em práticas conservacionistas.

M3: Realizar levantamento de 40 redes de abastecimento comunitário por ano, com indicação de coordenadas geográficas dos poços ou nascentes.

M4: Proteger 100 nascentes com orientação técnica por ano.

M5: Realizar 40 (quarenta) análises em redes comunitárias para verificação da qualidade da água por ano.

M6: Implantação de 4 novas redes por ano, com as coordenadas geográficas, estatutos e declaração de **dominialidade pública**.

M7: Limpeza e ampliação de 40 reservatórios de múltiplos usos por ano.

M8: Abertura de 10 novos reservatórios por ano.

M9: Desenvolver Programa continuado de Educação Ambiental em escolas e Comunidades.

5 - Indicadores de Desempenho

ID1: Fontes protegidas (nº);

ID2: Mudas entregues/plantadas (nº);

ID3: Cercas para delimitação APP (extensão/perímetro);

ID4: Propriedades beneficiadas com construção de cercas (nº);

ID5: Propriedades rurais atendidas (nº);

ID6: APPS recuperadas (ha);

ID7: Análises físicas, químicas e biológicas da água (nº);

ID8: Propriedades beneficiadas com sementes/ mudas de plantas de cobertura (nº);

ID9: Propriedades com sistemas conservacionistas (nº);

ID10: Propriedades com sistemas conservacionistas (ha)

ID11: Redes de abastecimento implantadas (nº);

ID12: Distância de redes de abastecimento (m);

ID13: Famílias contempladas com rede de água (nº);

ID14: Poços profundos perfurados (nº);



- ID15: Famílias beneficiadas com água de poços profundos (nº);
- ID16: Cisternas instaladas (nº);
- ID17: Famílias beneficiadas com cisternas (nº);
- ID18: Reservatórios construídos (nº);
- ID19: Famílias beneficiadas com reservatórios (nº);
- ID20: Palestras de conscientização ambiental (nº);
- ID21: Escolas atendidas com atividades ambientais (nº);
- ID22: Capacitação sobre legislação ambiental para professores (nº);
- ID23: Oficinas de educação ambiental realizadas (nº).

6 - Recursos Necessários

Estimado em R\$ 1.000.000,00/ano (um milhão de reais ao ano).

7 - Origem dos Recursos

- Orçamento anual do governo municipal, estadual;
- Orçamento de instituições parceiras;
- Editais Públicos.

8 - Instituições Envolvidas (parcerias)

- Universidades;
- Cooperativas;
- Empresas Públicas;
- Empresas Privadas;
- Secretarias Municipais;
- Órgãos do Governo Estadual;
- Órgãos do Governo Federal: IBAMA, Instituto Chico Mendes;
- Organizações da Sociedade Civil (Associações, Clubes de Serviços e Terceiro Setor).

9 - Beneficiários

- População rural;
- Empresas da agricultura familiar;
- Comunidade em geral.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

10 - Plano de Ação

Ano	2016			2017	2018	2019	+2020
	1º q*	2º q*	3º q*				
Incentivar práticas conservacionistas (mata ciliar, terraços, PRV etc.)	X	X	X	X	X	X	X
Identificar a origem das águas que abastecem cada rede comunitária, com georreferenciamento das mesmas (nascentes e ou poços profundos)	X	X	X				
Monitorar a qualidade das águas de abastecimento comunitário na área rural (parâmetros físicos, químicos e biológicos).	X	X	X	X	X	X	X
Monitorar a qualidade de cursos d'água localizados na zona rural			X	X	X	X	X
Orientar a proteção de nascentes com técnicas apropriadas (para abastecimento humano)	X	X	X	X	X	X	X
Realizar a limpeza de reservatórios de múltiplos usos, de acordo com Instrução Normativa específica.	X	X	X	X	X	X	X
Construir cisternas para aproveitamento água da chuva nas propriedades e equipamentos públicos.	X	X	X	X	X	X	X
Desenvolver ações constantes em educação ambiental nas comunidades e escolas sobre proteção dos recursos hídricos.	X	X	X	X	X	X	X
Isolar e recuperar o entorno de nascentes, veredas, áreas úmidas e cursos d'água com plantios e outras técnicas de restauração ambiental.	X	X	X	X	X	X	X
Incentivar a separação de resíduos sólidos e ampliar o cronograma de coletas nas comunidades	X	X	X	X	X	X	X
Realizar estudos para viabilidade técnica de novos poços profundos	X	X					
Implantar novas redes de distribuição de água nas comunidades		X	X	X	X	X	X
Ampliação e melhorias de redes de distribuição de águas existentes		X	X	X	X	X	X
Atendimento às famílias (escritório)	X	X	X	X	X	X	X
Visitas técnicas na propriedade	X	X	X	X	X	X	X
Quantificação, distribuição e controle dos materiais (palanques/arames).	X	X	X	X	X	X	X
Entrega de mudas e monitoramento das áreas isoladas e em recuperação	X	X	X	X	X	X	X

* Quadrimestre



PROJETO 7

PAGAMENTO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

1 - Responsabilidade pela Execução do Projeto

SEDEMA – Secretário Valdir Crestani

2 - Contextualização

Partindo-se da premissa que a preservação do meio ambiente é um dever de todos, o projeto em questão constitui no “Pagamento dos Serviços Ambientais”, PSA, decorrentes da preservação permanente, que exceda a área de reserva conforme a lei vigente. A proposta limita o acesso ao programa em até 2,0ha por matrícula, não podendo a área total da matrícula ultrapassar a 30ha.

3 - Objetivo

Remunerar os serviços ambientais em até 2,0ha por matrícula, limitada a matrícula em 30ha. A remuneração proposta é de R\$ 2.000,00 ao ha, sendo o pagamento efetuado em 2 (duas) parcelas pelo Poder Público Municipal.

4 - Metas

ANO	Número hectares	Valor (R\$)
2017	75	75.000,00
2018	100	175.000,00
2019	125	225.000,00
2020		125.000,00
Total	300 ha	600.000,00

5 - Indicadores de Desempenho

ID1: Número de famílias beneficiadas,

ID2: Número de hectares preservados

6 - Recursos necessários

R\$600.000,00 (seiscentos mil reais).



7 - Origem dos recursos

Poder público municipal.

8 - Instituições envolvidas (parcerias)

Poder público municipal.

9 - Beneficiários

Agricultores do município que tenham bloco de produtor rural ativo.

10 - Plano de ação

Ano	2016	2017	2018	2019	+2020
Atividades	1º q*	2º q*	3º q*		
Elaboração definitiva do projeto	X				
Envio do projeto ao executivo	X				
Envio do projeto à Câmara de Vereadores	X				
Execução do projeto		X	X	X	X

* Quadrimestre.



9.3 EIXO: SOCIAL

PROJETO 8

MAPEAMENTO DAS FAMÍLIAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

1 - Responsabilidade pela Execução do Projeto

Coordenadora geral:

Assessora Executiva/ SEASC: Belenite Maria Frozza

Coordenadores adjuntos:

- Ivana Alberguini – Diretora de Proteção Básica/ SEASC
- Assistente Social – Janete Machado - CRAS Bormann/SEASC
- Jucemar Breciani – Gerente de Segurança Alimentar / SEASC
- Ivânia Muller Rosa – Representante da Secretaria de Educação

2 - Contextualização

O meio rural do município de Chapecó possui uma população com características plurais, considerando as situações sociais, contraditórias e problemáticas, evidenciadas nos últimos anos, tais como: o êxodo rural, especialmente dos jovens; empobrecimento das famílias; muitas sem documentação da propriedade; sem contribuição previdenciária; famílias que migraram para o meio rural sem vocação e capacitação para trabalhar na agricultura; inexistência de projetos habitacionais de interesse social para estas famílias de baixa renda; estradas de difícil acesso; dificuldades de comunicação; falta de segurança; trabalho informal com renda baixa; ausência de vagas na Educação Infantil nas áreas rurais; evasão escolar por parte de adolescentes; trabalho infantil e adolescentes inseridos no mercado informal de trabalho e em situação de risco pessoal; violência e crescimentos das áreas



irregulares dentre outras situações, as quais vem comprometendo a sustentabilidade e a qualidade de vida das famílias no campo.

Mesmo com o atendimento prestado pelos serviços da assistência social, saúde, agricultura, educação e demais setores públicos e privados e considerados os dados já existentes, ainda não se tem um mapeamento real das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Portanto, este projeto se justifica na importância e necessidade deste mapeamento, para definição de estratégias de intervenção e acompanhamento mais efetivo deste público, assegurando-lhes a devida qualidade de vida e sustentabilidade na zona rural.

3 - Objetivo

Conhecer as características sociais e econômicas das famílias em situação de vulnerabilidade social, residentes na área rural do município de Chapecó, com vistas a construir estratégias para melhoria da qualidade de vida das mesmas.

4 - Metas

M1: Mapear 100 % das famílias;

M2: Elaborar Plano de Trabalho.

5 - Indicadores de Desempenho

ID1: Número de famílias que não tem propriedade;

ID2: Número de famílias moradoras de áreas irregulares;

ID3: Número de famílias trabalhando no mercado informal;

ID4: Renda média mensal das famílias;

ID5: Famílias com situação de violência e/ou negligência;

ID6: Situação de saúde da família;

ID7: Família com pessoas com deficiência;

ID8: Trabalho infantil;

ID9: Pessoas em situação de isolamento;

ID10: Famílias com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas;



ID 11: Situação habitacional e sanitária;

ID 12: Famílias inseridas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

6 - Recursos Necessários

- Técnicos das Secretarias envolvidas;
- Veículos para transporte;
- Equipamentos de informática.

7 - Origem dos Recursos

Governo municipal, estadual e federal.

8 - Instituições Envolvidas (parcerias)

Secretarias de: Assistência Social (SEASC), Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SEDEMA), Educação, Habitação, Saúde, Serviços Urbanos e Infraestrutura; EPAGRI; Segurança Pública; entre outras a serem definidas.

9 - Beneficiários

Primeira etapa ano de 2016: famílias residentes na zona rural do Distrito de Marechal Bormann.

10 - Plano de Ação

Ano	2016			2017	2018	2019	+2020
	1º q*	2º q*	3º q*				
Realizar um encontro com todos os responsáveis (parceiros) para apresentação do projeto e organização dos trabalhos.	X						
Elaborar o instrumental para levantamento dos dados	X	X					
Aplicação do questionário junto às famílias		X	X				
Tabulação dos dados			X				
Elaboração do Plano de Ação			X				
Execução do Plano de Trabalho			X	X	X	X	X
Monitoramento e Avaliação			X	X	X	X	X

* Quadrimestre.



PROJETO 9

ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO RURAL

1 - Responsabilidade pela Execução do Projeto

Diretor de Planejamento – Nemésio Carlos da Silva

2 - Contextualização

O Plano Diretor de Chapecó, Lei Complementar 541/2014, ao estabelecer em seu artigo 31, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural, priorizou:

- a promoção de regularização fundiária e o reconhecimento das atividades urbanas existentes ou consolidadas, com o levantamento e identificação das sedes de comunidades rurais e áreas especiais, como a Baronesa da Limeira; e
- ações para inibir e fiscalizar os parcelamentos irregulares e clandestinos na Macrozona Rural.

Considerando a valorização imobiliária que o município de Chapecó vem experimentando nestes últimos anos, muitos produtores são estimulados a promover desmembramentos clandestinos, gerando situação de ilegalidade perante o Plano Diretor de Chapecó e demais legislações pertinentes.

3 - Objetivos

- Promover ações urgentes de fiscalização de parcelamentos irregulares e clandestinos na Macrozona Rural;
- Promover ações de regularização fundiária em sedes de comunidades rurais e áreas especiais, como a Baronesa da Limeira, reconhecidas como atividades urbanas consolidadas.

4 - Metas

M1: Constituir equipe qualificada de fiscalização de parcelamentos irregulares e clandestinos na Macrozona Rural, no prazo de 12 meses.

M2: Regularizar 100% das sedes de comunidades rurais e áreas especiais, como a Baronesa da Limeira, no prazo de 5 anos.



5 - Indicadores de Desempenho

ID1: Número de ações de fiscalização de parcelamentos irregulares e clandestinos na Macrozona Rural realizados por ano;

ID2: Número de famílias beneficiadas por sede de comunidade regularizada.

6 - Recursos Necessários

A definir.

7 - Origem dos Recursos

A definir.

8 - Instituições Envolvidas (parcerias)

- Associações comunitárias;
- Cooperalfa;
- EPAGRI.

9 - Beneficiários

Famílias do município.

10 - Plano de Ação

Ano	2016			2017	2018	2019	+2020
	1º q*	2º q*	3º q*				
Atividades							
Constituição de equipe de fiscalização de parcelamentos irregulares e clandestinos	X	X					
Elaboração e aprovação de legislação específica para fiscalização e aplicação de penalidades na Macrozona Rural			X				
Levantamento e delimitação topográfica das sedes de comunidades	X	X	X	X	X	X	
Elaboração de projetos específicos de regularização das áreas reconhecidas consolidadas			X	X	X	X	X

* Quadrimestre



PROJETO 10

SEGURANÇA NO MEIO RURAL

1 - Responsável pela Execução do Projeto

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão – Sérgio Wallner

2 - Contextualização

Vive-se numa situação de insegurança com assaltos e furtos nas propriedades rurais onde os criminosos objetivam apropriar-se das máquinas e equipamentos agrícolas, dos animais criados nas propriedades e pertences dos agricultores e, infelizmente, se utilizam de agressões chegando, em alguns casos extremos, inclusive a assassinatos.

Esta situação coloca a comunidade rural, mola mestra na economia de Chapecó e do Estado de Santa Catarina, em uma situação de tal insegurança que não estimula os agricultores a investir na atividade e, o que é pior, migrarem para as cidades.

Há uma clara necessidade que a sociedade organizada e os entes públicos tomem atitudes visando buscar uma solução para o problema. Estamos cientes que a solução definitiva está muito longe, mas há necessidade de iniciarmos a busca.

3 - Objetivo

Oferecer condições de segurança, em especial no aspecto prevenção, para o agricultor ter a tranquilidade e segurança para investir e melhorar sua qualidade de vida no meio rural.

4 - Metas

Para ser estabelecidas metas, precisamos conhecer o cenário em que o meio rural está vivendo/sofrendo atualmente. Para isso foi necessário buscar as informações coma Polícia Militar de Santa Catarina que nos passou o seguinte panorama:



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

Ocorrências por crimes – interior					
2014			2015 (acumulado até set/2015)		
Crimes e contravenções	185	51.10%	Crimes e contravenções	110	48.25%
Ocorrências diversas	118	32.60%	Ocorrências diversas	83	36.40%
Acidente de tráfego	41	11.33%	Acidente de tráfego	28	12.28%
Outros (auxílio, emergências e outros)	18	4.97%	Outros (auxílio, emergências e outros)	7	3,07%
Total	362	100%		228	100%

Como o ano de 2015 não havia sido concluído, o dado para o ano de 2015 foi extrapolado, dividindo o número de ocorrências acumuladas até setembro pelo número de meses decorridos no ano e multiplicados por doze (12).

Então temos:

228 (ocorrências até setembro) x 12 meses no ano: 304 (ocorrências)

9 (meses decorridos em 2015)

Dessa forma, podemos propor as seguintes metas:

Ano	Nº absoluto	Proposta	Nº máximo aceito a ser atingido
2015	304	100 %	-x-
2016	realidade	(-25%)= 75% de 2015	228
2017	realidade	(-50%)= 50% de 2015	152

5 - Indicadores

Nesta linha de raciocínio, os indicadores são:

a. Crimes e contravenções: a Polícia Militar não discriminou as ocorrências dos crimes e contravenções em categorias, como abigeato, furto de equipamentos agrícolas (motoserras, defensivos agrícolas e outros bens de valor);

b. Ocorrências diversas: conflitos, atendimentos a eventos (festas), casos de embriaguez, outros;

c. Acidente de tráfego;

d. Outros: auxílio, emergências, entre outros.



6 - Recursos

Tendo em vista que o projeto visa à melhoria da qualidade de vida dos agricultores, os recursos poderão ser buscados no Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Estado de Segurança Pública e entes públicos afins.

7 - Instituições Envolvidas

- SAC
- CODERC
- CIDASC;
- FATMA;
- Polícia Militar Ambiental;
- Polícia Militar;
- MDA;
- Secretaria de Defesa do Cidadão;
- Secretaria de Estado de Segurança Pública;
- SEDEMA;
- IBAMA.

8 - Origem dos Recursos

Os recursos serão pleiteados junto à Administração Municipal, Estadual e Federal.

9 - Beneficiários:

Comunidade agrícola do município de Chapecó.



10 - Plano de Ação

a) Patrulha rural

Ano	2016			2017	2018	2019	2020 +
	1º q*	2º q*	3º q*				
<u>Viabilizar policiamento ostensivo rural:</u>							
<u>Celebração de convênio entre a Guarda Municipal e a Polícia Militar visando realizar ações no meio rural</u>	X						
<u>Estruturar Guarda Municipal: estruturar a Guarda Municipal para que seja possível realizar as rondas no interior do município</u>		X					
<u>Realizar policiamento ostensivo rural: colocar em prática as ações visando ronda no meio rural</u>			X	X	X	X	X
<u>Realizar batidas policiais nos comércios das comunidades do interior: sabe-se que há muitas brigas nos bares de interior, com desdobramentos graves. Essa ação objetiva retirar armas ilegais (sem registro)</u>			X	X	X	X	X
<u>Realizar blitz policiais nas estradas do interior com foco nos quatro (04) distritos: objetivando verificar irregularidades. Essa atividade deverá ser planejada em conjunto com a CIDASC (Defesa Sanitária Vegetal e Animal), Policia Ambiental, FATMA, IBAMA</u>		X	X	X	X	X	X
<u>Realizar rondas e vigilância, em caráter aleatório, porém contínuo: objetivando reduzir risco de abigeato, furtos e roubos. Essa atividade deve estar com a informação do monitoramento remoto.</u>		X	X	X	X	X	X



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó

b) Monitoramento rural

Ano	2016			2017	2018	2019	2020 +
	1º q*	2º q*	3º q*				
Atividades							
<u>Estruturar GPS Rural</u> : objetivando criar rotas de acesso às propriedades, identificando-as para oferecer às polícias, SAMU (saúde), Correios, Secretarias afins e outras entidades. Realizar projeto piloto na comunidade L ^a Rodeio do Eral	X						
<u>Estruturar GPS Rural</u> : objetivando criar rotas de acesso às propriedades, identificando-as para oferecer às polícias, SAMU (saúde), Correios, Secretarias afins e outras entidades. Expandir o projeto em outras comunidades, em especial nos quatro distritos		X	X	X			
<u>Implementar o Monitoramento Preventivo Físico</u> : criação de guarda municipal para que esta faça a ronda física nas comunidades do interior		X					
<u>Implementar o Monitoramento Preventivo Remoto</u> : criação de um posto remoto na guarda municipal, atuando com inteligência, oferecendo informações ao policiamento físico no interior.		X					
<u>Aquisição de equipamentos para a Guarda Municipal para Monitoramento Remoto</u> : adquirir equipamentos que viabilizem a atividade		X	X				
<u>Instalação de Câmeras para Monitoramento Remoto no Interior</u> : instalação de câmeras no interior, em pontos estratégicos visando monitorar a movimentação suspeita nas estradas do município. Projeto Piloto no Distrito de Marechal Bormann		X	X				
<u>Equipar veículos da Guarda Municipal com GPS</u> : para orientar os guardas a tomarem decisões nas ocorrências rurais		X					
<u>Estruturar CONDERC com representante das comunidades</u> : objetivando que este representante seja o canal de comunicação entre as necessidades rurais em segurança e a Guarda Municipal/Polícia Militar		X					
Monitoramento do sistema de segurança		X	X	X	X	X	X

* Quadrimestre

OBS.: No desenvolvimento dos projetos serão feitos registros, como: atas, lista de presença, fotos do antes e do depois, filmagens etc.



10 GESTÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CHAPECÓ

O gerenciamento é necessário durante todo o ciclo de um projeto/plano, desde sua concepção, passando pelo planejamento e implementação, até a sua avaliação final.

As principais funções do gerenciamento são: planejamento, organização, coordenação, monitoramento e controle durante o processo de produção de algum bem ou serviço ou durante o ciclo de vida de um projeto/plano. Uma função específica é ainda a informação e o envolvimento dos principais atores e dos demais interessados ou afetados.

Cabe lembrar que, para o gerenciamento de assuntos públicos, a participação dos beneficiários e, possivelmente, de vários outros parceiros é fundamental para o êxito, quando se visa o desenvolvimento, que já deve começar na fase da análise da situação, pois a percepção dos problemas vividos pelo grupo é fundamental para a elaboração de propostas adequadas.

O objetivo, ao executar-se um processo, é fazer acontecer o que deve ser feito, mantê-lo estável e melhorá-lo constantemente. É fundamental não aceitar erros, ou seja, buscar a perfeição... gerenciar um processo significa aplicar sequencialmente as seguintes fases, que compõe o ciclo PDCA - Planejamento, Desenvolvimento, Controle e Atuar corretivamente. (ZARPELON, 2013).

Pode-se afirmar que na natureza tudo é um processo, podendo ser natural ou induzido. Um processo, quando possível de ter interferência, se a mesma for de forma orientada e científica, proporcionará melhoras contínuas no sistema. Assim, como na natureza, o avanço de qualquer política pública deve passar por constantes avaliações, a fim de que sejam implementadas as melhorias de forma consciente e pontual. As avaliações devem ocorrer tanto no planejamento como na sua execução, se a mesma está sendo realizada conforme planejado.

Em qualquer processo organizado, tudo começa com um bom planejamento, baseado numa determinada realidade. Como a realidade é dinâmica, os planos devem ter a flexibilidade necessária para que, através de avaliações sistemáticas, se



adaptem às mudanças. A avaliação permite construir subsídios que possibilitem dimensionar equívocos, ver os acertos e definir os desafios a serem enfrentados a partir das políticas públicas.

Avaliar o planejamento e sua perspectiva de impacto na melhoria das condições de sustentabilidade no público-alvo, no caso a população rural, e a forma de gestão do mesmo, são de fundamental importância na busca da excelência nos seus resultados.

10.1 COMITÊ DE GESTÃO DO PDRC

Para operacionalizar o processo de gestão do PDRC será criado um comitê denominado “Comitê de Gestão do Plano de Desenvolvimento Rural de Chapecó” que será regido, conforme abaixo:

10.1.1 Objetivo

Monitorar, avaliar e propor melhorias nas ações constantes no PDRC, caso necessário, retificando, ou suprimindo projetos atuais ou mesmo propondo novos projetos. Os “indicadores socioeconômicos e ambientais” contidos no Projeto 2, irão auxiliar nesse processo de avaliação do andamento da execução do plano, conforme previsto.

OBS.: As eventuais alterações do Plano, seja acrescentando ou suprimindo, deverão ser submetidas à apreciação e à aprovação do ConCidade.



10.1.2 Coordenação

Coordenador geral: Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SEDEMA).

Coordenador Adjunto: Representante do ConCidade.

OBS.: Em caso de ausência dos coordenadores, estes poderão ser substituídos por integrantes da organização a quem pertencem.

10.1.3 Composição

O Comitê será composto por representantes das seguintes entidades/organizações:

- Prefeitura de Chapecó com representação de todas as secretarias, ou seja, Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SEDEMA), Secretaria de Articulação Institucional (SEAIN), Secretaria de Assistência Social (SEASC), Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão (SEGOV), Secretaria de Cultura (SECUL), Secretaria de Defesa do Cidadão (SDC), Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDET), Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), Secretaria de Educação (SEDUC), Secretaria de Fazenda (SEFAZ), Secretaria de Habitação (SEHAB), Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL), Secretaria de Saúde (SESAU) e Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura (SESUI).
- Responsáveis por cada um dos 10 projetos.
- ConCidade.
- SAC, EPAGRI, Universidades, cooperativas.
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CODERC).
- Bem como serão convidadas para as reuniões do Comitê, todas as empresas/instituições que participaram na elaboração do PDRC.



10.1.4 Sistematização dos Encontros

Serão realizados 3 (encontros) por ano nos seguintes períodos: na 2ª quinzena do mês de abril, agosto e novembro, com até 2 (duas) horas de duração, agenda predeterminada, com objetivos claros e horário para começar e terminar.

O coordenador adjunto elaborará um relatório ao final de cada encontro do comitê, o qual será apresentado em sessão do ConCidade para conhecimento e apreciação dos conselheiros.

10.1.5 Replanejamento

Até o final de junho de 2017 será feita uma revisão deste PDRC, seguido de um replanejamento.



BIBLIOGRAFIA

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano**: Os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002.

ALVES, Pedro Assumpção; MATTEI, Lauro Francisco. Migrações no oeste catarinense: história e elementos explicativos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 18 a 22 set. 2006.

AURAS, Marli. **Guerra do contestado**: A organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Editora da UFSC, Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina; São Paulo: Cortez Editora e Livraria, 1984.

CASAREK, Fabio Luiz. **Qualidade da Água Subterrânea do Sistema Aquífero Serra Geral na Região Oeste do Estado de Santa Catarina, Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (Dissertação de Mestrado). Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Chapecó, 2015.(D)

ESPÍNDOLA, C.J. **As Agroindústrias no Brasil**: o caso Sadia, Chapecó: Grifos, 1999.

Estatuto da Terra, Lei federal n.º 4.504/64

HIRSCH, Maria Adelaide Pasquali. **Ernesto Bertaso**: de Verona a Chapecó. Chapecó: Argos, 2005.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – DIVISÃO DE GEOCIÊNCIAS DO SUL. Projeto Gerenciamento Costeiro. 3ª fase. Relatório Técnico Vegetação Primária (Formações Fitoecológicas). Florianópolis. 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

LUCAS, E. M.; MAROCCO, J. C. Anurofauna (Amphibia, Anura) em um remanescente de Floresta Ombrófila Mista no Estado de Santa Catarina, Sul do Brasil. *Biota Neotrópica*. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bn/v11n1/35.pdf>. Acesso em: 19 de setembro, 2014.



MEDEIROS, Bruna Taize. **O Perfil dos Beneficiários do Programa Bolsa Família no Município de Chapecó – SC**. Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Monografia de Graduação). Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Chapecó, 2014.(D)

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó: Argos, 2005. (D)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. 2014

OLIVEIRA, Licério de. **“Estado do Iguazu”**: O regionalismo em questão. Dissertação de mestrado. IFCH-UNICAMP, Campinas, 1999, especialmente o Capítulo I: O Território do Iguassu 1943/1946.

_____. Território do Iguassu: a interiorização do poder central. In: HASS, Monica (Org.). **Partidos, eleições e voto**. Chapecó: Argos, 2003. p. 195-222. (Debates).

PNUD. Disponível em <http://www.pnud.org>. Acesso em 1 de Outubro 2015.

POLI, Odilon Luiz. **Leitura em movimentos sociais**. Chapecó: Grifos, 1999.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: Um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

Revisão do Plano Diretor Municipal Rural de Concórdia. Prefeitura do Município de Concórdia, 2014

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann (Orgs.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade**: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011. 295p.

STRAPAZZON, João Paulo Lajus. **E o verbo se fez terra**: movimento dos trabalhadores rurais sem terra (SC) 1980-1990. Chapecó: Grifos, 1997-1998.

SUNDFELD, Carlos Ari. Função social da propriedade. In: DALLARI, F.; FIGUEIREDO, C. (Org.). **Temas de Direito Urbanístico**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.



SUNDFELD, Carlos Ari. **Estatuto da Cidade**: Comentários a Lei Federal 10.257/2001. Coords. DALLARI, Adilson Abreu, FERRAZ, Sérgio. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

VIBRANS, A. C.; SEVEGNANI, L.; GASPER, A. L.; MÜLLER, J. J. V.; REIS, M. S. **Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina (IFFSC)**: resultados resumidos. Blumenau, 2013.

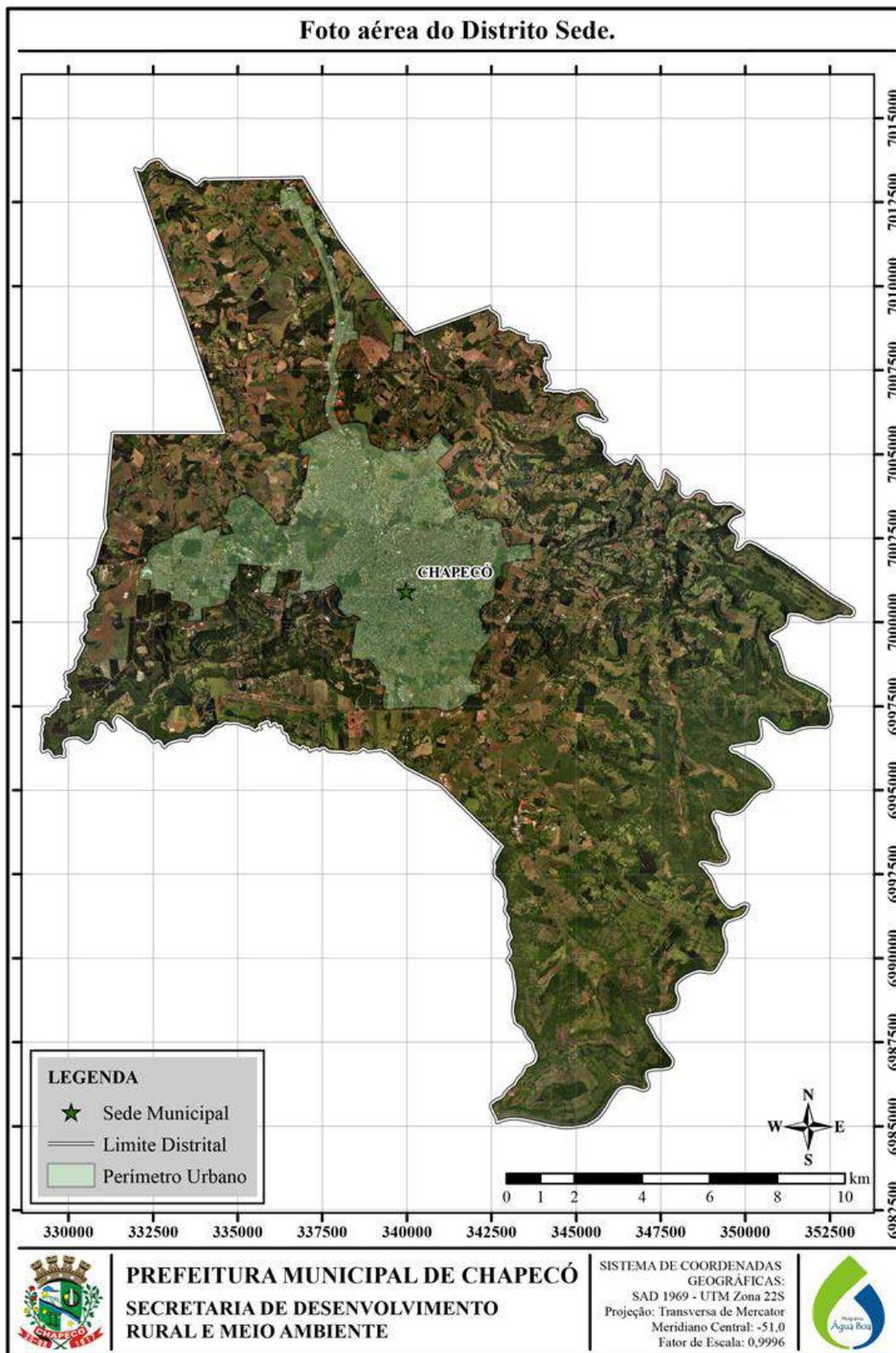
WERLANG, Alceu. **A colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2002.

ZARPELON, Celso; SILVEIRA, Beatriz. **Programa Sebrae da qualidade total rural - fase 2 - gestão da qualidade rural**: manual do participante. Brasília: SEBRAE, 2013.



ANEXOS

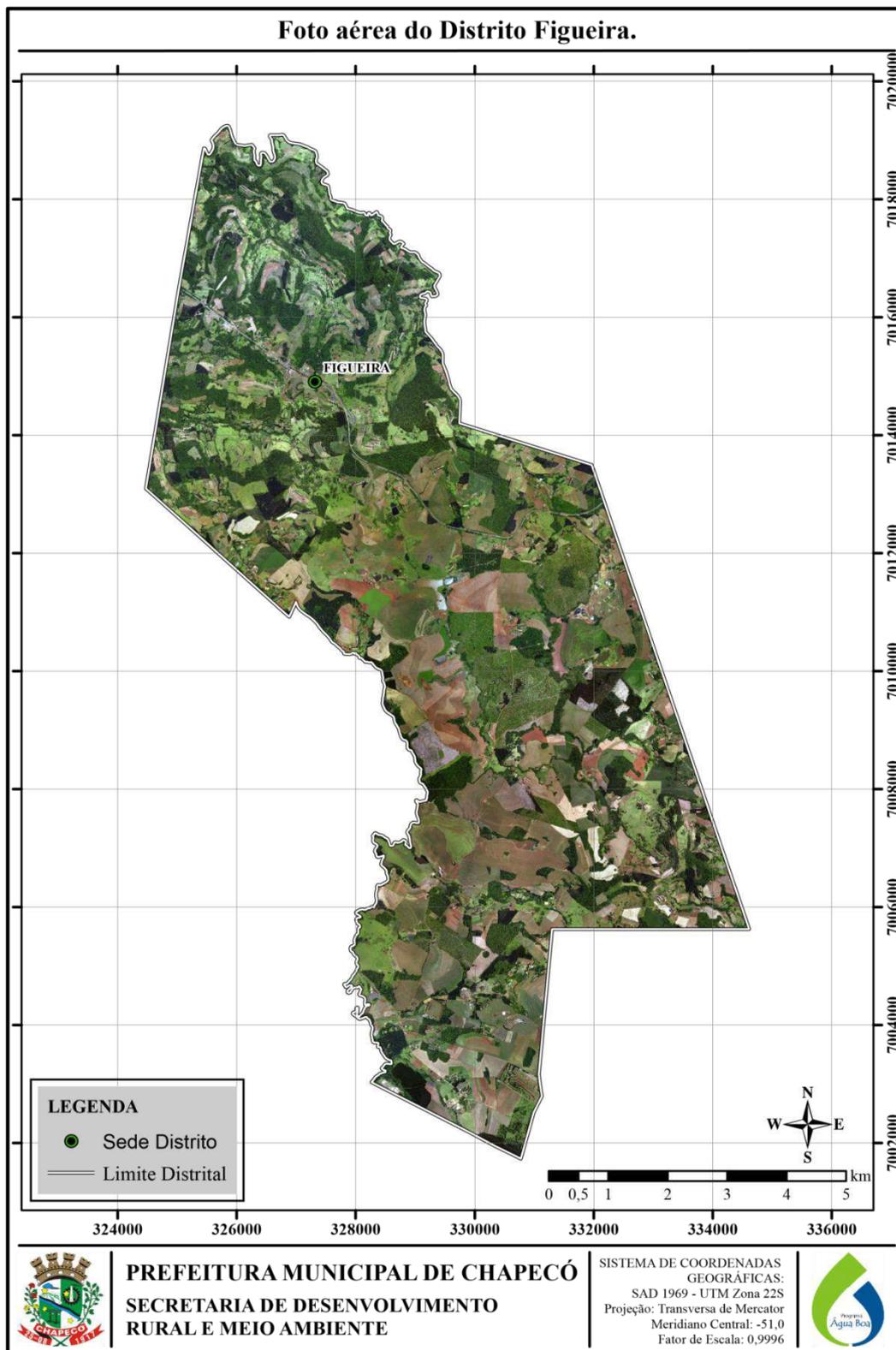
Anexo 1A – Foto aérea do Distrito Sede



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



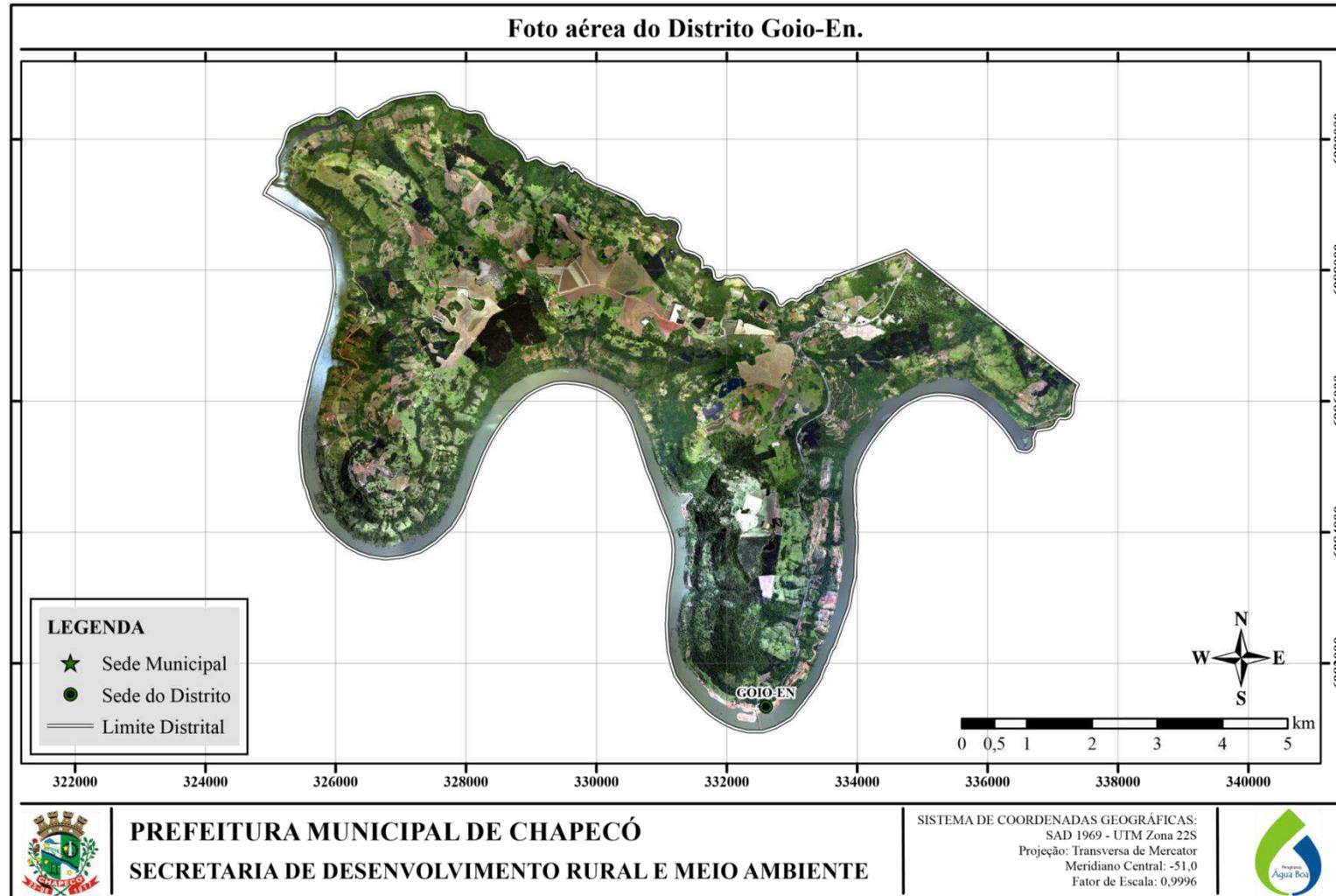
Anexo 1B – Foto aérea do Distrito Figueira



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



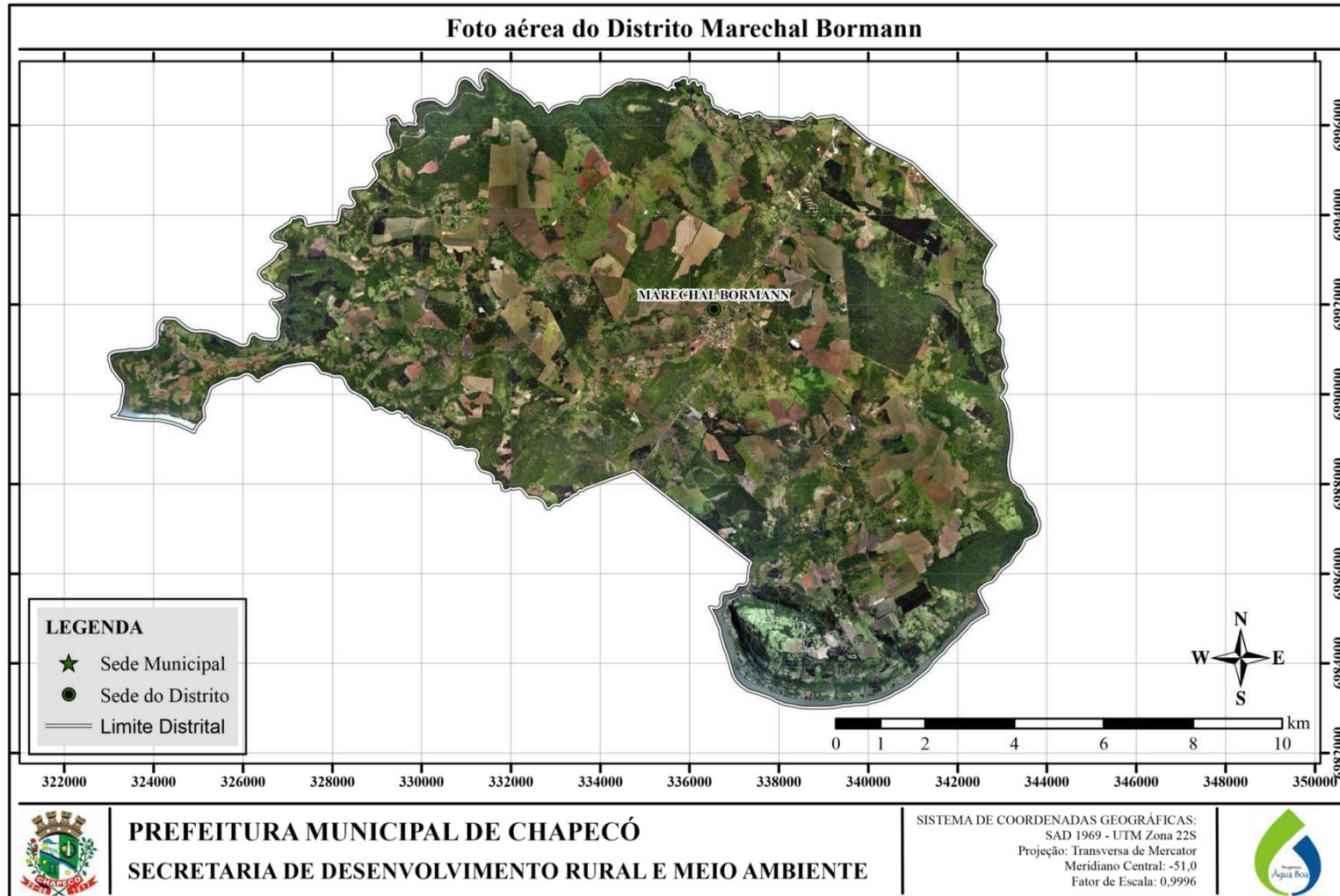
Anexo 1C – Foto aérea do Distrito Goio-En



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



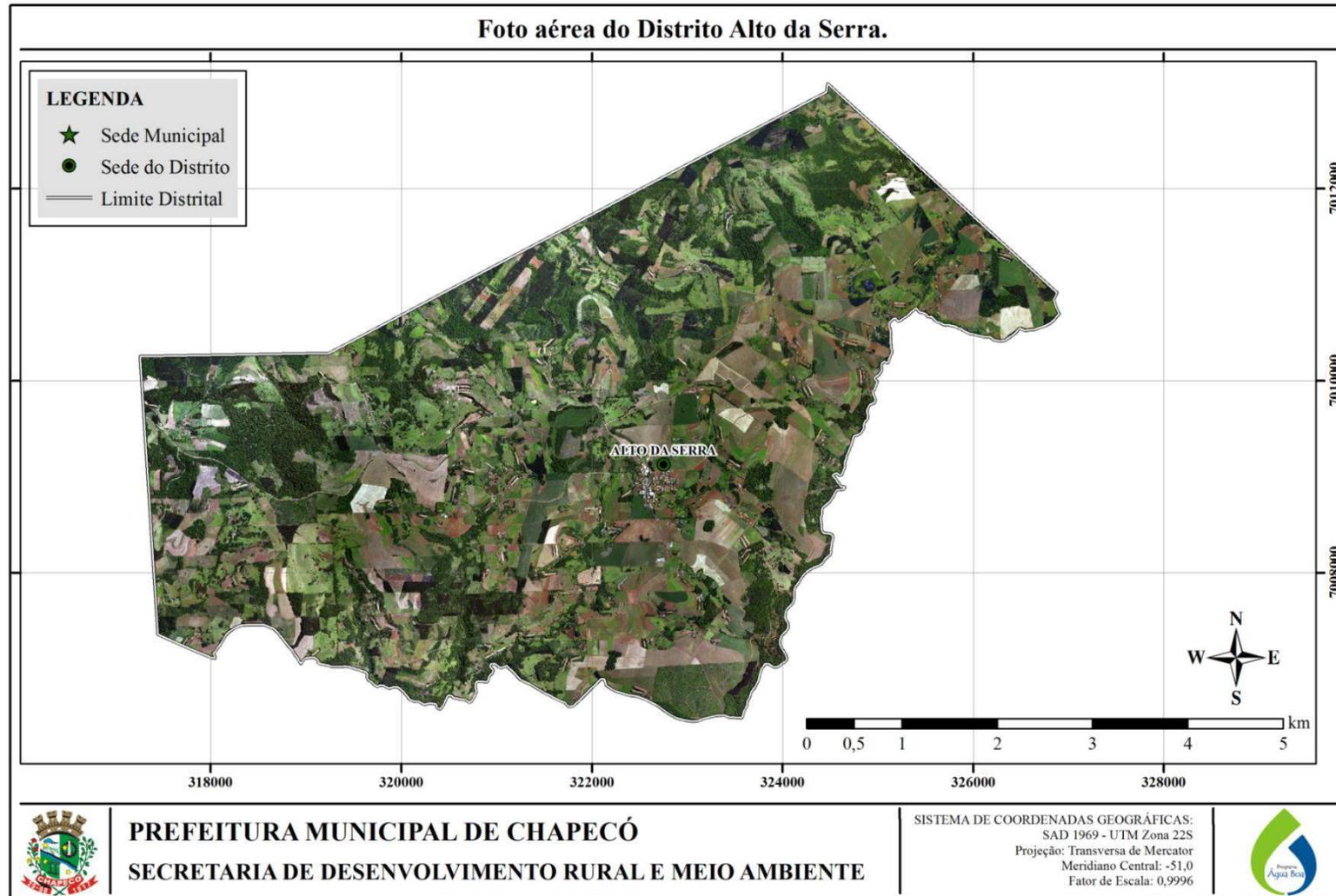
Anexo 1D – Foto aérea do Distrito Marechal Bormann



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



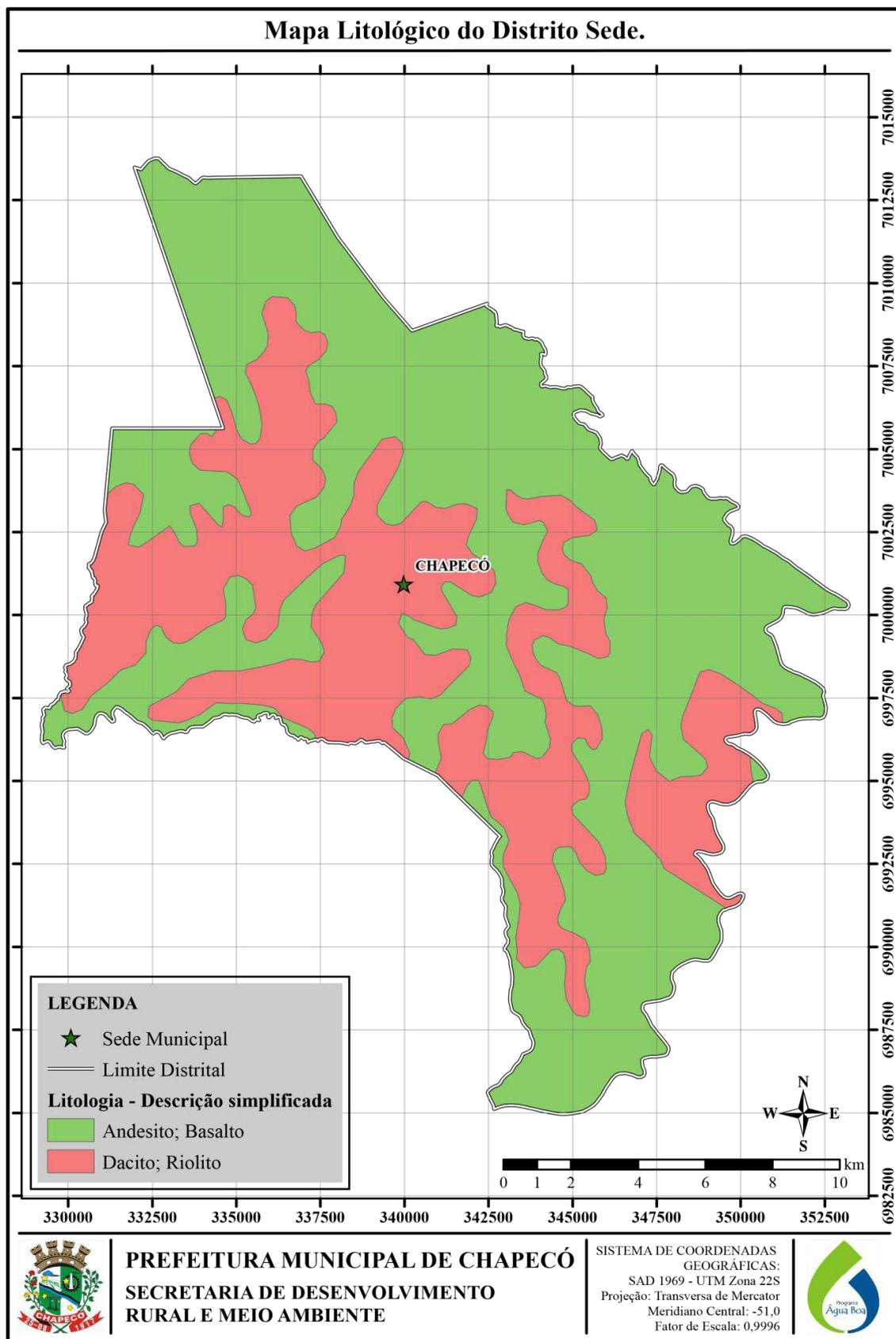
Anexo 1E – Foto aérea do Distrito Alto da Serra



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



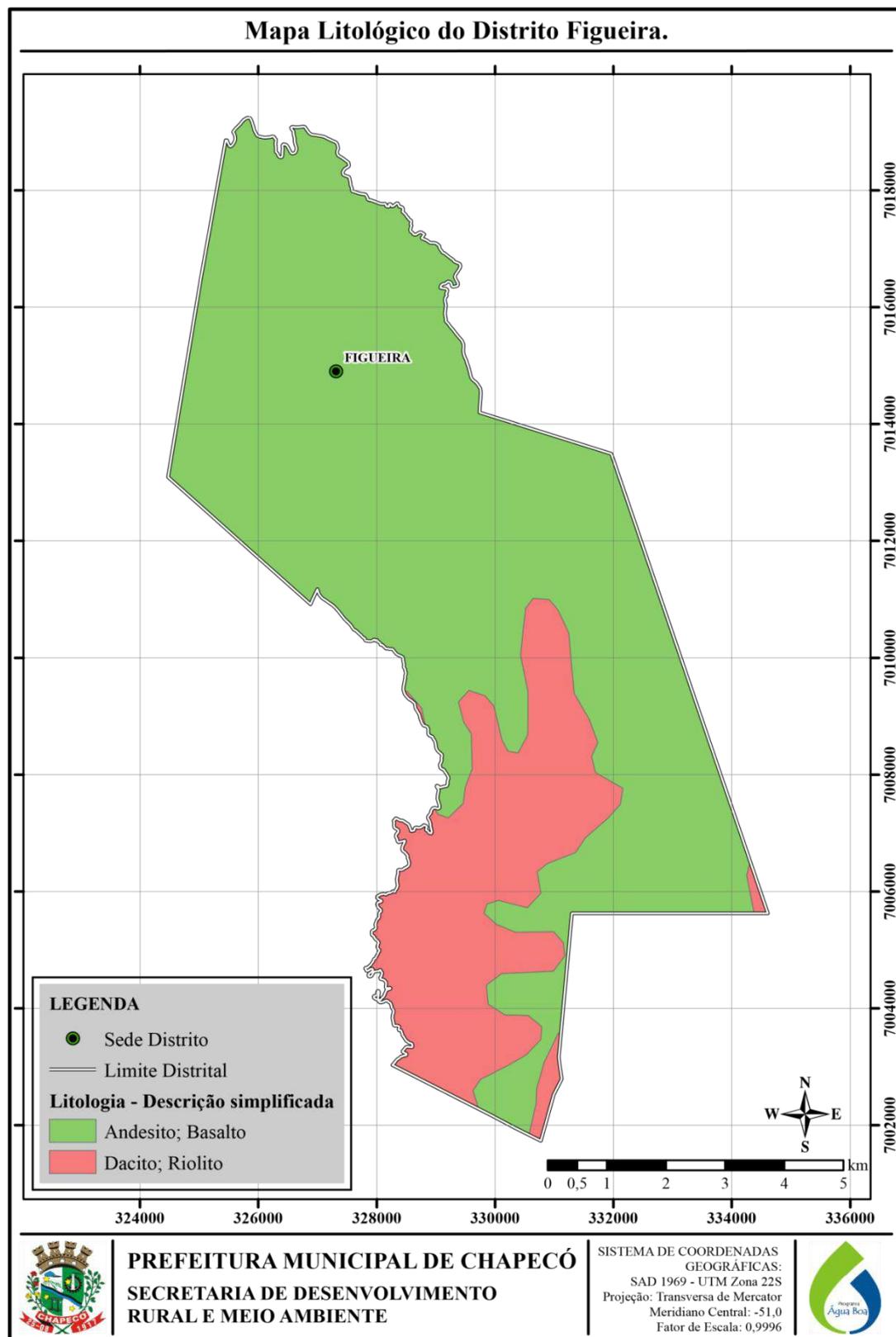
Anexo 2A – Litologia do Distrito Sede



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



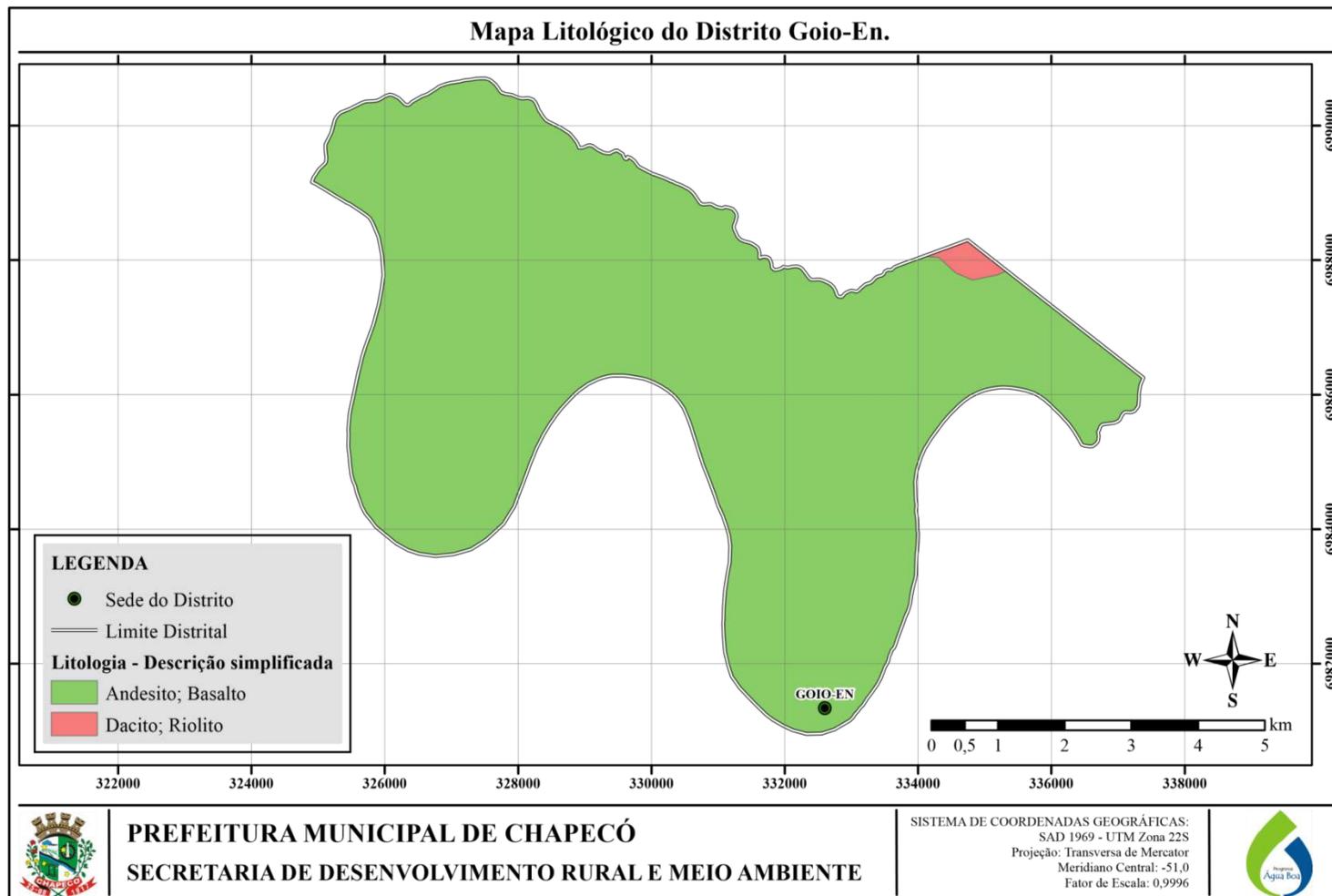
Anexo 2B – Litologia do Distrito Figueira



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



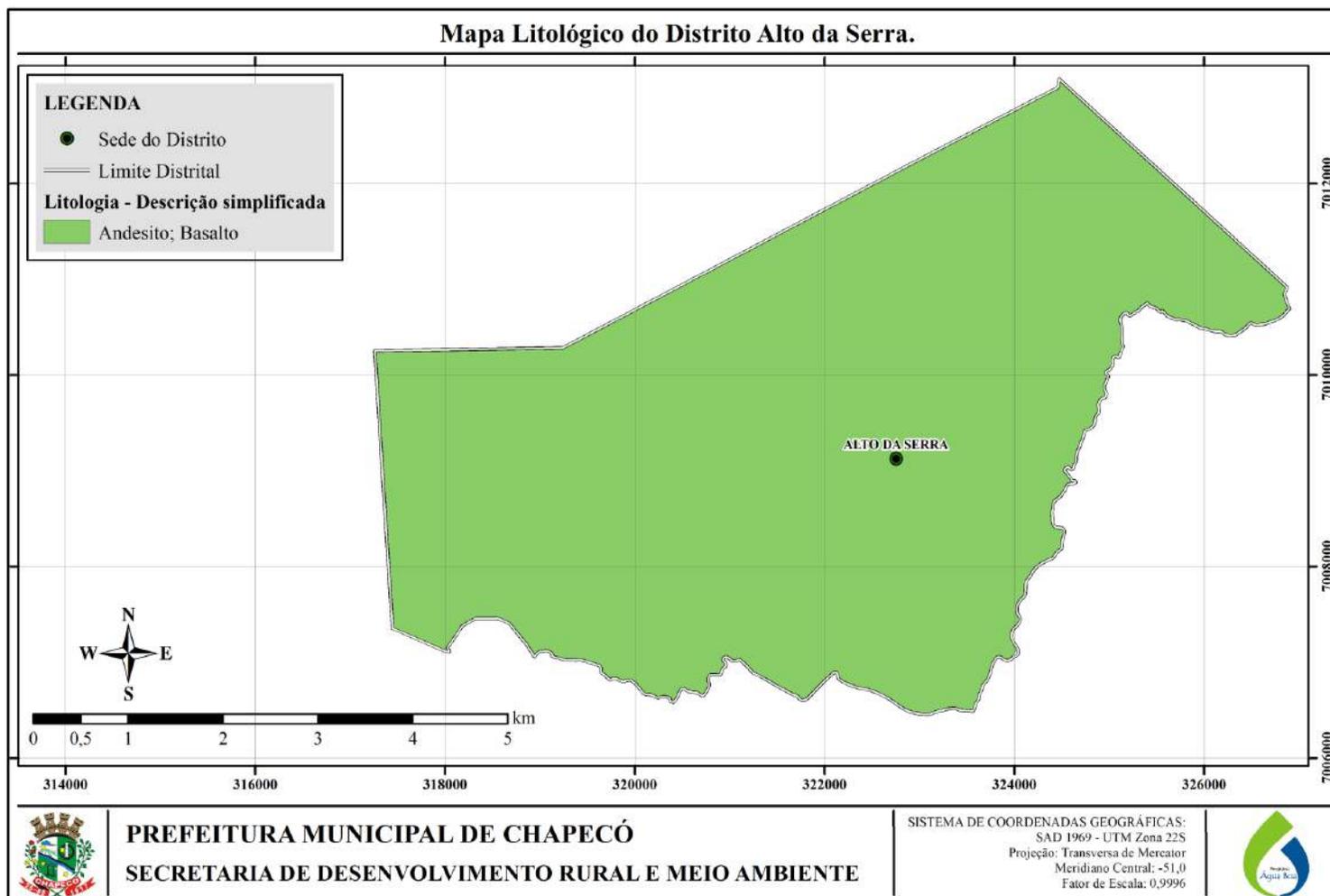
Anexo 2C – Litologia do Distrito Goio-En



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



Anexo 2D – Litologia do Distrito Alto da Serra

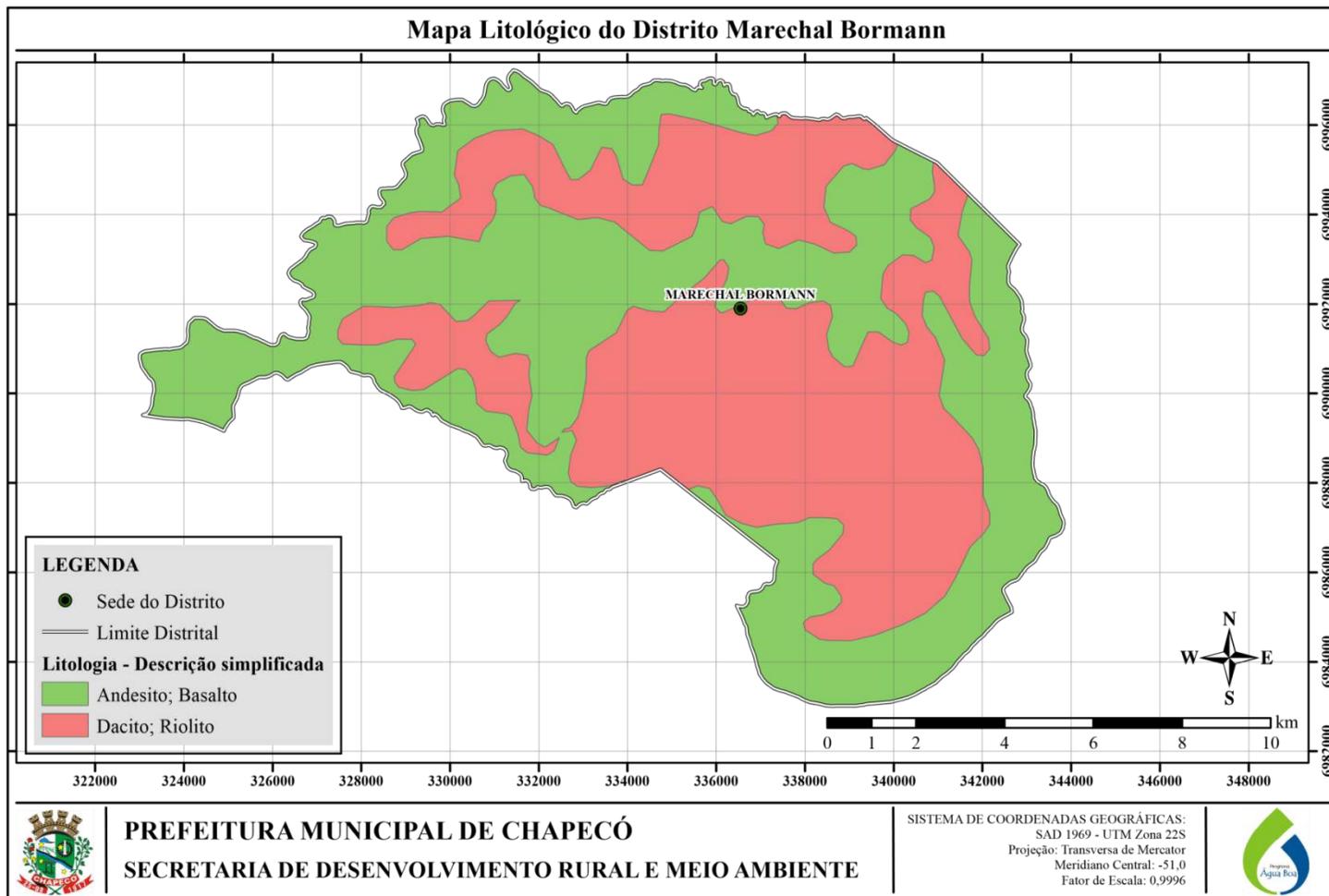


Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural

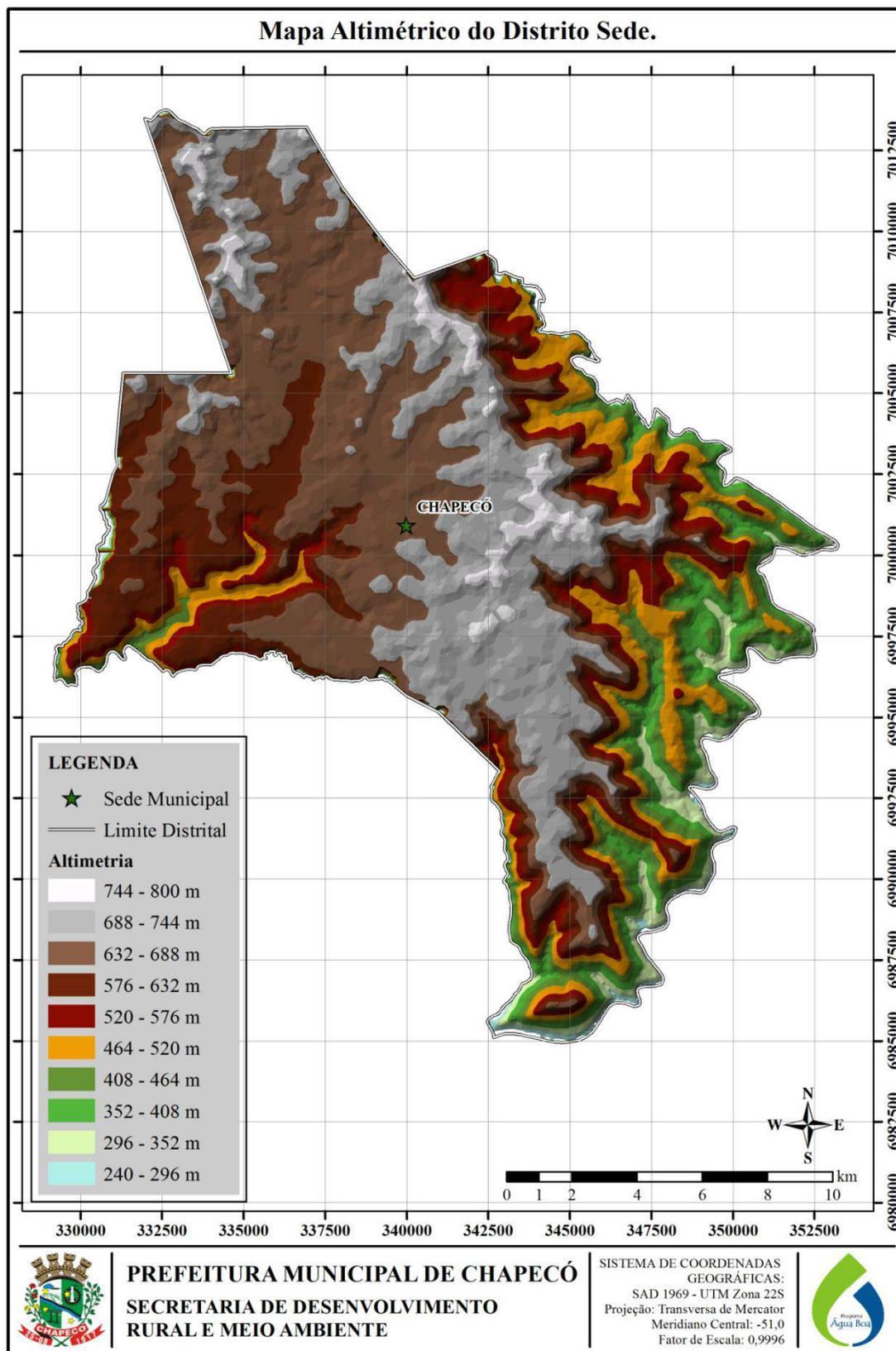
Anexo 2E – Litologia do Distrito Marechal Bormann



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



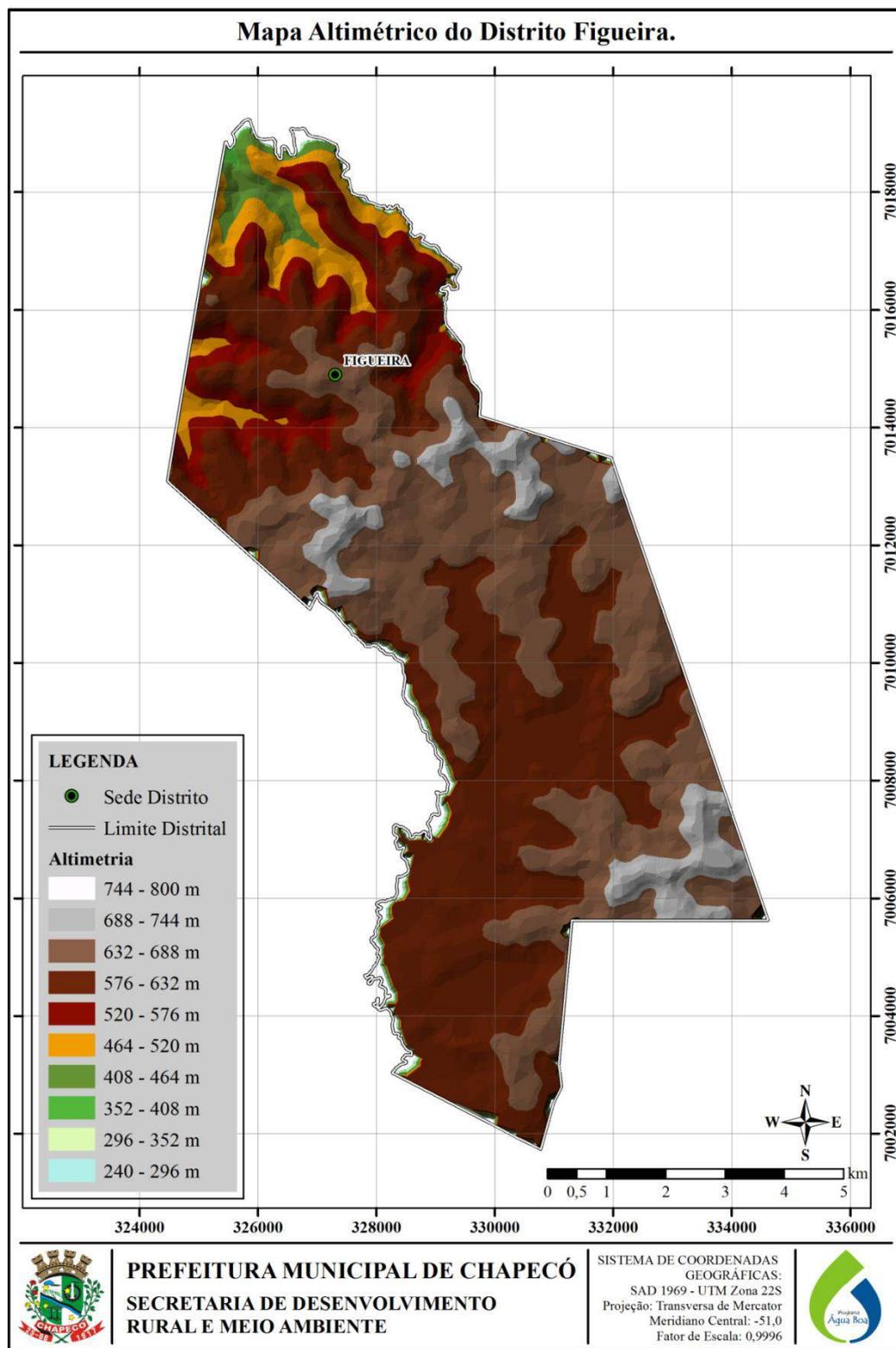
Anexo 3A – Altimetria do Distrito Sede



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



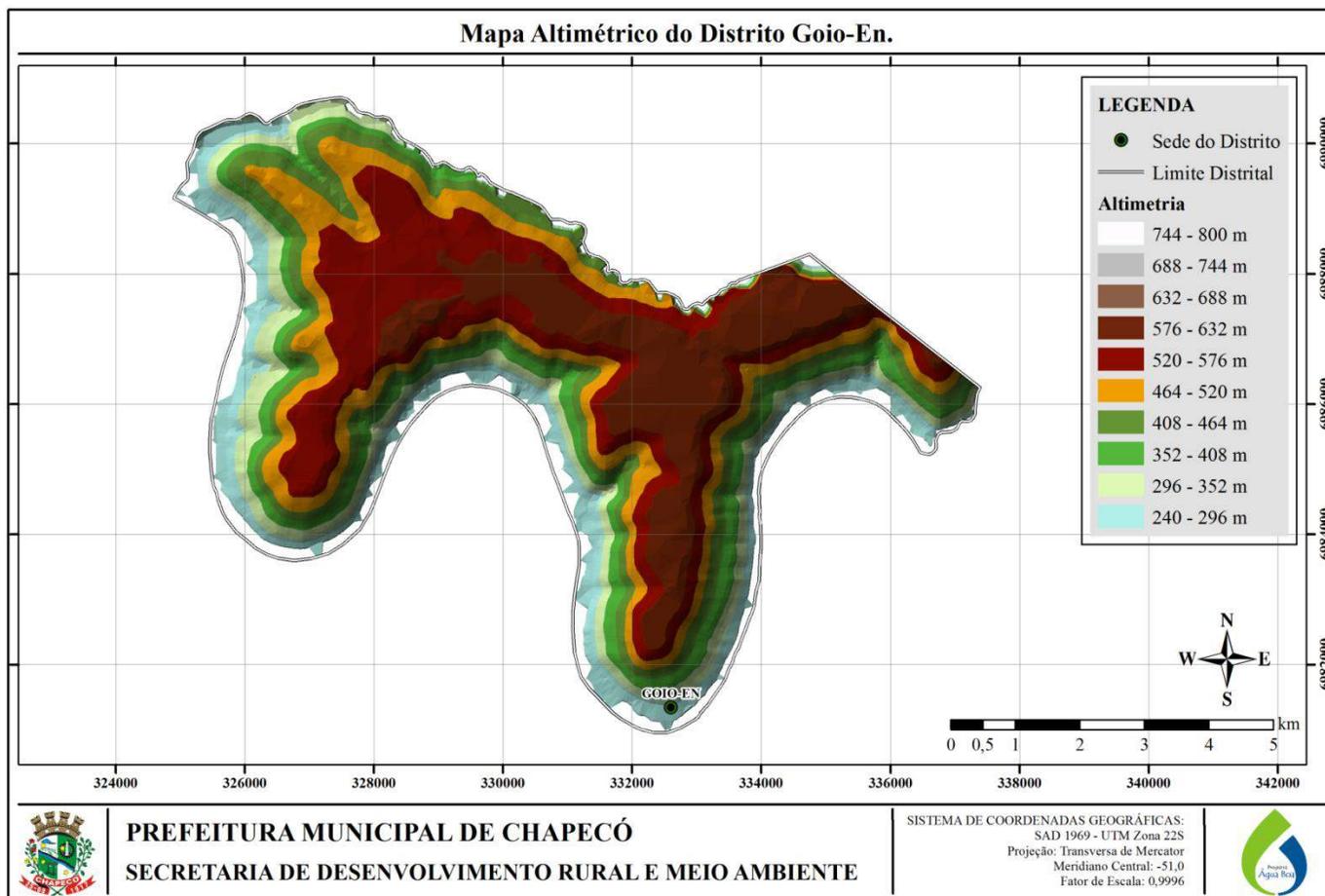
Anexo 3B – Altimetria do Distrito Figueira



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural de Meio Ambiente.



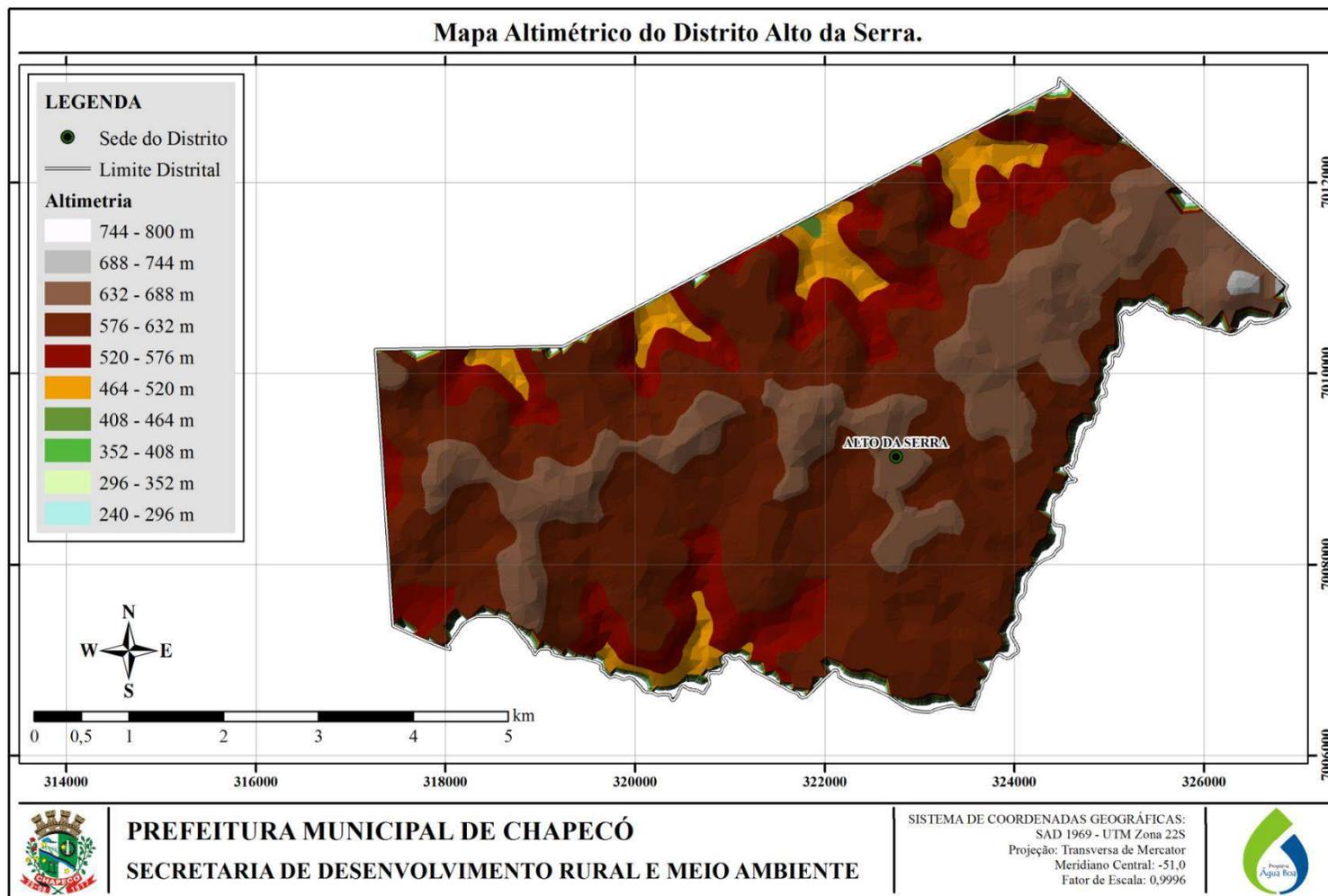
Anexo 3C – Altimetria do Distrito Goio-En



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



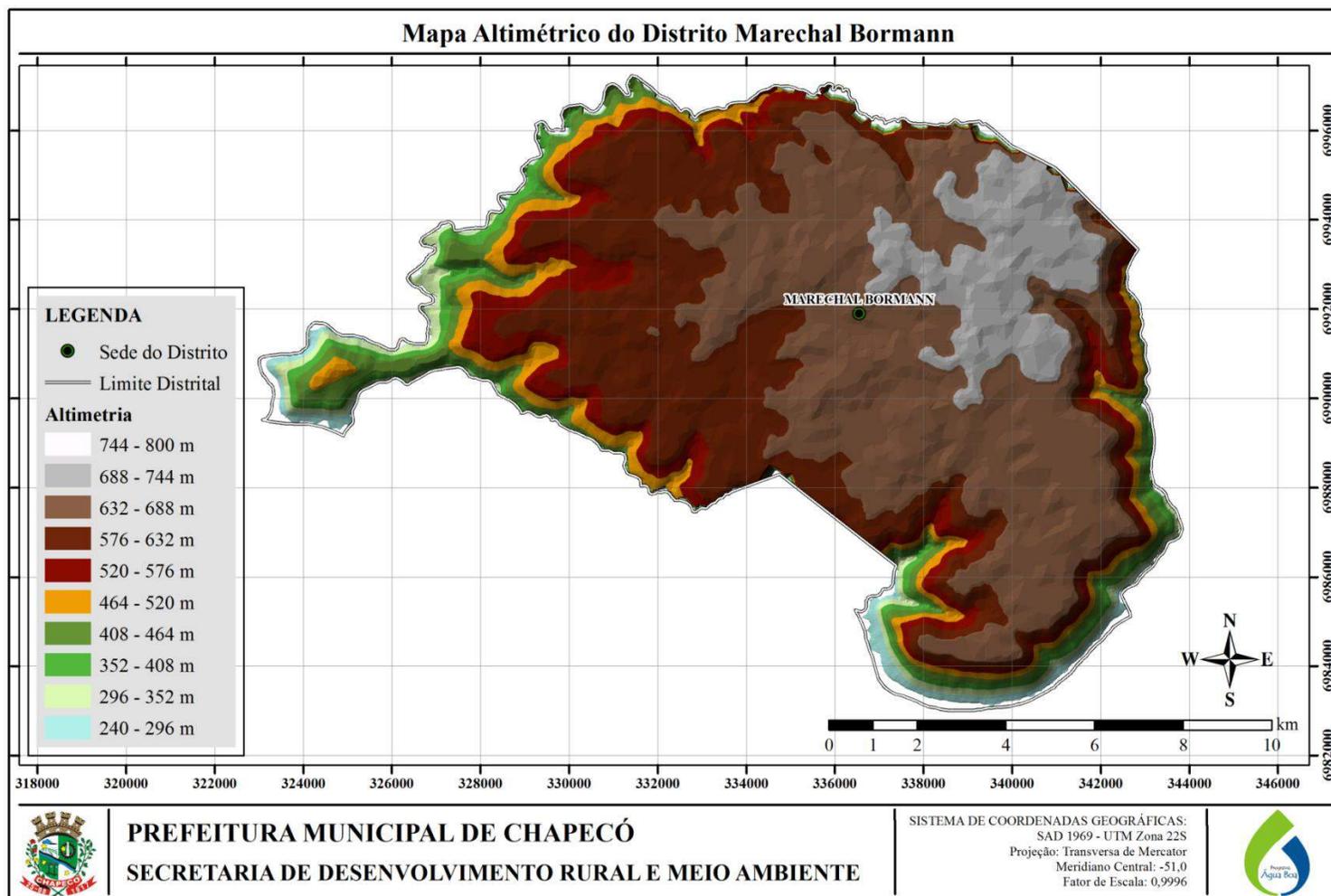
Anexo 3D – Altimetria do Distrito Alto da Serra



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



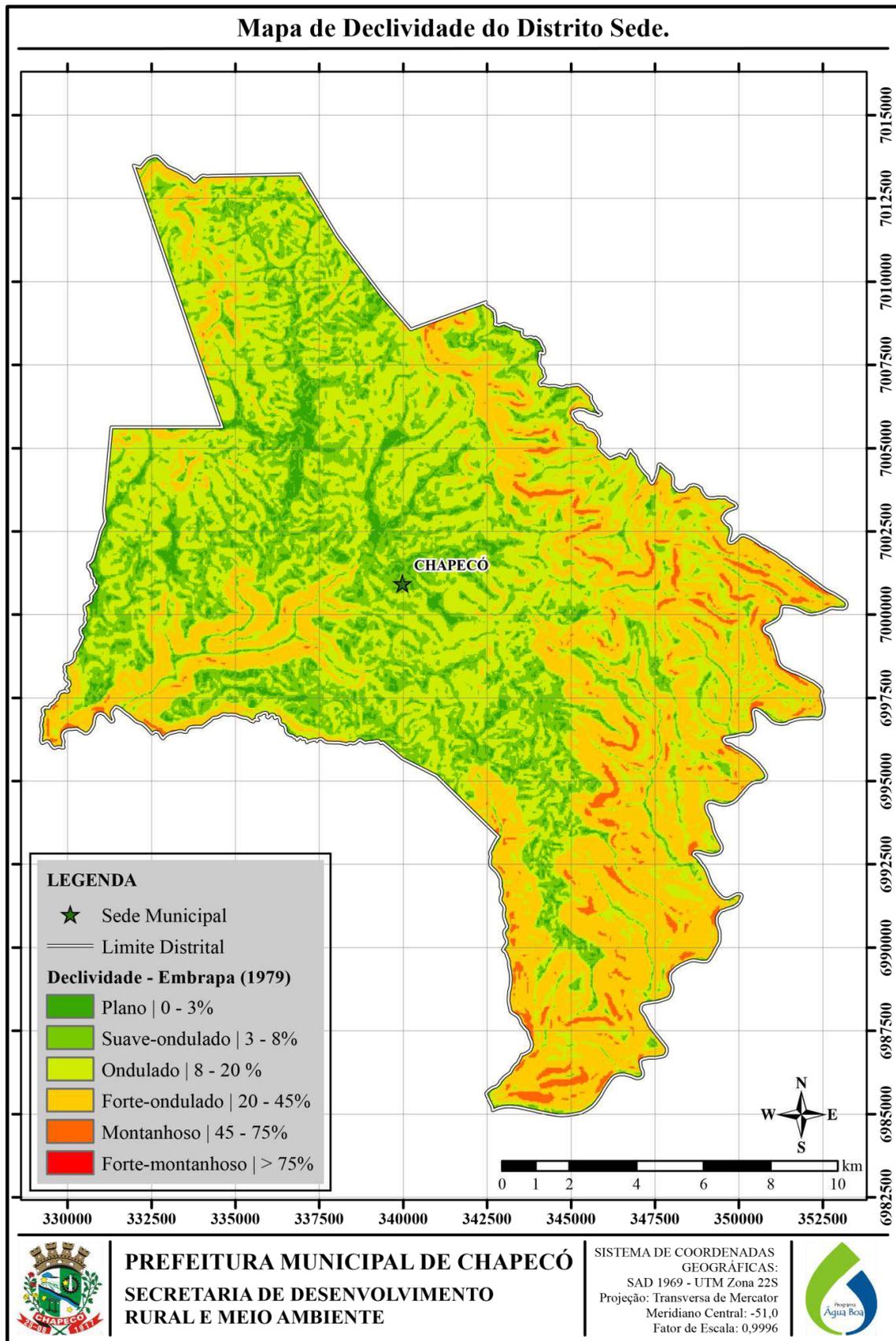
Anexo 3E – Altimetria do Distrito Marechal Bormann



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



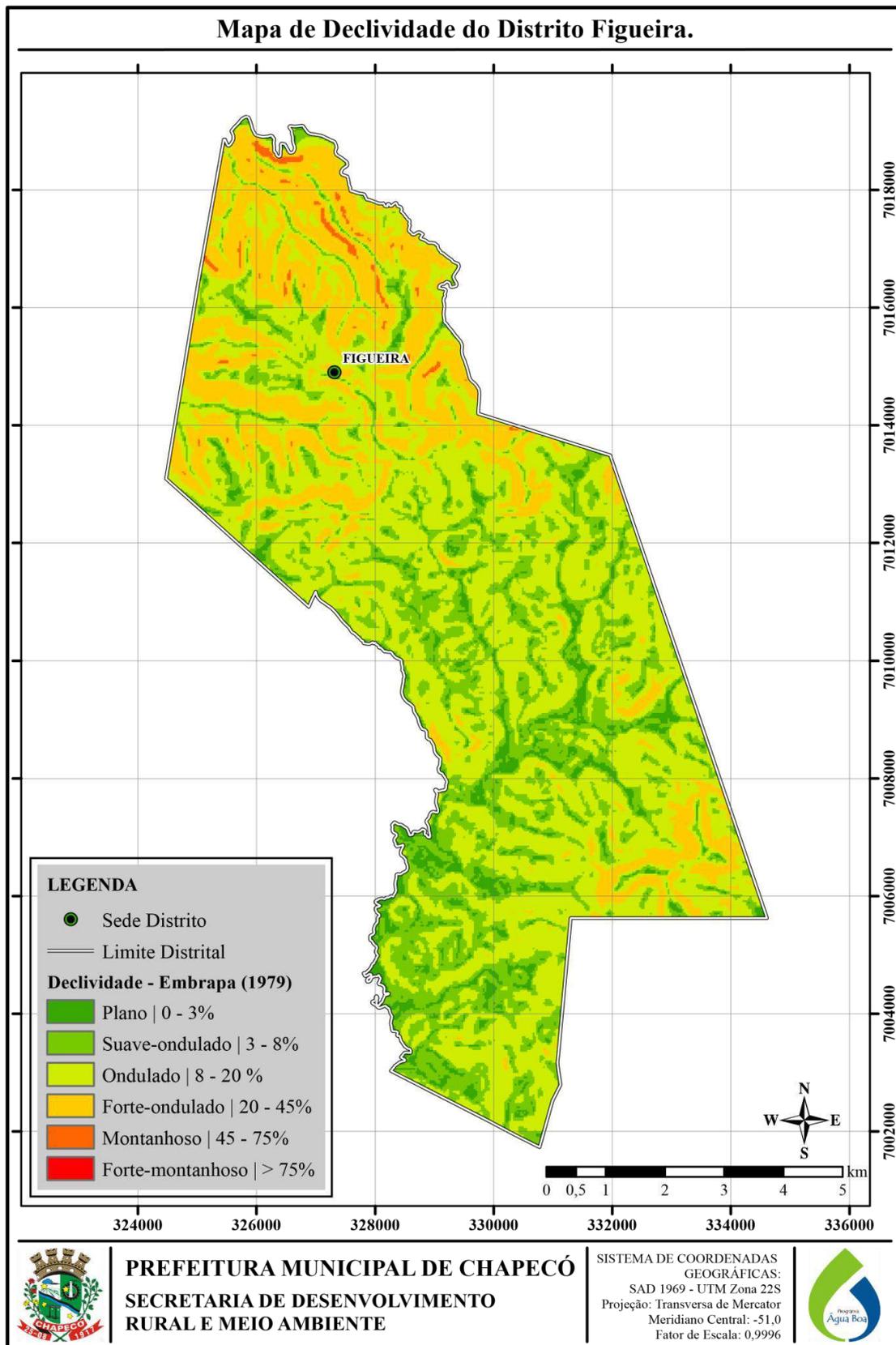
Anexo 4A – Declividade do Distrito Sede



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



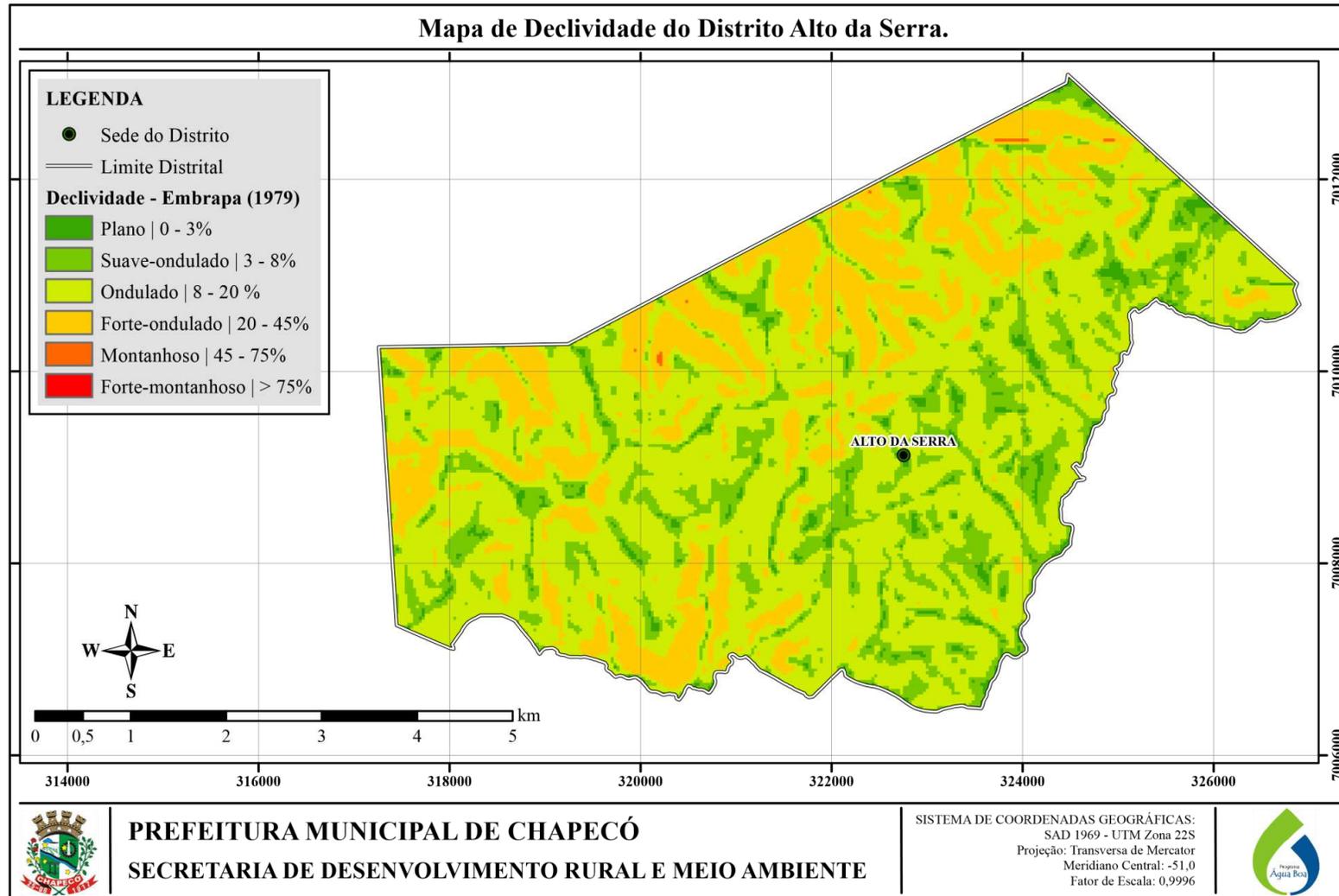
Anexo 4B – Declividade do Distrito Figueira



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



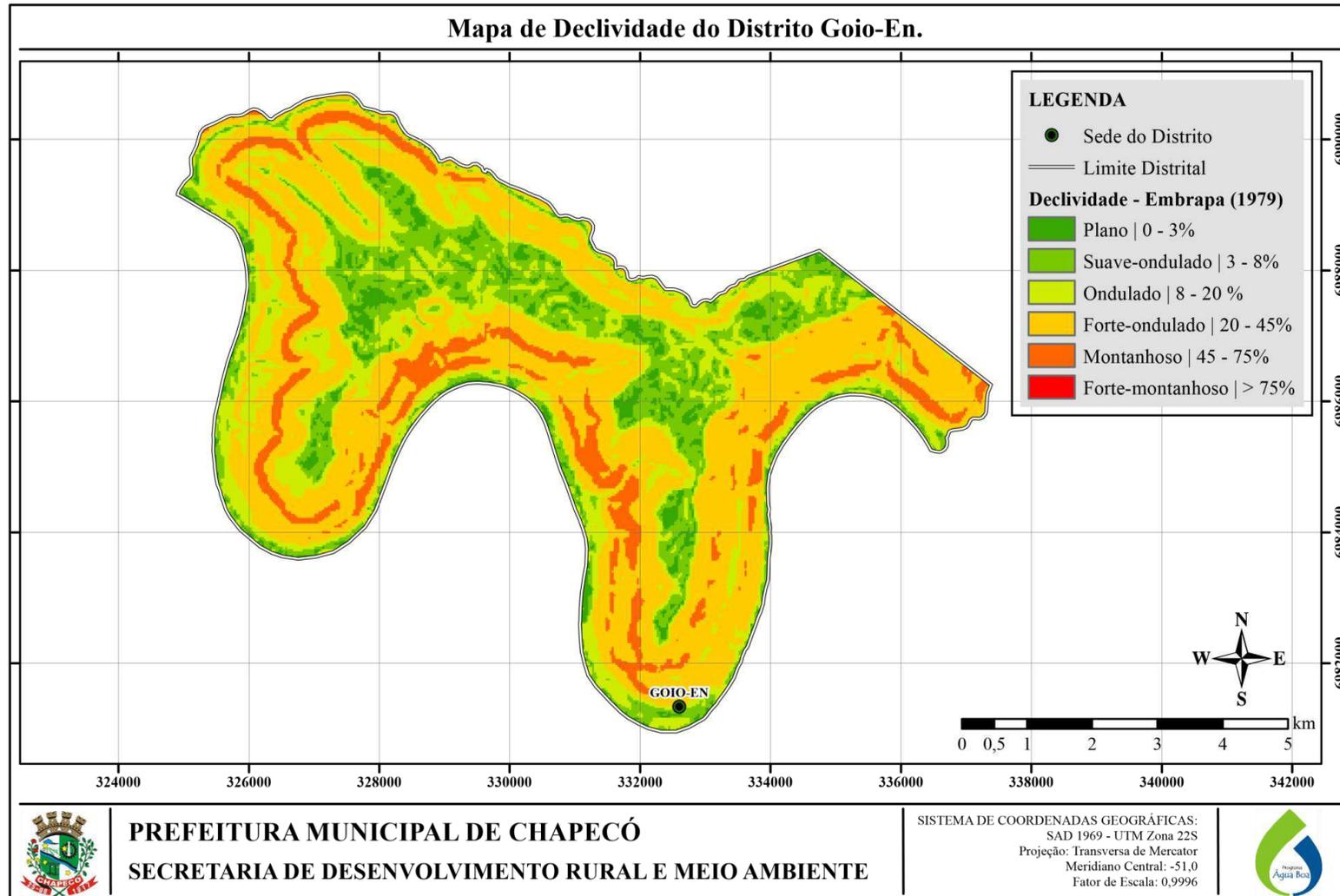
Anexo 4C – Declividade do Distrito Alto da Serra



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



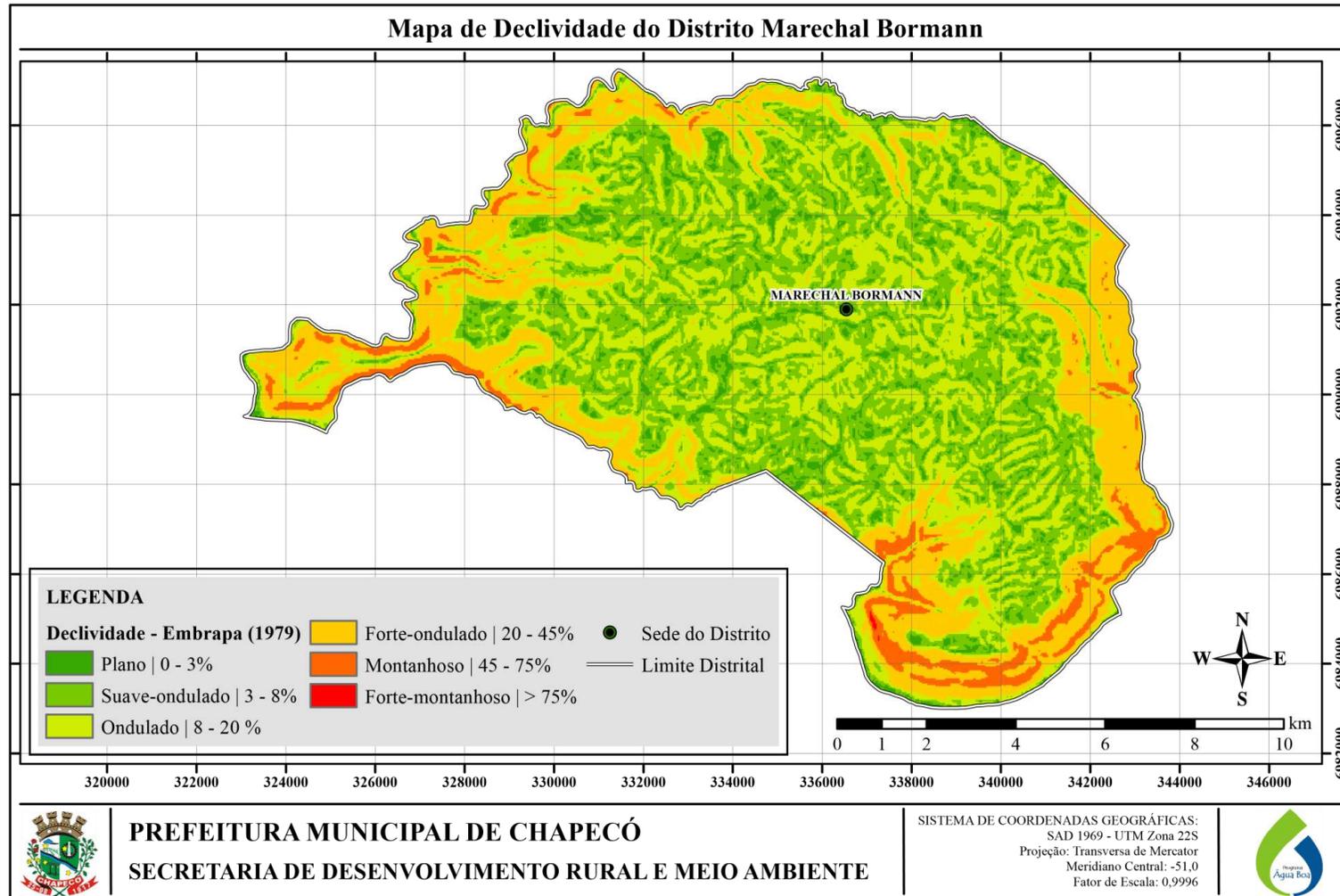
Anexo 4D – Declividade do Distrito Goio-En



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



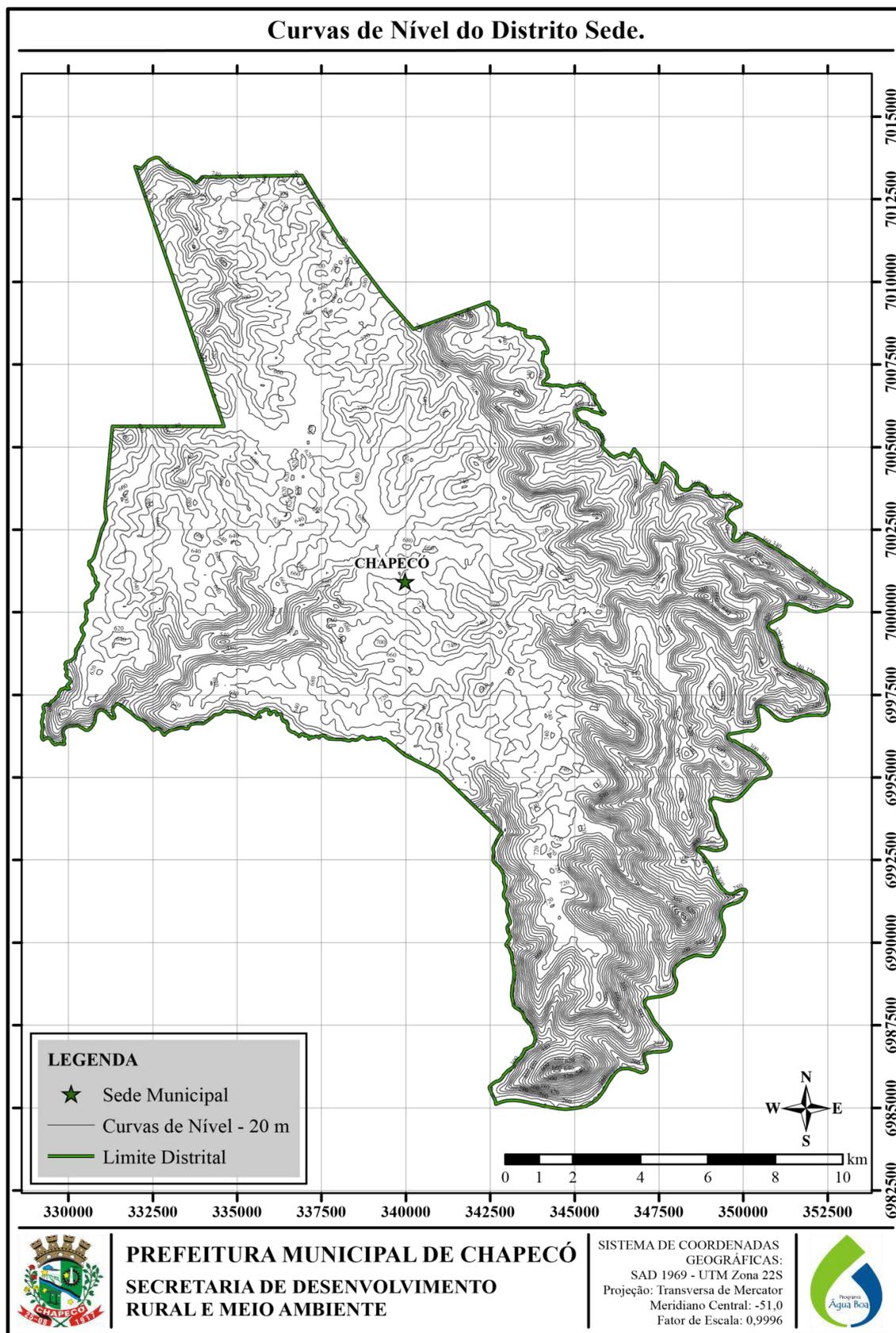
Anexo 4E – Declividade do Distrito Marechal Bormann



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



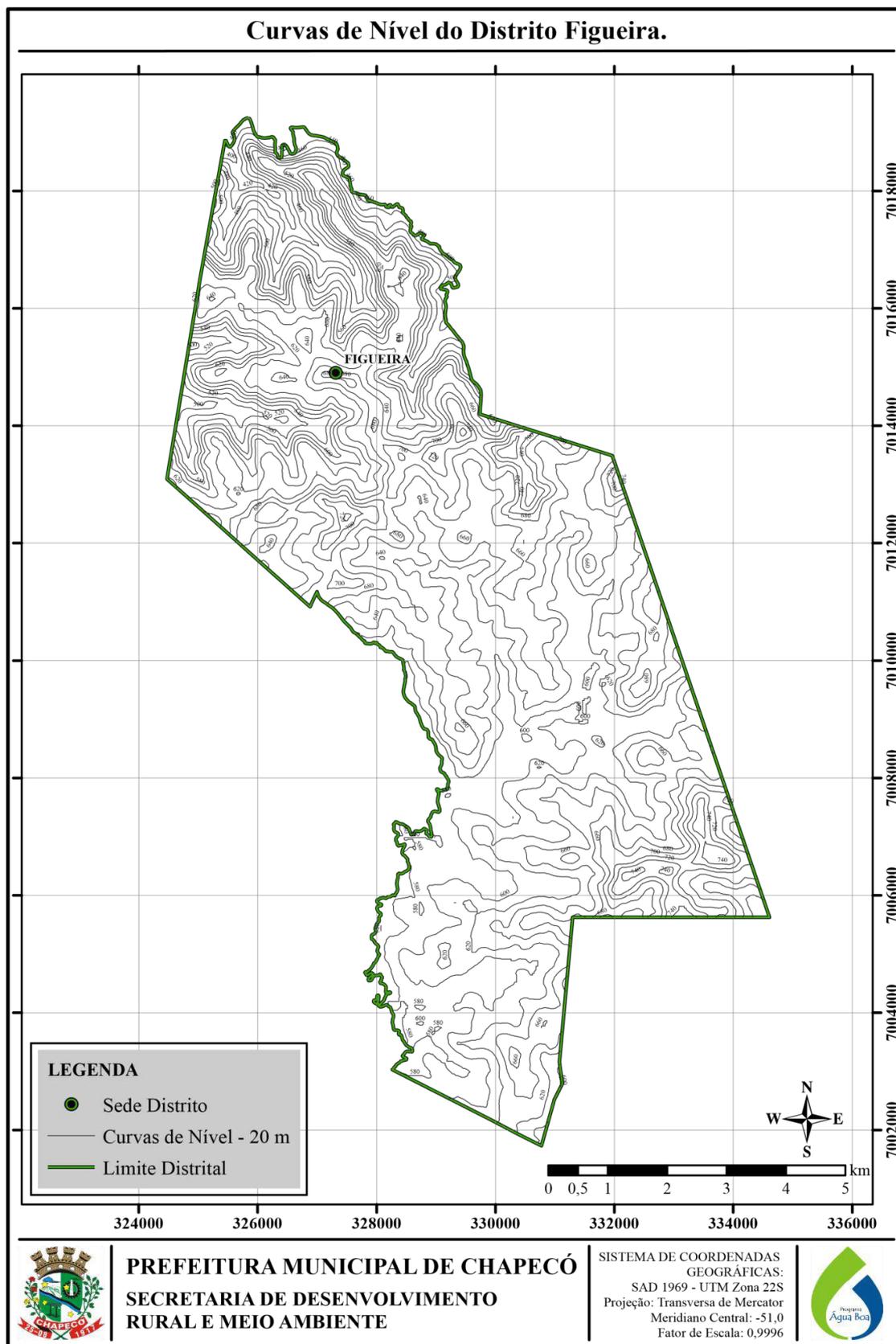
Anexo 5A – Curvas de Nível do Distrito Sede



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



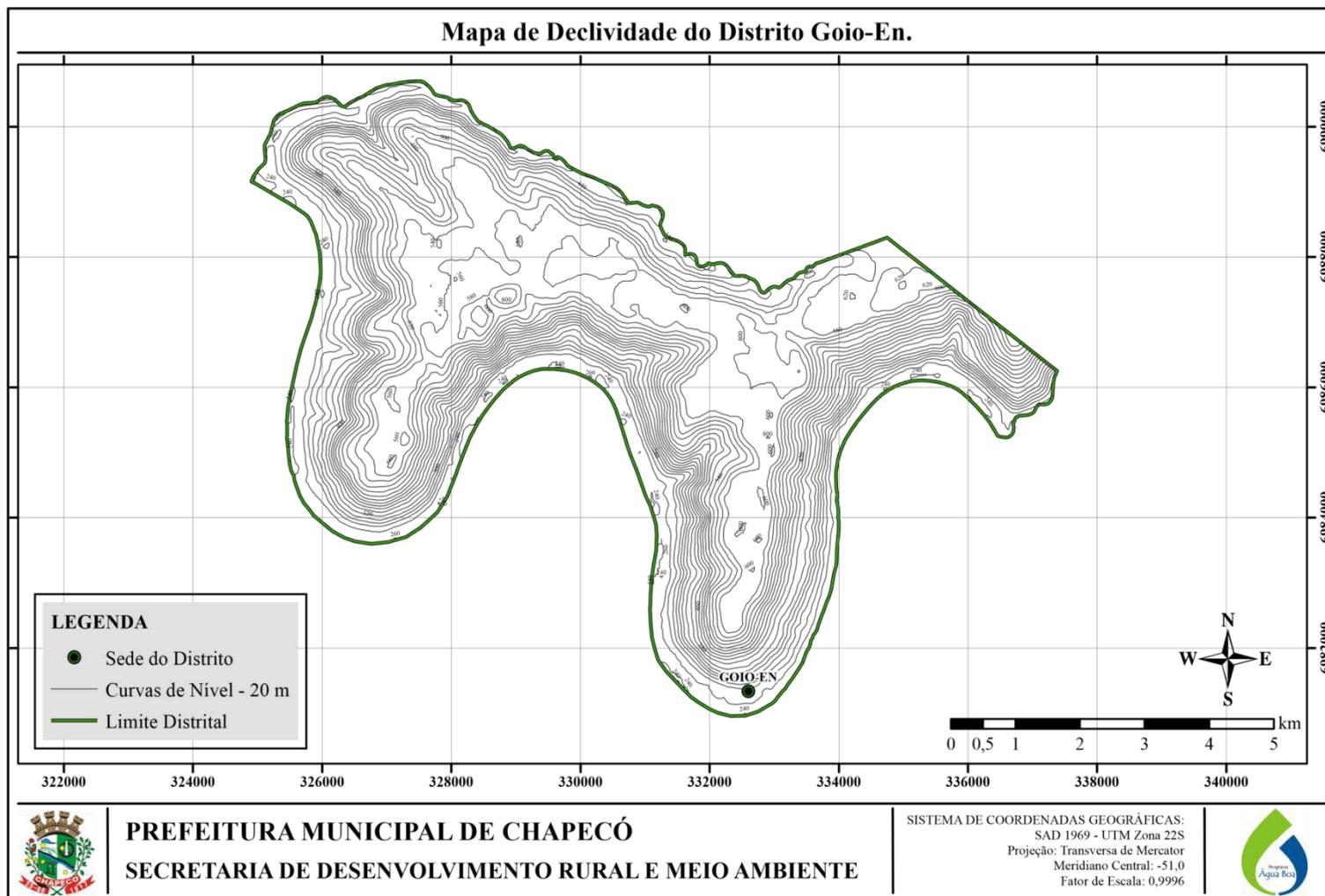
Anexo 5B – Curvas de Nível do Distrito Figueira



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



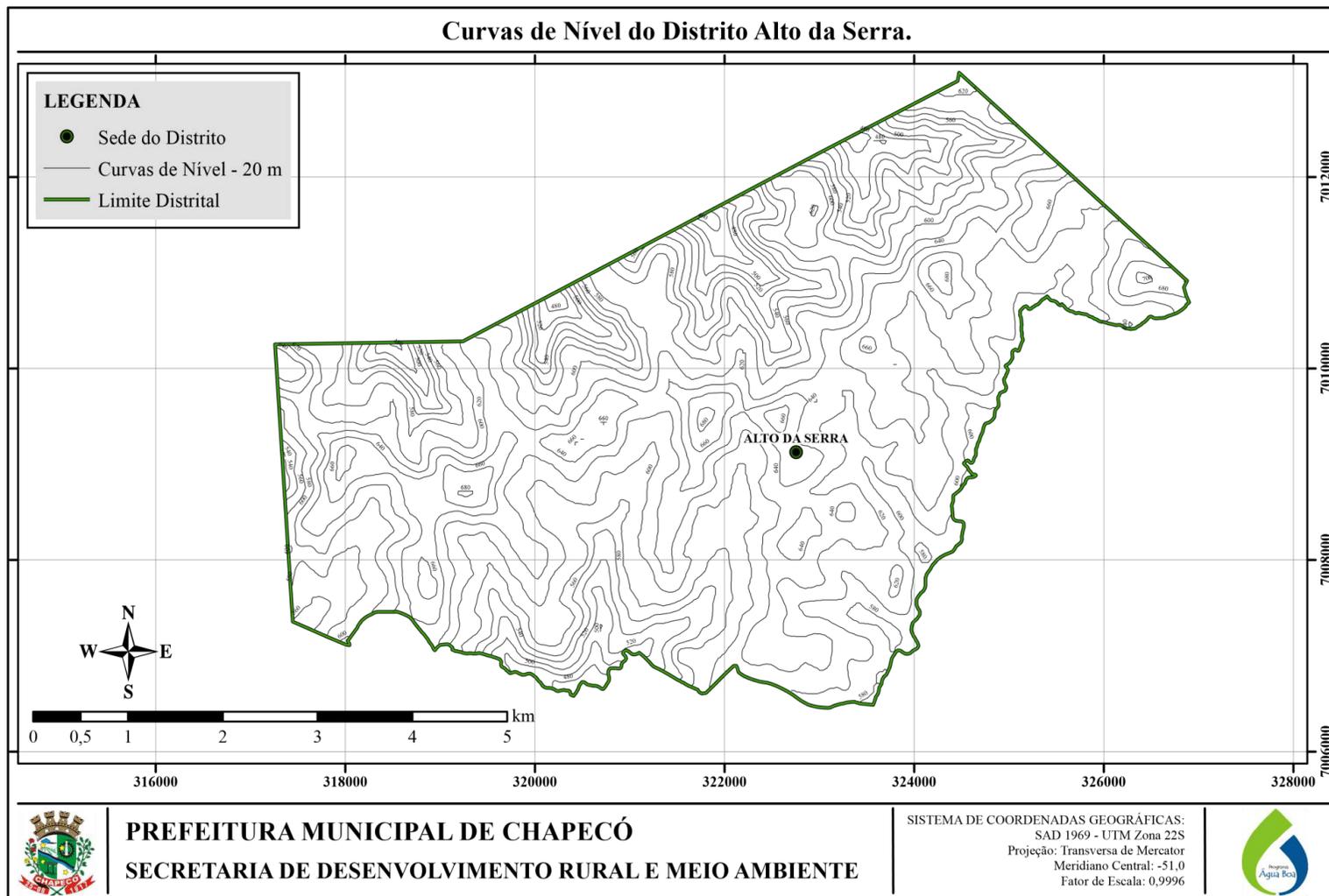
Anexo 5C – Curvas de Nível do Distrito Goio-En



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



Anexo 5D – Curvas de Nível do Distrito Alto da Serra

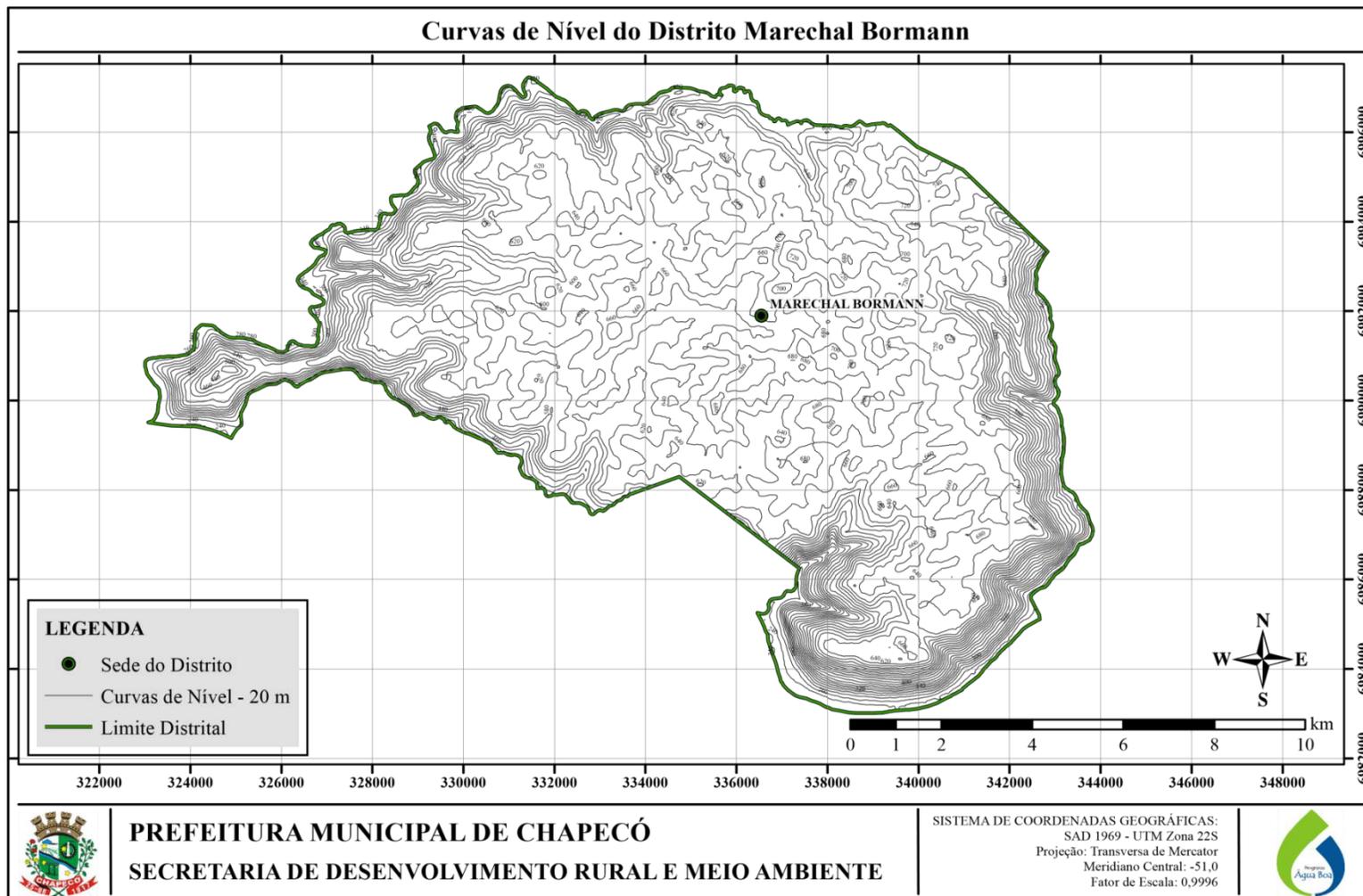


Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural

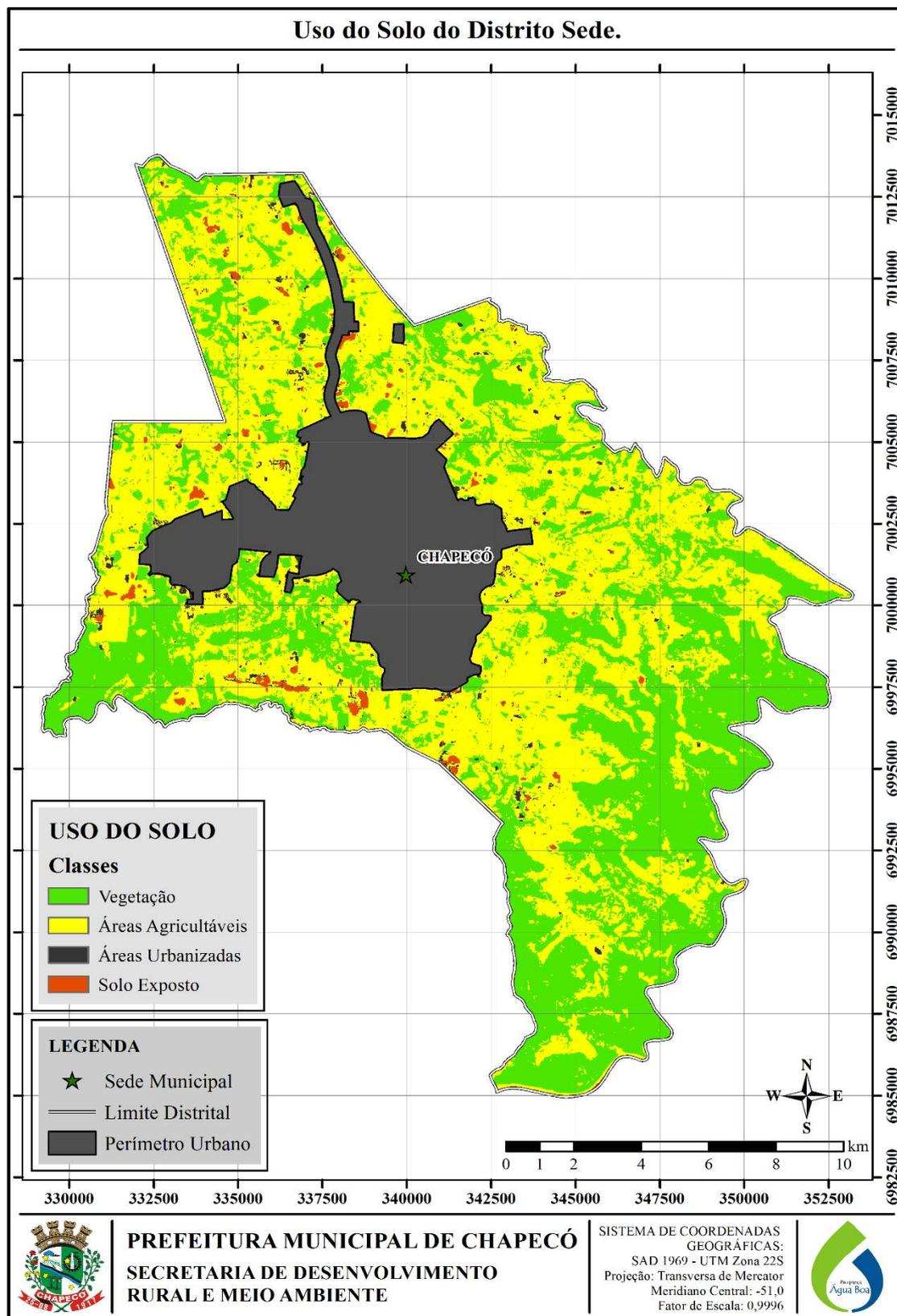
Anexo 5E – Curvas de Nível do Distrito Marechal Bormann



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



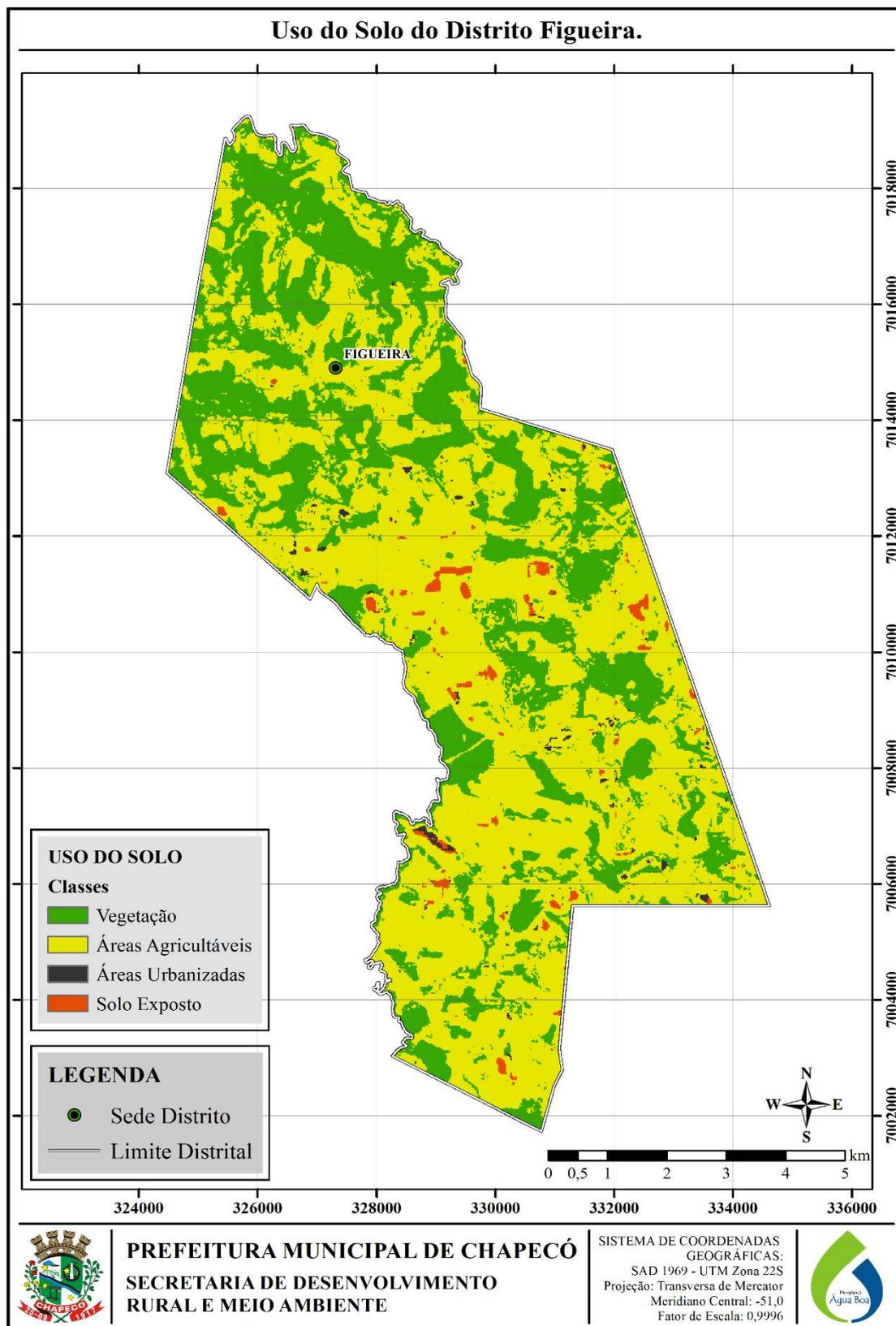
Anexo 6A – Uso do Solo no Distrito Sede



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



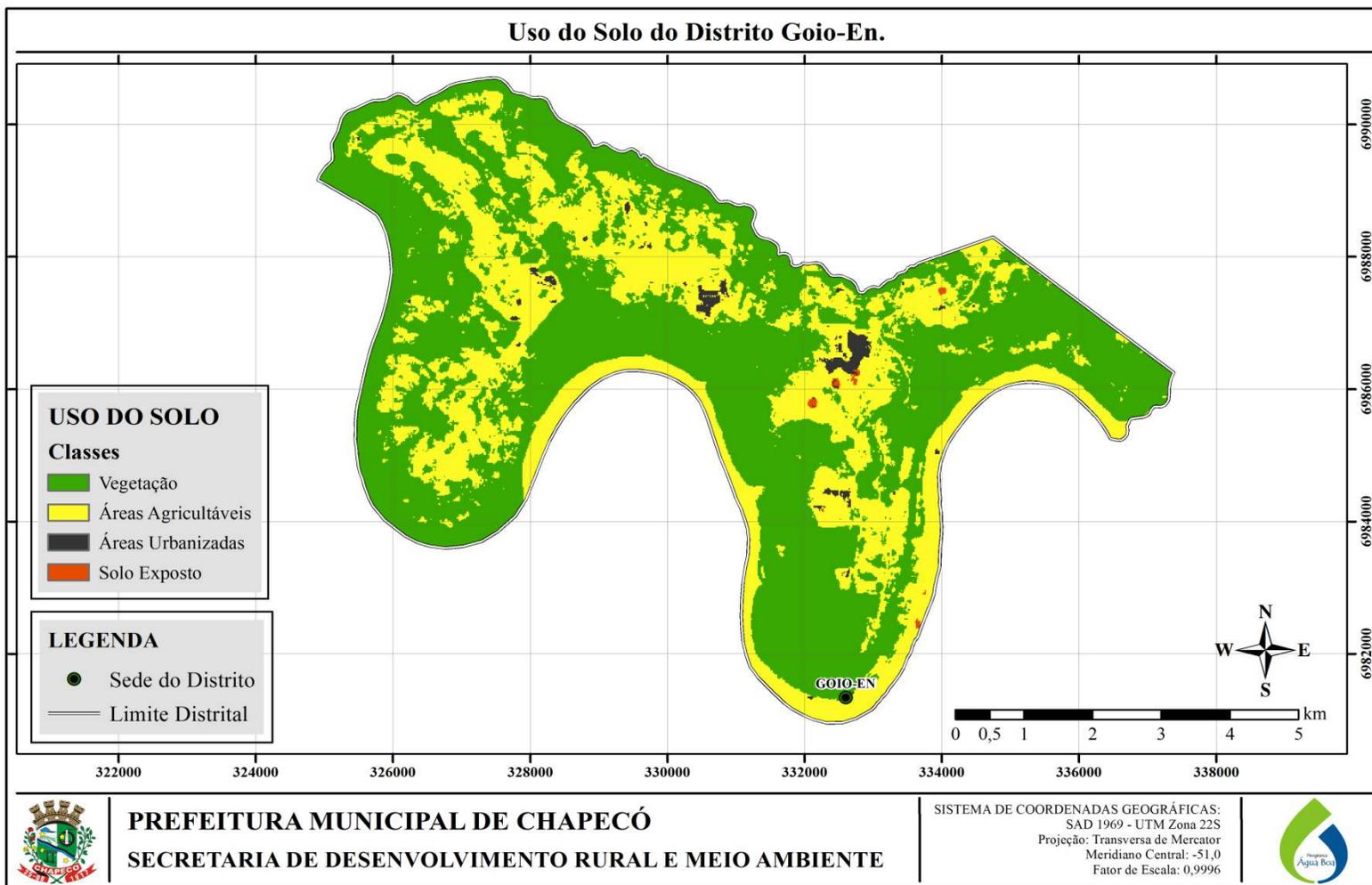
Anexo 6B – Uso do Solo no Distrito Figueira



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



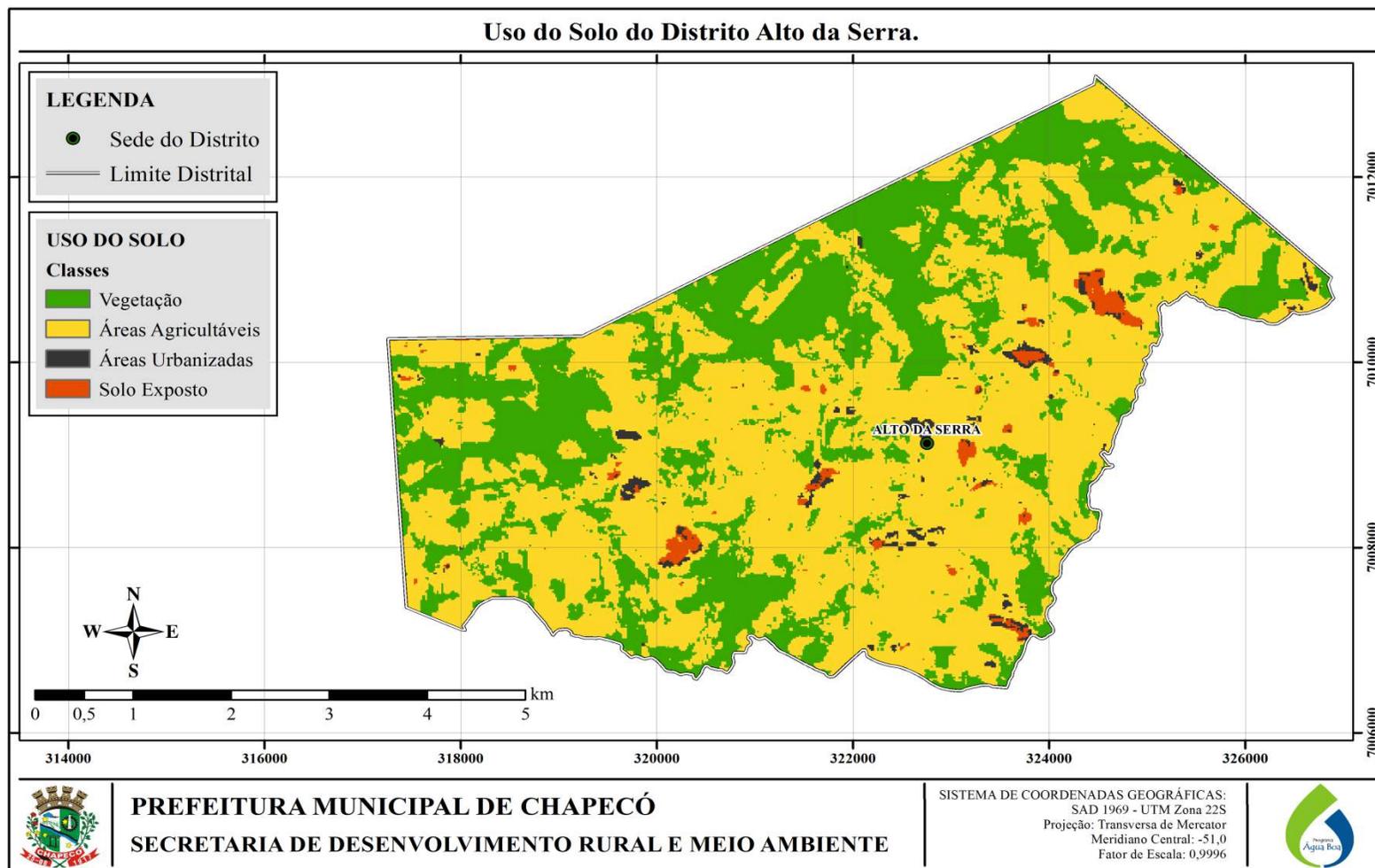
Anexo 6C – Uso do Solo no Distrito Goio-En



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



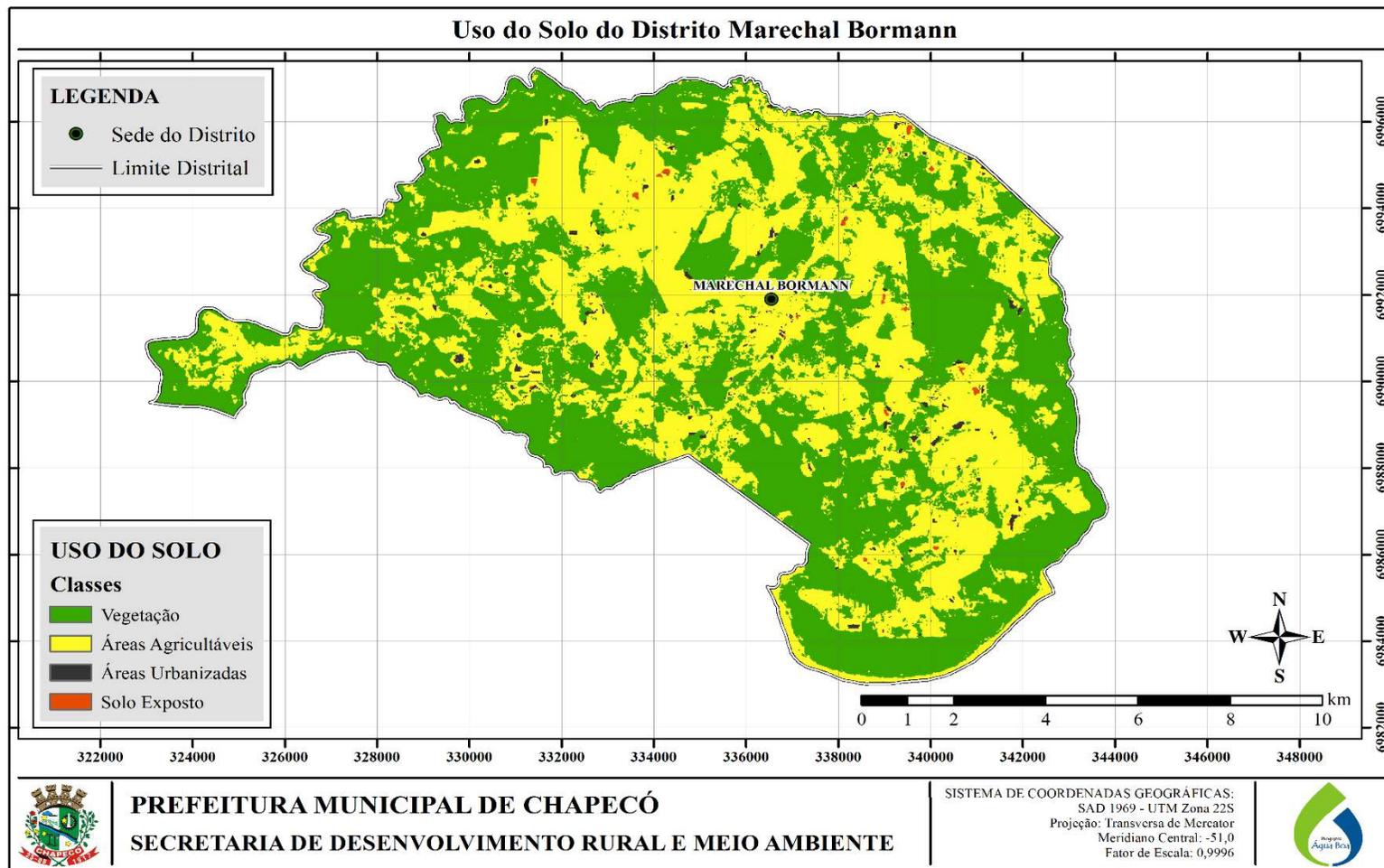
Anexo 6D – Uso do Solo no Distrito Alto da Serra



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



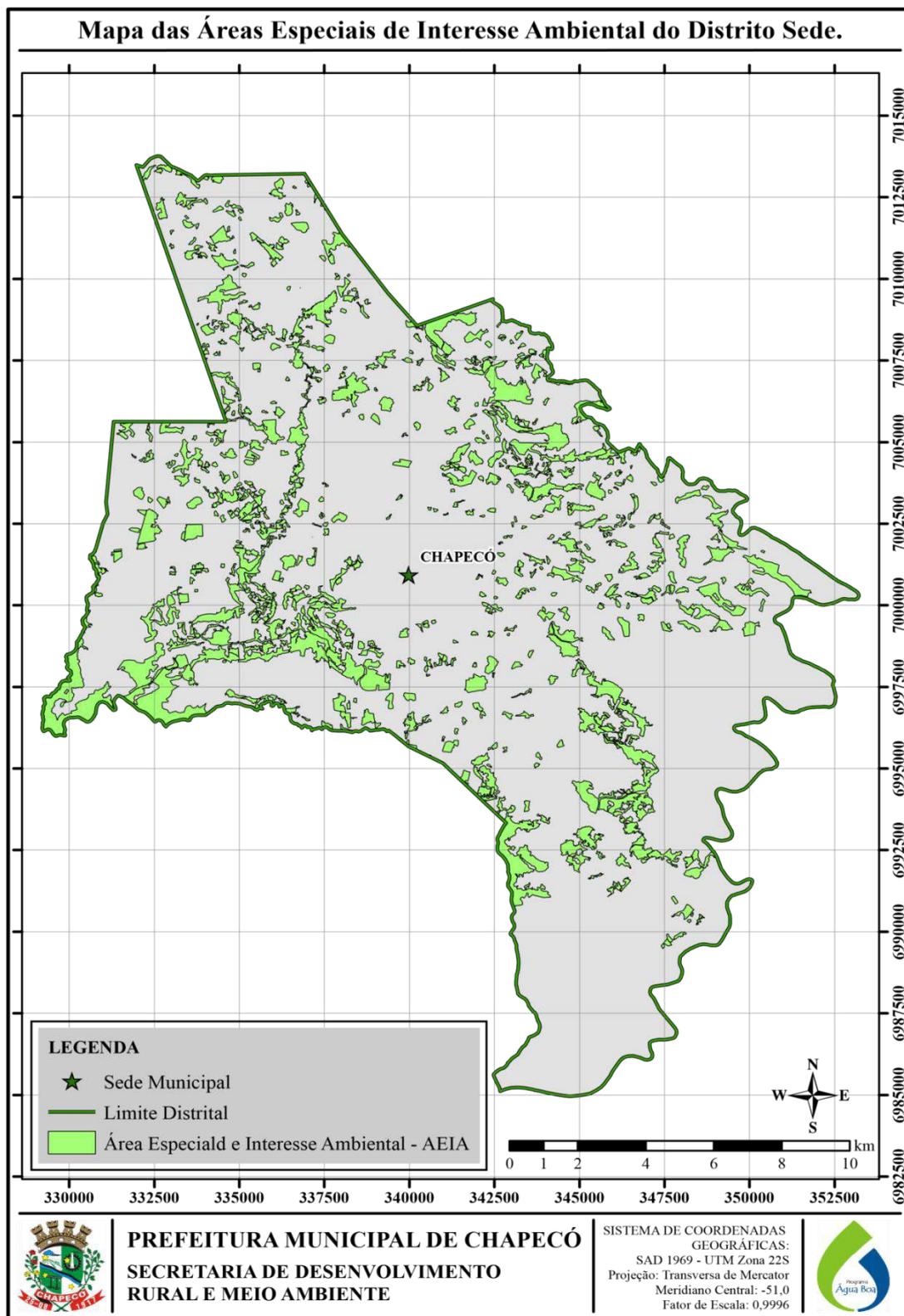
Anexo 6E – Uso do Solo no Distrito Marechal Bormann



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



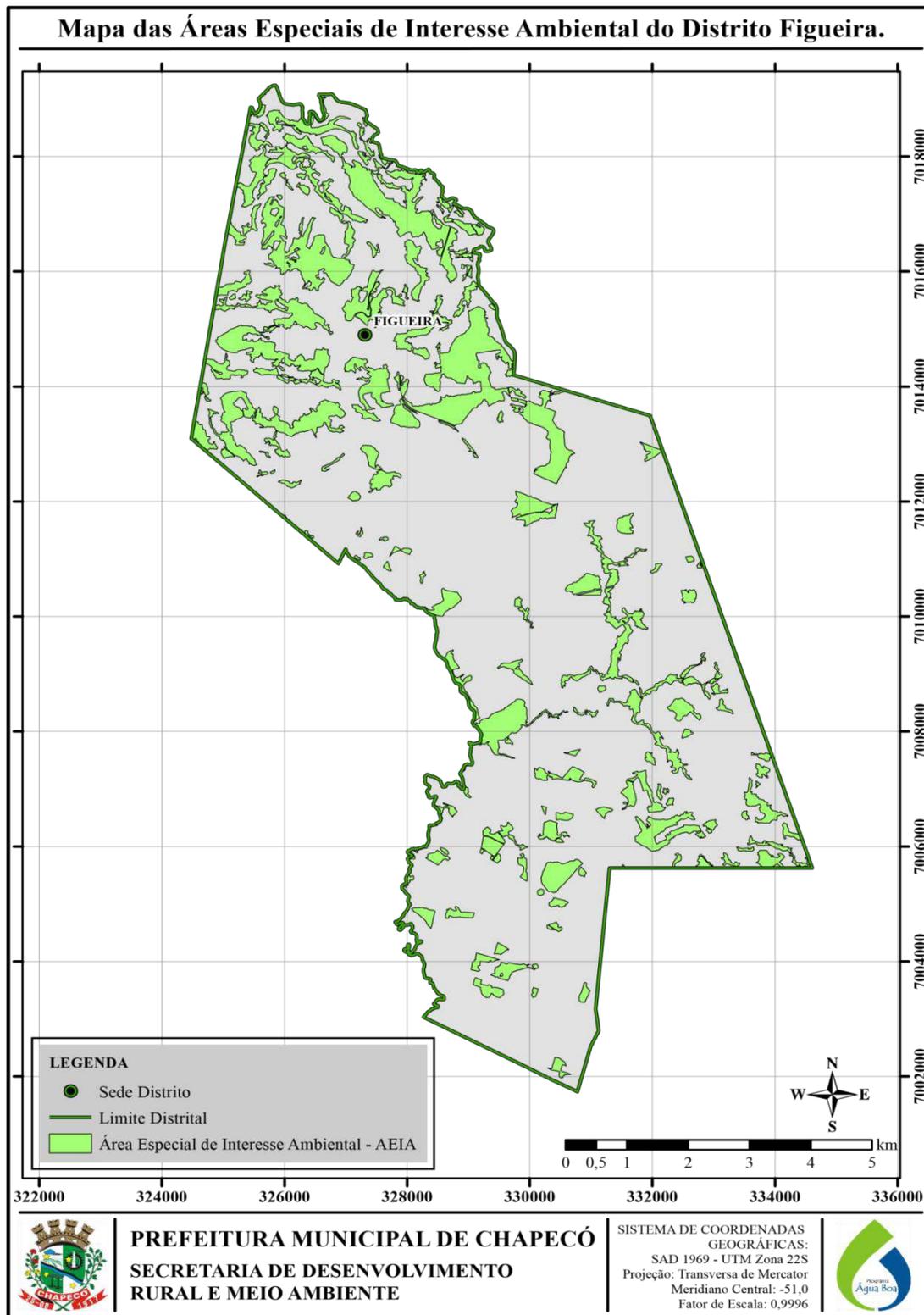
Anexo 7A – Áreas Especiais de Interesse Ambiental do Distrito Sede



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



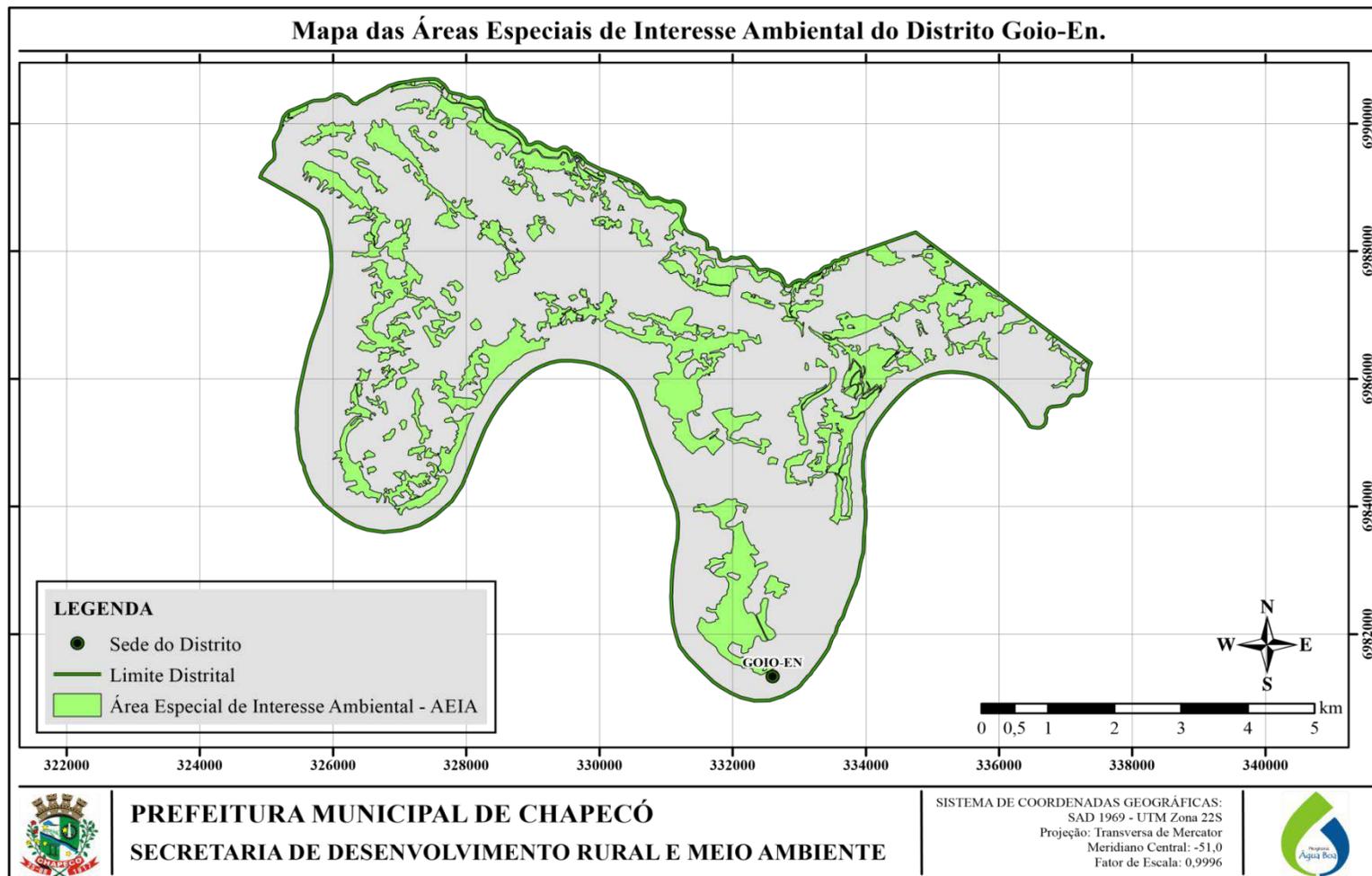
Anexo 7B – Áreas Especiais de Interesse Ambiental do Distrito Sede



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



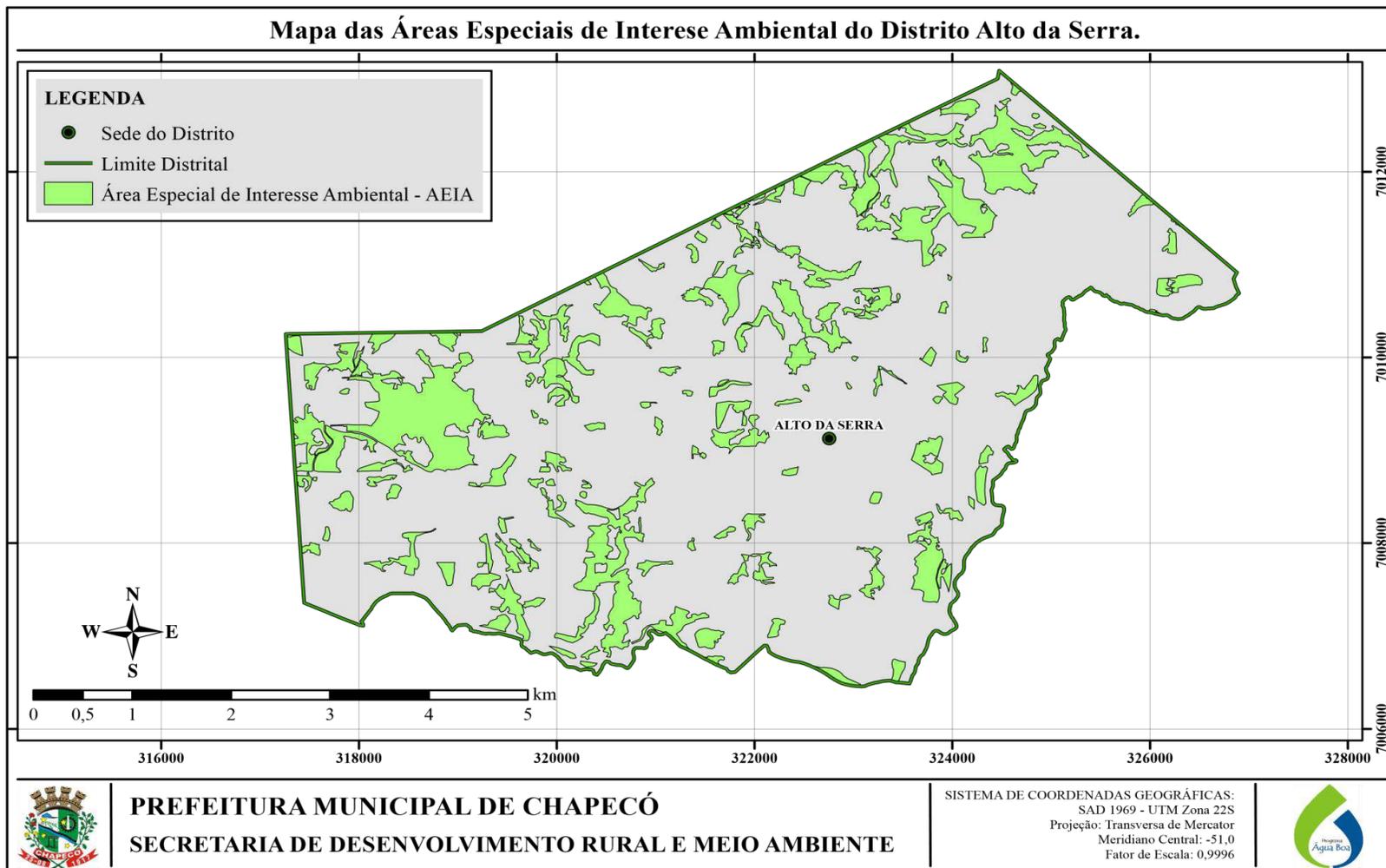
Anexo 7C – Áreas Especiais de Interesse Ambiental do Distrito Goio-En



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



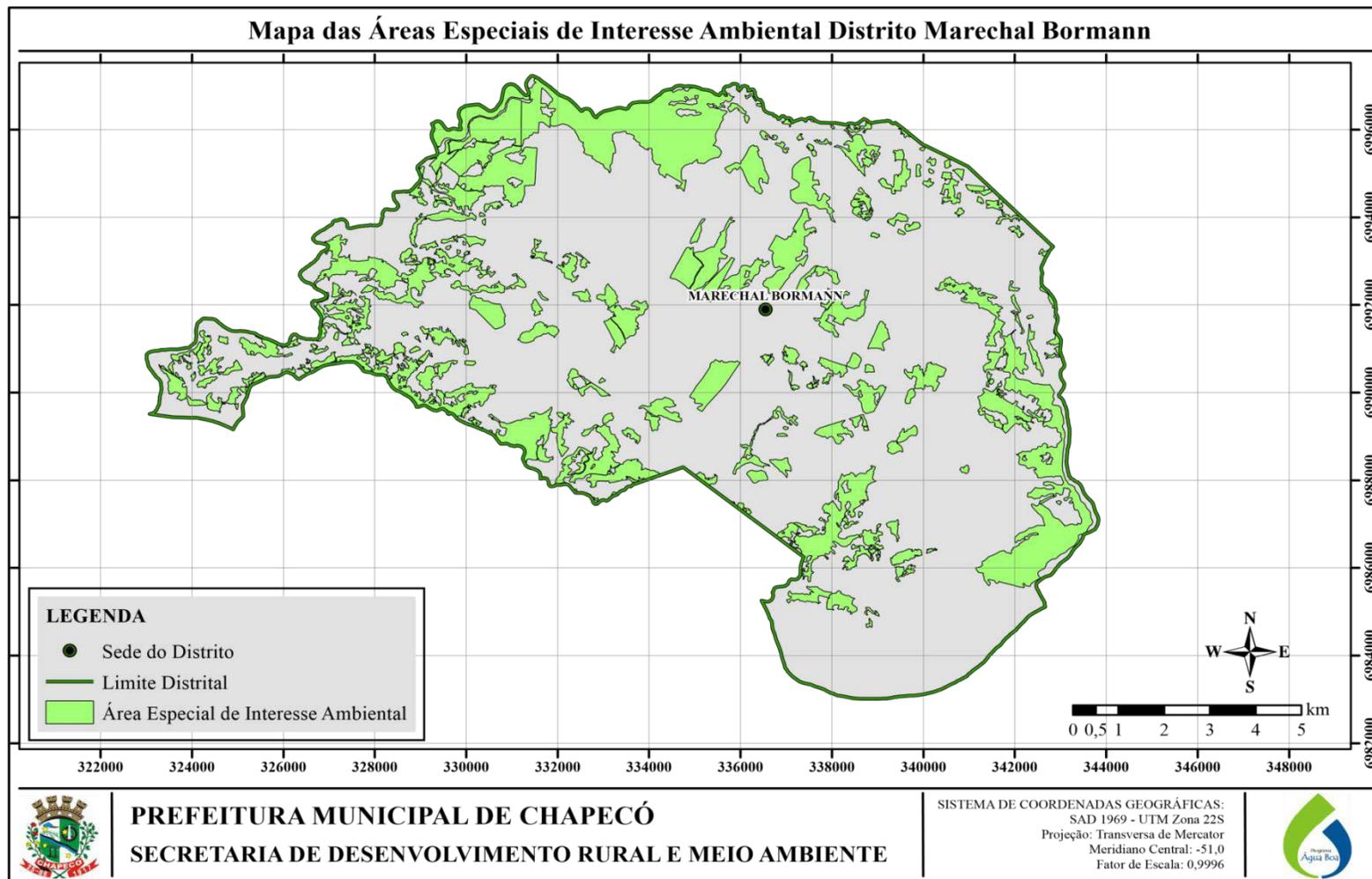
Anexo 7D – Áreas Especiais de Interesse Ambiental do Alto da Serra



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.



Anexo 7E – Áreas Especiais de Interesse Ambiental do Distrito Marechal Bormann



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural

Anexo 8 – Movimento econômico das frutíferas, período 2011 a 2015

	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
136 - Abacaxi - Unidade	0	-100	1886,16	0	1552,04	-17,71	10733,36	591,56	1145,13	-89,33
341 - Amora - Bandeja	1901,4	40,58	480	-74,76	2545,6	430,33	3091,5	21,44	75	-97,57
340 - Amora - Quilo	200	0	250	25	405	62	3141	675,56	0	-100
53 - Banana - Quilo	3655,2	100,59	13991,67	282,79	25877,47	84,95	53462,08	106,6	65867,74	23,2
263 - Banana Caixa	600	0	695	15,83	0	-100	29,5	0	362	1127,12
259 - Banana Unidade	0	0	0	0	264	0	205	-22,35	0	-100
326 - CAJU	0	-100	0	0	0	0	0	0	0	0
57 - Caqui e kiwi - Quilo	7540,95	18752,38	7082,15	-6,08	23686,17	234,45	48220,86	103,58	34282,66	-28,9
310 - Caqui e kiwi Caixa	0	-100	0	0	1156	0	1018	-11,94	845	-16,99
237 - Caqui e kiwi Unidade	0	0	0	0	60	0	674	1023,33	0	-100
107 - FRUTAS - Caixa	11016	-57,29	19252,72	74,77	3276	-82,98	537	-83,61	568,01	5,77
315 - FRUTAS Conjunto	0	0	0	0	0	0	197,5	0	286,5	45,06
174 - FRUTAS Quilo	67098,79	122,43	98258,39	46,44	67697,11	-31,1	19999,24	-70,46	9724,92	-51,37
285 - FRUTAS quilo	26695,53	410,19	31533,42	18,12	11296,25	-64,18	36109,98	219,66	28424,39	-21,28
212 - FRUTAS Unidade	12364,8	9791,84	10189,2	-17,6	678	-93,35	3275,58	383,12	3622,5	10,59
50 - FRUTÍFEROS - quilo	1193	0	0	-100	0	0	0	0	0	0
137 - GOIABA - quilo	0	0	464,75	0	1032,96	122,26	2562,97	148,12	2951,15	15,15
52 - Laranja - Caixa	31260,25	146,87	81695	161,34	59922,3	-26,65	4042	-93,25	2707	-33,03
236 - Laranja Pacote	529	0	0	-100	1406,5	0	1904	35,37	2524,25	32,58
173 - Laranja Quilo	118286,65	200,5	55803,82	-52,82	89265,88	59,96	198144,03	121,97	147417,91	-25,6
207 - Laranja Saco	0	0	22,5	0	2097,5	9222,22	2383	13,61	180	-92,45
194 - Laranja Tonelada	0	0	0	0	194	0	0	-100	0	0
190 - Laranja Unidade	16309	-17,74	9414,5	-42,27	130	-98,62	1137,5	775	5176,8	355,1
391 - LIMÃO	0	0	0	0	336	0	0	-100	0	0



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural

356 - Limão - quilo	1442,7	9171,85	779,75	-45,95	17421,57	2134,25	12437,94	-28,61	7958,71	-36,01
357 - Limão - unidade	0	0	112,5	0	30	-73,33	0	-100	0	0
51 - Maçã e Pera - Quilo	2506,5	0	1114	-55,56	10455,24	838,53	44376,1	324,44	52428,76	18,15
265 - Maçã e Pera Unidade	0	0	0	0	614,8	0	461	-25,02	0	-100
153 - MARACUJÁ - quilo	3576,66	3290,2	1465	-59,04	11759,05	702,67	4941,35	-57,98	662,6	-86,59
402 - MELÃO	0	0	0	0	200	0	2967,48	1383,74	0	-100
334 - MIRTILO	51,3	-65,38	0	-100	0	0	3737,5	0	0	-100
351 - Mirtilo - bandeja	583,3	0	0	-100	595,2	0	125	-79	0	-100
350 - Mirtilo - quilo	64,6	0	0	-100	0	0	100	0	0	-100
126 - NOZES - Quilo	32892,01	272,75	10270,21	-68,78	30320,37	195,23	7853,51	-74,1	8878,82	13,06
267 - NOZES Caixa	0	0	680	0	0	-100	0	0	0	0
396 - PÊSSEGO	0	0	0	0	50	0	972	1844	1245,8	28,17
55 - Pêssego - Quilo	2936,19	-29,68	8326,34	183,58	32117,52	285,73	77171,41	140,28	7292,58	-90,55
129 - Pinhão - Quilo	8338,86	1390,95	8796,08	5,48	14033,84	59,55	38031,2	171	24974,51	-34,33
378 - POKAN/ BERGAMOTA/ LIMA	0	0	70	0	755,88	979,83	2182,14	188,69	280	-87,17
387 - POKAN/ BERGAMOTA/ LIMA CAIXA	0	0	0	0	50	0	1468,5	2837	4073	177,36
379 - POKAN/ BERGAMOTA/ LIMA QUILO	0	0	4860	0	15114,19	210,99	38762,62	156,47	22531,19	-41,87
54 - Uva - Quilo	35977,21	41,27	69460,09	93,07	41898,82	-39,68	80936,42	93,17	81048,16	0,14
306 - Uva caixa	3557,6	127,47	3732,44	4,91	5494	47,2	3437,5	-37,43	500	-85,45
238 - Uva Litro	0	0	0	0	0	0	140	0	0	-100
Total	390577,5	119,28	440685,69	12,83	473789,26	7,51	710969,77	50,06	518035,09	-27,14

OBS.: Ano de 2015 resultados parciais computados até a data de 19/10/15.



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural

Anexo 9 – Movimento econômico das olerícolas, período 2011 a 2015

	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
56 - Morango - Quilo	140489,87	-31,27	170784,18	21,56	239322,27	40,13	226786,65	-5,24	148411,22	-34,56
60 - Hortaliças e Hortigranjeiros Não CL	7624,57	438,08	58563,91	668,09	18685,5	-68,09	0	-100	3000	0
61 - Tomate - Caixa	27634,45	-21,77	38428,25	39,06	7131,9	-81,44	12327,9	72,86	25100	103,6
62 - Cebola - Quilo	2302	-78,98	2895,42	25,78	37172,98	1183,85	28750,45	-22,66	26832,48	-6,67
63 - Alho - Quilo	517,2	0	0	-100	1414	0	934	-33,95	12,5	-98,66
94 - Aipim - Quilo	177462,69	13,68	194573,56	9,64	67418,04	-65,35	50166,58	-25,59	35906,04	-28,43
95 - Melancia - Quilo	3774,46	-92,57	32550,23	762,38	27828,49	-14,51	61295,57	120,26	31890,36	-47,97
99 - Abóbora/ Moranga Cabotiá	6554,93	2092,28	8009,86	22,2	21914,46	173,59	24275,21	10,77	7905,43	-67,43
100 - Cabotiá - Quilo	865,73	211,97	13,5	-98,44	4429,95	32714,44	12797,13	188,88	40129,33	213,58
108 - VERDURAS E LEGUMES - Quilo	92840,85	-81,78	105775,4	13,93	87360,21	-17,41	211424,88	142,02	95203,59	-54,97
127 - BATATA-DOCE - Quilo	21409,98	30,26	11865,61	-44,58	40755,33	243,47	56574,64	38,82	54892,83	-2,97
152 - MELÃO - Quilo	7237,29	1224,78	6984,01	-3,5	20298,33	190,64	43978,22	116,66	8356,72	-81
155 - MANDIOCA - Quilo	43396,53	2066,14	118230,2	172,44	296846,09	151,07	324185,46	9,21	233419,27	-28
162 - VERDURAS E LEGUMES Unidade	2560684,33	67,36	3211523,39	25,42	3398804,37	5,83	4162375,11	22,47	2226091,68	-46,52
179 - VERDURAS E LEGUMES Caixa	8828,9	55,41	8869	0,45	43149,58	386,52	53194,21	23,28	13811	-74,04
187 - Aipim Caixa	0	0	30	0	373,4	1144,67	0	-100	0	0
191 - BATATA-DOCE Unidade	0	0	16,2	0	6,75	-58,33	79	1070,37	0	-100
199 - Morango - Unidade	11442,4	717,31	144275,86	1160,89	287825,18	99,5	70808,39	-75,4	7770	-89,03
202 - BATATA-DOCE Caixa	300	300	1200	300	22515	1776,25	960	-95,74	7407	671,56
206 - Aipim quilo	0	0	560	0	4527,85	708,54	9812,11	116,71	72603,55	639,94
208 - Morango - Caixa	23500	468,53	57232,5	143,54	76325,5	33,36	65192,27	-14,59	8148	-87,5



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural

213 - Aipim Unidade	0	0	2253,65	0	1241,7	-44,9	2032,45	63,68	1568,2	-22,84
229 - Batata-doce Saco	0	0	0	0	0	0	4800	0	0	-100
231 - Tomate Quilo	37458,65	185,39	230425,02	515,15	261471,42	13,47	470017,35	79,76	268020,16	-42,98
249 - Cebola Saco	600	0	0	-100	290,02	0	159	-45,18	939	490,57
266 - Verduras e Legumes Saco	315	0	180,5	-42,7	660	265,65	0	-100	134	0
271 - Abobora Caixa	3095,41	204,22	239,57	-92,26	104	-56,59	147	41,35	0	-100
272 - Verduras e Legumes Pacote	6639,22	0	1894,8	-71,46	739	-61	220,5	-70,16	710	222
273 - Tomate Unidade	6355,7	156,63	44444,3	599,28	24179,88	-45,6	12301,6	-49,12	303,15	-97,54
278 - Verduras e Legumes unidade	883360,64	12778,95	648420,33	-26,6	12065	-98,14	303302,59	2413,9	727207,79	139,76
303 - Melancia Unidade	0	-100	0	0	1200	0	300	-75	0	-100
305 - Cebola Caixa	0	-100	0	0	194,12	0	47,35	-75,61	100	111,19
320 - Batata	2168,2	594,94	5808,19	167,88	20342,65	250,24	24516	20,52	57096,91	132,9
321 - Batata	4470	1141,67	32,4	-99,28	1024,2	3061,11	702,83	-31,38	1200	70,74
323 - Pimentão - Quilo	750,3	41,14	2246,63	199,43	12843,86	471,69	16434,65	27,96	13263,81	-19,29
324 - Chuchu	1563,35	594,85	511	-67,31	11109,32	2074,04	14614,15	31,55	12597,11	-13,8
328 - Vagem - Caixa	0	-100	871	0	615	-29,39	2220	260,98	2332,4	5,06
329 - Vagem- Saco	131,6	-72,9	0	-100	0	0	0	0	0	0
330 - Vagem - Quilo	1946,31	168,49	397,5	-79,58	9776,69	2359,54	14234,15	45,59	6810,24	-52,16
331 - Morango - bandeja	288896,84	1115,91	379209,01	31,26	566910,37	49,5	856141,3	51,02	704274,85	-17,74
335 - Pimentão - Caixa	991	-21,35	62	-93,74	200	222,58	365	82,5	228,7	-37,34
336 - Pepino - caixa	91	-87,43	480	427,47	698	45,42	1413	102,44	200	-85,85
337 - Pepino - quilo	2182,67	8298,11	4976,83	128,02	18645,6	274,65	36674,73	96,69	21800,5	-40,56
338 - Berinjela - caixa	0	-100	0	0	1014	0	0	-100	50	0
339 - Berinjela - quilo	0	0	100,96	0	2930,47	2802,6	4245,82	44,89	4240,46	-0,13
346 - Alcachofra Folha	2967,93	747,98	3501,78	17,99	0	-100	0	0	0	0
347 - Malva Folha	2910	64,41	0	-100	0	0	2550	0	0	-100



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
Plano de Desenvolvimento Rural

348 - Melissa	9560	100,42	0	-100	0	0	0	0	0	0
362 - Abobrinha Verde	0	0	249,8	0	9713,47	3788,5	14015,11	44,29	9738,92	-30,51
363 - Pimenta	0	0	0	0	25	0	1687,85	6651,4	1889,65	11,96
365 - Mandioca	3300	0	0	-100	23843,65	0	14615,5	-38,7	921,6	-93,69
366 - Batata	0	0	110,6	0	3674,9	3222,69	3785,88	3,02	116	-96,94
380 - Cabutiá	0	0	0	0	2891	0	7500,55	159,44	153,15	-97,96
381 - Abóbora/ Moranga Cabutiá	0	0	0	0	1458,5	0	453,25	-68,92	80	-82,35
382 - Cebolinha Saquinho Unidade	0	0	0	0	575,88	0	3229,12	460,73	3193,75	-1,1
386 - Tomate Bandeja	0	0	0	0	12197,3	0	28905,75	136,98	34217,7	18,38
388 - Alho Unidade	0	0	0	0	923,5	0	4501,12	387,4	123,16	-97,26
389 - Chuchu caixa	0	0	0	0	85,5	0	0	-100	70	0
390 - Chuchu Unidade	0	0	0	0	16,5	0	0	-100	7,7	0
397 - Verduras e Legumes	0	0	0	0	8067,75	0	81050,64	904,63	62426,6	-22,98
399 - Abobrinha Caixa	0	0	0	0	72	0	426	491,67	1705	300,23
400 - Alcachofra	0	0	0	0	140	0	2550	1721,43	0	-100
401 - Quiabo	0	0	0	0	854	0	7835	817,45	2489,1	-68,23
404 - Conserva Quilo	0	0	0	0	735	0	870,2	18,39	0	-100
407 - Cebolinha	0	0	0	0	0	0	1225,09	0	20	-98,37
408 - Verduras e Legumes	0	0	0	0	0	0	75	0	120	60
410 - Vagem	0	0	0	0	16	0	2400	14900	1690,75	-29,55
411 - Pepino	0	0	0	0	0	0	242,5	0	375,1	54,68
413 - Pimentão	0	0	0	0	10	0	680,4	6704	833	22,43
414 - Cabotiá Caixa	0	0	0	0	0	0	235,4	0	0	-100
Total	4396620	69,81	5501902,44	25,14	5751102,78	4,53	7401804,41	28,7	4994497,46	-32,52

OBS.: Ano de 2015 resultados parciais computados até a data de 19/10/15